

**Universidade Federal de Pernambuco  
Centro de Ciências Sociais Aplicadas  
Departamento de Ciências Administrativas  
Programa de Pós-Graduação em Administração - PROPAD**

**Jouberte Maria Leandro Santos**

**“Porque a cidade é feita pelas pessoas”: Uma Análise  
do Discurso do Movimento Social Direitos Urbanos**

**Recife, 2017**

Jouberte Maria Leandro Santos

**“Porque a cidade é feita pelas pessoas”: Uma Análise do Discurso do Movimento Social Direitos Urbanos**

Orientador: Sérgio Carvalho Benício de Mello, PhD

Tese apresentada como requisito complementar para a obtenção do grau de Doutor em Administração, na área de concentração Gestão Organizacional, do Programa de Pós-graduação em Administração da Universidade Federal de Pernambuco.

**Recife, 2017**

Catálogo na Fonte

Bibliotecária Ângela de Fátima Correia Simões, CRB4-773

S237p

Santos, Jouberte Maria Leandro

“Porque a cidade é feita pelas pessoas”: uma análise do discurso do movimento social direitos urbanos / Jouberte Maria Leandro Santos. - 2017.

269 folhas: il. 30 cm.

Orientador: Prof. Sérgio Carvalho Benício de Mello, PhD.

Tese (Doutorado em Administração) – Universidade Federal de Pernambuco. CCSA, 2017.

Inclui referências e apêndice.

1. Teoria do discurso. 2. Novos movimentos sociais. 3. Urbanismo crítico. I. Mello, Sérgio Carvalho Benício de (Orientador). II. Título.

658 CDD (22.ed.)

UFPE (CSA 2017 – 274)

**Universidade Federal de Pernambuco**  
**Centro de Ciências Sociais Aplicadas**  
**Departamento de Ciências Administrativas**  
**Programa de Pós-Graduação em Administração - PROPAD**

**Jouberte Maria Leandro Santos**

Tese submetida ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Administração da  
Universidade Federal de Pernambuco e aprovada em 19 de novembro de 2017.

Banca Examinadora:

Prof. Sérgio Carvalho Benício de Mello, Ph.D., UFPE (Orientador)

Profa. Maria Christianni Coutinho Marçal, Dr., UFPE (Examinador Externo)

Profa. Helena Lúcia Augusto Chaves, Dr<sup>a</sup>, UFPE (Examinadora Externa)

Prof. Érico Andrade Marques de Oliveira, Dr, UFPE (Examinador Externo)

Profa. Ângela Cristina Rocha de Souza, Doutora, UFRPE (Examinadora Externa)

*Dedicado aos meus grandes amores,  
Carlos, meu marido,  
Lili e José, meus pais,  
E meus seis irmãos.*

## **Agradecimentos**

Pelo ser humano que hoje sou, com qualidades e defeitos, com convicções e dúvidas, sonhos e receios tenho que agradecer, pelo conhecimento a mim ofertado, ao universo, ao destino, à sorte, a Deus, à magia, qualquer força que tenha conspirado para a realização e conclusão deste trabalho. Ciente de uma força maior e na companhia daqueles que ajudam a construir a minha história. Agradeço:

- Ao meu marido, Carlos Martínez, pelo amor, compreensão e apoio;
- Ao meu pai, José Leandro, e à minha mãe, Joseli Maria Santos, pelo amor, pelo exemplo de vida e de conduta, pela dedicação, apoio e incentivo dados de forma incondicional ao longo da minha vida para realização dos meus sonhos, mesmo nas maiores dificuldades.
- Aos meus irmãos e demais membros da família, pelo amor, amizade e incentivo.
- Ao professor Sérgio Carvalho Benício de Mello pela orientação, acompanhamento e auxílio a mim ofertado ao longo do curso. Eternamente grata.
- Aos amigos que fiz ao longo desses quatro anos, em especial Luciana Almeida, Elielson Damascena, Brunno Gaião, Cédrik Cunha, que me ajudaram a suportar os momentos mais difíceis dessa trajetória.
- Aos colegas da Turma 13 do doutorado do PROPAD.
- Aos professores do PROPAD que contribuíram para o meu crescimento acadêmico e me apresentaram um novo mundo.
- À Universidade Federal de Pernambuco por me oferecer a oportunidade de viver essa experiência chamada PROPAD.
- À CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de nível Superior) pelo suporte financeiro, sem o qual meus estudos não teriam sido realizados.
- Aos demais colegas de diferentes áreas pelo coleguismo, brincadeiras e momentos bons vividos nesses dois anos.
- Agradeço também a todos os funcionários do PROPAD/UFPE pela gentileza, acolhimento e convivência sempre amigável e voluntariosa.

Sou grata

*Yo y mi circus tancia  
en nel crítico epicentrico  
de un sistema errado  
Compartimos jaula  
y un corazón que en venganza  
canta indignado  
Cámbialo, si no te gusta  
Cámbialo, si ya te asusta  
Cámbialo, si no hay futuro  
Cámbialo, abajo el muro  
Cámbialo, ya vamos tarde  
Cámbialo, no seas cobarde  
Tudo está em tu mano  
Cámbialo*

*(ANTONIO MARTÍNEZ ARES)*

## Resumo

Este estudo objetiva realizar uma explanação crítica do discurso de um movimento social urbano e compreender como este movimento se articula para desafiar discursos hegemônicos do urbanismo moderno e promover discursos alternativos às questões urbanas. Para tal, utilizamos o aporte teórico da teoria dos Novos Movimentos Sociais (NMS), do Urbanismo Crítico e da Teoria do Discurso de Laclau e Mouffe (1985). O campo empírico da pesquisa foi a ação do movimento Direitos Urbanos (DU) na cidade do Recife. O DU é portador de um discurso que o insere no campo dos NMS e do Urbanismo Crítico. Utilizamos como inspiração metodológica para esse estudo a Lógica da Explanação Crítica (LEC) de Glynos e Howarth (2007) com o objetivo de identificar as estratégias de construção do discurso do DU a partir dos sujeitos que o constituíram. As análises indicaram que o discurso em estudo é um centro contra-hegemônico, resistente e combativo ao modelo de gestão urbana desenvolvido na cidade do Recife, afirmando um projeto alternativo de cidade (“Recife Possível”), que implica na possibilidade de existência do mesmo no campo discursivo. O DU configura-se como um Novo Movimento Social. Possui hierarquia fluida, estratégias dinâmicas e contingenciais, atua em rede, se aglomera para demandas específicas e não possui ideologia clara. Identificamos o Direito à Cidade como o ponto nodal para uma “Recife Possível”, o que permitiu articular diferentes sujeitos políticos e suas demandas em torno do seu significado.

**Palavras-Chave:** Teoria do Discurso. Novos Movimentos Sociais. Urbanismo Crítico.

## **Abstract**

This study aims to perform a critical explanation of the discourse of an urban social movement and to understand how this movement articulates to challenge hegemonic discourses of modern urbanism and to promote discourses that are alternative to urban issues. For this, we use the theoretical contribution of New Social Movements theory (NMS), Critical Urbanism and Discourse Theory by Laclau and Mouffe (1985). The empirical field of research was the action of the Urban Rights movement (DU) in the city of Recife. The DU is the bearer of a discourse that inserts it in the field of NMS and Critical Urbanism. We used as a methodological inspiration for this study the Critical Explanation Logic (LEC) of Glynos and Howarth (2007) with the objective of identifying the strategies of construction of the discourse of the DU from the subjects that constituted it. The analysis indicated that the discourse under study is a counter-hegemonic center, resistant and combative to the urban management model developed in the city of Recife, affirming an alternative city project ("Possible Recife"), which implies the possibility of existence of the same in the discursive field. The DU sets itself up as a New Social Movement. It has fluid hierarchy, dynamic and contingent strategies, acts in network, agglomerates for specific demands and has no clear ideology. We identified the Right to the City as a nodal point for a "Possible Recife", which allowed to articulate different political subjects and their demands around its meaning.

**Keywords:** Discourse Theory. New Social Movements. Critical Urbanism.

## Lista de Figuras

Figura 1 (1) – Articulação Teórica	24
Figura 2 (6) – Lógica de Explicação Retrodutiva	121
Figura 3 (7) - Palavras mais frequentes no <i>corpus</i>	134
Figura 4 (7) - Mapa dos Bairros do Recife	135
Figura 5 (7) - Regiões Político-Administrativas (RPA) do Recife	137
Figura 6 (7) - Mapa das relações da primeira formação discursiva	154
Figura 7 (7) – Simulação Gráfica do Projeto Novo Recife	156
Figura 8 (7) – Localização do empreendimento Novo Recife	157
Figura 9 (7) - Mapa das relações da segunda formação discursiva	167
Figura 10 (7) - Mapa das relações da terceira formação discursiva	176
Figura 11 (7) - Mapa das relações da quarta formação discursiva	185
Figura 12 (7) - Termos mais utilizados pelo DU para significar suas lutas	188
Figura 13 (7) – Primeira Ocupação no Cais José Estelita	195
Figura 14 (7) – Ato Público Salve o Estelita	196
Figura 15 (7) – Eventos mais importantes	201
Figura 16 (7) - Estratégias mais utilizadas pelo DU	202
Figura 17 (7) - Agentes relevantes da cadeia de diferenças	204
Figura 18 (7) – Cadeia Equivalencial dos Sujeitos Políticos	208
Figura 19 (7) - Mapa das relações da quinta formação discursiva	213
Figura 20 (7) – Mapa da área do Plano Urbanístico da ZEPH-8	216
Figura 21 (7) – Sentidos para a Preservação do Patrimônio Histórico	217
Figura 22 (7) – Sentidos para Mobilidade Urbana	220
Figura 23 (7) – Sentidos Para Sustentabilidade Ambiental	222
Figura 24 (7) – Sentidos para Democracia Direta	223
Figura 25 (7) - Sentidos para Igualdade Social e de Direitos	224
Figura 26 (7) – Significados dominantes no discurso da “Recife possível”	230
Figura 27 (7) – Sentidos mais utilizados para significar Direito à Cidade	233
Figura 28 (7) – Ciclos Retrodutivos	236
Figura 29 (8) – Teoria do Discurso Recife Possível	237

## Lista de Quadros

Quadro 1 (6) - Documentos utilizados na constituição do <i>corpus</i> de pesquisa	129
Quadro 2 (6) - Material audiovisual utilizado na constituição do corpus de pesquisa	130
Quadro 3 (7) – Lista de Enunciados	141
Quadro 4 (7) – Lista de Enunciados (Continuação)	142
Quadro 5 (7) – Função Enunciativas dos Sujeitos Políticos Prefeitura do Recife e Consórcio Novo Recife	143
Quadro 6 (7) – Funções Enunciativas do Sujeito Político Direitos Urbanos	144
Quadro 7 (7) – Funções Enunciativas do Sujeito Político Direitos Urbanos (Continuação)	145
Quadro 8 (7) – Funções Enunciativas do Sujeito Político Direitos Urbanos (Continuação)	146
Quadro 9 (7) – Funções Enunciativas do Sujeito Político Direitos Urbanos (Continuação)	147
Quadro 10 (7) Regras de Formação	149
Quadro 11 (7) Regras de Formação (Continuação)	150
Quadro 12 (7): Linha do Tempo do DU	190
Quadro 13 (7) - Sentidos para uma “Recife Possível”	229

## **Lista de Abreviaturas e Siglas**

ALEPE - Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco  
Ameciclo - Associação Metropolitana de Ciclistas do Grande Recife  
ANTT - Agência Nacional de Transportes Terrestres  
CAU - Conselho de Arquitetura e Urbanismo  
CORECON - Conselho Regional de Economia  
CDU - Conselho de Desenvolvimento Urbano  
CONDEPE/FIDEM - Agência Estadual de Planejamento e Pesquisa de Pernambuco  
DNIT - Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes  
DU: Direitos Urbanos  
FMPE – Fórum de Mulheres de Pernambuco  
FUNDARPE - Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco  
GPU - Grandes Projetos Urbanos  
IAB - Instituto de Arquitetos do Brasil-PE  
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
IPHAN: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional  
LEC - Lógica da Explicação Crítica  
LGBT - Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais  
MDU - Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano  
MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra  
MSU: Movimentos Sociais Urbanos  
MNRU - Movimento Nacional por Reforma Urbana  
MPF – Ministério Público Federal  
MPPE – Ministério Público de Pernambuco  
NMS: Novos Movimentos Sociais  
OAB - Ordem dos Advogados do Brasil Pernambuco  
ONG - Organização Não-Governamental  
ONU – Organização das Nações Unidas  
PIB - Produto Interno Bruto  
PRO - Projeto Recife-Olinda  
Revocultura – Coletivo de Cultura Livre  
RPA - Região político administrativa  
SOS Corpo – Instituto Feminista para a Democracia  
STJ - Supremo Tribunal de justiça  
TD: Teoria do Discurso  
TRF-5 - Tribunal Regional Federal  
UFPE – Universidade Federal de Pernambuco  
ZEIS - Zonas Especiais de Interesse Social  
ZEPH - Zonas de Proteção de Patrimônio Histórico e Cultural

# Sumário

<b>1</b>	<b>Introdução: Problematizando a Cidade</b>	<b>14</b>
1.1	Justificativa e Articulação Teórica	22
<b>2</b>	<b>Teoria Política – A Teoria do Discurso</b>	<b>28</b>
2.1	Categorias de Análise: Do discurso ao Significante Vazio	32
2.2	As lógicas de ação: Articulando o social, o político e o fantasmático	39
<b>3</b>	<b>Agenciamento Político – Democracia Radical e Plural e os Movimentos Sociais</b>	<b>46</b>
3.1	A crise das cidades é (também) uma crise de democracia?	46
3.2	O esvaziamento político e tentativas de regresso do sujeito	48
3.3	Da Democracia Clássica à Democracia Radical	51
3.4	A entrada das massas no espaço político: Origens	61
3.5	Os movimentos sociais e o urbanismo no Brasil	73
<b>4</b>	<b>O Objeto da Política: A Cidade</b>	<b>81</b>
4.1	A Cidade Moderna - Processos Desencadeadores da Crise	81
4.2	A sociedade Moderna e as escalas não-humanas	81
4.3	A Ditadura da Velocidade e aceleração da vida cotidiana	87
4.4	O papel dos atores econômicos na governança: O sistema neoliberal e a formação da cidade mercadoria	94
<b>5</b>	<b>Cidades Possíveis: Propostas para o Direito à Cidade</b>	<b>100</b>
5.1	O urbanismo crítico: Das Cidades Modelos às Cidades Possíveis	100
5.2	Direito à Cidade: Por uma cidade de Escalas Humanas	104
<b>6</b>	<b>Caminhos Metodológicos</b>	<b>114</b>
6.1	Estrutura da Lógica de Explicação Crítica	118
6.2	Análise e Constituição do <i>Corpus</i>	124
<b>7</b>	<b>Explicação Crítica do Fenômeno: Problematizando a Cidade</b>	<b>130</b>
7.1	Conhecendo o campo discursivo: Recife, uma cidade em crise?	130
7.2	Significando e Ressignificando a cidade (urbano): enunciados, funções e regras	139
7.3	Ciclos Retrodutivos: Da Hegemonia do Planejamento Estratégico ao discurso contra-hegemônico do Direito à Cidade	148
<b>8</b>	<b>Algumas Considerações Explicativas</b>	<b>234</b>
8.1	Críticas e julgamentos	240
8.2	Persuadindo: No que acreditamos?	244
8.3	Limitações e futuras pesquisas	248
8.4	Epílogo	249
	<b>Referências</b>	<b>253</b>
	<b>Apêndice A- Roteiro de Entrevistas</b>	<b>267</b>

# 1 Introdução: Problematizando a Cidade

---

*Arranqué las puertas de la intensidad para pensar  
em otro mundo posible.*

*Eva Sierra*

Nunca, em nenhum período anterior da história, uma parcela tão elevada da população viveu nesta invenção humana denominada Cidade. Em 2014, segundo dados da ONU, cerca de 54% da população mundial vivia em cidades. As projeções mostram que 2,5 mil milhões de pessoas viverão em centros urbanos até 2050. Já são 28 cidades no mundo onde vivem 453 milhões de pessoas, 12% da população mundial (ONU, 2014). Por isso, é inquestionável a importância que as cidades assumem na economia e na vida das pessoas.

Lefebvre argumenta que nos centros das cidades medievais prosperavam o comércio de mercadorias que eram centros de vida social e política e de acúmulo de mercadorias, conhecimentos, técnicas e obras de arte. Nesta perspectiva, a própria cidade é uma obra e tem valor de uso. “O uso principal da cidade, isto é, das suas ruas e praças, dos edifícios e dos monumentos, é a Festa” (LEFEBVRE, 2001, p. 12). A cidade funcionava pela escala humana, ou seja, sua estrutura comportava o homem e suas limitações. Com o advento da Revolução Industrial, mudanças começaram a modificar a estrutura urbana e o homem deixou de ser a medida para a organização e planejamento da cidade dando lugar a máquina (fábricas). As cidades se tornaram sistemas reprodutivos (LEFEBVRE, 2001).

O planejamento urbano apoiado pelo Estado foi essencial para manter a integridade desse projeto de cidade que privilegia a máquina em detrimento do homem. Suas práticas e teorias arquitetônicas associadas apoiaram a "racionalização" das paisagens urbanas inteiras, baseadas por noções de racionalidade, ciência, tecnologia, a celebração de máquinas, e as ideias "modernas" de estética. A partir da Revolução Industrial, grande parte da política urbana foi dominada por questões de investimento em infraestrutura e tecnologia. Cidades ocidentais, em particular, estavam na transição da cidade comercial compacta, mais antiga, para a nova metrópole industrial com um núcleo forte e um anel de bairros residenciais. Em todo o mundo urbano, pequenas ilhas fragmentadas juntaram-se, padronizaram-se para formar as metrópoles que conhecemos hoje (GRAHAM; MARVIN, 2001).

King (1990) explica que a moderna infraestrutura ideal, evidente nas cidades de economias ocidentais avançadas, teve implicações importantes para o estilo de provisão de infraestrutura adotada no desenvolvimento de cidades coloniais. É importante entender como o

moderno ideal integrado foi adaptado e exportado de cidades nas economias dominantes da Europa para as cidades coloniais da África, América Latina e Ásia. Neste processo de “modernização” dos espaços, muitas cidades antigas foram destruídas para dar lugar ao progresso. O que resta hoje dessas cidades são edifícios históricos decadentes, abandonados e sem nenhuma função em meio a edifícios gigantes, ruas largas, viadutos e demais equipamentos, para tornar mais rápida a circulação do capital (HARVEY, 2008; GRAHAM; MARVIN, 2001).

A velocidade aumentou e, gradativamente, a cidade foi perdendo a humanidade. No mundo contemporâneo, as tecnologias da velocidade, e a industrialização e urbanização decorrentes delas, afastam o homem dos seus espaços de vivência (GEHL, 2010). O retrato das cidades contemporâneas é de uma esquizofrenia materializada, criando e recriando continuamente espaços contraditórios (CASTELLS, 2003), marcada por paradoxos, injustiças, desigualdades, caos, etc. Indo mais além, Lefebvre (2001) antecipa que nas cidades contemporâneas, “a consciência da cidade e da realidade urbana se esfuma [...] até desaparecer”.

O urbanismo moderno segue o que Borja e Castells (1999) chamaram de planificação normativa, também conhecida por Planejamento Urbano Estratégico. Uma gestão urbanística marcada por rigidez nos procedimentos e pela exclusão do conflito social na tomada de decisões; por um racionalismo extremo expresso nos modelos de cidades, muitas vezes, zonificados e segregados; por um processo burocrático lento em relação as transformações sociais; pela promoção de um crescimento econômico em busca de uma ocupação do espaço natural sem limites; por uma administração centralizada e hierarquizada em setores e a permissividade com o mercado e os agentes econômicos mais poderosos.

Nos últimos anos, estudiosos estabeleceram importantes críticas à cidade contemporânea. Vivemos em cidades que são espaços da pós-modernidade, como explica Harvey (2009) e Bauman (2001); na cidade de fluxos e da fixidez de Castells (1997), de Santos (2008) e Urry (2007a); na cidade emaranhada de não-lugares de Augé (2010), como espaços esquizofrênicos de Castells (2003), superexpostas de Virilio (2005), uma cidade do pânico (VIRILIO, 2000) ou uma selva urbana (VIRILIO, 1996).

São várias as justificativas dos urbanistas para explicar as bases ou motores do atual modelo de cidade: o crescimento econômico que necessita de novas frentes de negócio e trabalho, por isso, as obras e projetos nunca param. A lei é “A cidade precisa crescer sempre”.

A cidade deve ser funcional para o crescimento, precisamente deve conter centros de negócios especializados, a mobilidade deve atender as necessidades de produção, informação e consumo. Isto precisamente quer dizer que necessita de grandes edifícios, elevadores, carros, estradas, vias e fluxos contínuos.

Cada vez mais imprecisa e mutante, a cidade exige a construção de novos e complexos tipos de governabilidade, posto que os territórios administrativos estão resultando cada vez mais inadequados (MONNET, 2009, p.28). “Nenhum desses campos será palanque suficiente para mudar a forma da cidade, porque todos estão radicalmente contaminados, intoxicados por um neoliberalismo existencial” (GIGOSOS; SARAIVA, 2009, p.54) que dificulta e, muitas vezes, impede uma mudança real da cidade.

“As grandes cidades contemporâneas ultrapassam as capacidades perceptivas do indivíduo” (MONNET, 2009, p.27, tradução nossa). A principal diferença deste tipo de hábitat de outros de dimensões mais reduzidas é que a grande cidade é um ambiente no qual o indivíduo não pode abarcar com sua vista, não pode ver integralmente, reconhecer o conjunto, ter uma visão holística. A escala na qual o meio urbano está estruturado faz dele um objeto incognoscível para o ser humano, longe da escala humana, gigante, monstruoso. E por isso, também ultrapassam as escalas administrativas, suas unidades territoriais de controle e organização.

Tendo como certo o impacto das tecnologias da velocidade sobre a forma e o ambiente urbano, da sua capacidade profunda de intervenção na vida cotidiana, como é possível uma cidade mais humana tão defendida na literatura contemporânea? É possível um modelo de cidade mais humanizada em meio a tecnologia da vida? Que permita um modo de vida urbano mais justo? O que sabemos é da emergência em refletir sobre as consequências de um urbanismo produtor de uma cidade maquínica, e da possibilidade de reconfiguração dos seus espaços para tornar a cidade mais humana, democrática e justa.

Mas como voltar à escala humana? Isso é tema tratado por especialistas da área que procuram demonstrar que a solução para devolver a cidade para as pessoas passa pela construção de cidades mais compactas, com menos carros, boas para caminhar e pedalar, como ponto de encontro, com espaços de vivência. Uma cidade viva, segura, sustentável e saudável. Uma *Liveable City*, como propõe Gehl (2010) e tantos outros especialistas, feita para as pessoas e pelas pessoas. Uma cidade que traga de volta sua dimensão humana. Essa mudança passa, necessariamente, por participação cidadã?

Alguacil (2004) defende que nos últimos anos o conceito de participação foi reorientado diante da busca por modelos que permitam uma maior legitimação de procedimentos que incorporem os cidadãos às decisões públicas em estratégias de transformação social, como é o caso do planejamento urbano. O mesmo argumenta que a participação dos cidadãos faz da cidade o lugar onde os direitos humanos são afirmados, onde os sujeitos podem desenvolver suas habilidades políticas e seus direitos à cidadania, comunicação, conhecimento e consciência, valores universais. Desse modo, a ideia de participação dos cidadãos nas estratégias e decisões

públicas deve ser entendida como um procedimento de transformação social que permite a construção de um novo paradigma mais humanizado e sustentável de desenvolvimento das cidades.

Diante dos evidentes limites que o modelo de Cidade Moderna impõe à vida urbana, observamos a proliferação de discursos críticos que buscam atribuir novos significados à vida urbana propondo mudanças estruturais no planejamento urbano das cidades. Nesse processo, tais agentes estabelecem alianças a partir da convergência entre suas demandas neste campo de disputas, como postula a teoria do discurso de Laclau e Mouffe (2015).

Soja (2010) argumenta que a procura por aumentar a justiça ou a diminuição da injustiça é um objetivo-chave em todas as sociedades e em todas as épocas. A busca por justiça tornou-se um poderoso grito de guerra, uma força para o social e mobilização de novos movimentos e construção de coalizões que medem o aspecto político, ampliando o conceito de justiça, além do social e do econômico, a novas formas de luta e ativismo.

Nos últimos anos estes fenômenos foram cada vez mais frequentes, como casos que deram início a Primavera Árabe<sup>1</sup> ou, por exemplo, na Espanha, em 2011, quando jovens ocuparam praças para pedir mudanças no sistema político espanhol e por mais democracia participativa. Outros casos como Ocupe Wall Street nos EUA (2011), Reino Unido (2011) e no Brasil<sup>2</sup> em 2013 foram manifestações que repercutiram no mundo inteiro (HARVEY, 2013). Na Turquia, em 2013, os protestos começaram na cidade de Istambul para preservar uma praça que se pretendia entregar a um grande shopping e, posteriormente, se transformou em protestos contra o governo por todo país (GUERREIRO, 2013). Os movimentos pró-democracia que aconteceram em Hong Kong (2014), pró-clima em Berlim (2015), manifestações a favor e contra refugiados (Berlim e França, 2015), anti e pró governo federal (Brasil, 2015 e 2016) também são exemplos relevantes. Manifestações pelos direitos humanos e urbanos estão espalhando-se pelo Brasil e pelo mundo. É possível que, neste momento, em algum ponto do planeta, esteja havendo uma manifestação.

Um terreno comum entre todas as manifestações registradas na última década é o uso intenso das tecnologias da comunicação móveis, como divulgadoras e catalizadoras dos protestos. Redes sociais como *facebook*, *twitter*, *whatsapp* e outras redes de compartilhamento de dados, foram fundamentais no processo de disseminação das informações e articulações dos

---

<sup>1</sup>Uma onda revolucionária de manifestações e protestos que vêm ocorrendo no Oriente Médio e no Norte da África desde 2010.

<sup>2</sup>No caso do Brasil as manifestações começaram pela redução da tarifa no transporte público, mas tomou outros rumos no país inteiro. Em todas as manifestações, as demandas eram diversas e, muitas vezes, específicas e localizadas.

movimentos que lutam pela reforma urbana. Esses movimentos podem se constituir, como define Hardt e Negri (2001), uma massa social capaz de se opor ao discurso hegemônico, seja ele qual for. Um sujeito, cuja a diversidade e autonomia, ameaçam a lógica do poder estabelecido (SEVILLHA-BUITRAGO, 2008).

Diante do exposto, este estudo tem como objetivo realizar uma explanação crítica do discurso de um movimento social urbano e compreender como este movimento se articula para desafiar discursos hegemônicos do urbanismo moderno e promover discursos alternativos às questões urbanas.

Para atingir este objetivo partimos, inicialmente, de três premissas básicas que nortearão este trabalho:

1. O modelo de urbanização atual está em crise.
2. Há uma hegemonia do paradigma moderno de urbanização que utiliza a lógica do Planejamento Urbano Estratégico como ferramenta para administrar a cidade.
3. O fenômeno dos Movimentos Sociais Urbanos emerge para reivindicar mudanças no modelo urbano vigente.

Essas premissas nos ajudam a justificar o aporte teórico utilizado neste trabalho. Desenvolvemos uma crítica ao paradigma moderno de urbanidade e demonstramos perspectivas alternativas a este modelo. As críticas pós-estruturalistas e pós-marxistas foram assumidas para pensar as transformações urbanas pela perspectiva dos Movimentos Sociais Urbanos no enfrentamento das disputas de sentido pela construção de novas formas de configuração das cidades e da vida urbana.

De forma original, o trabalho pretende propor uma aproximação teórica entre Urbanismo Crítico, Movimentos Sociais Urbanos e Teoria do Discurso na tentativa de produzir uma Teoria do Discurso da Cidade sob a perspectiva dos Novos Movimentos Sociais. Por sua vez, para articular esse aporte teórico com os dados empíricos utilizaremos o que consideramos a mais adequada estratégia metodológica para se trabalhar com a Teoria do Discurso e demais teorias que abordem o objeto estudado como discurso: a LEC (Lógica de Explanação Crítica) que nada mais é que um aprimoramento metodológico feito por Glynos e Hawarth (2007) à Teoria do Discurso de Laclau e Mouffe (2015).

A Hipótese Inicial será apresentada apenas na seção de problematização deste trabalho (capítulo sete). Esta escolha se dá para seguir os princípios da estratégia metodológica da retrodução. Na perspectiva da retrodução, o esforço analítico inicial é indutivo, quando cruzamos

os dados empíricos com as teorias passamos ao momento dedutivo e, neste momento, apresentaremos a hipótese inicial que passará, pelo processo de retroação através dos ciclos retroativos.

Diante da necessidade de entender a constituição, ações e influências desses movimentos sociais urbanos na construção de uma cidade mais habitável e humana escolhemos como objeto ilustrativo o movimento Direitos Urbanos (DU) e suas ações na Região Metropolitana do Recife.

Mas, por que se optou por utilizar a cidade do Recife como caso ilustrativo dos fenômenos urbanos discutidos aqui? Influenciada por movimentos urbanos que emergiram na última década em nível nacional e internacional, o Recife, capital do estado de Pernambuco, tem vivido um importante processo de discussão em torno de suas questões urbanas. Tentativas de discutir o Plano Diretor da Cidade, Plano Diretor de Bairro, demandas de associações de bairro pelo direito de decisão sobre a construção de espaços públicos, demandas por ciclovias e áreas de lazer, habitação e melhores condições de vida para população da periferia, são exemplos reais e frequentes na cidade.

A Cidade do Recife tem tradição de luta. Luta por direitos. Exemplos desse histórico de lutas foram a Revolução Pernambucana de 1817 contra o governo da Metrópole, o Movimento de Goiana em Recife (1822) que objetivava a autonomia da Colônia, Movimento Cabanada (1832), a Revolução Praieira (1847 -49), entre outros (GOHN, 2003). Após os anos oitenta do século XX, a atuação dos movimentos sociais urbanos passou a ser por meio de fóruns – também chamados de redes, coletivos – a exemplo do Fórum Estadual de Reforma Urbana de Pernambuco (FERUPE), no qual se aglutina uma expressiva quantidade de movimentos sociais de luta por moradia e por direitos urbanos. Boa parte dessa história se pautou pelo acesso ao solo urbano – terra, unidade habitacional, infraestrutura e pautas das camadas mais pobres da população. Recentemente, a cidade vem apresentando algumas discussões, propostas e projetos voltados à reforma urbana, agendas com discursos e práticas nunca antes utilizadas são discutidas. Propostas que pressupõem mudar questões de justiça espacial e representações políticas. São discursos que emergem de uma nova conjuntura de discussão do urbano na qual o Recife faz parte.

Em 2012, manifestações do movimento “#Ocupeestelita”, grupo de protesto local, desafiou a construção de onze edifícios no Cais José Estelita, localizado no centro histórico da cidade, com ocupações em massa. O empreendimento denominado “Novo Recife”, que pretende construir na área um complexo comercial e turístico, atualmente está paralisado. No dia 28 de novembro de 2015, a Justiça Federal em Pernambuco anulou a compra do Pátio Ferroviário das Cinco Pontas, no Cais José Estelita, realizada pelo Consórcio Novo Recife, cujo a parte do terreno era destinado ao empreendimento. Foi acatado o pedido feito, em ação civil pública, pelo

Ministério Público Federal contra o Instituto Nacional do Patrimônio Histórico e Artístico (IPHAN), Município do Recife, Novo Recife Empreendimentos e União Federal porque permitiu a venda de um patrimônio histórico com irregularidades. O consórcio ainda pode recorrer.

Desde 2012, quando o projeto foi lançado, foram movidas mais cinco ações no ministério público. O projeto revoltou alguns moradores da cidade do Recife que reunidos em torno do grupo “Direitos Urbanos” (DU) passaram a liderar e realizar ocupações e manifestações frequentes reivindicando mudanças na reformulação do projeto e no plano urbanístico da cidade.

Este movimento, além de lutar pela não construção do projeto “Novo Recife”, surgiu da articulação de pessoas interessadas em política e preocupadas com os problemas da cidade do Recife. A partir de um grupo de pessoas que se conheciam *offline*, o grupo foi se expandindo através das redes sociais e começou a transformar suas preocupações em ação pelo menos desde a reivindicação do tombamento do Edifício Caiçara em 2012. Este edifício de estilo neocolonial era um dos últimos prédios antigos situados na zona sul do Recife, que ainda sobreviviam em meio aos espigões da avenida Boa Viagem e foi demolido no início de 2016 pela construtora Rio Ave, proprietária do terreno. A mobilização seguinte do movimento DU foi contra um projeto de lei que visava proibir o consumo de álcool nas ruas e limitar o horário de funcionamento de bares do centro da cidade como medida de combate à violência (TRUFFI, 2014).

Estas mobilizações agregaram pessoas em torno do desejo comum de participar mais ativamente das decisões políticas que regulam ou interferem na vida social da cidade do Recife, buscando alternativas de ação quando o interesse da cidade fica esquecido pela representação política formal. E por esta razão, o grupo acabou atraindo a discussão de diversos outros problemas da cidade além desse projeto.

Na maior parte do tempo discussões ficam centradas no que o movimento entende como problemas e de como impedir que iniciativas, privadas ou do poder público, atentem contra o futuro do Recife como uma cidade mais justa e mais viva. As discussões sobre os problemas das cidades com a população em geral não estão presentes nos processos de decisão dos planejadores urbanos pois nossos sistemas democráticos não permitem essas participações e quando permitem não se efetivam (BARBOSA, 2014).

Vários projetos, como a Primavera Árabe e as manifestações de 2013 e 2015 no Brasil, já mostraram a capacidade da internet para conectar pessoas e ideias e mobilizar a força de uma inteligência coletiva para construir soluções. Participam do grupo pessoas de diversas áreas, com diferentes graus de experiência no setor privado ou nos governos, pessoas que aliam o conhecimento técnico com preocupação social.

A proposta do grupo está, portanto, nessas discussões, que rompem com as compartimentalizações nas quais o planejamento da cidade é forçado pela estrutura burocrática dos governos. As pautas mais frequentes do grupo são a transparência e participação popular, revisão e regulação do plano diretor e reorganização da legislação urbanística, planejamento urbano e metropolitano integrado e de longo prazo, entendimento da cidade como sistema, condução da política pública para a melhoria da qualidade de vida e a justiça social, revisão da ideia de que os investimentos privados por si são garantia de desenvolvimento, valorização do espaço público, revitalização sem gentrificação, proteção das ZEIS e de comunidades ameaçadas de remoção, deslocamento não-motorizado e planejamento do uso do solo como centro do problema da mobilidade, subsídio e valorização do transporte coletivo como forma de distribuição de renda e de construção de um modelo de mobilidade mais eficiente (BLOG DU, 2012).

De fato, o recente movimento do grupo DU vem se tornando uma coalizão entre vários grupos como associações de bairro, organizações ambientais, círculos universitários, etc. para campanhas potencialmente contra-hegemônicas. Tem como principal objetivo lutar por participação democrática nas decisões sobre a cidade, questionando os governos locais e seu planejamento urbano. O movimento procura discutir propostas na tentativa de reconfigurar os espaços públicos e propor uma reforma urbana que permita maior justiça sócio-espacial. As lutas do grupo têm ganhado adeptos em todo o Brasil. O movimento possui milhares de integrantes em uma rede social na internet e já serviu de inspiração para criação de grupos de mesmo nome no Rio de Janeiro, Paraíba, Bahia, Ceará e diversos outros estados brasileiros. Um dos principais exemplos dessa influência é o movimento #OcupeCaismauá que ocorre em Porto Alegre com lutas semelhantes ao #OcupeEstelita.

Uma das atratividades dessa forma de mobilização é justamente poder fugir da necessidade de aceitar grandes blocos ideológicos, como na luta partidária. Hoje uma nova conjuntura está imposta e, com ela, novos problemas e novas demandas. Essa discussão sobre o modelo de cidade é uma discussão nova na região. Ela sempre foi teórica e acadêmica. O Recife atualmente apresenta uma diversidade de grupos, manifestações e movimentos sociais, como o #OcupeEstelita, o Movimento Coque (R)existe e o Direitos Urbanos, que objetivam melhorar a qualidade de vida da sua rua, do bairro e discutir políticas públicas, planejamento urbano e mobilidade. Discutindo e refletindo sobre que cidade as pessoas querem habitar (TRUFFI, 2014).

## 1.1 Justificativa e Articulação Teórica

O presente trabalho se justifica pela emergência em discutir os modelos de urbanização vigentes, em especial, nos países periféricos. Ao reconhecermos a centralidade do tema e o papel dos movimentos sociais nos processos de significação e ressignificação dos discursos em torno da cidade e da vida urbana, contribuimos para problematizar as relações entre os movimentos sociais e o planejamento urbano e, no contexto dessas relações, trabalhar um novo campo discursivo que nasce com o advento do Direitos Urbanos e suas implicações no cenário das políticas públicas e planejamento urbano do Recife. Por ser um discurso novo no contexto local há uma demanda acadêmica em compreender como esses sujeitos políticos vêm atribuindo significados à cidade.

Apesar de suas belezas naturais e construídas, o Recife hoje possui uma composição social extremamente desigual e excludente. A cidade é apreciada de maneira segregada e superficial. Sua população não para de crescer, pois é ponto estratégico de negócios para cidades e estados circunvizinhos e fundamental para o desenvolvimento econômico (BARBOSA, 2014). É evidente, que problemas urbanos mencionados aqui não são exclusivos do Recife. Pelo contrário, são comuns na maioria das grandes cidades brasileiras. O Recife, depois de anos de história, é uma cidade sem cuidados com sua manutenção, que se desenvolve de forma aleatória, com ações pontuais e desconectadas de planos estruturadores, estabelecendo um colapso no controle urbano. Por isso a urgência em discutir a cidade e em pensar e repensar sua ordem, os motivos desencadeadores de tal situação e as consequências dos mesmos para as gerações futuras.

Além dos problemas apresentados, recentemente, a cidade vem apresentando algumas discussões, propostas e projetos voltados à qualidade de vida, agendas com discursos e práticas nunca antes utilizadas, como “direito à cidade”, “cidade para pessoas”, “qualidade de vida”. São discursos que emergem de uma nova conjuntura de discussão do urbano na qual o Recife parece fazer parte. Quanto à escolha por pesquisar o movimento DU, esta deu-se por diversos motivos: pelo objetivo principal do fenômeno ser a cidade do Recife e suas questões urbanas, incluindo melhorar a qualidade de vida da cidade e discutir, planejamento urbano e políticas públicas. Além disso, o movimento se articula com outros movimentos e causas criando uma rede de relacionamentos que permite ações e mobilizações de grande efeito na tentativa de ressignificar a cidade. Sendo assim, o estudo se justifica primeiro, pela relevância que os temas urbanísticos têm em nossa atualidade e, segundo, pela lacuna de estudos para entender as ações dos movimentos sociais nessa nova conjuntura.

Podemos ainda considerar que a academia, o governo e o setor privado serão beneficiados com esse conhecimento que refletirá as implicações referentes às questões urbanísticas, sociais e políticas presentes no discurso estudado podendo reverberar em aprimoramentos futuros da própria política de planejamento urbano.

Existem diferentes maneiras de abordar as tentativas de reforma urbana por uma cidade mais justa, humana e habitável. Mas, como questiona Novy e Mayer (2009), “o que é ‘justo’ e ‘humano’ e o que é ‘possível’ nas condições atuais de avançado capitalismo globalizado?” Algumas experiências em países latino americanos sugerem mudanças possíveis voltadas para uma maior justiça social e espacial de oposição ao urbanismo neoliberal como, por exemplo, Porto Alegre (CHAVEZ; GOLDFRANK, 2004), Medellín e Bogotá (CAVALCANTE, 2013). Cidades essas que passaram por transformações urbanísticas, com melhorias dos meios de transportes, equipamentos urbanos e intervenções em habitação social e melhoramento de bairros que hoje servem como referência para muitas cidades latino-americanas. É o caso de Medellín, que passou por uma revolução urbana significativa. Transformou-se de uma cidade violenta comandada pelo tráfico de drogas para uma cidade integradora e mais segura, que valoriza o espaço público, melhorando acesso e mobilidade da população periférica ao centro da cidade.

Frente a realidade em que estão as cidades, alguns estudiosos (David Harvey (2008), Henri Lefevre (2001), Jan Gehl (2010), Janes Jacobs (1961)) criticam e tentam propor novas formas de construí-la. É verdade que parece claro para todos os agentes que o modelo de cidade vigente não é bom para ninguém. São muitas as convergências que consideram mudar e propor um modelo definitivo de cidade para o futuro. No entanto, ainda é necessária maior avaliação crítica das ações dos governos locais e também um olhar mais atento às forças estratégicas progressistas, ou seja, movimentos sociais, sindicatos, organizações indígenas e ONGs (NOVY; MAYER, 2009).

Um dos aspectos de originalidade desse trabalho é a perspectiva teórica da investigadora enquanto proposta para estudar seu objeto: a cidade pelo olhar dos movimentos sociais. Poderíamos utilizar o arcabouço teórico dos movimentos sociais ou, apenas, do urbanismo, no entanto, pretendemos refleti-lo de forma a articular esses dois campos teóricos citados com a Teoria do Discurso por defendermos a complexidade dos fenômenos sociais.

Com base na ontologia do discurso e da complexidade como epistemologia (ver capítulo seis), este trabalho define os discursos como forma de interpretar a realidade e procura reconstruir as estruturas sociais através da TD de Laclau e Mouffe (2015). Com o objetivo de construir novas interpretações, a TD torna visíveis fenômenos antes não identificados, problematiza descrições existentes de modo a criar interpretações alternativas (HOWARTH, 2005). O objetivo principal

da TD é explicar criticamente as práticas e regimes de práticas discursivas. Dessa forma, o desenvolvimento deste estudo atende aos pressupostos da originalidade temática não apenas por abordar um fenômeno em construção, mas por inovar quanto à abordagem discursiva quando busca compreender os movimentos sociais e suas práticas discursivas com respeito à cidade que desejam viver.

Afirmamos que a nossa contribuição teórica parte da tentativa de articulação de três campos do conhecimento distintos: Teoria Política, Agenciamento Político (Movimentos Sociais) e Urbanismo Crítico. Na figura 1 (1) podemos visualizar os conceitos principais das teorias utilizadas neste trabalho. A articulação entre esses três campos do conhecimento distintos nos ajuda a adentrar na complexidade das relações sociais diante das transformações urbanas e modos de vida urbano. Ou seja, esta articulação nos possibilita entender também como age os movimentos sociais urbanos nos processos de mudança e significação do planejamento urbano e quais paradigmas urbanísticos movem esses grupos.

Figura 1(1): Articulação Teórica



Fonte: Elaborado pela autora

Dessa forma, inicialmente, afirmamos que elegemos a TD como teoria política por ter o potencial de ser uma ferramenta de compreensão do social (MENDONÇA, 2009). Esta teoria oferece as ferramentas para uma crítica às formas realistas, positivistas e tecnocráticas de se analisar os problemas sociais. À medida que os discursos são pensados como práticas de

articulação de significados e que constituem a identidade e posições de sujeitos e objetos, deve-se dar atenção à lógica de como os princípios da vida social são criados, mantidos, interrompidos e transformados (HOWARTH; STAVRAKAKIS, 2000). A TD procura desvelar esses princípios.

Decidimos utilizar como teoria urbanística os teóricos do Urbanismo Crítico. Estudiosos como Henri Lefebvre, David Harvey, Manuel Castells, Peter Marcuse e uma legião de outros que foram inspirados ou influenciados por eles (KATZNELSON, 1993; MERRIFIELD, 2002) que são utilizados neste trabalho para dar conta da complexidade do fenômeno.

A Teoria do Urbanismo Crítico foi escolhida também por apresentar semelhanças paradigmáticas com a Teoria do Discurso e dos Novos Movimentos Sociais (NMS). Assim como as demais teorias utilizadas, a Teoria do Urbanismo Crítico rejeita divisões disciplinares tecnocráticas, classistas e orientadas para o mercado. Esta teoria difere fundamentalmente de abordagens herdadas da Escola de Chicago de Sociologia urbana, por exemplo. Em vez de afirmar as cidades como expressão de leis e de organização social baseadas na racionalidade burocrática ou eficiência econômica, a Teoria Urbana Crítica enfatiza o político e ideologicamente mediado, ou seja, entende a cidade como uma contínua (re) construção de espaços e lugares resultado de relações específicas de poder social (BRENNER, 2009).

Junto ao Urbanismo Crítico, a TD se apresenta como guia para este trabalho, pois entendemos que a realidade se encontra no discurso. Num mundo em transformação, absorver o entorno desses discursos é entender como a realidade está sendo construída. Por exemplo, Laclau (1983), quanto ao surgimento de novos agenciamentos políticos, argumenta que não existe mais uma única força, determinante e totalizante que molde as relações sociais, não sendo mais possível sugerir que a emancipação social esteja nas mãos de uma “única” classe. O proletariado, como classe social, não explica mais as diversas lutas e demandas sociais que começaram a surgir a partir do século XX. Diante de novos agenciamentos políticos com características tão diversas, nos concentramos nesta tese em entender de que forma esses novos agenciamentos agem e formam seus discursos. Que discursos são esses? Como eles se articulam? Como formam suas identidades? São questionamentos que buscamos responder utilizando o aporte teórico da TD em conjunto com as teorias explicativas dos Novos Movimentos Sociais).

Ao assumir que todos os objetos e ações são significativos e que seus significados são resultados de articulações e regras específicas construídas historicamente, o objetivo teórico da TD é proporcionar novas interpretações às práticas sociais, analisando como as forças políticas e os sujeitos constroem significados (MARÇAL, 2014). Isto é possível analisando estruturas específicas dentro das quais os sujeitos se articulam em torno de projetos hegemônicos. Ao se

aprofundar dentro de determinada estrutura política como, por exemplo, um movimento social particular, o analista desvendará o *modus operandi* desse sujeito coletivo o que permitirá uma teoria do discurso específica desse movimento.

Ao estudarmos sobre os significados que são fixados como cidade a partir das tentativas de articulação social de manifestações e movimentos na busca por reforma urbana passamos a considerar esta possibilidade parte de uma ontologia da complexidade, na qual possui uma paisagem ampla do fenômeno que este estudo se propõe analisar. Bem como das relações políticas e de poder envolvidas no movimento político.

Diante disso, partimos do pressuposto de que um movimento social é uma prática social discursiva e política por excelência. Laclau (1983) afirma que os princípios e categorias da TD são adequados para análise de sistemas e movimentos políticos. Com relação aos Novos Movimentos Sociais (NMS) o autor afirma: “[...] deveríamos indicar o status teórico que pode ser atribuído a estas unidades de análise a que denominamos ‘posições de sujeito’”. Elas certamente nos garantem o instrumental para pensarmos o caráter específico de várias situações que fugiram aos limites da análise sociológica clássica (LACLAU, 1983, p. 3).

Os Movimentos Sociais Urbanos (MSU) fazem parte dos NMS e introduzem discussões que vão além da análise das relações de classes ou da dicotomia capital trabalho. Trata-se de problemas novos que expressam contradições das sociedades capitalistas e não são exclusivos de uma classe social. São, na verdade, resultado da aplicação desigual, insuficiente e ineficiente dos recursos empregados no desenvolvimento e manutenção das cidades. São as dificuldades no acesso da maioria da população urbana aos recursos públicos, as carências e defasagens no nível de apropriação dos transportes coletivos, de habitação, dos esgotos, da saúde, da educação e dos equipamentos sociais são os fatores que afetam a qualidade de vida dos moradores urbanos e que geram revoltas e movimentos em busca por mudanças e melhorias.

Exemplos desta perspectiva são os novos movimentos que vem tomando força nas grandes cidades com o lema “salvemos...” ou “Ocupe...”. Dentro destas marcas convivem numerosas reivindicações e diferentes formas de organização e resistência ativadas pela globalização, pela perda de referências, pela degradação ecológica, pelo modelo de crescimento insustentável, etc. É preciso deixar claro que a imensa produção acadêmica sobre os MSU abarca os contextos europeus e norte-americano, enquanto que o contexto latino-americano carece de mais produção sobre o tema. No caso do Brasil é indispensável abordar os processos de urbanização e êxodo rural para entender as dimensões e características nas quais nascem o MSU. Diante desta conjuntura, este trabalho empenha-se em preencher esta lacuna.

Segundo Howarth, Norval e Stavrakakis (2003), os objetos de investigação pertinentes à TD podem ser: explosão de identidades nacionais, a emergência e lógica dos Novos Movimentos Sociais - NMS, o aparecimento e dissolução da fundação de mitos políticos e imaginários coletivos, produção de novas ideologias e a estruturação de sociedades por meio de uma pluralidade de imaginários sociais.

Nesta tese, como dito antes, buscaremos articular a TD como teoria política (por entender que o fenômeno estudado é político) com a Teoria dos Novos Movimentos Sociais (por entender que esta teoria articulada com a TD pode desvelar a emergência e lógica dos novos movimentos sociais) e a Teoria do Urbanismo Crítico (por entender que a TD é capaz de revelar como acontece a produção de novas ideologias urbanísticas e a estruturação de sociedades por meio de uma pluralidade de imaginários sociais como discursos por reforma urbana, entre eles o Direito à Cidade, ponto central da crítica à cidade contemporânea, e da ação dos movimentos sociais por reforma urbana). Sendo as três teorias de áreas distintas do conhecimento, pós-estruturalistas e críticas. Diante disso, a articulação teórica proposta neste trabalho mostra-se relevante e adequada.

Entendemos que a preocupação da TD é desnaturalizar, desvendar, problematizar as práticas sociais com um rico aporte teórico que permite explicar os fenômenos sociais a partir do processo político (ver capítulo dois). A preocupação da Teoria dos Novos Movimentos Sociais (ver capítulo três) é buscar o como e porque os movimentos sociais agem e, por sua vez, a preocupação da Teoria do Urbanismo Crítico propõe uma crítica ao urbanismo clássico através da retomada de princípios como valorização dos espaços públicos, justiça espacial, escala humana, esquecidos pelos planejadores urbanos (ver capítulo quatro). Buscaremos articular esses três aportes teóricos entendendo que a crise de modelo urbano é uma crise de hegemonia.

## 2 Teoria Política – A Teoria do Discurso

---

*O discurso nada mais é do que o reflexo de uma verdade que está sempre a nascer diante dos seus olhos.*

*Michel Foucault*

Nesta seção será apresentada a perspectiva da TD de Laclau, considerando as contribuições realizadas em conjunto com Mouffe desenvolvidas, principalmente, no livro *Hegemony and Socialist Strategy*, de 1985, traduzido para português em 2015.

É importante logo de início enfatizar dois pontos fundamentais para o entendimento da TD. O primeiro é que qualquer análise que pretenda utilizar a teoria do discurso como abordagem deve levar em conta a imensa complexidade com a qual o social é constituído. As ações de qualquer identidade de um grupo social devem ser entendidas como parte de um sistema relacional, a identidade é moldada em e através de suas relações com outros sentidos ou significados.

Em segundo lugar é preciso lembrar que Laclau e Mouffe partem de uma análise teórico-política do social e que não objetiva a formulação de uma teoria *stricto sensu* e nem a instrumentos metodológicos ou teste de hipóteses empíricas (TORFING, 1999).

A TD foi construída tendo como ponto de partida a articulação dos conceitos de autores como Derrida, Foucault, Gramsci e Wittgenstein e da psicanálise de Lacan e Zizek que vão exercer influência na leitura que Laclau e Mouffe fazem da tradição marxista e, posteriormente, no protagonismo que exercem no pós-marxismo até hoje (TORFING, 1999; ALVES, 2011).

Em seu livro, Laclau e Mouffe (2015) deixam claro os fatores históricos e sociais que influenciaram a construção da TD. Desenvolvida nos anos da guerra fria ao observar o declínio do modelo socialista soviético, a queda do muro de Berlim e o surgimento de diferentes movimentos sociais que modificaram o modo das pessoas enxergarem o mundo. A TD surgiu na tentativa de proporcionar um embasamento teórico e ideológico que desse sentido a esta nova realidade que se apresentava. Diante das transformações que surgiram, as antigas teorias não ofereciam mais explicações úteis para entender esse novo mundo (LACLAU; MOUFFE, 2015).

A abordagem da TD, na perspectiva de Laclau (2000a) é uma desconstrução da tradição marxista. Para Mutzenberg (2002), uma das principais contribuições da TD é superar o essencialismo marxista e introduzir um entendimento antieconomicista da economia. Para escapar do determinismo econômico estabelecido pelo marxismo simplista os autores utilizam a noção althusseriana de sobre-determinação. Tal noção traz a ideia de que não há nada no campo

do social que já não esteja sobredeterminado numa ordem simbólica que dar-se a partir da ideologia (MENDONÇA, 2006). Já para Andersen (2003), a TD seria uma genealogia da hegemonia que interpreta os conceitos de Foucault.

Ao desenvolver um conceito de discurso que oferece uma tentativa de superação do modelo baseado na ideia de superestruturas, Laclau e Mouffe introduzem e redefinem conceitos importantes para entender o fenômeno político como, por exemplo, sujeito, antagonismo social e hegemonia, este último desenvolvido por Gramsci. Para Laclau e Mouffe (2015), o conceito de desconstrução de Derrida, o estruturalismo de Saussure e a teoria lacaniana foram os principais pressupostos filosóficos que contribuíram na formulação da abordagem da hegemonia. Esta seria “uma teoria da decisão tomada em um terreno de decisões impossíveis” (LACLAU; MOUFFE, 2015, p. 11). O conceito de desconstrução contribuiu para a abertura do campo discursivo, criando novas possibilidades de interpretação.

Dos trabalhos de Saussure, Laclau e Mouffe utilizaram os conceitos de significante e significado para trabalhar os elementos da linguagem como culturalmente fixados com sentidos, não existindo uma conexão natural entre a existência e a palavra; e da teoria lacaniana, dois aspectos foram absorvidos: o conceito de ponto nodal e sujeito anterior à subjetivação, que permitiram trabalhar a ideia de transição, momento e precariedade do discurso (DA SILVA; BATISTA; MELLO, 2014, p. 72-73).

O uso dessas teorias e autores fazem da TD uma teoria pós-estruturalista. Nas palavras de Laclau e Mouffe (2001), p. 11), “o pós-estruturalismo é o terreno no qual nós encontramos a fonte principal de nossa reflexão teórica e, juntamente a este, a desconstrução e a teoria lacaniana têm sido de importância decisiva na formulação da nossa abordagem sobre hegemonia”.

Como dito antes, a TD é uma teoria muito rica em conceitos e oferece dispositivos teóricos importantes que servem de base para as análises de um fenômeno político. Além dos conceitos de hegemonia, antagonismo social, discurso, cadeias de equivalência e diferença e articulação, tratados posteriormente neste texto como categorias de análise, outros dispositivos como ideologia, identidade, posição de sujeito, mito e imaginário social são conceitos-chaves dessa teoria que merecem atenção.

Pode-se discutir ideologia na perspectiva pós-estruturalista analisando o trabalho de Gramsci. O autor entende ideologia como um espectro amplo dividido em dois tipos: ideologias “orgânicas”, necessárias para formação da estrutura, e as ideologias “arbitrárias”, racionalistas e desejadas pela sociedade. Para transpor ou superar uma ideologia para uma nova consciência, a ação das ideologias orgânicas é fundamental, pois teria o papel de disseminar essa nova consciência nos diversos campos político, cultural e econômico. São as ideologias orgânicas que

conduzem as massas, são as práticas hegemônicas de construção social (CHAVES, 2005). Para Althusser ideologia é uma ‘representação’ da relação imaginária dos indivíduos com suas condições reais de existência” (ALTHUSSER, 1985, p. 85).

A TD, tendo como base o entendimento de Gramsci, tem tratado o termo ideologia de maneira diferente dos demais. Em sentido amplo, o termo indica aquilo que seria ou é ideal. Algo que contem ideias e visões de mundo de um indivíduo ou de determinado grupo. O marxismo, como dito antes, trata ideologia como sistemas teóricos criados pela classe dominante para controlar, convencer e alienar a consciência humana. Para a TD, a ideologia é um dos pilares da sociedade, é um campo fértil de discursos e relações de conflitos e hegemonias (LACLAU; MOUFFE, 2015). No entanto, ideologia não pode ser definida como a representação distorcida de uma realidade social objetivamente dada, desde que se entende que realidade é sempre uma construção social. Como tal, ideologia constrói realidade como parte de um horizonte totalizante de significado que nega o caráter contingente, precário, e paradoxal da identidade social (HOWARD; TORFING, 2005).

Identidade política e social é um termo tratado na TD que foge da tradição teórica que sempre dividia identidade em dois blocos: o socialismo e o capitalismo. Com as mudanças ocorridas nesses antigos blocos, a identidade política tornou-se plural, o sujeito passou a ter várias posições que ajudam a formar suas identificações.

Para entender a identidade política, conforme a teoria do discurso, deve-se levar em consideração a constituição de uma formação discursiva. Assim, um discurso representa a articulação de identidades entre si e se constitui como aquilo capaz de representar tais identidades. Segundo Mendonça (2006, p. 56), “quando se fala em identidade, está-se referindo às coisas que possuem uma mesma essência e que estão dispostas no mundo em número maior do que um”. Além disso, quando se fala em identidades implicitamente também mencionamos as diferenças, no sentido de existência de uma totalidade distinta da identidade. Ou seja, X é X porquê não é Y e Y é Y porquê é diferente de X, ambos o são, pois diferenciam-se entre si e dos demais elementos.

Esta perspectiva de identidade vai de encontro ao marxismo na sua simplificação da identidade ao afirmar que a identidade do sujeito se constitui exclusivamente pela sua relação de trabalho. Pelo contrário, a TD acredita que não se pode simplificar as dimensões de um sujeito com faz o marxismo, mas entende que o trabalhador, no momento do trabalho está, apenas, assumindo uma “posição de sujeito” dentre outras posições sociais como pai, amigo, namorado, etc. Dessa forma, a noção de identidade marxista foi ampliada, uma vez que a luta política é muito mais complexa e exige outras bases teórica além do marxismo.

Assim, numa análise que tenha por base a TD, deve ter nítido que as identidades sociais e políticas não são completamente constituídas, ou seja, dentro da complexidade social os sentidos nunca são completamente universalizados ou completos (HOWARTH; STAVRASKAKIS, 2000). Sua ontologia é anti-essencialista e epistemologicamente anti-fundacionalista, como tal, a TD argumenta, com Derrida, que não há algo dado, uma essência autodeterminante que é capaz de determinar e fixar todas as outras identidades em uma estrutura estável e totalizante.

Para TD os sujeitos são constituídos pelos e nos discursos. Dentro da estrutura do discurso, o sujeito pode assumir diferentes posições dependendo dos contextos e das articulações. Posições de Sujeito seriam as formas que um indivíduo assume dentro do discurso (LACLAU; MOUFFE, 2015). E cada uma das posições ocupadas representa um tipo diferente de luta política que este indivíduo enfrenta.

Diante desta pluralidade de posições de sujeitos, o processo de representação ideológica discutido na TD inclui a ação da lógica da equivalência que serve para criar grupos discursivos com identidades equivalentes, instituindo uma fronteira política entre dois campos opostos (HOWARTH; STAVRAKAKIS, 2000). Neste momento, Laclau inclui os termos “vazio e “flutuante” como duas faces da mesma operação discursiva: “Entender o trabalho do ideológico dentro do campo das representações coletivas é o mesmo que entender esta lógica de simplificação do terreno social que temos denominado “equivalência” e suas duas operações centrais: a flutuação e o esvaziamento” (LACLAU, 2002, p. 27). As ideologias, dessa forma, operariam através de cadeias de equivalência que se contestam com cadeias discursivas diferentes na tentativa de articular e desarticular conceitos de um sistema discursivo.

As lutas ideológicas são, assim, lutas pelo preenchimento do que Laclau (2002) chama de significantes vazios, aqueles que tentam representar uma completude ausente de uma comunidade que, por sua vez, não pode ser plenamente alcançada.

Para entender as formas ideológicas do discurso, Laclau (1990) parte dos conceitos de Mito e Imaginário Social. Dentro de discursos hegemônicos, o mito torna-se uma alternativa de criação de novos espaços de significação. O mito funcionaria como uma “sutura do espaço deslocado por meio da constituição de um novo espaço de representação (LACLAU, 1999, p. 115). O mito torna-se imaginário social quando consegue neutralizar os deslocamentos incorporando novos significados ao discurso. Laclau (1990, p. 64) argumenta que o imaginário social é um “limite absoluto que estrutura um campo de inteligibilidade”.

O conceito de Hegemonia exerce um ponto central na TD. Se dá através da ideologia, operando via articulação de significantes.

[...] hegemonia pode ser definida como sendo a expansão de um discurso, ou conjunto de discursos, dentro de um horizonte dominante de orientação e ação sociais como forma de articular elementos não-fixos em momentos parcialmente fixos, dentro de um contexto entrelaçado por forças antagonísticas (LACLAU; MOUFFE, 2015, p. 101).

Diferente do poder coercitivo demonstrado por Althusser (2007), o poder hegemônico atua por convencimento, onde os indivíduos são convencidos a seguir determinado conjunto de regras e valores que regem a vida em sociedade (STODDART, 2007). Dessa forma, hegemônizar um conteúdo, nas palavras de Laclau, seria “fixar sua significação em torno de um ponto nodal, o campo social pode ser visto assim como uma guerra de trincheiras em que diferentes projetos políticos que pretendem articular em torno de si um maior número de significantes sociais” (LACLAU, 1990, p. 28).

Entende-se, portanto, a teoria da hegemonia como uma prática articulatória, sendo o resultado da articulação, o discurso. Este é construído em e através de disputas hegemônicas que buscam estabelecer uma liderança política e moral-intelectual através da articulação de significado e identidade. Práticas hegemônicas de articulação que unificam um espaço discursivo em torno de um grupo particular de pontos nodais sempre envolvem um elemento de totalização ideológica (LACLAU, 1996).

## 2.1 Categorias de Análise: Do discurso ao Significante Vazio

Laclau e Mouffe (2015) desenvolvem seus argumentos, a partir da noção de hegemonia, via categorias de análise: discurso, cadeias de equivalência, práticas articulatórias, antagonismo, momentos, elementos, pontos nodais, significante flutuante e significante vazio. Essas categorias analíticas permitem investigar os sujeitos políticos que buscam fixar significados sociais.

Antes de abordar o que seria lógica discursiva é preciso esclarecer o que Laclau e Mouffe chamam de caráter “material” e “mental” do discurso. Para os autores, o discurso é mais que fala ou oratória, mas aquilo que articula “todo o tipo de ligação entre palavras e ações, formando assim totalidades significativas” (LACLAU, 2000a, p.10). Ou seja, a noção de discurso da TD não faz distinção entre discurso e prática, as práticas individuais sociais são consideradas atos discursivos tomados a partir da interpretação ideológica que cada sujeito faz da realidade que o cerca.

Nossa análise rejeita a distinção entre práticas discursivas e não discursivas. Afirma-se que: a) todo objeto está constituído como um objeto de discurso, na medida em que este não é dado fora da emergência da constituição discursiva;

e b) que qualquer distinção entre o que são usualmente chamados de aspectos linguísticos e comportamentais de uma prática social, ou é uma distinção incorreta, ou tem lugar como uma diferenciação com a produção social de sentido, a qual está estruturada sob a forma de totalidades discursivas (LACLAU e MOUFFE, 2015, p. 107).

Laclau e Mouffe deixam claro que as práticas sociais são sempre discursivas, ou seja, não existe uma natureza discursiva e outra não discursiva de um fenômeno. O que existe é uma cadeia de significação onde os sujeitos sociais lutam por estabelecer verdades. Dessa forma, todo espaço social é um espaço discursivo se considerarmos, como tudo aquilo que articula ligações entre palavras e ações na procura de totalidades significativas (LACLAU, 2000; JORGENSEN; PHILLIPS, 2002).

Visto o caráter material do discurso, será apresentado, a partir de agora, o seu conceito: O discurso é uma prática articulatória que o indivíduo utiliza para interagir no mundo (LACLAU; MOUFFE, 2015). A noção de discurso desenvolvida por esses autores pode ser entendida como uma sequência de elementos numa constante renegociação de seus significados num conjunto de sentidos específicos (PINTO, 1999; TORFING, 1999; BARRET, 1994/1999).

Laclau e Mouffe (2015) defendem que, a constituição de um discurso deve ser compreendida como resultado de articulações de diferentes demandas, que inicialmente estão dispersas em um campo de discursividade. O discurso, não é fala, mas campo de prática, portanto analisam-no como uma complexa teia de interações.

Em um nível mais concreto, discurso é um conceito que pode ser analisado como grupo de esquemas cognitivos, articulações conceituais, estratégias retóricas, figuras e imagens, ações simbólicas (rituais), estruturas (arquiteturas), modalidades enunciativas, e fluxos narrativos e ritmos. Todas essas coisas podem ser analisadas em termos de sua habilidade de moldar e (re) moldar significado e em termos de sua falha de promover um espaço homogêneo de representação (HOWARD; TORFING, 2005).

Utilizamos como exemplo um movimento social urbano que luta por reforma urbana e por direito à cidade. Na perspectiva da TD ele é entendido como conjunto de práticas sociais que são construídas por meio de uma constante renegociação de significados.

Esse processo de significação está baseado em três noções principais: 1) elemento; 2) momento e; 3) prática articulatória. A primeira é considerada como “qualquer diferença que não seja discursivamente articulada”. A segunda, momento, acontece quando posições diferenciadas aparecem articuladas em determinado discurso. A terceira noção, articulação, é qualquer prática que relacione os elementos de tal forma que suas identidades sejam modificadas fazendo do

discurso a totalidade dessa articulação (LACLAU; MOUFFE, 2015, p. 85). Nas palavras de Laclau e Mouffe (2015, p. 105), a Articulação é:

[...] qualquer prática que estabeleça a relação entre elementos tal que suas identidades sejam modificadas como um resultado de uma prática articulatória. À totalidade estruturada resultante da prática articulatória, nós chamaremos de discurso. As posições diferenciais na medida em que elas aparecem articuladas dentro do discurso, nós chamaremos de momentos. Por contraste, nós chamaremos elementos qualquer diferença que não seja discursivamente articulada.

A consequência da prática articulatória é a possibilidade de especificar separadamente a identidade de cada elemento/momento discursivamente articulado e, nessa dinâmica, construir novos sentidos. Mas, como afirmam os autores, “a transformação de elementos em momentos nunca é completa” (LACLAU e MOUFFE, 2015, p. 121), assim, a articulação também nunca preenche um sentido último. Mendonça (2006, p 65-66) argumenta como isso afeta a estrutura discursiva:

[...] Se a articulação entre os momentos diferenciais não alcança uma literalidade última, a estrutura discursiva fixa somente sentidos parciais, o que possibilita a flutuação de diferenças. As identidades, quando assumem a condição de momentos diferenciais na relação articulatória, anulam completamente seus sentidos particulares em relação ao discurso que as une. Entretanto, isso não quer dizer absolutamente que as identidades deixam de existir como elementos diferentes entre si e diferentes também da própria articulação [...].

Esta não completude do discurso presume que a prática articulatória se dá pela junção de particularidades e diferenças que, em determinado momento, se unem em um ponto comum a todos chamado de ponto nodal. Para Mendonça (2006), se esses elementos não forem diferentes, não se configuraria uma articulação, mas tão somente uma simples igualdade.

Ao assumir que o discurso é constituído a partir de uma totalidade estruturada pela prática articulatória e de sempre tentar dominar o campo da discursividade, os autores assumem a incerteza e a provisoriedade do discurso. Sendo os significados não totais e não fixos, defendem o abandono do pressuposto de que a sociedade é uma totalidade e, dessa forma, parte do ponto de uma não fixação absoluta de sentido (HOWARTH; STAVRAKAKIS, 2000).

O discurso é, então, a tentativa de dominar os significados na sociedade. Os pontos dos discursos mais privilegiados, ou seja, os Pontos Nodais são, ao mesmo tempo, “alvos e resultados das lutas hegemônicas travadas numa dada formação social” (GIORDANI, 2009, p. 6). Um discurso hegemônico estável torna-se deslocado quando é confrontado com novos eventos que não pode explicar, representar, ou em outros termos, domesticar. Deslocamento mostra-se através

de crises estruturais ou orgânicas na quais ocorre uma proliferação de significantes flutuantes. A disputa hegemônica tornada possível pelo deslocamento da ordem social buscará fixar os significantes flutuantes por sua articulação com um novo grupo de pontos nodais.

Para compreender a noção de ponto nodal é preciso estabelecer sua relação com outro conceito importante na teoria do discurso: o campo discursivo. Este é um espaço no qual as formações discursivas concorrem. Segundo Maingueneau (2000, p.19), o campo discursivo “não é uma estrutura estratégica, mas um jogo de equilíbrios instáveis entre diversas forças [...]”. Estas forças não são homogêneas; há sempre dominantes e dominados, vencedores e perdedores, posições centrais e periféricas.

Dentro do campo discursivo, discursos procuram impor suas significações à procura de adeptos e seguidores. Tem sempre a intenção de dominar o campo, retendo as diferenças na construção de uma centralidade discursiva. A constituição desse “centro” é o que Laclau e Mouffe chamam de ponto nodal:

Chamaremos os pontos discursivos privilegiados desta fixação parcial de pontos nodais. (Lacan insiste nestas fixações parciais através de seu conceito de *points de capiton*, ou seja, significantes privilegiados que fixam o sentido de uma cadeia significativa. Esta limitação da produtividade da cadeia significativa estabelece as posições que fazem a predicação possível – um discurso incapaz de gerar qualquer fixação de sentido é o discurso do psicótico) (LACLAU e MOUFFE, 2015, p. 112).

Nesse ponto, Laclau e Mouffe (2015) desenvolvem o argumento sobre as lógicas que envolvem a construção do discurso, inserindo dois tipos de lógica que fazem parte dessa construção: a lógica da diferença e a lógica da equivalência. Ambas fazem parte do mesmo processo sendo a lógica da diferença o que explica a complexidade do social e a lógica da equivalência o que explica a simplificação dessa complexidade (LACLAU; MOUFFE, 2015; HOWARTH & STAVRAKAKIS, 2000; PINTO, 1999).

Quando vários movimentos diferentes de luta pelos direitos de minorias (como negros, trabalhadores, mulheres e lgbs) lutam separadamente, eles estão usando a lógica da diferença, através das suas percepções identitárias, buscando expandir o sistema de diferenças incorporando elementos desarticulados. Nesta lógica, esses grupos têm pouca força social, uma vez que não estabelecem vínculos com outros grupos. Seus discursos identitários, muitas vezes, são vistos como demandas particulares e não representam as demandas sociais. Como, por exemplo, o Movimento dos sem-terra que representa uma particularidade dentre diversos outros movimentos particulares e não encontra eco na sociedade.

No entanto, quando esses movimentos se juntam para reivindicar alguma ação ou estarem contra a alguma ação do governo, eles estão se utilizando da lógica da equivalência. Esses

movimentos diferentes se articulam em torno de um ponto nodal ou ponto discursivo privilegiado que faria sentido a todos eles e estabeleceriam um inimigo comum, no caso, o governo.

A TD afirma que dois termos para serem equivalentes precisam ser diferentes, pois a lógica da equivalência se sustenta a partir da diferença. Persistindo, mesmo com a tentativa de anulação, há equivalência porque a anulação nunca se completa. Há sempre uma incompletude de sentido que possibilita a constituição do discurso (NORVAL, 2000). Ou seja, há sempre limites nos discursos que impedem a completude total. Mencionar os limites de um discurso é mencionar a existência do antagonismo que, por sua vez, expressa a incompletude dos discursos.

Esta incompletude Laclau (2005) chama de Antagonismo Social. A noção de antagonismo é fundamental na TD por ser central no que o autor chama de campo de discursividade. O antagonismo é o que possibilita a formação de toda identidade. “A relação antagonica se estabelece na medida em que a presença do "outro" não permite que o “eu” seja completamente “eu”” (PINTO, 1999, p. 84). Dessa forma, é possível dizer que a simples presença de um “outro” impede a total constituição de um “eu”, caracterizando um antagonismo (TORFING, 2005). Nas palavras de Laclau: “o exterior é, portanto, um exterior radical sem medida comum com o interior” (1993, p. 35).

Para Mendonça (2006, p.70), o antagonismo nada mais é que “a impossibilidade de constituição de um sentido objetivo, ou positivo, de uma formação discursiva”. Este impedimento se dá a partir de um “exterior constitutivo” que ameaça a existência de um “interior”. O corte antagonico bloqueia a expansão de sentidos de um discurso em relação ao discurso oposto/adversário (condição de impossibilidade), mas ao mesmo tempo também possibilita a constituição discursiva. Esta duplicidade configura-se como um paradoxo que Laclau (1996) explica ao argumentar que ao mesmo tempo que um discurso antagonico ameaça um outro discurso antagonizado, ele também representa a própria condição de existência do seu interior, ou seja, um discurso se constitui sob a ameaça da presença de outro discurso. “Enfatiza-se, portanto, que “a presença do outro me impede de ser totalmente eu mesmo. A relação não surge de identidades plenas, mas da impossibilidade da constituição das mesmas” (LACLAU e MOUFFE, 2015, p. 125).

Sendo uma identidade social sempre incompleta e passível de mudanças, são através das práticas articulatórias e dos antagonismos que alguns discursos se sobressaem possibilitando hegemonias. O discurso é articulador da hegemonia buscando sempre um fechamento (mesmo que provisório) do significado (HOWARTH, 2000). A hegemonia é, então, um conceito ou argumento vazio. Uma identidade vazia que comporta dentro da sua individualidade uma totalidade necessária e, ao mesmo tempo, inalcançável (LACLAU, 2005).

Segundo Laclau e Mouffe (2015), uma relação hegemônica é uma relação de ordem. Um discurso hegemônico é um discurso de unidade de diferenças, sempre na busca por preencher plenamente uma identidade. Conforme Laclau: “entendo por ‘hegemonia’ uma relação em que um conteúdo particular assume, num certo contexto, a função de encarnar uma plenitude ausente” (LACLAU, 2002, p. 122).

Hegemonizar um conteúdo equivale, por conseguinte, fixar sua significação em torno de um ponto nodal. O campo do social pode ser visto assim como uma guerra de trincheiras em que diferentes projetos políticos pretendem articular em torno de si um maior número de significantes sociais [...]. A necessidade e a ‘objetividade’ do social depende do estabelecimento de uma hegemonia estável e os períodos de ‘crise orgânica’ são aqueles em que se debilitam as articulações hegemônicas básicas [...] (LACLAU, 1993, p. 45).

A noção de hegemonia de Laclau foi sistematicamente desenvolvida em sua obra “Contingency, hegemony, universality: contemporary dialogues on the left” (2000b), publicada em conjunto com Judith Butler e Slavoj Žižek. Neste trabalho, Laclau defende a ideia de que a relação hegemônica não é apenas uma ferramenta analítica útil, mas define a própria relação política. Na mesma obra ele analisa o que chama de quatro dimensões da hegemonia: 1) a desigualdade de poder está constituída; 2) para que haja hegemonia é necessário que a dicotomia universalidade/particularidade seja suprimida; 3) hegemonia requer tendencialmente a produção de significantes vazios; e 4) para que haja hegemonia é necessária uma generalização das relações de representação como condição de constituição de ordem social.

Com relação ao primeiro pressuposto, para Laclau a desigualdade de poder é terreno para própria condição da relação política, baseada na disputa por recursos escassos, na qual a hegemonia se constitui. Ou seja, tomar a hegemonia como categoria analítica é pressupor a existência de uma intensa disputa política entre diferentes discursos cujo poder está desigualmente distribuído. Quanto ao segundo pressuposto, tem como principal característica a ideia de que qualquer discurso para se constituir hegemônico deve deixar suas particularidades de lado e tornar-se mais universalizante. Isto não significa que um discurso tenha que negar sua identidade particular, mas deve tornar-se atraente para outros discursos dispersos no campo da discursividade. Precisa conglomerar demandas reconhecidas como de outros discursos. Nas palavras de Laclau:

Há hegemonia apenas se a dicotomia universalidade/particularidade está suspensa; universalidade existe apenas encarnando e subvertendo algum objetivo particular, mas, de forma recíproca, nenhuma particularidade pode constituir-se como política sem se tornar o *locus* de efeitos universalizantes (LACLAU, 2000b, p. 56).

Com relação ao terceiro pressuposto, a hegemonia requer sempre a produção de significantes vazios, quer dizer que quando um discurso tem universalizado em demasia seus conteúdos, tornando-se incapaz de ser significado de forma exata se constitui como significante vazio que permitirá o processo de hegemonização do discurso. Laclau afirma: “um significante vazio é um significante sem significado” (LACLAU, 1996, p. 69).

Quando um discurso se universaliza a ponto de ser impossível significá-lo de forma exata, pode-se dizer que esse discurso é um significante vazio (MENDONÇA, 2007) e, portanto, hegemônico. No entanto, nenhum discurso consegue alcançar a completude hegemônica. Mas alcançando certo nível de demandas populistas e de estabilidade possibilita a transformação de certos mitos construídos na estrutura social e imaginário possibilitando o desenvolvimento de um novo espaço de representação (LACLAU, 2005; HOWARTH & STAVRAKAKIS, 2000; NORVAL, 1996).

No entanto, o significante vazio apresenta seus limites:

Apesar de um significante vazio ser um significante sem significado em função de uma polissemia de sentidos que faz com que este esvazie seus conteúdos específicos, é possível, como já assinalado anteriormente, perceber a existência de seus limites. Os limites de um discurso buscam constantemente subverter seus significados, sendo, portanto, negativos à constituição desses (MENDONÇA, 2006, p. 85).

O quarto e último pressuposto ou dimensão da hegemonia diz respeito ao terreno no qual a hegemonia se expande que é o de generalização das representações o que vai permitir a constituição da ordem social. Um discurso articulado sempre está exercendo uma função de representação. Nas palavras de Laclau:

A representação é o processo no qual o outro – o representante – “substitui” e ao mesmo tempo “encarna” o representado. As condições de uma perfeita representação parecem estar dadas quando a representação é um processo direto de transmissão da vontade do representado quando o ato de representação é totalmente transparente em relação a esta vontade. Isto pressupõe que a vontade esteja plenamente constituída e que o papel do representante se esgote nesta função de intermediação. Desta forma, a opacidade inerente a toda substituição e encarnação deve ser reduzida a um mínimo: o corpo que a encarnação tem lugar deve ser quase invisível. Neste ponto, contudo, é que começam as dificuldades. Nem do lado representante, nem do lado do representado se dão as condições de uma perfeita representação (LACLAU, 1996, p. 172).

Ou seja, esta representação política dada pela generalização de significados é sempre precária e falha, pois o representado nunca será satisfeito completamente, sendo a representação direta de uma totalidade inatingível.

## 2.2. As lógicas de ação: Articulando o social, o político e o fantasmático

A análise e os estudos dentro das ciências sociais exigem uma construção teórica do objeto analisado na tentativa de desvelar o funcionamento das práticas sociais. Por isso, quando tentamos explicar, pela perspectiva pós-estruturalista, a estruturação do campo político de luta por reforma urbana articulando as ideias da teoria do Direito à Cidade à TD é fundamental o uso e articulação das categorias da lógica da equivalência, lógica da diferença e produção de significantes. A articulação, neste sentido, serve como um meio de conceituar a maneira como conduzimos a investigação nas ciências sociais, ao mesmo tempo, contribui para a nossa compreensão geral da lógica da explicação crítica.

Com base na articulação dessas categorias entendemos que em um processo de hegemonização dos discursos e promoção de demandas de luta por reforma urbana contra os governantes e gestores públicos, normalmente, os sujeitos tentam anular diferenças específicas de classe, etnia, região ou religião em nome da necessidade por mudanças no planejamento urbano e pelo direito à cidade que podem servir como um ponto de referência comum para todos cidadãos; de fato, a identidade pode ser praticamente esgotada em sua oposição ao processo de urbanização da cidade. Ou seja, as identidades particulares são suprimidas em nome de um objetivo comum e isto se configura pela lógica da equivalência. Por outro lado, a lógica da diferença está baseada em outros discursos, em identidades externas não conectados, numa tentativa de quebrar as cadeias de equivalência. A lógica da diferença tenta impedir a articulação de demandas e identidades em um generalizado desafio ao discurso dominante.

Em resumo, segundo Glynos e Howarth (2007), as lógicas políticas da equivalência e diferença compreendem um dispositivo de enquadramento descritivo que é derivado de uma compreensão particular do discurso e da importância atribuída aos processos de significação. Essas categorias melhoram a abordagem à explicação da ciência social por fornecer uma gramática conceitual com a qual podemos tentar explicar a dinâmica da mudança social. Elas ajudam a mostrar como as práticas sociais e os regimes são contestados e transformados.

Dessa forma, a luta por reforma urbana busca hegemonizar-se no campo discursivo do planejamento urbano por meio de uma tensão entre a afirmação de um Nós (aqueles que lutam para ter direito à cidade e participar do planejamento urbano) e um Eles (planejadores, líderes e administradores responsáveis pela gestão urbana) que se dá a partir da concepção de cadeia de equivalência e de diferença. A cadeia de equivalência se forma ao agrupar em seus discursos pontos nodais. Quanto maior for o poder de criar equivalências e produzir outros sentidos, maior as possibilidades de identificação. Neste ponto, chegamos a um paradoxo. Quanto mais genérico

for o conteúdo do discurso, maior o poder de identificação com a luta e, conseqüentemente, maior o número de mobilizações. As diferenças, pelo contrário, desarticulam as equivalências e o discurso perde poder de mobilização.

No caso da luta por reforma urbana pode perder mobilização devido as diferenças de classe, ideologia política, correntes urbanísticas variadas, estratégias de ação, etc. Nesta conjuntura, os movimentos sociais seriam cadeias de equivalência em meio as diferenças (MUTZENBERG, 2003) e a construção dessa vontade coletiva não seria resultado apenas da retórica, mas da ressignificação das práticas sociais que incidem sobre a política.

Nesse sentido, podemos entender o espaço social como discurso fruto de práticas articulatórias que se consolidam em determinadas configurações hegemônicas. Há nesse processo um descolamento entre significado e significante e, por consequência, o surgimento de significantes flutuantes, nos quais podem se inscrever diferentes significados. Quando acontecem fixações de significado, os elementos externos serão articulados por forças que serão contrárias ao que foi definido. Por isso, Laclau afirma que os significantes são vazios porque o sentido não está pré-definido, depende do contexto das relações sociais como o momento histórico, por exemplo.

Além disso, como a articulação se dá mais fácil quanto mais generalizado e universalizado for o discurso, o discurso precisa englobar diferentes demandas, o que Laclau denomina de cadeia de equivalências entre particularidades. Os significantes são vazios exatamente porque precisam representar mais demandas e a cadeia funciona como uma base que sustenta a identidade do discurso em torno de um significante mais denso que represente o ponto nodal de unificação das bandeiras de luta.

Esta cadeia de equivalência está em constante tensão insolúvel com as diferenças de identidade dentro do discurso. As lutas políticas podem ter êxito em enfatizar um dos aspectos (pró ou contra) dessas diferenças e, dessa forma, cristalizar-se. Esse é o processo que Laclau (1990) vai chamar de sedimentação, em que os sujeitos tentam tornar a contingência invisível. Muitas vezes, discursos como o crescimento das cidades tentam cristalizar-se sempre negando seu caráter político, afirmando tais decisões como necessárias e racionais e legitimando seu discurso por uma suposta necessidade.

Laclau nos dá um bom exemplo quando afirma o imaginário moderno como o discurso hegemônico no mundo atual. Pois, no imaginário da modernidade a técnica se constitui como vetor de deformação do modelo original, ou seja, os processos de “modernização” são sempre precários e distorcidos do modelo original. Quando o progresso técnico acontece, no imaginário moderno ele é tomado como uma necessidade racional para manter a vida no planeta. Há, no

entanto, diferentes maneiras de interpretar este progresso. Então é importante relativizar o imaginário como condição de existência do ser pensando nos discursos não hegemônicos, periféricos, na sua historicidade que podem ser possibilidades reprimidas que surgem posteriormente como opções possíveis ao longo do processo histórico. Essas possibilidades são significantes flutuantes que em um momento de deslocamento do discurso podem ser significados.

O planejamento urbano também é um discurso que no imaginário moderno foi significado de forma a estabelecer a cidade como base para o crescimento econômico e lugar de fluxo de capital, material, informação e transporte. Quando esse discurso cria condições em que os indivíduos que vivem nesta cidade, em sua maioria, são esquecidos, marginalizados ou excluídos de espaços públicos de lazer, de espaços seguros e de sistemas habitacionais dignos criam brechas para um deslocamento. Diante desta precariedade de um estado que promete as tais “políticas sociais” e não as executa, os movimentos surgem para denunciar as falhas e nessas brechas, constituem suas reivindicações.

Assim, pelos evidentes limites de violência, habitação precária, decadência dos espaços públicos que o modelo atual de urbanização impõe à vida urbana, observamos a proliferação de discursos críticos que buscam atribuir novos significados à vida urbana propondo mudanças estruturais no planejamento urbano das cidades. Nesse processo, tais agentes estabelecem alianças a partir da convergência entre suas demandas neste campo de disputas, como postula Laclau e Mouffe (2015).

Nesse sentido, as lutas também se constituem nos deslocamentos, tentam constituir seus discursos tendo por base discursos alternativos como direito à cidade, urbanismo do cotidiano, planejamento urbano democrático, etc. Isto posto, as identidades dos movimentos são como uma colcha de retalhos, com vários discursos articulados num ponto nodal (a reforma urbana). Os diferentes interesses podem ser articulados nesse ponto nodal, por meio de práticas articulatórias que, como dito antes, estabelecem cadeias de equivalência e de diferença.

Nesse contexto, as manifestações por reforma urbana são possibilitadas, entre outras coisas, pelas falhas no discurso do velho urbanismo, a contradição de anunciar uma universalidade, mas que só existe como privilégio de poucos. É nesse sentido que os movimentos sociais “desestabilizam” discursos hegemônicos: realizando debates, mobilizações públicas, passeatas e ocupações.

Apesar de suas particularidades, os significantes vazios agem como portadores de uma significação universal. A exemplo do #OcupeEstelita podemos antecipar baseado nas primeiras observações que abordagens como Direito à Cidade, Reforma Urbana e Justiça sócio-espacial

seriam significantes vazios que procuram incorporar a unidade do movimento, mesmo sendo impossível sua completude. Estes significantes vazios funcionam como pontos nodais que promovem a articulação do discurso do movimento, um discurso contra-hegemônico.

Em resumo, a TD oferece as ferramentas ou conceitos chaves que possibilitarão a análise do movimento social. Neste ponto, o conceito de articulação assume papel central na medida em que trata da articulação entre técnicas e métodos que permitem a análise crítica de determinado fenômeno. Mas como articular os conceitos de lógicas de equivalência e diferença e significantes vazios e flutuantes a partir das três lógicas mencionadas por Glynos e Howarth? Os autores argumentam que para o desenvolvimento da análise social é necessário levar em consideração as lógicas sociais, políticas e fantasmáticas presentes na TD.

A lógica social possibilita a caracterização das práticas ou regimes de práticas em certo domínio social; a lógica política possibilita uma análise de como essas práticas são instituídas e contestadas, como, por exemplo, a lógica da fantasia ou fantasmática, que está atrelada à dimensão ideológica e que busca razões pelas quais as práticas discursivas são transformadas ou mantidas por meio dos sujeitos (BATISTA; SILVA; MELLO, 2014, p. 114).

A Lógica Social consiste em uma gramática social, regras que devem ser cumpridas e envolve “um sistema rarefeito de afirmações, que é um sistema de regras delineado num horizonte dentro do qual alguns objetos são representáveis enquanto outros são excluídos (GLYNOS; HOWARTH, 2007, p. 139). Essa lógica refere-se ao caráter normativo da produção do discurso e permite caracterizar as práticas em um domínio social específico (HOWARTH, 2000). A lógica social está nas instituições formais, na estrutura, na política institucional e na cultura política, nos espaços que instituem as regras.

A Lógica Política, por sua vez, “instituição do social, que procede de demandas sociais muito mais do que de um decreto arbitrário” (GLYNOS; HOWARTH, 2007, p. 139). É inerente a qualquer processo de mudança social, de contestação e tentativas de desafiar as relações sociais existentes. Busca uma reconfiguração daquilo que está constituído. Por isso, está intimamente ligada às cadeias de equivalência e diferença e assim, possibilitando aos sujeitos se articularem em torno de suas práticas e construir novos significados, identidades e novas práticas (HOWARTH; NORVAL; STAVRAKAKIS, 2000).

Foucault, em *A ordem do discurso*, afirmava que todo discurso é produzido em razão de relações de poder e que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que “têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade” (FOUCAULT, 2005, p. 09). O discurso, na obra foucaultiana, não é

simplesmente o que favorece os sistemas de dominação, “mas aquilo por que e pelo que se luta, o poder do qual queremos apoderar” (FOUCAULT, 2005, p. 10).

Desse modo, a TD se apropria dos ensinamentos de Foucault e entende que o poder não apenas fixa, mas desloca, não apenas reprime, mas subverte. Desse modo, o poder na TD é indispensável e a lógica política, nessa direção, se contrapõe à cultura política e à política institucional. Ela não possui um lugar ou uma esfera determinada na sociedade. “A lógica política, assim como o poder, é difusa e emerge de qualquer prática social de contestação” (ANDRADE, 2013, p. 12).

Laclau (2000a) caracteriza uma lógica social como um sistema rarefeito de objetos, como uma gramática ou conjunto de regras que tornam algumas combinações possíveis e excluem outras. Seria, portanto, a prática social ou regime de regras institucionalizadas. Glynos e Howarth (2007) enfatizam questões importantes sobre essas regras: Primeiro, as regras não são entidades reificadas que submetem práticas e discursos; em vez disso, elas nos permitem descrever e caracterizar estes discursos. Segundo que não podemos entender as lógicas sociais sem o desenvolvimento e emprego das lógicas políticas e fantasmáticas.

Em suma, o entendimento das lógicas sociais tem de ser complementado com lógicas políticas e fantasmáticas. Dessa forma, se lógicas sociais ajudam na tarefa de caracterizar diretamente práticas e regimes e regras instituídas, as lógicas políticas visam captar os processos de mobilização coletiva desencadeada pelo surgimento da dimensão política das relações sociais, tais como a construção, defesa, e naturalização de novas fronteiras (GLYNOS; HOWARTH, 2007). Isto é possível porque a própria instituição de uma nova prática social pressupõe o deslocamento de uma ordem social anterior. São as lógicas políticas capazes de contestar as formações discursivas hegemônicas. São lógicas que significam e o que permite este processo de significação é a dialética entre as lógicas de equivalência e diferença inseridas na lógica política. Pelos ensinamentos da TD então, se a lógica da equivalência envolve a simplificação do espaço, a lógica da diferença envolve sua expansão e complexificação (LACLAU; MOUFFE, 2015, p. 130).

Assim, os significantes ou elementos de formação de um discurso são aproximados pela lógica da equivalência não por suas semelhanças identitárias, mas pelo seu inimigo em comum. Ou seja, esses significantes:

[...] são equivalentes não na medida em que eles compartilham uma propriedade positiva (embora empiricamente eles podem compartilhar algo em comum), mas, fundamentalmente, na medida em que eles têm um inimigo comum. A dimensão da diferença, pelo contrário, capta o aspecto combinatório ou adjacente da relação, que é responsável não apenas pelas diferenças de identidade entre os elementos, mas também para manter elementos distintos,

separados e autônomos. Ambas as dimensões estão sempre presentes no sentido de que cada uma pressupõe a outra (GLYNOS; HAWARTH, 2007, p. 143).

Mas, e quanto as lógicas fantasmáticas? Se as lógicas políticas fornecem um quadro para mostrar como as práticas sociais surgem ou se transformam, as lógicas fantasmáticas fornecem os meios para entender as práticas de aderência dos sujeitos aos regimes ou aos discursos de resistência. As lógicas fantasmáticas dizem respeito à força por trás das operações das lógicas políticas e sociais (Laclau, 2005). A fantasia permite compreender o que dificulta a mudança de práticas sociais ou o que permite ou facilita a mudança dessas práticas. Funciona como um vetor de permanência (práticas sociais) e/ou de mudança (práticas políticas). Segundo Glynos e Howarth (2007), se a função da fantasia em práticas sociais é, implicitamente, reforçar o carácter natural de seus elementos ou prevenir o surgimento da dimensão política, a função da fantasia na prática política, por sua vez, é dar-lhes sentido e energia.

A Lógica Fantasmática funcionaria como uma energia que impulsiona e movimenta os processos de significação. É o que leva os sujeitos a serem mantidos por regimes e práticas específicas e explica a resistência à mudança das práticas sociais (GLYNOS; HOWARTH, 2007). Utopias, desejos de mudança e de não mudança, ideais revolucionários, ideais conservadores, todos eles podem ser concebidos como expressões da lógica fantasmática.

Os teóricos do discurso procuram situar as práticas e as lógicas investigadas em contextos históricos e sociais mais amplos. A articulação das três lógicas vem resolver, com isso, um mal-entendido: aquele relacionado ao imbricamento entre o textual e o extratextual. É preciso lembrar, mais uma vez, que estes não podem ser reconhecidos como esferas separadas e autônomas nas análises sociais (ANDRADE, 2013, p. 14).

Assim como funcionam as ideologias, as lógicas fantasmáticas podem mobilizar e organizar grupos e movimentos sociais. Funcionam como um terreno fértil sobre o qual os indivíduos adquirem consciência e lutam a favor ou contra um projeto de sociedade. Esses movimentos representam espaços de manifestação do político e do antagonismo, onde a busca por hegemonia é sempre uma disputa de sentidos (ANDRADE, 2013).

Em resumo, a abordagem das lógicas permite ir além das relações entre causa e efeito e das formas estáticas, como as leis. Elas estão ligadas entre si em um determinado contexto empírico para explicar um fenômeno problematizado. Isso nos fornece o conteúdo adequado de uma explicação potencial. É claro, porém, que qualquer explicação dessa natureza será composta por uma pluralidade de lógicas de um conjunto historicamente específico e complexo de circunstâncias sociais. Isto significa, portanto, que é necessário articular vários tipos de lógicas em conjunto para explicar o fenômeno.

Neste sentido, a articulação que Glynos e Howarth (2007) realizam com Laclau e Mouffe (2015) e suas categorias das lógicas de equivalência e diferença são fundamentais para investigar a maneira pela qual as práticas e regimes podem, em determinadas circunstâncias, serem reativadas pelos sujeitos, permitindo construir novos significados, práticas e identidades. Sendo que a lógica política está mais associada com a dimensão política das relações sociais, enquanto que a lógica fantasmática está intimamente ligada à dimensão ideológica.

Esses autores sugerem que a perspectiva ontológica do discurso da TD define que qualquer "lógica da explicação crítica" envolve a ligação em conjunto de diferentes lógicas, juntamente com as circunstâncias empíricas em que ocorrem, a fim de construir uma conta que é descritiva, explicativa e crítica. Ou seja, lógicas sociais, políticas e fantasmáticas se reúnem para elucidar processos de mudança social e estabilização dentro de uma teoria geral da hegemonia, o que pressupõe a existência de um campo social que apresenta antagonismos e a disponibilidade de "significantes flutuantes" - que podem ser articulados por projetos políticos opostos se esforçando para conferir sentido sobre eles (LACLAU, 2005, p.133; LACLAU E MOUFFE, 2015, p. 134).

As dimensões social, política e fantasmática dos discursos se relacionam dialeticamente e possibilitam a caracterização dos processos de “transformação, estabilização e sustentação de regimes e práticas sociais” (GLYNOS; HOWARTH, 2007, 133).

A teoria política de Laclau e Mouffe concebe os meios para acessar os elementos discursivos envolvidos na construção dos discursos dos sujeitos políticos e entender as práticas articulatórias e lógicas que movem o agenciamento político desses sujeitos. No próximo capítulo iremos abordar as teorias sobre um tipo de agenciamento político: Os Movimentos Sociais.

Neste capítulo, foram apresentados os elementos teóricos e suas categorias que serão parte norteadora da análise que será realizada a partir do capítulo sete. As noções de hegemonia, antagonismo social, discurso, cadeias de equivalência e diferença e articulação são centrais para o entendimento da disputa política que tratamos aqui. Outros dispositivos como ideologia, identidade, posição de sujeito, mito e imaginário também são importantes para compreender melhor a teoria. Nesta seção também foi tratado o desenvolvimento das lógicas sociais, políticas e fantasmáticas presentes na TD.

Dessa forma, nos dois capítulos que se seguirão, o esforço será de explanar a preocupação da Teoria dos Novos Movimentos Sociais na tentativa de hegemonizar seus discursos no campo discursivo do urbanismo. No capítulo três será realizada uma crítica ao sistema democrático e sua ineficiência em participação social, logo depois, demonstraremos a emergência e as principais teorias dos movimentos sociais.

## 3 Agenciamento Político – Democracia Radical e Plural e os Movimentos Sociais

---

*A democracia surgiu quando, devido ao fato de que todos são iguais em certo sentido, acreditou-se que todos fossem absolutamente iguais entre si.*  
Aristóteles

### 3.1 A crise das cidades é (também) uma crise de democracia?

Já conhecemos bem os problemas que as grandes cidades geram com a externalização dos serviços, a multiplicação de centros de negócios, a dispersão dos lugares de residência, o congestionamento, a pobreza, a violência, a poluição, etc. Problemas que produzem um estado permanente de crise que necessita ser administrada.

Os urbanistas e o público em geral parecem saber a cidade que querem fazer: uma cidade distinta da que temos agora. O problema é que, como afirmam Gigos e Saraiva (2009), não há um modelo distinto alternativo, um objetivo claro, somente a vontade de mudar.

Além disso, as mudanças sociais, as transformações do meio ambiente e as tecnologias da comunicação, unidos a atual conjuntura econômica, evidenciam a necessidade de novos planejamentos para os desafios urbanos. O que é, portanto, necessário para mudar o modelo de urbanismo vigente? Que características deve ter um modelo urbanístico que privilegie uma escala humana e a sustentabilidade do meio ambiente urbano?

Primeiramente, a análise da realidade deve atingir os problemas críticos, questionar as relações que existem entre todos os setores e agentes sociais para, então, explorar os distintos cenários de evolução futura do urbano; em um novo urbanismo a participação cidadã passa a um primeiro plano em todo o processo de planificação; e todos os objetivos, decisões e planificações devem se estabelecer de forma consensual entre os agentes envolvidos (MARTINEZ, 2005). Seguindo a classificação de Pedro Pérez (1995), para o estabelecimento de um novo modelo urbanístico, podemos considerar quatro atores relevantes: o governo da cidade, as organizações do mercado (sobre tudo Financeiras, Imobiliárias e Construtoras), Movimentos e organizações e, o quarto agente, que o autor chama de lógica do conhecimento.

No fim do século XX a humanidade vivenciou diversas mudanças que, segundo alguns estudiosos, sugerem uma transição do modelo moderno de sociedade para o que alguns chamam de “sociedade da informação” (CASTELLS, 2003), “sociedade de consumo” (HARVEY, 2009), “pós-modernidade” (BAUMAN, 2001), entre outros. Houve diversas transformações institucionais que levaram a mudança de um sistema social baseado na manufatura de bens

materiais e no trabalho para um modelo de sociedade baseado na troca de informação e no consumo.

O modo de vida da modernidade criou mecanismos que afastaram o indivíduo do campo político. Afastados e desinteressados do debate público e da participação política. (MOUFFE, 1996). Passam a viver suas vidas privadas e preocupar-se, cada vez menos, com o que passa ao seu redor. Quando o individualismo chega ao ápice, os problemas sociais deixam de ser relevantes.

Nos últimos anos, formou-se um consenso sobre a crise do sistema democrático. O Sociólogo Colin Crouch (2004) em seu livro "*Post democracia*" trata da saúde dos sistemas democráticos e alega que a sociedade igualitária não faz parte das preocupações da sociedade contemporânea e deixou de ser um problema político nessa época que ele denomina de pós-democracia. As democracias modernas estão mantendo a fachada de princípios democráticos formais, enquanto os governos estão cada vez mais voltados para o controle das elites privilegiadas, como acontecia nos tempos pré-democráticos. Crouch (2004) afirma que o esforço neoliberal para retirar o Estado de fornecer para a vida de pessoas comuns e para se concentrar na liberdade dos mercados foi sempre acompanhada por uma crescente colonização do mesmo Estado por interesses corporativos. A instituição-chave do mundo pós-democrático é a empresa global.

Por isso, governos tentam imitar o padrão organizacional das empresas. O invejado gerencialismo empresarial que, em busca de maior lucro e corte nos custos, terceirizam suas competências essenciais. Esta lógica aplicada às organizações públicas é devastadora: "o governo se torna uma espécie de idiota institucional" (CROUCH, 2004, p. 51), totalmente dependente dos mercados de livre concorrência. Isto gera apatia política por parte dos cidadãos. Uma crescente incapacidade dos cidadãos modernos em descobrir seus direitos e interesses públicos "Iguaritaristas não podem reverter a chegada da *post democracy*, mas temos de aprender a lidar com ela [...] em vez de simplesmente aceitá-la "( CROUCH , 2004, p. 12).

Desde a década de 1960 os promotores da participação cidadã advertem sobre as dificuldades para realização da mesma: a enorme influência e pressão que exercem as elites econômicas sobre os planejadores e sobre os governantes; o elitismo dos técnicos e especialistas que se fecham às outras propostas e não escutam todas as vozes devido ao tamanho das grandes cidades que impedem ou dificultam as participações em âmbitos locais; a institucionalização e burocratização dos processos participativos; a transformação de participação cidadã em defesas particulares de grupos sociais muito homogêneos e todas as demais dificuldades das populações periféricas em fazer parte dos processos participativos.

## 3.2 O esvaziamento político e tentativas de regresso do sujeito

*Política refere-se ao conjunto de práticas, discursos e instituições que procuram estabelecer uma certa ordem e organizar a coexistência humana em condições que são sempre potencialmente conflituosas*

*Chantal Mouffe*

Para Crouch (2004), a pós-democracia já começou, haja vista os processos eleitorais marcados por discussões eleitorais superficiais que não passam de espetáculo organizado por especialistas em ferramentas e técnicas de comunicação. A maior parte das pessoas é passiva e pouco participativa dependendo das sinalizações de persuasão eleitoral.

O diagnóstico de uma crescente apatia política por parte dos cidadãos das democracias avançadas fora formulado, já na década de 1970, a partir de perspectivas diferentes ou até opostas de Habermas e Luhmann. Apesar de passados quase cinquenta anos, esse diagnóstico não foi desmentido, ao contrário, tornou-se ainda mais importante na análise sociológica e política (PINZANI, 2013).

Pinzani (2013) faz uma reflexão sobre os limites do modelo de democracia deliberativa e questiona também se é desejável ou não uma maior participação política. Para o autor, a participação cidadã só se faz relevante com exercício concreto da soberania popular, não somente no exercício pontual do poder constituinte. Em segundo lugar, seria necessário primeiramente resgatar a dimensão social da liberdade individual. “Em outras palavras, seria necessário fortalecer as formas de participação direta no processo decisório. Ao mesmo tempo, contudo, não devemos pensar que a participação cidadã se esgote em atos como o de votar em uma eleição ou referendo” (PINZANI, 2013, p. 144).

O principal problema na verdade está na dissociação entre legitimidade e confiança. O cidadão reconhece a legitimidade das instâncias governamentais (partidos, parlamentos, administração pública em geral), mas não confia nelas. Por isso, a grande maioria da população se distancia das causas políticas, enquanto que o ativismo de alguns tenta sobreviver. Crouch (2004) aponta para um deles em particular, ao distinguir duas formas de ativismo dos cidadãos: há uma “cidadania positiva” que visa desenvolver “identidades coletivas” e há um “ativismo negativo” que se limita a acusar e a lamentar-se, que tem como fim principal o de exigir prestação de contas aos políticos. Segundo Crouch (2004, p. 13), “a democracia precisa de ambas aproximações à cidadania, mas no momento presente a negativa está recebendo uma ênfase

consideravelmente maior” (). No modelo negativo, a política segue sendo exclusividade das elites, embora estas possam ser “acusadas e culpadas por uma multidão raivosa de espectadores, quando se descobre que fizeram algo errado” (CROUCH, 2004, p. 14). Essa raiva pode levar, porém, ao cinismo e à desilusão em relação à política e à própria democracia.

Nesse sentido, Crouch (2004) alerta que atribuir a culpa de todos os problemas que atingem a sociedade exclusivamente as elites econômicas e aos políticos é um erro. As causas são históricas, variadas e complexas, mas não podemos cair em outro erro comum: sugerir que esses problemas com os quais se deparam nossas democracias sejam complexos demais para serem resolvidos democraticamente e exigem decisões de especialistas técnicos. Tal impressão é um equívoco grave. Muitos dos problemas da administração pública, apesar de serem apresentados como questões técnicas, exigem respostas políticas.

Pinzani (2013, p. 151) apresenta as principais dificuldades enfrentadas para manter viva nos cidadãos a consciência de que eles podem contribuir para decidir os destinos de sua sociedade, cidade ou bairro. A primeira é a presença de mecanismos impessoais que parecem obedecer a uma lógica própria e procura naturalizar tais mecanismos e os fenômenos que deles se originam. O segundo fator consiste na ideia de que a política se reduz à mera administração do existente, visando minimizar os efeitos negativos de fenômenos socioeconômicos naturalizados. Um terceiro fator é o interesse de determinados sujeitos sociais a minimizar a participação popular e um quarto fator é fundamentado na ideia de que a política deve basear-se no consenso ou ter este como seu fim, reduzindo o conflito, inerente de toda ação política, e o pluralismo de ideias.

Estes fatores impõe um discurso dominante que nega a existência das classes sociais, de conflitos. As tensões sociais são vistas como posições ideológicas e descontrole social. Nesta visão, a sociedade é vista como homogênea, onde os conflitos ou divergências são resolvidas por um governo eficiente, conforme critérios científicos e tecnocráticos (PINZANI, 2013).

A hegemonia da tecnocracia é fundamentada sobre cinco premissas, com graves consequências: visão normativa da sociedade, uma imagem utópica de sociedade pacífica. Nela, “se os membros da sociedade dispusessem do conhecimento correto das leis que regem a economia e a vida da sociedade, isso eliminaria inúteis tensões sociais e não somente facilitaria a ação dos governos tecnocráticos, mas a tornaria até mais eficiente (PINZANI, 2013, p. 158). A segunda premissa é negar a natureza conflituosa da política. A terceira premissa diz respeito à ideia de ação política como exercício da ciência aplicada, ou seja, os problemas políticos são questões de natureza técnica, os quais podem ser resolvidos por especialistas e técnicos como cientistas sociais, administradores, etc. A quarta premissa consiste na ideia da despersonalização

da política. “O homem político que toma suas decisões com base no saber especializado dos experts não é responsável pessoalmente por elas, pois são a consequência lógica da aplicação prática de tal saber (PINZANI, 2013, p. 160). Dessa forma, o político se torna um simples técnico, podendo ser substituído a qualquer momento. A quinta e última premissa sugere que haverá sempre “vítimas do progresso” e, nesse sentido, a exclusão social é vista como natural, neutra e inevitável.

A soma dessas premissas resulta no discurso hegemônico de que as instituições governamentais e os cidadãos servem exclusivamente para garantir a formalidade e legitimidade das decisões que são tomadas nos níveis superiores. A visão tecnocrática prevalece na imensa maioria dos países industrializados.

A partir do momento em que se configura um processo de crise do sistema tecnocrático, a população começa a se movimentar, procurando a sua identidade própria e uma definição dos seus interesses, aspirações e reivindicações configurando-se numa força política construída a partir de formas democráticas de participação.

Harvey (2003) argumenta que o acesso da política começa no próprio corpo, no território, no âmbito da vida cotidiana e se projeta no universal que, a sua vez, deve enriquecer e favorecer a emancipação da comunidade territorial. Para Alguacil e Denche (2008, p. 11, tradução nossa), “é através destas estruturas que se pode acessar as habilidades para a participação política e a gestão dos recursos e, portanto, adquirir a condição do cidadão proativo e corresponsável”.

Como dito antes, este trabalho procura explorar de que forma os movimentos sociais estão vinculados ao processo de planejamento urbano (ou a falta dele) nas cidades. Procurando entender a mobilização da população como resistência às pressões do poder hegemônico.

Para Martínez (2005), este pensamento contribui para uma concepção mais dinâmica do planejamento, em construção e retroalimentação permanentes. Desta maneira privilegia-se ao projeto sobre o plano, os objetivos sobre as normas. “O conhecimento produzido, por fim, se inserirá em veias abertas a uma racionalidade social que substitui a objetividade dos especialistas por uma reflexividade coletiva em múltiplos modos de conhecimento” (MARTÍNEZ, 2005, p. 5, tradução nossa).

É cada vez mais necessária uma mudança de racionalidade da dinâmica do planejamento urbano que promova um urbanismo feito por diferentes agentes, cujo os decisores escutem todas as vozes, que não ceda a pressão de grandes grupos econômicos e que permita a participação direta e efetiva da população (FORESTER 1999). Ou seja, busca-se uma democracia mais deliberativa, integradora de diferenças, com processos decisões mais transparentes e com uma maior abertura e proximidade de instituições a cidadania.

A democracia representativa tem sido incapaz de incorporar plenamente aos cidadãos em assuntos públicos. Pelo contrário, produz uma cidadania passiva e apática. O modelo consolidado pela racionalidade técnica, impede a construção de uma cidadania ativa, de participação real nas realizações dos objetivos coletivos (ALGUACIL GÓMEZ, 2005).

Acidade que conhecemos resulta, muitas vezes, antidemocrática. Como apresentado antes, seu marco político impede o desenvolvimento de procedimentos capazes de abastecer as demandas dos cidadãos. Então, qual é o motor nuclear de um projeto que construa uma cidade distinta desta que conhecemos? Para Gigosos e Saraiva (2009) , o segredo está nos direitos humanos porque fundam uma nova maneira de entender as relações humanas que rompe com o esquema vigente. Não é suficiente atender as necessidades da maioria, do “cidadão médio”, há que garantir o bem-estar de todos até o “último cidadão”. Se chegará a uma cidade distinta quando todos os direitos humanos tenham sido atendidos.

Ao longo de sua história, na maioria das sociedades, o cidadão conseguiu adquirir o direito ao patrimônio natural, à diversidade cultural, ao patrimônio histórico, ao patrimônio econômico e a um meio social isento de violência. Com a evolução e esgotamento do sistema capitalista e a perda de legitimidade do Estado de Bem-estar emergiu na sociedade, durante as últimas décadas do século XX, a busca de projeções de futuro e construção de novas perspectivas de cidadania por meio, principalmente, dos novos movimentos sociais (ALGUACIL, 2005).

Temos que voltar ao exemplo grego de cidade onde se faz inseparáveis a democracia e a cidadania. Entender que a cidade é o “lugar” onde a democracia é garantida por meio da cidadania. Para Alguacil (2000, p. 4, tradução nossa) “a cidadania é o conceito que media âmbitos ontológicos diferentes (o físico e o comportamental) e entre momentos diferentes, é a estrela que desenha o processo”. Ou seja, cidadania é a ação que faz possível a cidade e, ao mesmo tempo, é na cidade que se faz cidadania.

Em definitivo, uma cidade distinta só será possível se estiver acompanhada de democracia participativa, onde os cidadãos tenham voz e possam opinar e decidir sobre as estratégias de planificação dos bairros e cidades onde vivem.

### 3.3 Da Democracia Clássica à Dromocracia Radical

*Meu ideal político é a democracia, para que todo homem seja respeitado como indivíduo e nenhum venerado. Albert Einstein*

A política desenvolvida baseada nos parâmetros da Cidade Moderna gerou um tipo de vida urbana na qual o cidadão é, entre outras coisas, passivo aos processos políticos. No governo,

por sua vez, o planejamento urbano, quando existe, está baseado na divisória entre esfera pública resumida no voto como único mecanismo de representação política, e a esfera privada das relações sociais, onde a política é inexistente. Ainda mais grave é a rigidez das agendas tradicionais de ação coletiva, representada por sindicatos e grupos de interesse pouco autônomos da lógica partidária. Outro problema do atual sistema democrático é a centralização e ao mesmo tempo desigualdade do trabalho político em níveis territoriais do governo que impedem a ação e regulação das agendas públicas pelos cidadãos na base da pirâmide democrática.

Mouffe (1999) adverte sobre a emergência em redefinir a identidade democrática, em como estabelecer uma nova fronteira política que permita captar a natureza do político perdida nas sociedades ocidentais depois de anos de prevalência de um discurso liberal individualista e racionalista, posto que deixa em suspenso tudo o que depende da política em sua dimensão de relações de força entre os agentes antagônicos do discurso.

Mouffe (1999) faz uma crítica ao paradigma de democracia representativa, como único modo de abordar a natureza da democracia moderna, por esta consistir em desativar o antagonismo existente das relações sociais. Nas palavras da autora a existência do pluralismo implica “a permanência do conflito e do antagonismo, que não é possível abordar como obstáculos empíricos que impediram a realização perfeita do ideal de harmonia inalcançável, pois nunca seremos capazes de coincidir perfeitamente com nosso ser racional” (MOUFFE, 1999, p. 20, tradução nossa).

A autora propõe a criação de instituições que permitam transformar o antagonismo (a dualidade amigo/inimigo) em agonismo (a transformação do inimigo em adversário). Segundo a mesma, o cidadão democrático só é concebível em contexto de articulação entre o universal e o particular, de multiplicação das posições de sujeito que permitam diferentes posições e enfrentar-se como adversários em um espaço político comum.

Mouffe (1999) defende um projeto de Democracia Radical e Plural, entendida como uma radicalização da tradição democrática mediante o aprofundamento da revolução democrática. No centro dessa teoria, a autora afirma que a ideia de política e de democracia é indissociável do conflito, não podendo a dimensão conflitual ser eliminada por nenhum processo racional de negociação. Uma concepção teórica crítica que põe em jogo a ideia de cidadania construída pelos liberais ou comunitaristas na tentativa de permitir “a construção de um polo de identificação que agrupará os diferentes movimentos que lutam pela extensão dos princípios democráticos a um vasto conjunto de relações sociais” (MOUFFE, 1999, p.23). No entanto, há uma questão a respeito da cidadania, que se tenta responder dentro do debate entre liberais e comunitaristas: a cidadania leva o indivíduo a se engajar politicamente em causas do seu interesse? Ou são os

interesses particulares que levam os indivíduos a se engajarem politicamente, daí praticando a cidadania?

No âmbito da filosofia política, a discussão entre liberalismo e comunitarismo já é antiga. Enquanto os liberais se sentem herdeiros de Locke, Hobbes, Stuart Mill, Kant, os comunitaristas, têm as suas raízes no aristotelismo, em Hegel e na tradição republicana da Renascença. Os liberais partilham a ideia de liberdade de consciência, respeito pelos direitos do indivíduo e desconfiança frente à ameaça de um Estado paternalista; os comunitaristas comungam da desconfiança pela moral abstrata, têm simpatia pela ética das virtudes e uma concepção política com muito espaço para a história das tradições.

Os temas de "cidadania" e "comunidade" estão sendo discutidos por muitos setores da esquerda hoje, o que indica a crescente conscientização da necessidade de uma nova forma de chegar a radicalização da democracia. A forma como definimos a cidadania está intimamente ligada ao tipo de sociedade e comunidade política que queremos. Neste contexto, Mouffe (1996) argumenta que para entender a cidadania, quando a meta é chegar a uma democracia radical e plural, é necessária a criação de uma cadeia de equivalências entre lutas democráticas e, portanto, a criação de uma identidade política comum entre os indivíduos democráticos. Mas, para cumprir este papel, que condições os cidadãos devem atender? O problema não necessariamente está na figura do cidadão, mas na natureza da comunidade política desenvolvida nas democracias modernas.

A sociedade moderna, entendendo-a como majoritariamente tecnocrática e liberal, estabeleceu um tipo de cidadania na qual cada pessoa forma e persegue sua definição de bem. Nesta perspectiva, os indivíduos usam seus direitos para promover seus interesses particulares dentro de determinados limites de respeito aos direitos dos outros. Ao contrário dos liberais, os comunitaristas entendem que é natural para os indivíduos que juntem com outros tendo em vista o bem comum (MOUFFE, 2005).

Os comunitaristas, como Michael Sandel, argumentam que a concepção liberal não deixa espaço para uma comunidade "constitutiva", apenas permite uma comunidade "instrumental". A alternativa a esta abordagem liberal falha é o renascimento da visão republicana cívica da política que coloca uma forte ênfase na noção de um bem público, independente dos desejos e interesses individuais. E embora tenha uma longa história, essa tradição praticamente desapareceu e o liberalismo é dominante.

Por isso, discute-se cada vez mais a participação política dos indivíduos nas esferas públicas da vida democrática, já que com o desenvolvimento atual da noção tradicional de liberalismo, os indivíduos estão cada vez mais voltados para suas vidas privadas, exigindo a

liberdade para se preocuparem apenas com suas vidas privadas, esquecendo que para isso permanecer é necessário que haja a defesa constante desta liberdade via participação política.

Mouffe (2005) argumenta que o fato de haver sérios problemas com a concepção liberal de cidadania, não elimina as deficiências da proposta comunitarista. Apesar de oferecer uma visão de cidadania muito mais rica do que a liberal, ainda está muito atrelada a visão pré-moderna da política, que não reconhece a novidade da democracia moderna. O liberalismo contribuiu em defesa do pluralismo, da ideia de liberdade individual, para a separação entre Igreja e Estado, o desenvolvimento da sociedade civil, todos estes são constitutivos da política democrática e devem ser considerados. Contrariamente ao que alguns comunitaristas propõem, uma comunidade política democrática moderna não pode ser organizada em torno de uma única ideia substantiva do bem comum.

A recuperação de uma forte ideia participativa da cidadania não deve ser feita à custa de sacrificar a liberdade individual. O segredo, segundo a autora, não é substituir uma tradição com outra, mas tentar combinar seus conhecimentos em uma nova concepção de cidadania adequada para um projeto de democracia radical e plural (MOUFFE, 2005).

As ideias de espírito público, atividade cívica e participação política são fundamentais para construção da cidade feita pelas pessoas. Mas como conceber a comunidade política de uma forma que seja compatível com o pluralismo liberal? Os liberais afirmam que a participação política ativa é incompatível com a ideia moderna de liberdade. Skinner (1985) refuta a afirmação dos liberais de que a liberdade individual e a participação política não podem ser reconciliadas, pelo contrário, isso é crucial para um projeto democrático radical, mas o tipo de comunidade política adequada para tal articulação entre os direitos do indivíduo e da participação política do cidadão torna-se então a questão a ser considerada. Mouffe (2005, p. 76) argumenta que “nós precisamos, de fato, reestabelecer a conexão perdida entre ética e política, mas não pode ser feito por sacrificar as conquistas da revolução democrática. Não devemos aceitar uma falsa dicotomia entre liberdade dos direitos individuais de um lado versus atividade cívica e comunidade política, de outro”.

Mouffe (2005), para resolver o problema da adequação da consciência cívica na sociedade moderna, utiliza as reflexões sobre a associação civil propostas por Michael Oakeshott. Este autor propõe refletir sobre a conduta por dois modos diferentes de associação humana: *universitas* e *societas*. O primeiro indica um compromisso em uma causa para perseguir um propósito substantivo comum ou para promover um interesse comum. O segundo é uma associação na qual os agentes por escolha ou circunstância, estão relacionados uns com os outros, de modo a compor uma associação identificável de um certo tipo; esta ação o autor chama de *res publica*. É uma

prática de civilidade, é um modo de associação humana que reconhece o desaparecimento de uma única ideia substantiva do bem comum e abre espaço para a liberdade individual.

Claramente a ideia de *res publica* é, ao mesmo tempo, diferente da ideia pré-moderna de comunidade política e da associação política liberal. Dessa forma, reconhece o pluralismo e a liberdade individual o que, nessa lógica, permite o desenvolvimento de uma comunidade política não utilitária.

Para Mouffe (2005), se seguirmos a proposta de Michael Oakeshott e entendermos a cidadania como a identidade política criada através da identificação com a *res pública*, será possível uma nova concepção de cidadão. O sujeito dessa política “não é, como no liberalismo, alguém que é o receptor passivo de direitos específicos e que goza da proteção da lei”, é mais que isso. A cidadania não é apenas uma identidade entre outras -como no liberalismo, ou a identidade dominante que substitui todas as outras, como no republicanismo cívico. É um princípio de articulação que afeta as diferentes posições de sujeito do agente social enquanto permite uma pluralidade de alianças específicas para o respeito da liberdade individual. A definição de cidadania sugerida por Mouffe abre a possibilidade de uma participação individual muito mais rica e variada que a liberal e mais livre que a comunitarista.

A criação de identidades políticas como cidadãos democráticos radicais depende, portanto, em uma forma coletiva de identificação entre as demandas democráticas encontrados em uma variedade de movimentos: grupos feministas, trabalhadores rurais, sindicatos, movimentos antirracistas, LGBTs, ecológicos e vários outros denominados de "novos movimentos sociais".

Esta é uma concepção de cidadania que por meio de uma identificação comum com uma interpretação democrática radical dos princípios da liberdade e da igualdade visa a construção de um "nós", uma cadeia de equivalência entre suas demandas, de forma a articulá-los através do princípio da equivalência democrática. Por isso não é uma questão de estabelecer uma mera aliança entre dados interesses, mas de realmente modificar a própria identidade dessas forças (MOUFFE, 2005, p. 80-81).

A democracia moderna deve admitir que a “dimensão do político está ligada à existência de um elemento de hostilidade entre os seres humanos” (1996, p.13), que lhes é constitutivo. Deve-se perceber o conflito como uma constante constitutiva de todos os aspectos da vida social real. A cidadania se apresenta como sendo a forma como o indivíduo move e é movido por este contexto conflitivo constante, constitutivo, logo plural. Permitir a cidadania através da democracia radical significa inserir o ser humano no mundo pela única via possível, a social (Estado, família, comunidades, etc.).

A democracia radical admite as diferenças de identidade, mas num ambiente de direitos democráticos iguais. Pois é o pluralismo que abre mão da homogeneidade de uma democracia que exige igualdade de todos, isto é, todos podem ter igualmente os direitos para garantir suas diferenças (MOUFFE, 1996, p.142-143).

É necessário teorizar o indivíduo, com um ser construído em sociedade, como uma posição política no meio das múltiplas relações sociais que oferecem as comunidades (MOUFFE, 1996, p.130). Para praticar a cidadania é necessária a convivência coletiva. A cidadania proposta, nesta perspectiva, parte dos interesses do indivíduo, porém não como ser isolado, mas sempre relacionado com formas de identidade diversas e momentâneas que levam a atuação em movimentos sociais em momentos específicos. Sendo assim, aqui não se trata do indivíduo “metafísico” e “abstrato”, universal, do liberalismo, criticado pelos comunitaristas. E, ao mesmo tempo, não é o civismo quase estatal aparentemente sugerido por alguns comunitaristas, ou até mesmo por Carl Schmitt, classificado por Mouffe apenas como antiliberal.

Admitir várias identidades coletivas leva a uma posição que nega/supera o indivíduo isolado (liberal) e também nega/supera o comunitarismo que vê uma identidade coletiva unificada (o bem comum). Por isso que a cidadania se move pelas atividades adaptadas ao que o contexto social oferece e se debate com as múltiplas identidades. “Não devemos aceitar uma falsa dicotomia entre a liberdade individual e os direitos e a atividade cívica e a comunidade política” (MOUFFE, 1996, p.90).

É evidente a necessidade de uma profunda e ampla transformação da democracia. Podemos entender que a proliferação dos movimentos sociais urbanos e o aumento de participação cidadã, necessariamente, passam por mudanças dentro e fora do espectro político. Quer dizer, a representação política já não é exclusiva dos partidos. Há uma mutação tangível na política: a representação passa a outro terreno, ao âmbito da sociedade, ao terreno da democracia do espaço público, rumo a cidadania via democracia radical e plural.

Mas, o que significa participar da vida pública em geral e na transformação do território em particular? Que particularidades tem o âmbito da participação cidadã quanto ao tema do urbanismo? Quem pode ou deve participar? Estas perguntas são válidas para vislumbrar as características da participação cidadã acerca da planificação e gestão urbana e assim, compreender a diversidade e o conflito social subjacentes.

Alguacil Gómez (2005) explica que o conceito de participação está sujeito a múltiplas interpretações e influenciado por posições de poder, por ideologia, pelos valores, pela posição social, o que faz com que, muitas vezes, a participação seja entendida como um processo em si mesmo e como um instrumento para alcançar fins particulares. A participação deve, por tanto,

ser entendida como processo/caminho que permite a mudança e melhora das estruturas de governo e, em consequência, o acesso a todos os direitos humanos.

Martínez (2006) apresenta três conjuntos de condições que dificultam a participação social no urbanismo: os planos gerais de ordenação municipal seriam tão complexos que não permitiriam sua compreensão global por parte da população; a maioria dos projetos urbanísticos de última geração promovem uma fragmentação urbana que impede ou dificulta os debates em torno deles e estão alinhados a projetos de índole internacional, facilitando a reprodução de capital; o planejamento urbano acaba por integrar-se em dinâmicas de planejamento estratégico para modelos de crescimento urbano e de forte competitividade.

Se o problema e a solução estão nas cidades, por onde começar? Devemos começar pelos bairros? É o que sugere Lewis Mumford (1968), quando apontou que o bairro deve ser considerado peça essencial para construir uma cidade bem integrada. Alguacil explica em várias pesquisas (2004, 2008, 2014) que “a capacidade e oportunidade para desenvolver procedimentos de democracia participativa são inversamente proporcional a escala e o tamanho” (p. 12, tradução nossa), de tal modo que são nos bairros onde se faz mais possível e real o diálogo e a participação cidadã. Deste modo será possível um planejamento da base ao topo que possibilite empoderar os cidadãos, retroceder as diferenças e expandir os direitos da população nas decisões sobre o modelo de vida nas cidades.

A primeira consideração a fazer na construção de uma democracia urbana é atentar para o fato de que “a participação política plena não pode desenvolver-se ativamente se não está vinculada a um espaço concreto na realidade social, que é suporte de uma população (crescentemente diversa em sua composição), de recursos e de uma organização” (ALGUACIL GÓMEZ, 2005, p. 4, tradução nossa). Isto é, a democracia participativa só é possível em uma escala humana, em dimensão territorial equilibrada e que as pessoas possam estabelecer controles coletivos, atuar e tomar decisões sem perder relação com o espaço e controle de atuação. É no âmbito do local no qual os cidadãos podem alcançar maior autonomia e a oportunidade de fazer parte de uma estrutura comum de ação política (IBARRA; MARTÍ; GOMÀ; 2002).

Outra consideração importante sobre a possibilidade de construção de uma democracia participativa plena é a criação de condições necessárias de comunicação, de igualdade de oportunidades de ação e de acesso aos espaços que devem ter os cidadãos. Uma condição necessária para que isto ocorra é a disponibilidade de tempo para poder participar, ou melhor, o tempo que cada cidadão dedica ao bem público, a coletividade e os problemas de seu bairro, de sua cidade. A segmentação do tempo e do espaço impede ao cidadão de exercer sua urbanidade, e assim

dificulta o processo de identidade que cada cidadão deve ter com sua cidade, melhor dito, impossibilita o sujeito de sentir-se parte da cidade. Para Alguacil,

[...] alienação dos sujeitos na esfera do trabalho é um enorme obstáculo para a participação, se bem que, os processos participativos, sempre quando são atrativos e inclusivos, demonstram utilidade e eficácia, geram compromisso e satisfação no processo e nos resultados, serão uma garantia para a implicação de amplos setores da cidadania (2005, p. 22, tradução nossa).

Em resumo, para a construção de uma nova cidade será necessário superar a lógica da velocidade que aliena e do espaço segmentado e recuperar as dimensões da cidadania e sua originária vinculação ao político, ao território e a esfera da vida cotidiana e se complementar através dos princípios universais, se articular a esfera do global, pois a cidadania tem como desafio ganhar capacidade de articulação; de tal modo que o cidadão democrático só é concebível em um contexto de um novo tipo de articulação entre o universal e o particular (MOUFFE, 1999).

Por concreto, que estrutura de participação deve ter as cidades? Que mecanismos podem ser utilizados? Quem deve iniciar os processos, as prefeituras ou os cidadãos? O primeiro passo para o exercício de uma democracia participativa é descentralizar todas as atividades desde o mais básico, como decidir o desenho dos espaços públicos até o nível mais alto e complexo como eleger os representantes públicos. O pressuposto para uma participação real da população no urbanismo é a descentralização das atividades (ALGUACIL, 2000).

No entanto, só a descentralização não é suficiente para alcançar democracia. É necessário que venha acompanhada de processos participativos e maiores níveis de autogoverno. Segundo Alguacil (2000, pp. 170-171), o processo de descentralização precisa agir em três setores, que são: a desconcentração administrativa (fazer uma distribuição dos gastos públicos que permita aos agentes locais obter os recursos necessários), a descentralização político-administrativa (maior capacidade e autonomia política, de tal maneira que os governos locais possam chegar ao nível de competência que permitam melhorar a qualidade de vida dos cidadãos), e a desburocratização do político (implica em conjuntos de ações como maior legitimação das instituições reguladoras, uma distribuição do poder no qual o Estado seja mais penetrado pelas organizações sociais).

Para Martínez (2005), o caminho para uma democracia participativa passaria necessariamente por:

[...] a existência de numerosos coletivos singulares com interesse de participar (mulheres, jovens, descapacitados, empresas, organizações não governamentais, etc.); os processos participativos precisam de metodologias específicas de organização, a capacitação técnica de todos os agentes envolvidos e recursos econômicos que os sustentem; seu âmbito de

desenvolvimento mais apropriado é o nível local e municipal o que dá lugar a combinação de múltiplas dinâmicas de descentralização, transparência e controle social do poder político; a participação se converte em um fim democrático uma vez que em meio para satisfazer as necessidades básicas de toda a população e as necessidades especiais dos grupos com menos recursos e alcançar objetivos éticos mais amplos (paz, solidariedade, proteção do meio ambiente, etc.) (2005, p. 8, tradução nossa).

Estão aparecendo cada vez mais rápido, ainda que desigual, novas formas de articulação política que permitem o início de uma transição dos modelos clássicos de governo até o cenário de governança (IBARRA ET AL, 2002). Entre as mudanças principais desta transição estão novas dialéticas entre instituições públicas e o mercado e a sociedade civil que hoje competem pelos mesmos espaços de influência. Por outra parte, as formas de ação coletiva começam a ganhar pluralismo com o surgimento de atores com lógicas de funcionamento diferentes dos partidos tradicionais e exercem pressões para abertura da governança até os campos periféricos não articulados pelos movimentos tradicionais. Mas, o que é governança? Podemos entender o termo como uma forma de articulação de políticas em rede, que surgem em sociedades pós-industriais complexas.

Segundo Ibarra et al (2002), “a governança de alta intensidade democrática não só requer instrumentos de liderança pública ante as potentes lógicas do mercado, se não também instrumentos de radicalização participativa ante a possibilidade de fechamento do político em espaços institucionais ou redes de baixa permeabilidade” (2002, p. 62, tradução nossa). Os autores acrescentam a importância da categoria capital social para explicar a capacidade associativa e relações de confiança para uma alternativa social e plural à concepção tecnocrática e excessivamente vertical dos serviços públicos.

Putnam (1993) já dizia que a soma de redes associativas, confiança e uma densidade alta de interações no espaço público é uma boa fórmula de alcançar governança efetiva. Sem embargo, muito mais que esta soma, necessitamos de uma inovação democrática que é possível a partir da redefinição das práticas de participação cidadã conectadas às políticas.

A inovação democrática pleiteia ir até uma prática participativa flexível e criativa. Autores como Ibarra et al (2002) mostram exemplos de novas metodologias participativas como caminho para a inovação democrática. Essas metodologias podem ser associativas e mistas (pressupostos participativos, foros e mesas temáticas, autogestão associativa, sessões deliberativas) ou pessoais (conselhos abertos de bairro, foros digitais, mediação, consultas populares, audiências públicas) (IBARRA ET AL, 2002).

Antes de discutir os Movimentos Sociais e suas teorias é necessário abordar a questão do agenciamento político. De que forma as pessoas se situam como agentes e influenciam seus

ambientes sócio-políticos? Podemos interferir no nosso destino ou somos simplesmente criaturas de hábitos cotidianos presos em uma estrutura cultural e linguística poderosa demais para ser quebrada? A filosofia grega já tratava dessas questões que hoje permanecem tão importantes quanto sempre.

De maneira geral, quando se discute agência humana há duas posturas principais na literatura: ou entendem o sujeito como totalmente autônomo e dono de si ou como sujeito passivo sem nenhuma influência na estrutura social.

Bleiker (2003) propõe um caminho alternativo a essas duas posições antagônicas através do conceito de discurso. Alega que nem tudo é discurso, mas tudo está no discurso. Ou seja, as coisas existem independentemente dos discursos, mas são apreciadas pelos seres humanos através das lentes do discurso e suas práticas. Os discursos, quando aceitos com normalidade, penetram por todos os aspectos da sociedade e silenciosamente tornam-se sistemas de dominação.

Como vimos na seção anterior, Laclau e Mouffe (2015) tratam o discurso como fundamental para entender o social. O discurso seria a prática articulatória utilizada pelo indivíduo para agir no mundo. Como já fizemos referência acima, a Teoria do Discurso de Laclau está fundada na ideia de que o social deve ser percebido a partir da lógica do discurso. Nesta concepção, Bleiker (2003), Laclau e Mouffe (2015) convergem no entendimento de que o discurso é prática, uma vez que quaisquer ações empreendidas por sujeitos são ações significativas. Se forem bem articulados tornam-se hegemônicos.

Segundo Bleiker (2003) a literatura pós-moderna, influenciada pelos trabalhos de Foucault, trabalharam o conceito de discurso como uma estrutura formada por cadeias de significação que se encontram além da influência humana. A agência é aniquilada por forças que são impenetráveis. As pessoas estão reduzidas a passivos espectadores, esquecidos e irrelevantes. Mas o poder do discurso é tão ameaçador que a agência humana não teria força? Não seria o homem capaz de rachar esses discursos? Bleiker (2003, p. 42) afirma que “apesar de seu poder para moldar o mundo, os discursos não são invencíveis”.

Para entender as possibilidades da agência humana, além de saber como os discursos moldam nossos pensamentos precisamos analisar como os indivíduos podem ser capazes de escapar, influenciar ou exterminar um discurso. Para Cerney (1990) os indivíduos não são simplesmente espectadores passivos, mas produtores de seus próprios assuntos. Ele busca demonstrar que a sociedade não está totalmente subordinada ao poder dos discursos; é necessário prestar atenção aos movimentos cotidianos, as práticas pelas quais as pessoas podem recuperar o espaço controlado pela ordem existente de “redes de anti-disciplina”.

Considere os incontáveis novos movimentos sociais, grupos de pressão e outras organizações soltas que desafiam vários aspectos do governo local, nacional ou global. Estes movimentos operam de uma forma bastante caótica. Eles vêm e vão. Eles não são nem controlados centralmente nem todos buscam o mesmo objetivo (BLEIKER, 2003, p. 44, tradução nossa).

Uma compreensão adequada de agência humana precisa evitar posições essencialistas e compreender o movimento necessário da agência para exercer influência no discurso. E isto não significa, apenas, construção de instituições fortes de ação política, mas a ação cotidiana individual. No domínio da prática política, formas cotidianas de resistência demonstram o potencial transformador da agência.

### 3.4 A entrada das massas no espaço político: Origens

*A ideia de que só a mudança das estruturas pode produzir transformações, sem envolver os nossos modos de construir, individual e coletivamente, a mesma experiência humana, pertence às ilusões do passado*

*Mellucci*

Buscaremos uma aproximação a diferentes paradigmas que ocuparam a análise dos movimentos sociais ao longo de sua história. Podemos diferenciar quatro fases principais nas quais podem ser divididas as análises teóricas sobre os movimentos sociais: a primeira começa com o estudo maciço do movimento sindical ou movimento obreiro (MEES, 1998, p. 229). A segunda etapa inicia com as revoltas de maio de 1968 em Paris e é marcada pelas contribuições dos norte-americanos - representadas pela teoria da mobilização dos recursos - e dos europeus —definidas pelo chamado paradigma dos Novos Movimentos Sociais, ambas modificaram significativamente as análises teóricas sobre os movimentos sociais e manifestações populares. No fim da década de 80 surge a terceira fase caracterizada por uma espécie de homogeneização das interpretações teóricas, tanto no continente europeu quanto nos EUA, a proliferação de diversos movimentos sociais e novas metodologias de análise. A quarta e última etapa corresponde a produção formulada nos últimos anos marcada pelo contexto da globalização e da institucionalização dos movimentos sociais (SANTAMARINA CAMPOS, 2008).

Gohn (1997) faz um mapeamento das principais teorias sobre os movimentos sociais. A autora explica que a abordagem clássica pode ser dividida em cinco grandes correntes teóricas: 1) A Escola de Chicago e alguns interacionistas simbólicos que oferecem a primeira teoria sobre os movimentos sociais, no trabalho de Herbert Blumer (1949); 2) A segunda corrente surge nas décadas de 40 e 50, com as teorias de Eric Fromm (1941), Hoffer (1951) e K. Kornhauser (1959); 3) A terceira corrente predominou nos anos 50 com os trabalhos de S. Lipset (1950) e Heberle

(1951); 4) A quarta corrente foi uma combinação das teorias da Escola de Chicago com a teoria da ação social de Parsons e se fez presente nos trabalhos de Goffman (1959), Turner e Killian (1957), N. Smelser (1962) e David Aberle (1966); 5) A quinta e última corrente de abordagem clássica, denominada de organizacional-institucional, está representada pelos trabalhos de Gusfield (1955) e Selznick (1952) e teve grande influência nas teorias contemporâneas.

Para iniciar uma discussão sobre as manifestações, movimentos populares, levantes, multidões nas ruas e vários outros fenômenos semelhantes precisamos voltar ao século XVIII e ao nascimento do iluminismo para, assim, entender como as ideias desenvolvidas naquela época e todas as suas consequências levaram ao surgimento dos movimentos sociais. Estas ideias ajudaram a construir o que entendemos hoje por modernidade (este tema será melhor aprofundado na seção IV). No entanto, temos que esclarecer que o que afeta a nossa preocupação é o peso que tomam alguns desses conceitos iluministas, alguns que renasceram, outros que apareceram recentemente, no panorama político atual.

Uma das principais heranças da Modernidade é a ideia de razão. Esta constituiu a chave de um novo processo de reflexão e de ação sem ter que acudir a formas distintas de explicação como a religião ou mito. O homem racional compreende e analisa sua situação e pode modificá-la quando tenha vontade. Esta mudança é radical no modo de vida do homem moderno. Por isso, outras ideias como civilização e progresso econômico, científico e técnico ganham força nesta época. A ideia de civilização está relacionada com um modo de comunidade de indivíduos que preza o desenvolvimento da humanidade; o progresso passa a ideia de um caminho positivo que segue uma civilização em busca da felicidade (outro conceito chave da Modernidade).

Esses conceitos estão profundamente relacionados com o advento da ciência como paradigma de explicação do mundo e da técnica como caminho para o desenvolvimento. A busca pelo conhecimento científico como o mais sólido, confiável e verdadeiro está relacionada com uma firme tradição racionalista, com a ideia de progresso que, junto com a busca pela felicidade, formam a utopia final da Modernidade (MARUGÁN, 2002).

Fatos importantes antecederam o despertar do paradigma moderno. Podemos destacar o crescimento e consolidação da sociedade burguesa, a extensão do processo de secularização impulsionado pela Reforma Protestante, além da mudança de mentalidade proporcionada pelo crescimento das imigrações e o desenvolvimento da vida urbana. Já dentro dos antecedentes econômicos, não podemos deixar de citar o nascimento e expansão do capitalismo, modelo que se tornou dominante nas relações econômicas.

No campo filosófico, a principal contribuição para o advento da Modernidade foi o conceito de contrato social desenvolvido por autores como Hobbes, Locke e Rousseau. Este

conceito constrói, sem dúvida, as bases para ideia de sociedade civil e inaugura o conceito de cidadania (MARUGÁN, 2002).

Por este caminho, que começa no século XVIII, constrói-se um novo pensamento político pautado na ideia de cidadania, liberdade e divisão de poderes: o liberalismo. Ainda que este conceito tenha sido desenvolvido ao longo do século XX faz menção ao modo de vida e organização social que surge na Europa no fim do século XVII e início do século XVIII, servindo como referência para calibrar os processos de modernização em outras partes do mundo.

Diante das mudanças ocorridas neste período, uma das principais características que marca a Modernidade é o conflito. É evidente que a existência do conflito é antiga e não nasce com a modernidade, mas acompanha o ser humano ao longo de sua história. No entanto, as manifestações e conflitos que marcam a Modernidade, solidamente imbricados nas mudanças citadas, são os chamados movimentos sociais. Diferenciando-se de outras formas pré-modernas de conflitos resulta difícil distinguir causa e efeito, pois os movimentos sociais foram passagens importantes que marcaram a identidade do período e, como afirmam Ibarra e Tejerina (1998, p. 13), são produtores de Modernidade e, ao mesmo tempo, produto da mesma. Haja vista que os movimentos sociais estão relacionados com as mudanças mais importantes do período moderno.

As massas ou as multidões são um sistema social organizado, que toma decisões e é estruturador do pensamento coletivo. Canetti (1995) considera a massa um recurso dos indivíduos para se libertarem e estarem mais seguros, na medida em que iguala os sujeitos. Para este autor, a massa caracteriza-se pela busca por ser densa e estar em crescimento contínuo, valorização da igualdade no seu interior e a necessidade de uma direção ou meta. No entanto, por séculos as massas estiveram ausentes do universo da política, este foi sempre monopolizado por aristocratas, burgueses e elites em geral que definiam os destinos dos povos sem consultá-los.

Em *Massa e Poder*, Elias Canetti (1995) salienta que a presença das multidões nas ruas protestando foi consequência da libertação do controle que a religião exercia sobre as pessoas. Foram dois os acontecimentos que marcaram sua erupção: a Boston Tea Party (A Festa do Chá em Boston, que ocorreu em 1773), um tanto antes da eclosão da Revolução Americana (1776-1783); o outro, a Queda da Bastilha, de 14 de julho de 1789, foi responsável pelo desabamento de uma monarquia que já existia há mais de 13 séculos na França. Hoje são inúmeros e praticamente incontáveis os levantes de massas que ocorreram na história da humanidade.

A chave para se entender a impactante presença das multidões, têm como origem tecnológica a máquina a vapor, surgida em 1765. As manifestações e a presença das massas nas ruas, como dito antes, se desenvolveram paralelamente ao crescimento dos espaços urbanos que se formavam no entorno das fábricas. Dessa forma, podemos afirmar que a presença das massas,

das grandes multidões humanas, é um fenômeno urbano e nasce nas cidades. Anteriormente as mudanças ocorridas ao longo do século XVIII a sociedade era majoritariamente rural, encontrava-se espalhada pelo campo, vivendo em pequenas aldeias ou vilarejos isolados, com escasso número de habitantes. Não tinha como haver significativas concentrações como as que começaram a emergir nos conglomerados urbanos da Europa Ocidental no fim do século XVIII.

Ao longo da história os movimentos sociais passam a ser entendidos como coletivos cuja meta é provocar, impedir ou reproduzir uma mudança na sociedade. “Perseguem estas metas com certa dose de continuidade sobre a base de uma elevada integração simbólica, uma escassa especificação de papéis e mediante formas variáveis de organização e ação” (MARUGÁN, 2002, p. 16, tradução nossa). Devido as mudanças sociais profundas que surgiram pós Revolução Industrial começam os grandes conflitos de classes, principalmente os movimentos sindicais e evoluem para uma diversidade de movimentos distintos. Por isso, o fenômeno dos movimentos sociais é complexo, plural e possui uma infinidade de conceitos que tentam abarcar todas as dimensões, características e modos de atuação.

No início do século XX falava-se do fim das ideologias (BELL, 1955). Este pensamento foi sendo desbancado quando, nos anos 60, uma nova onda de radicalismo crescia no continente europeu. É certo que as novas formas de expressão e luta não eram exatamente movidas por cosmovisões como foram as revoluções anteriores. Com o levante de Maio de 68 em Paris inaugurava-se novas sementes ideológicas, projetos setoriais de discussão radical, questões nunca antes discutidas. Os princípios democráticos e a luta por direitos sociais foram renovados.

O fenômeno dos movimentos sociais desde seu nascimento, desenvolvimento e consolidação conserva um paradoxo. Os movimentos reivindicatórios clássicos, seguindo o esquema de Alberoni (1981 apud MARUGÁN, 2002), surgem com muita força e acabam na quietude e formalidade da instituição. A luta e reivindicação vão solidificando-se ao longo do tempo e perdendo seu espírito mobilizador. É o caso do movimento sindical de muitos países que conseguiu desenvolver estratégias e criar sólidas organizações de combate como os sindicatos e partidos populares, mas se tornaram instituições políticas convencionais sem nenhum conteúdo reivindicatório.

O conceito de movimento social veio preencher uma lacuna deixada pelo esgotamento do conceito marxista de classe social. Este processo é classificado por Telles (1987, p. 62) como a “descoberta da sociedade como lugar da política”. Com este conceito houve uma abertura para o questionamento da noção reducionista de classe social na medida em que os autores deixam de analisar os sujeitos políticos apenas na relação classe-partido-Estado e passam a dar mais

importância aos movimentos populares que ocorrem no bairro, no espaço social da moradia (GOSS; PRUDENCIO, 2004).

Em relação a produção teórica e acadêmica sobre o fenômeno das manifestações resulta que fazer uma aproximação de diferentes paradigmas não é uma tarefa fácil. Podemos assinalar alguns problemas básicos na hora de abordar o tema: primeiro pela complexidade que carrega o fenômeno da ação coletiva marcada pela enorme heterogeneidade já que, na categoria ‘movimentos sociais’, podemos encontrar uma infinidade de manifestações diferentes como movimentos pacifistas, estudantis, em proposta contra a energia nuclear, em defesa das minorias nacionalistas, feministas, dos homossexuais, dos animais, movimentos religiosos e por uma medicina alternativa, movimentos da Nova Era, ecologistas, anticapitalistas, entre outros.

Segundo pela pluralidade teórica que acompanha o termo. Neste sentido, Melucci (1994) realizou uma revisão sobre o significado do conceito movimento social afirmando que este vem sendo orientado por uma visão historicista, linear e objetificada da ação social. O autor conclui que o termo movimento social é reducionista e necessita ser melhor explorado.

Alguns autores criticam o fato de que a maioria das conceituações dadas ao que entendemos por movimentos sociais é de cunho generalista e não aborda as especificidades e a complexidade que carregam estes fenômenos. No entanto, mesmo com divergências entre os autores há uma unanimidade com respeito ao papel que os movimentos sociais podem ter como transformadores da realidade social. Parece haver um consenso quando supõem que os movimentos sociais promovem um fortalecimento do espaço público e uma revitalização da sociedade civil (SANTAMARINA CAMPOS, 2008).

Santamarina Campos (2008) destaca as diferenças entre as formas de ação coletiva atuais e os movimentos sociais clássicos: nos movimentos sociais contemporâneos não estão claros os papéis dos participantes na estrutura; existe uma pluralidade de ideias e valores; as demandas sociais são, geralmente, de caráter cultural e simbólico; há uma relação difusa entre o individual e o grupal; caracterizam-se pela não violência e desobediência do poder civil; são entendidos como uma resposta à crise de democracia nas sociedades ocidentais.

Outra mudança é a forma de organização entre uns e outros movimentos. Os movimentos clássicos tiveram como característica uma estrutura hierárquica e centralizada para conseguir mobilizar-se, já os movimentos sociais contemporâneos usam estruturas descentralizadas, abertas com maior participação de todos os envolvidos. Também se pode falar das diferenças com respeito ao estilo político: enquanto os movimentos clássicos buscam institucionalizar-se para alcançar poder; os NMS, em sua maioria, optam por ficar à margem dos circuitos

institucionais e pressionar mais a opinião pública. Em definitivo, não existe um modelo único de organização do movimento (MARUGÁN, 2002).

Movimento social é um sistema de narrações, de registros culturais, explicações e prescrições de como os conflitos são expressados socialmente e através dos quais a sociedade é reformada (IBARRA; TEJERINA, 1998: 12). Pode ser entendido também como um agrupamento de pessoas que diante de um conflito ou problema se organizam para tentar mudar o rumo da sociedade (GINER; ESPINOSA; TORRES, 2004). Na teoria do comportamento coletivo, desenvolvida por Laraña (1999, p. 511), os movimentos sociais são o resultado de uma coletividade que atua com continuidade para promover ou resistir a mudanças na sociedade ou em seu próprio grupo, compartilhem sentimentos de pertença e solidariedade.

Melucci (1994), por sua vez, afirma que o movimento social se refere a uma ação coletiva que, através da solidariedade, promove ou impede mudanças sociais. Já para teoria da Mobilização Política (MP), inserido no paradigma norte-americano de análise e responsável pela criação do conceito de *frame* ou "marcos referenciais significativos e estratégicos da ação coletiva" (GOHN, 2006) e da noção de oportunidade política, os movimentos sociais são formas de comportamento organizado e racional, responsáveis pelas transformações mais importantes da sociedade.

O enfoque americano é caracterizado por sua visão pragmática e representada principalmente pela Teoria da Mobilização de Recursos (MR). As principais premissas desta teoria são 1) as atividades que realizam os movimentos sociais não são espontâneas nem desorganizadas e 2) os que participam neles não são pessoas irracionais. Esta teoria é:

[...] um dos mais completos ao explicar como se formam as organizações, como se mobiliza a cidadania, se planejam atividades organizativas e se decidem táticas políticas. Tal teoria defende que tanto a insatisfação política como o conflito social são naturais a própria sociedade, por tanto, a aparição dos movimentos sociais dependerá não da existência de problemas, que já está garantida, mas da capacidade de criar organizações que mobilizem (MARUGÁN, 2002, p. 21, tradução nossa).

Já na Europa, logo depois do Maio de 68, a abordagem clássica marxista, que priorizava a análise pela categoria de luta de classes, passou a ser criticada por autores como Alan Touraine, Ernesto Laclau e Manuel Castells, cuja aproximação resultou na "Teoria dos Novos Movimentos Sociais" (NMS). Laclau (1986) afirma que com a teoria dos NMS a problemática do sujeito passou a ser tratada de forma diferenciada na teoria sociológica pois politizavam espaços alternativos de lutas como, por exemplo, os movimentos que surgiram na América Latina a partir da década de 80.

Para Laclau (1986) a emergência do NMS deu-se com a proliferação de diferentes “posições de sujeitos”, dificultando a identificação de um referente. Por exemplo, um operário é também um consumidor e estas posições, para teoria marxista, não são estáveis. O indivíduo hoje assume diversas posições sociais. A característica central deles

[...] é que um conjunto de posições de sujeito a nível de local de residência, aparatos institucionais, várias formas de subordinação cultural, racial e sexual, tornaram-se pontos de conflito e mobilização política. A proliferação destas novas formas de luta resulta da crescente autonomização das esferas sociais nas sociedades contemporâneas, autonomização essa sobre a qual somente se pode obter uma noção teórica de todas as suas implicações, se partirmos da noção do sujeito como um agente descentralizado, destotalizado (LACLAU, 1986, p. 3).

A posição do sujeito é uma categoria da TD que ganha força para explicar a complexidade dos NMS. Estes, nesta perspectiva, são diversos e denotam um certo grau de abertura e ambiguidade que permite lutar sozinho com suas posições de sujeitos diferentes ou articular-se com outros movimentos ou identidades formando um discurso.

A Teoria dos NMS está inserida na perspectiva da construção social da realidade. Nela os movimentos sociais são entendidos como agentes de significação coletiva com a capacidade de difundir novas ideias e produzir referências a partir da interpretação de seus seguidores.

Manuel Castells é um dos autores atuais mais relevantes quando o tema são NMS, considera o fenômeno “como as ações coletivas conscientes cujo impacto, tanto em caso de vitória como derrota, transforma os valores e as instituições da sociedade” (1998, p. 25, tradução nossa).

Na visão de Tarrow (2004, p. 21) os movimentos sociais são desafios coletivos movidos por pessoas que compartilham objetivos comuns e se relacionam com as elites, oponentes e autoridades. Tarrow (2004) é um autor de destaque no contexto político em que se desenvolve os NMS. Em sua obra “*Poder em movimento*”, o politólogo norte-americano não fixa sua atenção nos fatores culturais e identitários dos movimentos sociais como fazem os estudiosos europeus Touraine e Melucci, por exemplo, muito menos na disponibilidade e gestão de recursos como faz a teoria da mobilização de recursos de Zald e McCarthy, mas em fatores de natureza política.

Para Tarrow (2004) são quatro as principais propriedades desses movimentos sociais: desafio coletivo, objetivos comuns, solidariedade mútua e interação com os oponentes. Esta última propriedade tem um papel chave no enfoque do processo político que o autor denomina de “estrutura de oportunidade política” (EOP). Faz referência “as dimensões congruentes – ainda que não necessariamente formais ou permanentes – do entorno político que oferecem incentivos para que as pessoas participem em ações coletivas que afetam suas expectativas de êxito ou

fracasso” (2004, p. 155, tradução nossa). Ou seja, enquanto outros estudiosos dos movimentos sociais tentam responder o “como” (teoria da mobilização de recursos) ou o “porquê” (teoria dos novos movimentos sociais) da ação coletiva, o conceito de EOP aborda o “quando”. Dessa forma, Tarrow afirma que uma EOP pode se formar quando as possibilidades de participação na vida política se incrementam, quando há eleições, quando se produzem mudanças nas coalizões do governo, quando há aliados na estrutura governamental ou quando emergem conflitos entre as elites políticas e estabelecer uma conjuntura favorável para que os movimentos sociais empreendam suas reivindicações. A junção de todos esses fatores não só favorece como multiplica as possibilidades de que um movimento social incorpore suas demandas no processo político.

Outra contribuição dada por Tarrow à teoria dos movimentos sociais foi o conceito de “ciclo de protestos”. São exemplos de momentos em que os protestos se generalizam e formam um ciclo de protestos a Revolução de 1948, as revoltas estudantes da década de 60 em Paris, as revoluções do Leste da Europa no fim dos anos 80, a primavera árabe, as manifestações de 2013 no Brasil. Segundo a definição de Tarrow, um ciclo de protesto é

uma fase de intensificação dos conflitos e a confrontação no sistema social, que inclui uma rápida difusão da ação coletiva dos setores mais mobilizados aos menos mobilizados; um ritmo de inovação acelerado nas formas de confrontação; marcos novos ou transformados para a ação coletiva; uma combinação de participação organizada e não organizada, e sequências de interação intensificada entre dissidentes e autoridades que podem terminar em reforma, em repressão e, as vezes, em uma revolução (2004, p. 263-264, tradução nossa).

A variável explicativa fundamental para o ciclo de protestos é a abertura ou fechamento da EOP do contexto de atuação de um movimento social. Apesar da riqueza deste conceito, geralmente, alguns autores do processo político concebem os movimentos sociais como determinados pela EOP, ou seja, consideram as manifestações de ação coletiva um produto inevitável do contexto político e que estes movimentos devem considerar o contexto político como imutável, pelo menos em curto prazo. Tarrow (2004, p. 148-173) resolve o problema do determinismo ao defender que, efetivamente, a EOP influi nas ações dos movimentos sociais, mas estes podem eles mesmos induzir alterações em sua EOP particular como resultado de sua própria ação. Em resumo, isto quer dizer que os movimentos sociais não são vítimas da EOP, pelo contrário, podem criar novas oportunidades e transformar a configuração específica da EOP.

É preciso reconhecer que “os novos movimentos sociais são tanto uma construção política como uma ficção e é necessário reconhecer que o eurocentrismo contaminou uma grande parte da literatura” (GLEDHILL, 1999, p. 294, tradução nossa). A contribuição latino-americana no

campo dos movimentos sociais exerce papel relevante na medida em que abre para novas perspectivas, dando maior importância a contextos e experiências locais.

O conceito de movimentos sociais foi revisado algumas vezes por diversos teóricos. Touraine (2003), referência na área, na tentativa de deixar mais claro o conceito, propõe evitar chamar qualquer tipo de ação coletiva ou pressão popular de movimento social. O autor entende como movimento social aquele que combina um conflito social com um projeto cultural e que defende um modo diferente de uso dos valores morais.

Touraine (1998) invoca a noção de construção do sujeito como uma forma de resistência a dominação social. Afirma que os movimentos sociais contemporâneos ou NMS não procuram um modelo de sociedade perfeita, mas lutam pela democratização das relações sociais. Os movimentos sociais defendem o sujeito e não um modelo ideal de sociedade como faziam os movimentos clássicos.

[...] As novas contestações não visam criar um novo tipo de sociedade, mas ‘mudar a vida’, defender os direitos do homem, assim como o direito à vida para os que estão ameaçados pela fome e pelo extermínio, e também o direito à livre expressão ou à livre escolha de um estilo e de uma história de vida pessoais” (TOURAINÉ, 1998, p. 262).

O que Touraine propõe é o mesmo que Mouffe, em *O Regresso do Político*, advoga: um chamamento ao sujeito ou a volta de um sujeito político. A reconstrução da identidade pessoal não se efetua mediante a identificação com uma ordem global, econômica ou religiosa, como pretendiam os grandes discursos do século XIX, mas em um processo de mudança que permita que a lógica do sujeito entre em conflito com as lógicas hegemônicas da técnica e dos mercados (TOURAINÉ, 2003; MOUFFE, 1996). Por isso que os NMS abordam e lutam por causas consideradas de esfera privada, como as questões de gênero e orientação sexual e, ao mesmo tempo, compartilham das lutas pela terra, pela distribuição de renda, antiglobalização. Assim, como ensina Castells (1999), nenhum ator social contemporâneo luta sozinho, mas atua em rede, numa articulação que é global e cuja ação é local.

De acordo com Goss e Prudencio (2004), o padrão de ação coletiva contemporânea é a rede de movimentos, grupos que compartilham uma identidade coletiva e se articulam em redes fluidas, temporárias. Ou seja, devemos entender os NMS como sistemas abertos onde o campo de ação permanece, mas seus atores não. Esta concepção ganha cada vez mais importância diante da intensificação do processo de individualização da sociedade contemporânea e, como assinala Bauman (2001), da perda da noção de cidadania.

O ideal básico defendido por Castells, Bauman, Melucci, Laclau, Mouffe, Touraine e tantos outros parece ser a criação de um sujeito social, de um sujeito político que reivindique um

espaço da cidadania democrático e justo. Goss e Prudencio (2004) fazem uma distinção necessária entre duas categorias muito importantes para entender a atuação dos NMS: “coletivos em rede” e “redes de movimentos”.

A primeira refere-se a conexões em primeira instância comunicacional de vários atores ou organizações através da Internet, principalmente, para difundir informações, buscar apoio ou estabelecer estratégias de ação conjunta. Esses coletivos são visualizados na pesquisa através dos sites que os atores sociais dispõem na internet. A segunda são redes sociais complexas que extrapolam as organizações e que conectam, simbolicamente, sujeitos sociais e atores coletivos. Em síntese, os coletivos em rede são formas de instrumentalização das redes de movimentos e, embora não definam por si mesmas um movimento social, são partes constitutivas dos movimentos sociais na sociedade da informação (GOSS; PRUDENCIO, 2004, p. 83).

Diante disso, cabe aqui frisar o papel de meios de comunicação que os atores coletivos assumem hoje. Assim como afirmam Castells (1999) e também Melucci (1994), por meio da internet e outros meios de comunicação é possível não apenas informar, mas articular a sociedade para agir perante seus problemas. Ou seja, oferecem uma nova leitura da realidade.

Os NMS deixam transparecer uma nova geração de conflitos sociais e culturais, possuem um potencial transformador, no sentido de modificar a realidade social através de ações concretas da sociedade civil. “Os NMS, atuando mais diretamente no seio da sociedade civil, representam a possibilidade de fortalecimento desta em relação ao aparelho do Estado e perante a forma tradicional do agir político por meio de partidos” (SCHERER-WARREN, 1993, p. 53).

São muitos os estudos que dão voz ao contínuo ativismo de organizações cidadãs preocupadas com questões urbanísticas e de política local (VILLASANTE, 1995). Ao examinarmos as concepções formuladas por Castells (1972; 1983; 1997), podemos perceber através de suas sucessivas obras que o mesmo inaugurou uma concepção do urbano enquanto âmbito de consumo coletivo e assim ajudou a situar e diferenciar o Movimentos Sociais Urbanos (MSU) de outros movimentos sociais. Castells insere os MSU como um tipo específico de NMS. Neste trabalho iremos utilizar a terminologia dos MSU por entender que faz parte dos NMS e pela aproximação entre seus preceitos teóricos e a Teoria do Discurso e do Direito à Cidade.

Até então os MSU apareciam como fenômenos centrais para mudanças sociais, como movimentos sociais proativos. A tentativa de conceituar este tipo específico de movimento partiu da noção de “urbano”, como marco para estabelecer autonomia da política local (SAUNDERS, 1981; 1986). A partir deste momento a sociologia urbana começou a incluir em seus objetos de investigação fenômenos diversos como planejamento urbano, reestruturação das cidades, apropriação dos espaços, etc.

Os primeiros MSU, também chamados de “clássicos”, são considerados como quase todas as lutas de bairro por habitação e equipamentos públicos (hospitais, escolas, praças), as propostas de bairros por renovação urbana, as organizações de proprietários frente a instalação de indústrias, ações de ocupação de casas, luta de minorias étnicas, mobilizações ecologistas e, sobretudo, as atividades de reivindicação de ocupação do espaço público realizadas pelas associações de bairro e moradores.

No entanto, para que todas estas manifestações sejam consideradas movimentos sociais, suas lutas devem tratar de temas ou problemas que transcendam problemas particulares e localistas, ou seja, apontem para problemas urbanos comuns às cidades do mesmo Estado, por exemplo, se comuniquem entre si e estabeleçam vínculos entre o local e o global (MARTÍNEZ, 2003). Além disso, não é possível tratar como MSU qualquer demanda associativa se não se observa uma regularidade de ação da mesma em âmbitos locais e globais. Em resumo, é necessária uma distinção clara entre ações coletivas singulares e particularizadas de movimentos sociais mais amplos (MARTÍNEZ, 2003).

Na obra de Castells podemos identificar uma evolução na forma pensar e entender os MSU. Inicialmente, Castell (1972) entendia que os MSU eram a contrapartida direta do planejamento urbano, com efeito direto na transformação social. Nesta dinâmica, o planejamento urbano em geral consistiria em intervir no “urbano” e assegurar os interesses da classe dominante. Os MSU, por sua vez, seriam as práticas que tentariam “objetivamente até a transformação estrutural do sistema urbano ou até uma modificação substancial da relação de forças na luta de classes, é dizer, em última instância, no poder do Estado” (CASTELLS, 1972, p. 316, tradução nossa). O problema desta concepção é que, com relação aos efeitos do MSU, nem toda prática política de oposição social ao planejamento urbano consegue chegar a uma transformação da lei estrutural do sistema urbano (CASTELLS, 1972, p. 317) como propõe o autor.

Então, como chegava um MSU a provocar efeitos de largo alcance? Segundo Castells, através da união dos MSU com os partidos políticos de esquerda e sindicatos que juntos poderiam aumentar sua capacidade mobilizadora (CASTELLS, 1972). No entanto, os MSU atuais não têm papel protagonista no câmbio social dentro das sociedades capitalistas como pregava Castells e muito menos exigirá que os MSU se aliem a partidos políticos e sindicatos. Pelo contrário, o que se vê na ação dos MSU atuais é um discurso de afastamento de instituições formais. Querem entrar na rede, mas não vincular sua marca a organizações institucionalidades como partidos políticos, por exemplo.

Pois bem, o êxito dos MSU, se medirá agora por sua eficiência em transformar o “significado urbano” e não todo o sistema urbano. Isso se conseguirá, precisamente, com uma

forte autonomia com respeito aos partidos políticos, ainda que mantendo relações mútuas sempre que cada parte respeite o âmbito próprio de ação do lado oposto. Os partidos, pois, teriam sua parcela legítima na política urbana nos sistemas democráticos, e não deveriam ser observados como parte de uma "frente popular" diante do planejamento urbano (MARTÍNEZ, 2003, p. 87, tradução nossa).

Assim sendo, ante a um contexto econômico global, os MSU começaram a ser vistos como “reativos” e impotentes. Ainda que pudessem alcançar uma transformação urbana através de formas de controle e autogestão de áreas locais e regiões próximas, uma atuação e resultados mais abrangentes só seriam possíveis se os MSU se aliassem com outros MS mais centrais na sociedade pós-industrial que vivemos hoje. Mas que transformações do urbano são essas que os MSU poderiam alcançar? Segundo Castells (CASTELLS, 1983, p. 409), a principal contribuição MSU seria impor um novo significado urbano em contradição com o significado urbano institucionalizado e contra os interesses da classe dominante.

Segundo Martínez (2003), para a teoria de Castells, os MSU seriam os catalizadores de um processo de ressignificação do urbano que seria realizado através de três dimensões básicas: a orientação até um consumo coletivo, ou seja, criação de serviços ou equipamentos urbanos com valor de uso, a organização associativa e cultural da vida comunitária, e a busca pela descentralização política e autogestão dos bairros.

Um dos problemas para teoria dos MSU é diferenciar a diversidade de movimentos sociais que podem ser considerados urbanos. Martínez (2003) acredita em uma distinção entre MSU setoriais (como econômico, cultural ou político), MSU globais (como os movimentos feminista e ecologista), MSU de coletividades (como os movimentos por habitação digna), e os MSU alternativos (seriam movimentos locais por rupturas com instituições, apropriações culturais do espaço urbano, mas teriam projeção global).

Além disso, outro aspecto que precisa ser analisado nos MSU é o contexto no qual os movimentos nascem. Para Pickvance, é possível identificar, pelo menos, cinco dimensões contextuais relevantes com relação ao MSU: 1) os períodos de rápida urbanização que levam consigo carências urbanas de habitação ou de serviços públicos; 2) a ação tolerante ou intolerante do Estado perante os movimentos sociais, e sua intervenção em questões de consumo coletivo; 3) o contexto político na medida em que existam mobilizações políticas mais amplas que as dos movimentos, ou tipo de ideologias de classe ou segundo outros parâmetros que estejam ativos na política urbana, e a efetividade institucional dos partidos políticos para resolver os conflitos sociais; 4) o desenvolvimento das classes médias e de seus recursos em habilidades profissionais, contatos, tempo, dinheiro e filiações associativas; 5) os aspectos econômicos e sociais que

favorecem ou obstaculizam o desenvolvimento dos MSU, como o desemprego ou mudanças culturais promovidas por outros MS (os juvenis ou pacifistas, por exemplo) (PICKVANCE, 1986).

Fazendo uma retrospectiva dos MSU desde os anos 60 até os 90, na Europa e América do Norte, Friedmann (1992) e Villasante et al. (1994) argumentam que os MSU podem obter resultados relevantes na política local e nacional, mas ainda estão limitados por sua incapacidade de manter a chama da mobilização sem cair na rotina ou institucionalizar-se; o principal foco de tensão dos MSU está na relação com os governos locais que podem cooptá-los ou impedir que prossigam com as mobilizações. Segundo os autores, a maioria dos MSU têm uma incapacidade de estabelecer coalizações duradouras com outros coletivos, com outros MS ou com partidos políticos; apesar do protagonismo que as classes médias exercem na maioria dos MSU, existem aqueles constituídos fundamentalmente com identidades étnicas ou por outras características sociais; independente da ideologia que seguem, todos os movimentos compartilham uma constante demanda de participação cidadã nas tomadas de decisão e gestão urbana.

Segundo Alguacil e Morón (2008), os MSU trabalham em uma dupla lógica de ação: de um lado o desenvolvimento urbano, e por outro a democratização do sistema político. A participação social é a chave que une essas duas lógicas. No entanto, diante do caráter polissêmico do conceito devemos questionar o que entendemos por participação. Tendo em vista a complexidade que carrega o termo, Alguacil (2006) afirma que a participação é uma base que estabelece vínculos entre o território e a estrutura social. São os três Cs (comunicação, conhecimento e consciência) que permitem a participação e mobilização em todas suas vertentes, que fazem com que a ação seja mais reflexiva e estratégica.

### 3.5 Os movimentos sociais e o urbanismo no Brasil

*Enquanto houver movimentos sociais, é porque existem injustiças sociais.*

*Douglas Alves Bento*

Um indicador do recente interesse pela temática dos movimentos sociais urbanos é a proliferação de estudos científicos importantes que têm gerado práticas transformadoras no âmbito das classes populares. A característica básica destes trabalhos é a tentativa de reconstrução de histórias de mobilizações e reivindicações urbanas, embora vários trabalhos enfatizem os aspectos relativos aos desafios organizatórios, os aspectos e características que constituem os novos movimentos sociais (JACOBI, 1980).

Os investigadores brasileiros vêm desenvolvendo um conjunto de trabalhos dentro do contexto da Sociologia Urbana, apresentando a concepção de uma categoria denominada de Movimentos Sociais Urbanos (MSU) proposta por Castells (1983). A produção europeia sobre a temática dos conflitos urbanos influenciou a reflexão teórica dos estudiosos dos movimentos sociais brasileiros, principalmente no ramo das Ciências Sociais. Segundo Jacobi (1980),

[...] o universo pesquisado abrange desde os movimentos mais organizados até práticas mais espontâneas, desde os movimentos reivindicatórios por equipamentos de consumo coletivo até os quebra-quebras. Os temas de investigação têm se centrado basicamente nos efeitos gerados pelo processo de periferização das classes populares a partir de contradições urbanas geradas pela distribuição desigual dos benefícios de urbanização (JACOBI, 1980, p. 224).

As duas últimas décadas foi um período importante para estudar a repercussão da participação popular e os movimentos sociais no Brasil, na medida em que manifestações e mobilizações sociais tiveram presença constante em distintos âmbitos da vida social, estimulando a organização de movimentos pelos direitos básicos também por demandas relacionadas com o feminismo, ecologia, comunidade LGBT etc.

No Brasil, se observarmos os últimos 30 anos sobre temas como a participação popular e movimentos sociais, podemos perceber que foi um período marcado por um forte sistema de repressão às manifestações populares durante a ditadura militar, mas isto não impediu o surgimento e a geração de um conjunto de organizações e associações civis. Com o fim da ditadura na década de 80 tivemos a elaboração da Constituição Federal de 1988 e a ampliação dos direitos à participação popular e ação direta dos cidadãos através dos chamados institutos de democracia direta como plebiscitos, referendos, conselhos populares, e diversos outros canais de participação.

Estas mudanças iniciaram um período de mobilização, rico em discussões e reflexões, tanto dos movimentos sociais quanto no meio acadêmico, sobre o momento histórico e a nova realidade que o país vivia. Novos paradigmas surgem - como cidadania, democracia, sociedade civil, espaço público, relações entre o Estado e a sociedade civil – e são colocados em práticas e discutidos por ONGs, novos partidos políticos e academia.

Ainda na década de 80 apareceu o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) com bastante representatividade entre os movimentos rurais no Brasil. O significado histórico e social do MST, que se consolidou como um dos maiores processos sociais brasileiros, e que permanece com uma impressionante força política no país, é inegável. Isto ocorre por vários aspectos, incluindo ações nos diferentes momentos cíclicos que também abrangem amplamente, teve uma forte divulgação em todo o país.

Na mesma época emergiam os movimentos sindicais e populares que com autonomia contestavam a ordem estabelecida. Era o “novo sindicalismo” que nasce independente do Estado e de partidos políticos; os “novos movimentos de bairro”, que se estabeleceram através da autogestão, reivindicando direitos e melhorias na saúde, educação, equipamentos públicos e qualidade de vida. Uma nova sociedade surgia e carregava com ela o apogeu dos novos movimentos sociais que politizavam espaços antes silenciados.

Com essas mudanças, o conceito de cidadania ganhou força, num contexto de rearticulação da sociedade civil e democratização do Brasil, as pessoas reivindicavam seus direitos políticos como eleições diretas, mas também o direito de participar e decidir sobre o destino de suas cidades, de seu país. Foi um momento de reflexão e empoderamento da população para com o futuro do país.

Segundo Gohn (2006), a grande produção teórica sobre movimentos sociais urbanos no Brasil foi realizada nos anos 80 em destaque: Jacobi (1980 e 1989), Torres Ribeiro e Machado da Silva (1984), Cardoso (1983, 1994), Kowarick (1984). Porém, nos anos 90 houve um declínio do interesse de estudo dos movimentos em geral. Dentre essa produção teórica cabe ressaltar a importância da contribuição dos trabalhos de Moisés (1990). Este autor focaliza as suas análises na região da grande São Paulo a partir do processo de industrialização e das contradições geradas pelo próprio desenvolvimento do capitalismo. Analisando assim, a emergência de reivindicações populares diante de suas más condições como moradores de cidades.

Por muito tempo no Brasil, os movimentos reivindicatórios foram vistos como inúteis. No entanto, na década de 70, alguns setores da sociedade já discutiam seriamente a concepção de que mesmo o simples reconhecimento da situação de exclusão social das classes populares e a possibilidade de lutar por melhores condições de sobrevivência já podem ser considerados como elementos determinantes para a inserção dos setores populares na vida política da cidade (MOISÉS, 1979). O direito à cidadania começa a ser motivo de confronto dos movimentos sociais urbanos com o Poder Público. Discute-se a representatividade do Poder Público que afirma-se capaz, mas não consegue responder à sociedade. O antagonismo ao Estado cria as condições para a unidade dos seus protagonistas, acelerando o desenvolvimento de uma força social que vai adquirindo uma dinâmica própria.

Diferente das ações coletivas na Europa e Estados Unidos que apresentam uma abordagem cultural da construção de identidades, na América Latina, diante das tantas necessidades materiais, a realidade dos problemas de ordem material e a luta por democracia ainda são pautas importantes no campo dos movimentos sociais. Há, em sua maioria,

movimentos populares por terra, casa, comida, equipamentos públicos e por direitos humanos (GOSS; PRUDENCIO, 2004).

Outra característica importante que marca a história dos movimentos sociais na maioria dos países latino-americanos é a presença da Igreja Católica através da ala progressista da Teologia da Libertação. Atuava em camadas mais pobres da população por meio das comunidades eclesiais de base e das pastorais e, baseada nos princípios de solidariedade e esperança, engajou seus militantes na resolução das contradições sociais.

Já no fim da década de 80, os movimentos sociais perdem visibilidade porque o Estado deixa de ser seu adversário principal, suas demandas passam a ser diversas e seus adversários não muito claros (GOHN, 1997). No Brasil, isto aconteceu devido a conquista de direitos sob a forma de lei, por meio da Constituição Brasileira de 1988. “Muitos movimentos que tiveram muito vigor nos anos 70 e 80, quando clamavam por direitos, passaram a encontrar dificuldades para manter a mobilização após terem conquistado alguns daqueles direitos em lei [...]” (GOHN, 1997, p.234).

Especificamente em Pernambuco, um dos primeiros a discutir os movimentos sociais urbanos foi Sílvio Maranhão (1979). Como no restante do país, o fim da ditadura e o início da democracia coincidiu ou permitiu o destaque, mesmo que de poucos, de movimentos sociais como as Associações de Moradores — organizadas para resistir às remoções — os movimentos de invasores, o movimento contra a carestia, e os movimentos originados através do trabalho da Igreja Católica. Ainda incipientes e débeis, os movimentos sociais em Pernambuco permitiram considerar o nível de consciência e organização das classes populares urbanas.

Leite (1977), outro autor importante que demonstrou a emergência dos movimentos sociais no Recife, mostrou como o processo de urbanização desencadeou processos de remoções em áreas próximas ao centro da cidade, bem servidas de transporte e em franco processo de valorização imobiliária. Começa aí o planejamento urbano em nome de uma racionalidade técnica cujo resultado, segundo o autor, é a expulsão ou remoção das populações ditas “marginais”, configurando-se uma consolidação de estrutura vigente de ocupação especulativa da cidade (LEITE, 1977), o que chamamos de gentrificação (SMITH, 1996).

Vários outros trabalhos analisaram os protestos populares ocorridos nas principais cidades brasileiras ao longo desses quarenta anos, com o interesse central de reforçar o entendimento da lógica que determina os movimentos mais elementares das massas no processo de formação da consciência das classes populares brasileiras. São movimentos de defesa das condições de vida e se configuram numa conjuntura onde praticamente todas as formas de organização e de resistência das classes populares foram esfaceladas.

Nos últimos anos observa-se no Brasil um crescimento na atuação dos movimentos sociais, ONGs, instituições filantrópicas, coletivos urbanos, associações de vizinhos, entre outros envolvidos no processo de busca da democracia, justiça social, liberdade, autonomia e, sobretudo, direito à cidadania.

Os movimentos sociais urbanos no Brasil, acima de tudo, politizam a questão urbana, colocando-a num terreno onde incidem e se confrontam os diferentes grupos de pressão e de interesse. O tema do direito à cidadania, da cidade dos cidadãos ou dos meio-cidadãos, retrata uma luta pela democratização na distribuição dos recursos, dos serviços de consumo coletivo pelo Estado e das próprias características do processo de desenvolvimento e planejamento urbano (JACOBI, 1980, p. 235).

Nessa discussão, ressalta-se a importância do espaço urbano e social como lugar que, entre seus limites, alcances e desafios pode ajudar no processo de construção e reconstrução da memória e da identidade de grupos e movimentos e pode facilitar reivindicações coletivas frente aos processos de urbanização e planejamento da cidade (FERREIRA, 2011).

O processo de urbanização brasileiro nos últimos 50 anos provocou, entre outras coisas, um aumento da marginalização e exclusão social. O país concentra mais de 80% da sua população nas cidades (IBGE, 2010). O êxodo rural, impulsionado pelo planejamento urbano desenvolvido durante o regime militar, levou ao rápido crescimento das cidades com características tecnocráticas o que, por sua vez, reforçou a exclusão social, intensificou o crescimento da periferia e ajudou a consolidar um mercado imobiliário restritivo na maioria das grandes cidades brasileiras. O tipo de planejamento adotado tinha como pressuposto o “modelo de cidade ideal que teve como paradigma a segregação e diferenciação hierárquica dos espaços, fator fundamental para diferencial de preço no mercado imobiliário.

Dessa forma, determinadas áreas da cidade, as mais centrais e bem localizadas, eram destinadas a uma minoria que podia pagar (como é até hoje). Quem não poderia pagar era levado a construir em espaços pouco valorizados cuja a legislação não era tão exigente, no caso, as periferias, áreas de riscos e socialmente desfavorecidas.

Já na década de 80, este modelo de desenvolvimento urbano começa a receber críticas de diferentes segmentos da sociedade, intelectuais e profissionais ligados ao planejamento urbano e aos movimentos sociais, o que resulta na emergência do Movimento Nacional por Reforma Urbana (MNRU). O movimento traz para o debate constitucional não só questões sobre gestão municipal e planejamento urbano, mas sobre justiça social, igualdade e direito à cidadania (SILVA, 1991).

As ações dos diversos movimentos sociais durante a elaboração da Constituição de 1988 apresentaram resultados significativos ao longo da década de 80, principalmente com o aumento dos partidos de esquerda nos governos municipais. Nesta época teve importância especial a luta por reconhecer a existência de duas cidades distintas na mesma cidade, com direitos e acessos desiguais, uma cidade legal e outra ilegal/clandestina. Hoje sabemos que dentro de grandes cidades há várias outras cidades legais e ilegais, com problemas e limites distintos, com níveis de desigualdade e acesso diferentes.

Na década de 90, os movimentos sociais demonstram amadurecimento e demonstram mais claramente a reivindicação de participar da redefinição dos direitos e da gestão da cidade. Reivindicavam participar da construção de uma nova sociedade (CARVALHO, 1998), que inclui a ideia de que o processo de elaboração dos pressupostos públicos deveria contemplar uma efetiva participação popular, inclui-los nas discussões e definições do planejamento urbano. Esta reivindicação se faz válida até hoje na medida em que o pressuposto público, no Brasil, ainda é elaborado a partir de uma visão estritamente técnico-administrativa, em muitos casos, sem nenhuma consulta popular. São poucas as prefeituras brasileiras que introduziram a participação popular na elaboração do seu planejamento urbano. Um dos poucos exemplos é Porto Alegre que preza por uma gestão democrática, utilizando os Pressupostos Participativos (PP).

A discussão sobre quem planeja o território é antiga e envolve várias questões debatidas por diferentes atores sociais. No Brasil, há um predomínio de planejamento por resultados, subordinado à tendência de mercado, o que produz um afastamento do paradigma do planejamento urbano como aquele que preza os cidadãos e os movimentos sociais pela qualidade de vida e justiça social (LEAL, 2012).

O processo de planejamento urbano se mostra um problema quando o objetivo é construir uma cidade justa e democrática para todos. Há dificuldades reais na prática do planejamento urbano relativos a gestão dos canais de participação no processo. Tendo em vista que o planejamento urbano deve ser considerado uma ação pública, todavia, não é prática comum na realidade brasileira.

Parece conveniente começar por considerar as dificuldades reais da prática do planejamento na atualidade se estamos convencidos de que ainda, segue sendo um instrumento imprescindível para o governo e controle democráticos das transformações territoriais, tanto de nova ocupação como de transformação interna dos assentamentos (FONT, 2003, p. 208, tradução nossa).

Dessa forma, a presença dos ativismos sociais no Brasil se fez cada vez mais importantes na produção do espaço urbano, propondo soluções para a cidade, não se restringindo às críticas, mas participando de forma direta na produção e reprodução do espaço urbano. Então seria

necessária uma organização de forma autônoma ao Estado, realizar ações, estabelecer parcerias, elaborar e propor projetos e assegurar que se cumpram as leis. Para isso também são necessários equipamentos sociais eficientes que permitam não um lugar burocrático imposto pelo planejamento para constar nos documentos formais do Estado, mas concebidos pelos cidadãos, como momento de construção de novas práticas por meio da construção social do espaço e da espacialização das ações sociais.

Os ativismos políticos e movimentos sociais criaram espaços de discussão que ajudaram, sem dúvida, a alargar os horizontes de participação política e contribuíram para a conquista e o exercício da cidadania no interior da sociedade. Nesse sentido, possuem uma dimensão político-pedagógica extremamente importante pois ajuda a ampliar a consciência das pessoas em relação a seus direitos como cidadãos (SOUZA; RODRIGUES, 2004:93).

Cidadãos conscientes incentivam planejadores mais atentos a todas as demandas sociais, mais compreensivos e comprometidos também com formas sociais insurgentes. A presença dos equipamentos socioculturais no planejamento urbano representa um dos meios de mudança, ao atuarem como local para a realização de reivindicações e outras atividades, como objetos de aprendizagem direta e indiretamente, sendo, portanto, necessários à cidade.

Hoje há toda uma tentativa de seguir os traços da rebeldia urbana. Isto é uma recusa as submissões urbanas que vêm trabalhando e reagindo às configurações desenhadas pelos processos de mercantilização das cidades, das formas de vida e dos modos de existência gradativamente submetidos à lógica da velocidade. Além disso, vê-se hoje um maior controle da gestão urbana, uma espécie de militarização do cotidiano que tornam as cidades cada vez mais inseridas em lógicas globais e controladas por militares, ideia cunhada pelo urbanista Graham (2001). As cidades são feitas de circuitos, de mobilidade e de comunicação, estes são capturados pelas lógicas de mercado, mas são também o que formam as dinâmicas de conflitos e constituem as cidades rebeldes (TELLES, 2015).

Exemplos disso são os sinais de conflitos expansivos que aconteceram antes das jornadas de junho de 2013, como queima de ônibus, protestos e movimentos organizados em torno das questões de moradia e etc. Uma multitude de coletivos, novas formas de ativismo, aglomerações de pessoas diferentes, de classes diferentes que formam uma composição de forças que montam um novo campo político, mutante, que escapa das maneiras tradicionais de movimentos sociais, e fogem das teorias de movimentos sociais conhecidas e de formas domesticadas de participação.

Neste capítulo discutimos a crise do sistema democrático e o consequente esvaziamento político. Percebemos a emergência em redefinir a identidade democrática, em como estabelecer uma nova fronteira política (MOUFFE, 1999). Discutimos também o papel dos movimentos

sociais diante dessa crise de democracia. Identificamos suas origens e características ao longo da história, fazendo um mapeamento das principais teorias sobre os movimentos sociais. Optamos por trabalhar o conceito de Movimentos Sociais Urbanos por trabalharem em uma dupla lógica de ação: de um lado o desenvolvimento urbano, e por outro a democratização do sistema político.

Depois passamos para o plano local discutindo os movimentos sociais urbanos no Brasil e Recife. Investigadores brasileiros vêm desenvolvendo um conjunto de trabalhos dentro do contexto da Sociologia Urbana, utilizando também a concepção de MSU proposta por Castells (1983).

No próximo capítulo nos debruçaremos no objeto principal deste trabalho: a cidade. Discutimos a cidade moderna e seus processos desencadeadores de crise. Neste quarto capítulo será realizada uma crítica ao urbanismo clássico através da retomada de princípios como valorização dos espaços públicos, justiça espacial, escala humana, esquecidos pelos planejadores urbanos e presentes na discussão da Teoria do Direito à Cidade.

## 4 O Objeto da Política: A Cidade

---

*As cidades são uma confusão por definição*  
Dave Hickey

### 4.1 A Cidade Moderna - Processos Desencadeadores da Crise

*A Cidade Moderna, assim como a nação moderna, foi imaginada como um espaço que devia ser unitário, coerente e ordenado*

Asu Aksoy

Cidades, dentre outras causas, são produtos dos valores culturais desenvolvidos ao longo da história humana. Uma imagem comum da cidade nas representações culturais da sociedade contemporânea se coloca em direção a distopia. São locais de violência e crime, de diferenças sociais alarmantes e do colapso dos valores de convivência e do uso da técnica e da razão como únicos norteadores na configuração de modelos urbanos. A partir de agora iremos analisar os processos que entendemos como desencadeadores dessa cidade que caminha para a distopia.

### 4.2 A sociedade Moderna e as escalas não-humanas

*Antigamente as forças dominantes eram a separação e a especialização; agora fala-se de simultaneidade, multiplicidade, incerteza, teoria do caos, redes, pontos nodais, interação, híbrido, ambivalência, esquizofrenia espaço de fluxos, cyborgs, e assim por diante.*

Van Toorn

Entendemos que a Cidade Moderna é um modelo resultado de processos históricos e revoluções de diversas áreas que culminaram em pensamento, cultura e modos de vida que chamaremos aqui de modernidade.

A modernidade teve como eventos decisivos para seu surgimento o Renascimento, a Reforma Protestante e a Revolução Industrial. Mas sem dúvida, esta última teve influência determinante para a sociedade moderna que conhecemos, possibilitando a mudança do centro econômico do campo para a cidade (HESPANHOL; HESPANHOL, 2006). Foi a partir da Revolução Industrial que as cidades começaram a ganhar importância. Transformações ocorreram e a cidade contemporânea passa a ser uma sociedade urbana dominada pela tecnologia, pelo mercado e pela aceleração da vida cotidiana.

Estas revoluções também permitiram uma combustão na área da ciência, com a proliferação de pensadores, cientistas e filósofos, tais como: Copérnico, Galileu, Descartes e

Newton. A partir de então tivemos uma verdadeira revolução científica, reposicionando o homem e sua visão do mundo e de cultura. Com estas mudanças, a modernidade anunciou o fim do sagrado e da crença em Deus e na salvação pelo espírito, inaugurando o fenômeno do “desencantamento” (SCOTT, 1997) do homem com o metafísico.

Segundo Shinn (2008), a modernidade, seguindo seus princípios norteadores, incorpora duas tradições: a corrente “emancipatória”, marcada pela Revolução Francesa, o estabelecimento do Estado Nação, a formação das fronteiras e exaltação do individualismo; que posteriormente permitiram as demandas emancipatórias dos movimentos sociais como os de 1968 na França (os resultados desta corrente são tratados na seção III deste trabalho). A segunda corrente denominada “tecnológica”, culminante das ideologias e epistemologias modernas, principalmente do cenário iluminista do mito do progresso, desenvolveu-se paralelamente ao componente emancipatório e será aprofundada nesta seção.

A tecnologia impera na modernidade de três formas principais: primeiro, ela impõe uma arregimentação do indivíduo por meio da disciplina e do trabalho especializado, dividido em tarefas e funções. Segundo, a ideologia do progresso científico, introduzida por August Comte, culmina com a busca incontrolável do progresso técnico em todas as áreas da sociedade. Terceiro, o imperativo tecnológico reduz a margem de liberdade dos indivíduos. Embora tenham sido conquistados muitos direitos e deveres individuais, na modernidade, a liberdade individual é reduzida pela força da universalidade homogeneizadora, determinismo e pela ideia de racionalidade absoluta (SCOTT, 1997; SHINN, 2008).

O pensamento moderno foi criado e reproduzido no meio urbano ao mesmo tempo em que determinou sua estrutura, sua estética, sua cultura e seus modelos de vida. Segundo Habermas (1990, p.160), o pensamento moderno promoveu uma verdadeira reviravolta ontológica e epistemológica, instalando a dimensão antropocêntrica-subjetivante, centrada no sujeito cognoscente. A metafísica da modernidade coloca “[...] a razão como fonte das ideias formadoras do mundo e a história como meio através da qual o espírito realiza sua síntese [...]”.

A modernidade prometeu que o homem alcançaria a liberdade, a racionalidade absoluta, que usaria a tecnologia como facilitadora para atingir maior qualidade de vida, que o progresso técnico e científico possibilitaria o desenvolvimento social e humano. No entanto, as promessas não foram totalmente cumpridas e as insuficiências da modernidade logo se revelaram. A bomba atômica e a possibilidade concreta do holocausto nuclear destruíram as pretensões da racionalidade científica e do projeto moderno de sociedade. Desde o século XIX, os paradigmas da modernidade vêm sendo contestados e já no início do século XX discursos dissonantes

começam a aparecer, dando início ao que autores como Jamerson (1984), Anderson (1999), Harvey (1999) e Lyotard (2008) chamam de pós-modernidade.

O termo pós-modernidade carece ainda de definições claras, mas, de maneira geral, pode-se entendê-lo como a ruptura com os princípios culturais, estéticos, econômicos e sociais da modernidade. O filósofo Jean-François Lyotard, em *A Condição Pós-Moderna*, caracteriza a pós-modernidade como uma decorrência da morte das "grandes narrativas" totalizantes. Lyotard entendeu a modernidade como uma condição cultural caracterizada pela mudança constante na perseguição do progresso. Pós-modernidade, então, representaria a culminação desse processo em que a mudança constante se tornou o *status quo* e a noção de progresso obsoleta (LYOTARD, 2008).

Jameson (1984), outro expoente pensador da pós-modernidade, argumenta que as características da cultura da pós-modernidade apresentam três elementos: a mudança constante e a multiplicidade dos indivíduos levando a perda de profundidade; a perda do entendimento linear e progressivo da histórica modificando as noções de espaço e tempo; e a emoção como centralidade, abrindo caminho para novas identidades. Na contemporaneidade, a modernidade transita, em seu fechamento e esgotamento, para a pós-modernidade. Ou seja, nos tempos atuais, vivemos realidades modernas e pós-modernas. Os princípios culturais desses dois movimentos estão influenciando e moldando o modo de vida das pessoas.

Nesta seção vamos aprofundar a discussão da influência do discurso moderno na vida urbana e na estrutura e estética das cidades. Estamos preocupados em entender de que forma os princípios da modernidade como, por exemplo, a racionalidade, o progresso, determinismo e a exaltação da ciência e da técnica permitiram e facilitaram o cenário de crise urbana que vivem as cidades atualmente. Com isso, não queremos argumentar que a crise urbana é o efeito simples e direto da modernidade, mas resultado, como diria Laclau e Mouffe (2015), de um complexo emaranhado de princípios, discursos, contingências, causalidades e articulações de forças hegemônicas e antagônicas que resultaram no que entendemos hoje por sociedade contemporânea.

Os problemas urbanos da cidade contemporânea são vários e bem diversificados. As grandes cidades sofrem principalmente com as poluições, engarrafamentos, violência, desemprego, desigualdade social. A falta de segurança tem sido um dos principais motivos que preocupam a população urbana, esse processo está diretamente associado aos outros problemas citados. As causas desses problemas são inúmeras e multifacetadas (BAUMAN, 2003; 2008).

A urbanização, muitas vezes, é descontrolada e sem planejamento algum, principalmente em países emergentes ou do "Terceiro Mundo", como é o caso do Brasil. A urbanização acelerada

sem planejamento tem como consequências problemas de ordem ambiental e social. O inchaço das cidades, provocado pelo acúmulo de pessoas e a falta de uma infraestrutura adequada, gera transtornos para a população. Moradia, infraestrutura, transporte, energia, saúde, educação e emprego são alguns dos desafios das megacidades.

A globalização, a cultura da velocidade, a reestruturação econômica e as políticas neoliberais implementadas por instituições nacionais e supranacionais mudaram a matriz institucional-territorial da governança urbana (NOVY; MAYER, 2009) e mudaram, principalmente, a escala na qual a cidade é projetada.

A escala é um conceito histórico, varia com o tempo e de acordo com os conceitos culturais, sociais, econômicos, técnicos, etc., de cada época e lugar. A relação que o homem estabelece entre ele e o espaço no qual se move depende da sensibilidade do indivíduo que valora dita relação. Se o elemento que serve de padrão varia, a escala variará com ele. Para alcançar novas escalas e novos parâmetros, os governos e cidades antigas, muitas vezes, abrem mão de seu patrimônio histórico: edifícios antigos são abandonados ou deteriorados, depois derrubados para a construção de um novo edifício.

O termo “Patrimônio Histórico” atualmente designa um “bem destinado a usufruto de uma comunidade que se ampliou a dimensões planetárias, constituído pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos que se agregam por seu passado comum” (CHOAY, 2011, p. 11). Mas, a discussão sobre história, memória, patrimônio, passado é complexa e nenhuma destas palavras tem um sentido único. A atitude externa que habitualmente se tem com relação ao passado mostra o quanto a sua preservação – como produção simbólica e material – é dissociada de sua significação coletiva, e o quanto está longe de expressar as experiências sociais. Esta “história” apresenta-se sem referências ao presente e sem ligações significativas com as constantes modificações da cidade e das formas de vida que ela comporta.

Paoli (1992) aconselha determo-nos nos pressupostos em torno de concepções como “preservação” e “construção do passado”. Nesses termos, a autora acredita haver dois pensamentos distintos: de um lado, os que sustentam o pouco significado que têm o passado e seu registro diante daquilo que constitui o moderno e a modernidade, pela busca constante do novo. Nesse raciocínio, passado e história parecem virar o “antigo”, sua preservação deve, portanto, seguir critérios exclusivamente estéticos ou aqueles ditados pela racionalidade do mercado, já que a experiência coletiva e pessoal do presente deve ser remetida par o futuro. De outro lado, há uma atitude oposta – a de gostar do passado, de qualquer coisa que pareça “antigo”. Tal atitude, que parece oposta à primeira, está fundada implicitamente nas mesmas premissas: a

de não se reconhecer ou importar com a inscrição do significado coletivo no “legado” do passado (PAOLI, 1992).

Afasta-se o sentido da história da memória social ou, em outros termos, aposta-se que não há memória popular e/ou alternativa à do poder que seja suficientemente valiosa (ou documentada) para poder ser recriada. Esta escolha, segundo Paoli (1992), tem caracterizado a maior parte das políticas de preservação no Brasil e decreta a insuficiência e até a ilegalidade da memória social ou popular. Acrescenta ainda que só é possível construir uma política de preservação com a retomada das experiências silenciadas, suprimidas ou privatizadas da população para se reencontrem com a dimensão histórica. Por isto, é necessário ter claro que o espaço da cidadania, que permite a produção de uma história e de uma política democrática de patrimônio histórico, deve ser mais que preservado, incentivado.

O reconhecimento do direito ao passado está, portanto, ligado intrinsecamente ao significado presente da generalização da cidadania por uma sociedade que evitou até agora fazer emergir o conflito e a criatividade como critérios para a consciência de um passado comum. Capaz de constituir uma cultura que não repudie sua própria historicidade, mas que possa dar-se conta dela pela participação nos valores simbólicos da cidade (PAOLI, 1992).

Esta desvalorização da história deu-se devido a sociedade moderna, ao longo do seu processo de industrialização, modificar o padrão de construção de suas habitações e espaços públicos. A arquitetura e o urbanismo, de modo geral, afastaram-se de seus princípios básicos para satisfazer requisitos que, muitas vezes, não têm relação direta com a habitabilidade e com as pessoas que vivem nas cidades. Gehl (2014) argumenta que o planejamento das cidades modernas pensa primeiro nas formas do edifício, no *skyline*, na cidade vista do avião e esquece das pessoas, negligenciando a dimensão humana. Para o autor faltam estudos e visão dos urbanistas para o “*ground floor*”, para o nível da rua, do chão, para a escala ao nível dos olhos humanos. Em seu livro “*Cidade para pessoas*”, Gehl (2014) alerta que é a primeira vez na história da humanidade que cidades não são construídas como aglomerações e espaços coletivos, mas como edificações individuais.

Além disso, o distanciamento da escala humana no desenvolvimento urbano cresceu ainda mais quando o carro passou a ser prioridade na vida urbana. Gehl (2014) aponta para o efeito negativo que o carro proporciona a um espaço público de qualidade, na medida em que espreme o espaço para o pedestre e acelera o cotidiano das cidades. Como exemplo de cidade tecnocrática que entendemos como Cidade Moderna, o autor cita a cidade de Brasília como símbolo do urbanismo moderno: na época de sua construção não se pensava nas pessoas e em como o modelo de cidade pode influenciar na qualidade de vida das mesmas. A realidade das

idades modernas contemporâneas não está muito longe de Brasília (construída nos anos cinquenta), pelo contrário, está marcada por grandes edifícios e ruas planejadas para carros. Está marcada pela técnica que, quando não utilizada pensando primeiro nas necessidades humanas, favorece o desenvolvimento de cidades máquinas onde a prioridade é a reprodução do capital econômico e dromológico.

As cidades foram sempre os lugares onde a tecnologia prosperou. A tecnologia, em sua maioria, não nasceu no campo ou nas montanhas, pelo contrário, sua maior parte nasceu nas cidades, nos trabalhos de artesãos e artistas. Depois da Segunda Guerra Mundial as tecnologias e a indústria desenvolveram-se nas grandes cidades e suas periferias. Hoje as tecnologias de comunicação e informação como a internet, os *smartphones* e computadores dominam os centros urbanos e ofuscam o espaço real da cidade de maneira nunca antes imaginada. Como dito antes, as escalas nas quais são construídas as cidades há muito tempo deixaram de ser humanas. Movimentações e relações físicas dos humanos já não são critérios para planejamento e construção de habitações e espaços urbanos. Como mencionado, as sociedades modernas têm como critério principal a técnica.

As cidades que conhecemos hoje são meios para a comunicação, mas seus espaços públicos estão desaparecendo. Telli (2004) sugere que há um padrão circular: a medida em que há a diminuição dos espaços de convivência e a retirada das pessoas das ruas há também uma maior desintegração física do ambiente, o que aumentará a atração dos mundos virtuais. Caracterização da “cidade invisível” (BOYER, 1996). Estas observações levam à conclusão de que, muitas vezes, há pouca ou nenhuma diferença entre o chamado "mundo real" e o "mundo virtual" (OSTWALD 1997).

Explorações e estudos recentes sobre as cidades tecnologizadas indicam diferentes propósitos para a sua existência. A melhor tecnologia de hoje poderia estar morta amanhã. Contudo, é necessário tempo e estabilidade técnica para desenvolver e prosperar. Há diversas tecnologias disponíveis hoje para construir as cidades digitais do futuro. Será que podemos ser esperançosos e pensar que essas novas tecnologias incidirão em sistemas que facilitem a criação de lugares virtuais que são altamente usáveis e sociáveis?

Segundo Telli (2004), o ciberespaço como um todo permite-nos não só teorizar sobre as arquiteturas possíveis para cidade, informados pelo melhor do pensamento atual, mas para realmente construir esses espaços e transformá-los em um tipo completamente novo de domínio público. Quando tijolos se tornam *pixels*, as tecnologias de arquitetura tornam-se informacionais.

Porém, para não cair na falácia de que, apenas, o aumento das tecnologias irá permitir uma cidade mais justa, Le Corbusier enfraquece o fato de que a saúde da cidade é a sua

capacidade de velocidade. Sua abordagem é semelhante à de Virilio, ambos argumentam ser a cidade contemporânea resumida a um sistema projetado elaborado de transporte. O centro da cidade não tem mais valor simbólico (sem catedral ou monumento cívico, sem nenhuma manifestação cultural). O centro serve apenas para as pessoas em movimento. Onde tudo está em movimento, a velocidade torna-se a única constante (TELLI, 2004).

É preciso atentar-se para não cair em outra falácia: a da técnica ou da tecnologia terem a responsabilidade pela destruição da humanidade, pois este equívoco é fruto daqueles que superestimam os resultados tecnológicos quando os avaliam sob somente uma visão: uns põem a tecnologia como salvadora da humanidade e outros a consideram a causa dos grandes problemas da sociedade. Segundo Lévy (1993), a tecnologia nunca foi boa nem má, é simplesmente tecnologia. Uma ferramenta que pode auxiliar ou destruir a humanidade.

No entanto, é mais fácil refletir sobre o uso de tecnologias existentes porque as demandas que as inovações tecnológicas implicam só se tornam claras depois que elas são introduzidas na vida cotidiana. Isto impede a imaginação dos possíveis efeitos de futuras tecnologias, impede a criação de soluções para os problemas contemporâneos causados pelo uso do aparato tecnológico pelo homem. Outro motivo que dificulta a reflexão é a natureza secreta e altamente complexa de algumas tecnologias. Muitos deles são originários de complexos de investigação militar ou industriais ultrassecretos.

Virilio (apud ARMITAGE, 2009) defende que chegamos ao limite crítico com respeito as cidades. Isto porque, hoje o tempo real das tecnologias ultrapassa o espaço real e físico das cidades. A principal consequência disto é a produção de não-lugares, onde tudo é padronizado, pasteurizado. Esta ditadura produz locais estéreis, sem vida. Segundo Augé (2010), o não-lugar configura-se como lugares transitórios que não possuem significado suficiente para serem definidos como “um lugar”. O não-lugar é o lugar comum da Cidade Moderna.

### 4.3 A Ditadura da Velocidade e aceleração da vida cotidiana

*A cidade é o correlato da estrada. A cidade só existe apenas como uma função de circulação e de circuitos; é um ponto singular sobre os circuitos que o criam e que ele cria.*

*Deleuze e Guattari,*

Ao longo de sua existência, os seres humanos viveram contínuas transformações na forma como experimentam o tempo, cada vez mais acelerado, e o espaço, cada vez mais flexível. Hoje, vivemos o que Bauman, Harvey e Virilio chamam de compressão espaciotemporal: uma aceleração do tempo que torna tudo instantâneo e comprime o espaço, as distâncias.

Harvey (2004, p. 189) considerou que “as concepções do tempo e do espaço são criadas, necessariamente, através de práticas e processos materiais que servem à reprodução da vida social”. Bauman (1999b) também observou que a mudança do tempo e do espaço é um processo histórico sujeito as intervenções da vida social. São na produção e reprodução das práticas que o ser humano constrói suas percepções sobre tempo e espaço. “O tempo social e o espaço social são construídos diferencialmente” (HARVEY, 2004, p. 189), por isso, não podem ser vistos como categorias naturais dadas ou livres da interferência das relações humanas.

Kundera (2002, p. 35) contrasta velocidade induzida mecanicamente ao que é produzido pelos nossos próprios corpos:

Ao contrário de um motociclista, o corredor está sempre presente em seu corpo, para sempre obrigado a pensar em suas bolhas, sua exaustão; quando ele é executado ele sente o seu peso, sua idade, mais consciente do que nunca de si mesmo e de seu tempo de vida. Isso muda quando o homem delega a faculdade de velocidade para uma máquina: a partir de então, o seu próprio corpo está fora do processo, e ele dá até uma velocidade que é não-corpórea, imaterial, velocidade pura, apenas velocidade, velocidade êxtase.

Há mais de três décadas, Virilio (1984; 2005, 2010) argumenta que o uso intenso de tecnologias da informação foi desencadeador dessa aceleração do cotidiano. A tecnologia contribui para a percepção de se estar ininterruptamente conectado, de não haver barreiras ou distâncias intransponíveis.

Somos confrontados hoje com a crescente manipulação da realidade através de tecnologias de simulação, com a capacidade de copiar / colar / modificar os nossos símbolos, imagens, discursos, sinais e viver *ad infinitum* importa, para trazer, em outras palavras, uma forma de clonagem generalizada. Estamos hoje diante de uma sociedade catabólica e extraterritorial que produz e amplifica um ambiente discursivo anabólico (TELLI, 2004, p.91).

As tecnologias e meios de comunicação estimulam a imaginação e permite-nos visitar espaços cibernéticos ricos em textos, imagens e sons. Trazem inúmeros benefícios para computação, compartilhamento de dados, medicina, nanotecnologia, biogenética, etc. O fascínio do homem pela tecnologia é inquestionável. O fetiche por aparelhos de alta tecnologia ainda é componente importante no capitalismo moderno (MELLO, 2010) e isto modifica o modo de viver na contemporaneidade.

Bratton (2006, p. 7) demonstrou que:

A modernidade é um mundo em movimento, expressa em traduções do espaço estratégico em vez de logística, e vice-versa. É uma história de cidades, divisórias, circuitos comerciais, satélites e software; de um cenário político

regido por tecnologias de vigilância, mobilização, fortalecimento e suas administrações interdependentes concorrentes.

Virilio (1984) afirma que as transformações nas formas de apreensão e gestão do tempo são relacionadas à difusão de tecnologias desencadeadas no século XIX. Antes, as estratégias eram a fixidez, as fronteiras, os muros; com a Revolução Industrial a ênfase passou a ser a produção de velocidade. A tendência à secularização do calendário e à rigidez das jornadas de trabalho, são algumas das evidências desse longo processo de afastamento de um tempo regido pela natureza e pelo calendário religioso para um tempo presidido pelas demandas da produção fabril e por novas tecnologias. O século XXI pôs isso ainda mais evidente com as tecnologias de comunicação móveis e a internet, que tornaram ainda mais difusas as relações com o trabalho e o tempo. Neste sentido, Virilio define essa tendência de aceleração do tempo como “revolução dromocrática” (VIRILIO; 1984, p. 51), onde a essência está na fabricação de velocidade.

O direcionamento dado ao desenvolvimento e aos usos das tecnologias da informação, dos modos de produção, dos meios de transporte, das práticas de gerenciamento empresarial, das formas de se relacionar em sociedade, afeta o modo como experimentamos o tempo e o espaço, da mesma maneira com que este direcionamento é afetado pelas diferentes modalidades de experimentar essas categorias (FREZZA ET AL, 2009, p.489).

Nas cidades, as tecnologias de transportes permitem trocas e deslocamentos cada vez mais rápidos. No entanto, Virilio (2005) argumenta que o fato não torna as trocas melhores, apenas mais curtas e rápidas. Esta crença é resultado da ilusão de que com a simples redução das distâncias teremos acesso a tudo, viveremos melhor e seremos mais felizes. Na verdade, não passa de um sonho vendido nos momentos iniciais da expansão capitalista e da conquista do direito à livre circulação que, agora, tornou-se uma tirania do movimento (VIRILIO, 1984, p. 70-72).

Toda tecnologia, por mais simples que seja, traz consigo seu acidente (VIRILIO, 2005), ou seja, toda tecnologia inclui também uma dimensão negativa que, na atualidade, tem alcance global devido ao sistema capitalista. David Harvey alegou que "o capitalismo é necessariamente crescimento orientado, tecnologicamente dinâmico, e propenso a crises" (1993, p. 6). Através da tecnologia, o capitalismo promete “libertar a humanidade da ignorância e irracionalidade” (ROSENAU, 1992, p. 5). A história nos contou que nem sempre essa liberdade foi conquistada, pelo contrário, muitas vezes essas tecnologias possibilitam gigantescas desigualdades sociais (URRY, 2007b). O problema não é somente o uso da tecnologia, mas antes o de “que se é usado por ela” (VIRILIO, 1984, p.78). Por isso, é mais comum se enfatizar apenas os supostos benefícios gerados pelas novas tecnologias, censurando-se suas consequências negativas.

As novas tecnologias permitem um determinado tipo de acidente que não é mais local ou situado, como a queda de um avião ou um naufrágio de um navio, mas um acidente que afeta imediatamente o mundo inteiro. Isto é bastante evidente quando falamos da Internet e sua vocação mundial. Virilio (2000) define a Internet como um acidente em potencial, que pode proporcionar uma catástrofe global que ocorre em todos os lugares ao mesmo tempo. Para o autor, a Internet é uma institucionalização da tecnologia que produziu a nossa "sociedade do espetáculo", na qual há uma destruição gradual da esfera cívica existente dentro das cidades contemporâneas.

E isso está acontecendo no momento preciso em que as tecnologias de informação e comunicação estão garantindo que "o homem sedentário está em toda parte em casa, e nômade, em nenhum lugar" (VIRILIO, 2010b, p. 3). Como consequência disso, nasce um novo indivíduo, marcado pelo sedentarismo. As tecnologias de transporte portátil e de alta velocidade permitem criar um ser que encarna um solitário, caseiro, desarraigado, indivíduo que é muito mais orientado a objetos e, normalmente, desorientado do mundo (VIRILIO, 2010a).

Bauman (1999b) alerta que as cidades contemporâneas não passam de ajuntamentos de pessoas estranhas umas às outras, que não tiveram nenhuma afinidade prévia e provavelmente nunca terão. No que tange as transformações em curso, sejam de aceleração do tempo e uso indiscriminado de tecnologias, uma parte integrante de tal processo é a progressiva segregação espacial, separação e exclusão, cuja consequência mais alarmante é a ruptura de comunicação entre a chamada elite extraterritorial, cada vez mais global, e o restante da população, cada vez mais local.

Há uma separação nítida entre aqueles que detém o poder do uso da tecnologia e os excluídos desse processo, sejam por questões culturais, educacionais ou financeiras. A propagação de políticas dedicadas à inclusão digital, indica que há uma nova forma de opressão nas sociedades contemporâneas – tecnologismo (MELLO, 2010). Isso acontece, provavelmente, na maioria dos casos, devido à forma como a tecnologia se espalhou na sociedade: um *continuum* espaço-velocidade real em que nem todo mundo tem o poder (MASSEY, 1993) ou a vontade de participar.

Tornando-se a medida na qual a vida urbana é organizada, a velocidade, então, dividi a humanidade em populações esperançosas – capitalizadas o suficiente para continuar a projetá-la infinitamente – e populações desesperadas – são os imobilizados pela inferioridade de suas ferramentas técnicas, ignorantes quanto aos signos tecnológicos e subsistentes num velho, lento e finito mundo (MELLO, 2010).

O acesso às novas tecnologias e a capacidade de lidar com elas tem sido, além de uma experiência dolorosa para a sociedade, também tem sido essencialmente “político” (DUFFY, 2009). Isto porque, a maioria destas tecnologias são incompatíveis com democracia clássica. Mello (2010) explica que a democracia clássica se baseia na solidariedade e não na solidão; na participação ativa e reflexiva, e não em ações derivadas de aptidão tecnológica e condicionamento. Dessa forma, não há democracia quando se trata de tecnologias em tempo real. “A temporalidade da democracia com a sua consulta pública está ameaçada devido à falta de tempo e interesse. A tirania do tempo real levou a democracia ‘clássica’ para o abismo” (MELLO, 2010, p. 32).

Os efeitos da ditadura das tecnologias da velocidade no corpo político tem sido uma grande preocupação para Virilio desde seus primeiros escritos (1977, 1978). Foi seu objetivo mostrar como a lógica da aceleração investe constantemente em vetores tecnológicos, promove um assalto real sobre a vida humana. Isso pode gerar uma divisão social, onde, de um lado, são as elites dromocráticas, que valorizam a mobilidade, acima de tudo, porque eles sabem que a ocupar e controlar um território é ter uma posição dominante. Eles acabam dominando a maioria dos sistemas técnicos. E se a desterritorialização progressiva produzida pela velocidade significa, para as elites, uma intensificação de seu domínio, para as massas significa desenraizamento, a destruição de seu habitat, a privação da identidade, da exclusão, mas, acima de tudo, a perda de movimento (MELLO, 2010).

Além disso, a questão não é mais, apenas, econômica. A riqueza não é, necessariamente, sinal de privilégio e de garantia de ser parte desta nova classe de velocidade elitista. Virilio (2006) deixa claro que algumas elites econômicas não acompanham os signos da tecnologia, enquanto alguns proletários podem dominar. Em que isto implica? Na substituição da luta de classes pela luta de corpos tecnológicos que lutam segundo sua eficiência dinâmica.

Uma primeira consequência da realidade social moderna é que o tempo objetivo e social da modernidade está dando lugar a temporalidades subjetivas e personalizadas (VIRILIO, 1984). A segunda grande consequência trazida pelo tempo instantâneo é a desconfiança no futuro que significa que ninguém tem tempo para esperar e todos buscam a gratificação imediata dos seus atos (BAUMAM, 2001). A terceira consequência é que os trajetos espaciotemporais dos sujeitos deixaram de estar sincronizados e articulados entre si, dando origem a uma acentuada variação entre os diferentes tempos individuais, na medida em que estes são, cada vez menos, organizados de forma coletiva, social ou familiar (VIRILIO, 2005; GRAHAM & MARVIN, 2001; HARVEY, 2004; SASSEN, 2005). Uma quarta consequência é a segregação entre aqueles que podem ou

não se movimentar nas cidades, promovida pelo uso pouco democrático das tecnologias (URRY, 2007b).

Segundo Virilio, muitos analistas econômicos das grandes cidades ainda estão presos dentro de investigações da lógica da acumulação econômica metropolitana. Eles ainda estão enredados dentro do reino do quantitativo. Em contraste, Virilio, acredita que nós entramos na Idade da Aceleração e, conseqüentemente da técnica, que substitui a da acumulação econômica. Para ele é a aceleração, por exemplo, uma das causas principais da atual crise econômica global. Pois o capital não é apenas acumulação, mas também aceleração. Isso ocorre porque a velocidade da luz, a instantaneidade, ubiquidade, e o imediatismo de ondas eletromagnéticas acelerou a acumulação. A atual crise econômica global é assim não só uma crise econômica, mas também uma crise de capital (ARMITAGE, 2009).

Aceleração, portanto, deve ser colocada no centro das nossas preocupações, porque ela está agora no coração da acumulação de riqueza nas cidades, da acumulação de conhecimentos, e a própria realidade de todas as nossas vidas sociais que estão cada vez mais impulsionadas pela implacável interatividade. Hoje, estamos diante de um grande fenômeno histórico que, por exemplo, o marxismo nunca previu: que a economia política da aceleração tem vindo a substituir a economia política da acumulação. Assim, o que é muito importante neste momento é a construção de uma economia política da velocidade (VIRILIO apud ARMITAGE, 2009, p. 3).

As escalas não-humanas nas quais sustentam-se as cidades modernas, formadas por redes de transportes e telecomunicações cada vez mais acelerados, forçam o mundo a operar sob condições instantâneas que têm um impacto real sobre geografia, história e no sentido de tempo e espaço reais que conhecemos. O final da geografia está em jogo devido a diminuição das distâncias e aceleração do tempo que ultrapassam as fronteiras físicas. A instantaneidade da aceleração também sinaliza o fim da história, não no sentido de Francis Fukuyama, mas no sentido do fim da escala histórica e espacial natural das coisas terrenas, tais como um sentido centrado no ser humano de distância. Ou seja, o ser humano não é mais referência para a estrutura urbana.

Não há crença comum sobre o futuro da civilização ocidental. O que sabemos, seguindo as ideias de Virilio (2006, 1984), é de uma revolução dromocrática que estabelece a ditadura do movimento, de um progresso dromológico que estabelece a velocidade como um valor supremo, e de uma sociedade dromocrática que introduz um sistema de dominação exercida por meio do controle de movimento. Porém, o mais preocupante de tudo é a mudança no pensamento político mundial causada por esta ditadura.

O planejamento urbano moderno, com sua busca por eficiência e uso de tecnologia, é o oposto dos centros antigos das cidades, com suas pequenas praças, calçadas e ruas desenvolvidas pensando no pedestre. Os planejadores da Cidade Moderna têm como principal objetivo projetar ruas para acomodar o crescente fluxo de automóveis. Essas ruas, Le Corbusier denominava de “máquina para o tráfego” e a cidade seria “uma fábrica para a produção de tráfego” (BERMAN, 1986, 167). Os centros passaram a ser lugares de fluxo da atividade econômica.

Diversos são os conceitos para significar esse tipo de cidade. São modelos/tipos de cidade que demonstram diversas características presentes no que entendemos por Cidade Moderna: *Metrópolis*, *Flexcities* (modelo pós-fordista), *Cosmopolis*, *Exopolis*, *Metropoliarities*, *Simcities* (SOJA, 1996; 2000), *Flowcities* (HEALEY, 2002), *Globalcities* (SASSEN, 2005), *Digitalcities/Virtualcities* (TELLI, 2004), *Cities of the Beyond* (VIRILIO, 2009).

São muitas mudanças que as tecnologias da informação e comunicação realizaram na vida nas cidades. Tudo passou a ser desenhado em termos de velocidade e fluxo - tudo se move muito rápido. Nesse estágio, as inovações podem mudar, mas a fenomenologia da velocidade e fluxo permanece a mesma ou aumenta o que acarreta a dominação da lógica de espaços de/para fluxos e induz dualidades e exclusões sociais, territoriais que ignoram e marginalizam pessoas e lugares. O sistema político passa a ser dependente da manipulação de mensagens e símbolos. Segundo Castells (1994), os meios de comunicação são o campo de batalha para o controle político, pelo menos em sistemas dromocráticos. A realidade é cada vez mais mediada pela mídia, porque eles são de fato a realidade virtual da maioria da população.

O grande problema dos modelos de cidades criados desde a Revolução Industrial está na ausência total da dimensão humana. As escalas deixaram de ter como base as pessoas para utilizar a técnica como alicerce para todo planejamento e ação do ambiente urbano de maneira geral.

Henri Lefebvre em “*O Direito à Cidade*” demonstra que a cidade e o urbano dependem do valor de uso, do modo como são utilizados pelos seus habitantes. No entanto, diz o mesmo, “o valor de troca e a generalização da mercadoria pela industrialização tendem a destruir, ao subordiná-las a si, a cidade e a realidade urbana” (LEFEBVRE, 2001, p. 14).

Na cidade de escalas técnicas e velozes, as desigualdades sociais são derivadas de espaço-velocidade. Como ensina Urry (2000), as cidades são o resultado de formas extremamente desiguais de acesso à tecnologia. Formas pouco democráticas. Mas se a tecnologia é tão poderosa, por que não podemos aplicar os mesmos padrões democráticos para ela que se aplicam a outras instituições políticas? Deleuze e Guattari (1987) sugeriram que essa possibilidade de mudança passa pelas responsabilidades dos Estados. Eles estão, necessariamente, envolvidos na regulação de todos os numerosos espaços de fluxo e controle criados pelas revoluções modernas

que introduziram a ditadura do movimento. Espaços foram colonizados pela velocidade, especificamente através de novas tecnologias que produzem rápida circulação da informação e da superação de distâncias.

#### 4.4 O papel dos atores econômicos na governança: O sistema neoliberal e a formação da cidade mercadoria

*Estamos diante de um paradoxo. As cidades-regiões, tradicionais lócus do desenvolvimento, hoje representam também arenas estratégicas no processo de desenvolvimento e de reestruturação produtiva, mas existe um vácuo institucional quanto ao planejamento e a gestão destes territórios.*

*Jeroen Klink.*

As cidades expressam, das mais variadas formas e dimensões, a organização social de seus sujeitos. Expressam os hábitos culturais e o sistema produtivo ao qual elas estão inseridas. Nas sociedades capitalistas, as cidades são os lugares de comando desse sistema, o lugar de produção e reprodução do sistema capitalista. Esse sistema só é possível por causa das cidades. Segundo Oliveira e Barreira (2011, p.1), “elas são os nós da rede produtiva contemporânea, donas de uma estrutura de transmissão de informações e produção de conhecimentos jamais tidos na história da humanidade”. A cidade contemporânea é fruto da modernidade e de seus padrões estéticos, morais e econômicos e é, sobretudo, reflexo da hegemônica força da economia sobre as demais dimensões culturais e sociais.

Ao longo da história, as cidades se constituíram como espaços de hegemonia religiosa e política, mas, principalmente depois do advento da Revolução Industrial, passaram a ser um espaço essencial para a existência do sistema capitalista e assumiram de vez o lugar do mercado. No decorrer dos anos, os atores econômicos foram exercendo, gradativamente, ainda mais influência na governança das cidades. No Brasil, esta influência cresceu em importância, a partir dos anos noventa sob o teto do neoliberalismo, que prescreve a participação do setor privado como requisito para uma boa gestão pública. Esta ideia está imbricada na maioria dos modelos de empreendedorismo urbano das cidades brasileiras que passam a ser protagonistas de experiências centradas na junção entre público e privado na gestão de seus territórios (LEAL, 2012).

As práticas de gestão urbana, introduzidas no Brasil no final dos anos noventa se pautaram por princípios de governança expressos na visão das cidades como lócus de empresarismo urbano (HARVEY, 1996). Segundo Castells e Borja (1996), esta visão acredita que as cidades

são instrumentos eficazes para dar respostas às crises e para atender às aspirações de sua inserção econômica no contexto global, tornando-as palco para a emergência de novas expressões de lideranças e de gerência administrativa.

Quando a conjuntura econômica negativa, como ajuste inflacionário e crise fiscal, acontece e repercute sobre os governos locais e municípios de uma cidade isso aguça ainda mais o sentimento de crise, o que estimula acordos, por parte de dirigentes governamentais e municipais, com paradigmas que podem ser considerados um processo de venda das cidades (LEAL, 2012).

Essas mudanças na gestão pública visando adotar esse modelo de “empreendedorismo urbano” configuraram transformações profundas nas formas tradicionais de relacionamento entre a administração pública e o setor privado. Na forma clássica de governança havia uma separação clara entre o papel do Estado e do mercado, no qual o primeiro aparecia como contratante e o segundo como contratado. Já no modelo novo de governança pública atual, a interpenetração entre o público e o privado se estabelece sem a presença reguladora do Estado, através dos benefícios das isenções fiscais, do marketing, e da apropriação de espaços das cidades. Segundo Leal (2012), essa configuração de governança tem implicado na presença dos interesses econômicos dentro do aparelho de Estado, na sua crescente privatização, e na diminuição dos espaços de interesse público em detrimento de sua função social.

Não estamos pretendo dizer que o domínio econômico na governança pública é uma novidade na administração pública brasileira e começou nos anos noventa. Pelo contrário, a penetração dos interesses dos agentes econômicos e a representação de seus atores nos espaços públicos não se constituem como um fato novo na patrimonialista cultura política do Estado brasileiro. As elites tradicionais sempre exerceram influência nos assuntos administrativos e sempre exerceram cargos públicos nas três esferas governamentais. O que mudou a partir da abertura dos mercados nos anos 90, com os avanços tecnológicos e a reestruturação produtiva foi a inclusão de outras formas de articulação entre Estado e mercado. Segundo Leal (2012, p. 64),

[...] as chamadas elites modernas passaram a se fazer representar por intermédio do capital imobiliário, do industrial, vinculado ao capital internacional, dos segmentos financeiros e bancários, das grandes corporações do comércio moderno e dos serviços especializados. A emergência dessas elites não eliminou a convivência pacífica do Estado com as antigas frações da burguesia nacional-tradicional, mas ao contrário possibilitou a articulação de alianças que iriam favorecer, mais ainda, o poder de pressão dos grupos hegemônicos. A capacidade de influência desses novos atores econômicos sobre a direção.

Como dito antes, a tradicional forma administrativa modernista-funcionalista de planejamento, dominante até a década de 1970, começou a ser desmontada pela ideologia

neoliberal. Neste novo contexto, emerge o chamado “planejamento estratégico”, cuja crítica fundamental foi construída no Brasil por autores como Carlos Vainer (2000; 2001). Na contramão do tradicional planejamento físico-territorial, o novo modelo de planejamento passa a enfatizar a implementação dos chamados grandes projetos de desenvolvimento urbano como vetores privilegiados e “estruturantes” do desenvolvimento. São exemplos recentes as obras para a Copa do Mundo Brasil 2014 e as Olimpíadas do Rio de Janeiro 2016.

Operações emblemáticas, voltadas para a construções monumentais e espetaculares e para a projeção da imagem urbana, tais iniciativas vêm, quase sempre, acompanhadas das parcerias público-privadas, da concessão de vantagens fiscais e da privatização dos espaços urbanos (MASCARENHAS, 2014). Os grandes projetos de desenvolvimento urbano sintetizam as novas formas de fazer e refazer as cidades do capitalismo contemporâneo. A lógica do mercado, nesse contexto, é alimentada pelas agências multilaterais e pelos consultores internacionais, e passa a dominar o debate, o discurso e a prática das administrações urbanas.

Esta nova gestão estratégica pressupõe não apenas a presença de um governo local, mas uma coalizão de forças globais e locais denominada de governança urbana, que, segundo Mascarenhas (2014), tem como premissa a atuação conjunta do governo local, da iniciativa privada e da sociedade civil. A premissa implícita deste discurso, segundo Souza (2006, p.129), é a de que: “o que é bom para as empresas e faz a prosperidade econômica aumentar também acaba sendo bom para a população em geral”. Dessa forma, o papel do Estado é de pactuar e construir acordos e negócios que permitam a promoção da imagem da cidade.

Uma cidade empresa/mercadoria está sempre em busca de negócios. Sempre em competição com as demais cidades da sua região e do seu país. Conduzida sempre como uma empresa, com comandos claros de quem detém o capital, a cidade deve sempre estar unida para competir, por isso, as campanhas de marketing urbano promovem a unidade entre os cidadãos e a eliminação dos conflitos. Como se não houvessem diferenças sociais e econômicas profundas na composição da cidade.

Cada vez mais a lógica da gestão empresarial se faz presente na governança das cidades. Produtividade e competitividade tornaram-se as principais qualidades a serem buscadas pelas cidades. Instituições e agências locais e internacionais como Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e consultores internacionais incentivam a competitividade entre as cidades.

Segue-se um trecho de documento do Banco Mundial, em que se sugere o que as cidades devem fazer: “[...] competir pelo investimento de capital, tecnologia e capacidade empresarial; competir para atrair novas indústrias e negócios; ser competitivas nos preços e qualidades dos

serviços; competir para atrair mão-de-obra qualificada [...]” (WORLD COMPETITIVE CITIES CONGRESS, 1998 *apud* VAINER, 2003, p.2). O raciocínio, como já se afirmou aqui, é simples e claro: se a cidade é um grande negócio, ela deve ser conduzida pelos que entendem de negócios.

O que fica claro é que as formas de governança das cidades impulsionadas pelos processos de democratização do país não retiraram de cena a influência das elites econômicas, muito menos conseguiram resolver os problemas estruturais da pobreza e da desigualdade urbana e todas as suas consequências. Ainda que os impactos decorrentes das atuações dos atores econômicos não atuem de forma direta e igualmente distribuídos, podem interferir no processo de articulação de sistemas urbanos nacionais e regionais, produzindo desafios sociais e econômicos diferenciados, para as cidades que os compõem. (SINGER, 1977; SASSEN, 1991, 1998). É neste sentido que as questões relativas às temáticas da gestão e governança urbana subordinam-se ao pilar econômico, assimilando as determinações que por ele lhes são impostas.

O problema não está no poder privado em si, mas no pensamento hegemônico de transformar a cidade em, unicamente, um objeto de consumo privado, acessível exclusivamente a uma parcela da população mais favorecida economicamente e com maior proeminência política/social. As correntes que formam o urbanismo crítico (trataremos o termo com maiores detalhes no próximo capítulo), identificadas com a crítica ao ideário neoliberal, expõem esse conflito típico dos excluídos que lutam pelo direito a criar e fazer parte dos espaços urbanos. Este conflito pode ser traduzido na fórmula “direito à cidade” versus “cidade mercadoria”.

A ideia do espaço urbano como mercadoria é onipresente, tanto nos meios de comunicação como no plano político e na vida cotidiana. “A mercadotecnia da cidade, vender a cidade, converteu-se em uma das funções básicas dos governos locais [...]” (BORJA; FORN, 1996, p. 33). Bava (2014) esclarece que a privatização, a mercantilização e a segregação são elementos inerentes ao modo contemporâneo de concepção da cidade:

A vida nas cidades se transformou numa mercadoria. O espaço público se fragmentou, se privatizou, a segregação se impôs. Bairro rico de um lado, com todos os tipos de serviços públicos disponíveis, shoppings, espaços de lazer, polícia privada garantindo a segurança. Bairros pobres e favelas de outro, ocupações com habitações precárias autoconstruídas, sem esgoto e muitas vezes sem água potável, com a eletricidade vinda de ligações clandestinas, em áreas de risco sujeitas a deslizamentos e inundações, sem equipamentos de educação e saúde, sem transporte público adequado, acossados por uma polícia que criminaliza a pobreza (BAVA, 2014).

Para Maricato (2014, p. 20) quando determinado espaço urbano é visto como mero produto, o resultado é a segregação urbana, com violação de direitos, sobretudo, o chamado “direito à cidade”, que é entendido pela autora como uma forma superior dos direitos.

A mercantilização se aplica efetivamente a determinados “pedaços” do tecido urbano, ou seja, as partes mais valorizadas, justamente por que ao grande capital somente interessa determinados espaços, e não o conjunto da cidade. Tais espaços “atraentes” são aqueles que apresentam potencial de alta rentabilidade, de grandes negócios, e tal potencial deriva de várias condições: estímulo de políticas públicas (linhas de crédito especiais, subsídios etc.), a existência de bairros ou zonas em obsolescência que são indicadas para requalificação urbana e outros contextos nos quais se abre oportunidades diversas aos investidores. Sánchez (2010, p. 20) afirma que a mercantilização da cidade opera em dois sentidos:

Os espaços capturados pelas relações de produção capitalista, que são incorporados aos processos de reestruturação urbana em curso, podem se destinar à produção ou propriamente ao consumo do espaço. No primeiro caso, por intermédio de obras de infraestrutura, operações logísticas de otimização de fluxos produtivos e obras de modernização tecnológica que agregam densidade técnica aos lugares para atração de empresas multinacionais; no segundo, por meio de operações vinculadas ao turismo e ao lazer, operações imobiliárias e, finalmente, operações voltadas ao consumo da cidade, estimuladas pela publicidade.

Dessa forma, o modelo urbano característico das cidades que praticam esse tipo de gestão e cujo os atores econômicos tem papel central é um modelo que dá prioridade a grandes edifícios, grandes vias de circulação e operações imobiliárias especulativas, frente a qualidade de vida das pessoas em seus bairros. Esses planos urbanísticos, projetados segundo critérios econômicos de zonificação, potencializam as diferenças entre centro e periferia, entre área nobre e área pobre, propiciando que alguns bairros fiquem segregados e incomunicados.

Além dos diversos problemas causados por essa lógica de gestão das cidades junto ao capital financeiro, há outros problemas típicos de algumas realidades da administração pública brasileira: a corrupção – que permite a especulação e, principalmente, superfaturamentos – e a influência das oligarquias políticas e econômicas que favorecem determinados grupos, locais e regiões em detrimento de outros. Com relação a cidade do Recife, lócus de nossa pesquisa, Leal (2012) esclarece que o papel dos atores econômicos na governança dessa cidade não pode ser percebido sem que se considerem as vinculações das elites locais com as frações do capital nacional e internacional. Observando, sobretudo, as características de sua formação urbana que permitem melhor visualizar os conflitos originados pela marca indissociável da presença dos segmentos tradicionais nas articulações com o Estado.

A necessidade de habitação gerada pelo aumento da população também faz que se construa mal e rapidamente o que propicia, por um lado, a especulação dos terrenos por parte dos proprietários, e por outro, as más condições de equipamentos públicos e habitações construídas

nos bairros. Ocorre que os proprietários dos terrenos buscam construir o máximo que podem, rápido e mal, sem atender as questões sociais como a falta de espaço público, serviços e equipamentos. Em paralelo a isso, as prefeituras e governos, de maneira geral, preocupam-se mais com a imagem da cidade que atende as necessidades das pessoas que a visitam, deixando de lado os problemas estruturais da periferia urbana.

## 5 Cidades Possíveis: Propostas para o Direito à Cidade

---

O sonho tecnológico de realidade virtual não deixa espaço algum para as imperfeições da humanidade e sua relação com espaço-tempo. Nos últimos anos tornou-se emergencial reinventar o desenho urbano e o modelo de desenvolvimento, repensar o papel da arquitetura e do urbanismo e se aproximar mais da escala humana. Por isso, são muitos os modelos utópicos de cidades justas, habitáveis e sustentáveis. Formatos padrões criados, muitas vezes, para serem replicados em cidades com diferenças gigantescas. Alguns modelos rechaçam a tecnologia e propõe a volta de ambientes bucólicos, quase campestres. Para outros, a solução dos problemas urbanos, necessariamente, passa pela tecnologia.

Segundo Eade e Mele (2002, p. 5) existem três principais áreas nos estudos urbanos atuais: a primeira está mais preocupada com as questões de habitação, proteção ambiental, inclusão social, melhoria da desigualdade. A segunda está voltada ao significado e o impacto da mercantilização espalhadas através da vida cotidiana e da cultura. A terceira, através da análise marxista, faz uma crítica à sociedade *high-tech* como evento esmagador do mundo contemporâneo. Mas existem outras correntes e trabalhos que fazem uma crítica cultural aos resultados da modernidade na vida urbana (BAUMAN, 2001; HARVEY, 2009) e outros que procuram resgatar e trazer à margem o olhar do hemisfério sul e dos países emergentes aos estudos urbanos (LEAL, 2012, VAINER, 2002, 2003).

### 5.1 O urbanismo crítico: Das Cidades Modelos às Cidades Possíveis

*Acredito que as coisas podem ser feitas de outra maneira, que a arquitetura pode mudar a vida das pessoas e que vale a pena tentar.*

*Zaha Hadid*

Com as cidades cada vez mais midiáticas e espaços públicos desaparecendo, os especialistas preveem um padrão circular: a diminuição das pessoas dos espaços públicos leva a uma desintegração física do meio ambiente que, por sua vez, aumenta a atração dos mundos virtuais. Segundo Boyer, o ciberespaço puxa o usuário para o espaço da matriz eletrônica na retirada total do mundo (BOYER, 1996, p. 11).

Segundo Wirth (1987), três características contribuem para o “modo de vida urbano”: o tamanho da cidade, a heterogeneidade social e a densidade populacional. Essas três dimensões definem a “personalidade urbana”. Em outras palavras, a cidade é caracterizada por contatos

secundários em vez de primários, o lugar das tarefas especializadas, do movimento frequente de um grande número de indivíduos e tensões.

A discussão sobre o que é cidade é muito antiga, vem desde a criação das primeiras cidades gregas como Atenas. A *polis* grega era um lugar com fronteiras bem definidas, dividida entre centro, meio e limite exterior. A forma física da polis salientou o espaço público. Casas particulares eram baixas e afastadas das ruas, enquanto que os templos, teatros, estádios, e demais espaços públicos receberam mais atenção. A organização social das cidades gregas exerce fascínio até hoje e representa um modelo de comunidade que privilegia o cidadão. Apesar de os considerados cidadãos serem, apenas, 10% da população, já que mulheres, estrangeiros e escravos não participavam da vida da *polis*. As cidades modificaram-se, democratizaram-se, criaram novas formas de socialização diferentes das cidades gregas. Hoje, o pedestre passa por edifícios, ruas e parques e se pergunta se realmente é representado dentro do reino do lugar chamado cidade. Mas que cidade?

Freitag (2006) oferece um panorama da reflexão sobre o tema. A autora apresenta, dentro do campo das teorias urbanas, cinco escolas de pensamento de grande representatividade: Escola Alemã, Escola Francesa, Escola Anglo-saxônica, Escola Americana (dividida entre Escola de Chicago e a Escola Californiana) e a Escola Latino Americana. Estas escolas, muitas vezes, se desenvolveram e se desenvolvem paralelamente no tempo e no espaço, se relacionam entre si, influenciando-se mutuamente.

A Escola Alemã tem, em sua origem, pioneiros como Marx, Engels, Simmel, Weber, Walter Benjamin e Sombart, os quais influenciaram gerações de sociólogos, filósofos, economistas e antropólogos a tematizar sobre as cidades (FREITAG, 2006). Esta escola introduz o conceito de Cidade Moderna como produto do capitalismo, privilegiando suas análises na história e na cultura e na dimensão do tempo. Influenciou outras escolas urbanísticas, principalmente, a Escola de Chicago.

A Escola Francesa tem como principais contribuições teóricas os trabalhos dos enciclopedistas, os utopistas franceses, o reformista Haussmann, o urbanista Le Corbusier, o antropólogo Lévi-Strauss, os sociólogos contemporâneos Henry Lefebvre e Alain Touraine e Manuel Castells, que teve forte influência sobre a Escola Latino-americana. A Escola Francesa incentivou mais a dimensão da racionalidade e da utopia nos estudos sobre a cidade, privilegiando a dimensão do espaço (FREITAG, 2006).

Escola Anglo-saxônica se destaca por seu pragmatismo e utilitarismo. Destacam-se os trabalhos de Thomas Morus (utopia da cidade de Amaurorum); Ebenezer Howard, inventor da cidade-jardim; Patrick Geddes e Raymond Unwin, que desenvolveram a ideia da cidade-jardim

como forma adequada para resolver boa parte dos problemas urbanos, antecipando uma preocupação ecológica e social; e, Peter Hall, com trabalhos sobre a dimensão cultural das cidades históricas (FREITAG, 2006).

A Escola Americana é dividida entre duas escolas importantes: a Escola de Chicago e a Escola Californiana. A primeira utiliza a economia política e apresenta três termos: terra, trabalho e capital. A segunda utiliza a economia simbólica: centrada na representação de grupos sociais e sua inclusão nos espaços públicos e privados. As duas escolas ajudam a responder, por exemplo, “de quem é a cidade?”. Os espaços são formados e reformados por investimentos de capital e apego sensual e quase todas as cidades usam estratégias espaciais para separar, segregar e isolar o outro.

A Escola de Chicago remonta ao final da Segunda Guerra Mundial quando a industrialização, burocratização e urbanização estavam em alta. Pesquisadores sociais da Universidade de Chicago na década de 1940 conceituaram as cidades como grandes comunidades compostas por pequenos grupos inter-relacionados (BARAN; DAVIS, 2000, p. 102). O pensamento da Escola de Chicago, fundamentado em ideias derivadas da ecologia e estudos imbuídos na analogia biológica, argumenta que as elites sociais, através da mídia, negligenciavam e excluía grupos fracos, pequenos e pluralistas e, conseqüentemente, criavam guetos sociais.

A ideologia da Escola Californiana, por sua vez, é uma mistura de cibernética, de economia de livre mercado, e do movimento de contracultura. A ideia de cidade desenvolvida ao redor das tecnologias de informação, das indústrias de artes *high-tech*, de entretenimento e mídia. Esta escola obteve grande sucesso oferecendo uma visão fatalista do natural e o triunfo inevitável da tecnologia. Apesar das ideias de libertarianismo e universalidade, esta escola, segundo Telli (2005), é cega às desigualdades sociais e a degradação do meio ambiente. Abandona a democracia e a solidariedade social e, sonha com um nirvana digital habitado somente por liberais.

O que podemos chamar de “Escola Latino-americana” do pensamento urbanístico foi a influência significativa da Escola Francesa em países como México, Argentina e Brasil. Centrando-se, principalmente, nos conflitos resultantes dos processos de megalopolização nas cidades latino-americanas. No caso brasileiro, os teóricos considerados inovadores na oferta de caminhos alternativos para se pensar a questão urbana que podemos citar são Milton Santos, Lúcio Costa, Oscar Niemeyer e Nestor Goulart Reis (FREITAG, 2006).

Para Lefebvre (2001) existem várias tendências de reflexão urbanística: (a) o urbanismo dos homens de boa vontade (arquitetos, escritores, geógrafos); geralmente ligam-se ao

humanismo clássico. Nostálgico. Quer-se construir “em escala mundial”, para “os homens”, caem no formalismo (adoção de modelos que não têm nem conteúdo, nem sentido) ou num estetismo (adoção de modelos antigos pela beleza). (b) O urbanismo dos administradores ligados ao setor público (estatal): se pretende científico, tende a negligenciar o “fator humano”, otimiza-se num modelo as informações e comunicações, muitas vezes, não hesita em arrasar o que resta da cidade para dar lugar a carros, às comunicações, às informações ascendentes e descendentes. E (c) o urbanismo dos promotores de vendas: eles o concebem e realizam, sem nada ocultar, para o mercado, visando o lucro. Eles vendem urbanismo. Vendem lugar de felicidade. A cotidianidade parece conto de fadas (LEFEBVRE, 2001, p. 32).

Lefebvre (2001, p. 62) argumenta que a “cidade é projeção da sociedade sobre um local”. Segundo o mesmo, apenas hoje é que começamos a apreender a especificidade dos fenômenos urbanos e entender que a cidade muda quando muda a sociedade no seu conjunto. Diante desta consciência da necessidade de mudanças emergem insatisfações e tentativas que pensam uma cidade mais agregadora. Estas tentativas ou tendências antissegregacionistas, segundo Lefebvre (2001, p. 98):

Apegam-se ora ao humanismo liberal, ora à filosofia da cidade, considerada como ‘sujeito’ (comunidade, organismo social). Apesar das boas intenções humanistas e das boas vontades filosóficas, a prática caminha na direção da segregação. Por quê? Por razões teóricas e em virtude de causas sociais e políticas. No plano teórico, o pensamento analítico separa, decepa. Fracassa quando pretende atingir uma síntese. Social e politicamente, as estratégias de classes (inconscientes ou conscientes) visam a segregação.

Diante deste contexto, e com as mudanças do último século que introduziram situações sociais inéditas e complexas que exigem novas teorias, há outras maneiras de avaliar a vida da cidade? Que tipos de estudos o urbanismo contemporâneo prevê ou sugere para o século 21? (DAVIDSON, 1996; p. 21).

Muitos autores já descreveram sobre essa nova cidade construída por tecnologias e meios de comunicação utilizando metáforas como a de Baudrillard que o *shopping center* se assemelha a "uma fábrica de montagem gigante" (BAUDRILLARD 1995, p. 76), ou a ideia de que "a estrutura da cidade é muito parecida com a televisão" (SORKIN 1992b, p. 11). Para atualizar uma narrativa para a era da informação, Boyer tem atraído uma analogia entre o computador e o espaço da cidade (BOYER, 1996, p. 9). Todas essas mudanças desmaterializaram o imaginário das pessoas sobre a cidade, a cidade agora não tem um lugar ligado a ela (SORKIN 1992b). Esta situação aponta para a necessidade de um urbanismo renovado e crítico.

## 5.2 Direito à Cidade: Por uma cidade de Escalas Humanas

*A cidade é uma estrutura de vida e trabalho, juntos.  
A cidade é uma integração de funções, quanto mais  
se integrar as funções urbanas mais humana a cidade  
ficará*

*Jaime Lerner*

Ao advogar por um urbanismo de escalas humanas é preciso deixar claro que o espaço a ser analisado ou a ser criado deve não somente manter uma escala com respeito ao homem, mas que deve manter uma relação de escala consigo mesmo. Tudo dependerá do objetivo da obra. O projeto arquitetônico que preza a escala humana permeia todas as variáveis possíveis contidas no processo criativo, absorve as diferentes escalas disponíveis. Leva em consideração o corpo, as emoções e desejos dos indivíduos que irão habitar o projeto e seu entorno.

A ideia de privilegiar a escala humana não é nova. A primeira vez que foi abordada esta questão foi no livro *A Arte de Projetar em Arquitetura*, de Ernst Neufert - publicado na Alemanha em 1936. Embora o mundo tenha mudado muito, o famoso manual apresenta conceitos elementares de desenho que toma o ser humano como unidade de medida. O conceito central da obra é fugir da prática de fazer espaços robotizados ou padronizados, trata-se de projetar levando o espaço a suas possibilidades máximas sem perder a escala certa e necessária para se habitar confortavelmente. Ernst aconselha em seu livro: "(O projetista) deve saber qual a dimensão dos objetos que rodeiam o homem (...), tem que saber quanto espaço necessita o homem, entre os móveis, para desenvolver suas tarefas com conforto, mas sem desperdiçar inutilmente o espaço" (NEUFERT, 2013, p. 1). Sabemos que os arranha-céus típicos das cidades contemporâneas pouco seguiram as ideias apresentadas por este autor. No atual estado de crise, cabe questionar: Estamos tomando como ponto de partida a única medida que realmente importa?

Os problemas urbanos são vários e bem diversificados, as grandes cidades sofrem principalmente com as poluições, engarrafamentos, violência, desemprego, desigualdade social. A falta de segurança tem sido um dos principais motivos que preocupam a população urbana, esse processo está diretamente associado aos outros problemas citados. As causas desses problemas são inúmeras e multifacetadas (BAUMAN, 2003; 2008).

As propostas para cidades mais sustentáveis apostam na construção de um projeto de "uma outra sociedade", onde o indivíduo deixa de ser apenas consumidor passivo e alienado para tornar-se um cidadão ativo e usufruir de uma cidade "viva".

Lefebvre argumenta que nos centros das cidades medievais prosperavam o comércio de mercadorias que eram centros de vida social e política e de acúmulo de mercadorias,

conhecimentos, técnicas e obras de arte. Nesta perspectiva, a própria cidade é uma obra e tem valor de uso. “O uso principal da cidade, isto é, das suas ruas e praças, dos edifícios e dos monumentos, é a Festa” (LEFEBVRE, 2001, p. 12). Diferente deste cenário, no mundo contemporâneo, a comunicação mediada pelas tecnologias da velocidade que afastam o homem dos seus espaços de vivência, a industrialização e a urbanização decorrente dela apagaram o valor de uso das cidades.

“O urbanismo como técnica e como ideologia responde às demandas oriundas dessa vasta crise, já assinalada, da cidade, crise esta que se anuncia desde a aurora do capitalismo concorrencial (com a indústria propriamente dita) e que não deixa de se aprofundar” (LEFEBVRE, 2001, p. 51).

Com a evolução das tecnologias da velocidade,

[...] as cidades proporcionam uma imensidão de problemas relacionados com espaço, tempo e sujeitos. Contraditórios e multifacetados, eles proporcionam várias formas de territorialização nas cidades dos guetos, dos recantos, do trabalho, da arte, da cultura e, sobretudo, da hegemônica força da economia sobre essas dimensões sociais (OLIVEIRA; BARREIRA, 2011, p. 75).

É devido a este caos que, nos últimos anos, críticas e teorias surgem para pensar uma cidade diferente da que temos hoje. Vivemos em cidades como espaço da pós-modernidade, como explica Harvey (2009) e Bauman (2001), na cidade dos fluxos e da fixidez de Santos (2008) e Urry (2007a), na cidade repleta de “não-lugares” de Augé (2010), como “espaços esquizofrênicos” de Castells (2003), “superexposta” de Virilio (2005), numa “cidade do pânico” (VIRILIO, 2000) ou “selva” (VIRILIO, 1996).

São diversas as tentativas de demonstrar e compreender a complexidade e os problemas que afligem esse modo de vida que é o urbano. Assim, o que se propõe é a possibilidade de viver a cidade da forma mais justa e sustentável possível, de devolver ao homem a sua condição de cidadão (HARVEY, 2009), permitir ao homem o Direito à Cidade (LEFEBVRE, 2001).

O Direito à Cidade tem nos últimos anos se tornado um slogan significativo para os teóricos, planejadores, ativistas e cidadãos preocupados com a criação de cidades mais justas e democráticas. Numerosas conferências, textos, documentos políticos, alianças e lutas têm implantado e se unido em torno do termo. Podemos nos questionar sobre o que constitui o direito à cidade? Como isso pode ser entendido hoje? Em termos mais gerais, quais são as perspectivas atuais para democratizar cidades lutando por uma maior justiça social e espacial? Que papéis pode realizar o planejamento urbano no âmbito dos esforços para construir cidades mais justas no futuro? Quais são as funções de cartilhas, como o Estatuto da Cidade adotado no Brasil, por

exemplo, e das políticas que procuram avançar os princípios do direito à cidade? Como é que eles apresentam este "direito"?

Harvey (2009) explica que

[...] a questão de que tipo de cidade que queremos não pode ser separada da de que tipo de laços sociais, relação com a natureza, estilos de vida, tecnologias e valores estéticos desejamos. O direito à cidade é muito mais do que a liberdade individual de acessar recursos urbanos: é o direito de mudar a nós mesmos, mudando a cidade. É, além disso, um comum e não um direito individual já que esta transformação depende, inevitavelmente, do exercício de um poder coletivo para remodelar os processos de urbanização. A liberdade de criar e recriar nossas cidades e a nós mesmos é, eu quero argumentar, um dos mais preciosos ainda mais negligenciado dos nossos direitos humanos (HARVEY, 2009, p.1, tradução nossa).

Para a construção de uma nova cidade, que precisa de lugares qualificados, lugares de simultaneidade e de encontros, “lugares onde a troca não seria tomada pelo valor de troca, pelo comércio e pelo lucro” (LEFEBVRE, 2001, p. 106), é necessário inovar, ser criativo e considerar a utopia. Uma utopia experimental. Propor o que hoje é impossível, mas pode se tornar real. Uma nova cidade necessita de ação social e política.

Urbanistas preocupados com as consequências negativas da modernidade ao modo de vida urbano discutem elementos fundamentais para um projeto de cidades mais habitáveis. Ideias de crescimento inteligente, cidades regionais. *walkability*, uso misto, espaços públicos convidativos, *design* de rua multimodal. Um dos grandes exemplos de *design* desse tipo de princípio são as ruas “Woonerf” (também conhecidas como ruas holandesas); combinam várias atividades, como caminhadas, ciclismo, tráfego de veículos, tráfego calmo. Ou seja, a ideia que as ruas podem servir como espaços públicos e não apenas como espaços para o transporte. Mesmo parecendo óbvia, esta ideia foi esquecida nas cidades modernas.

Como o automóvel tornou-se o principal meio de transporte para as massas, a qualidade do espaço público das ruas diminuiu. O acesso a ruas problematiza o reino da justiça espacial e do direito à cidade no contexto da liberdade de escolher o transporte alternativo, o direito ao ar limpo, o direito ao espaço público, e a capacidade de estar fisicamente ativo no espaço público urbano. Com espaços públicos valorizados, conseqüentemente, há mais conexões sociais informais que, por sua vez, podem favorecer a participação formal na vida cívica como por pertencer a sindicatos, partidos políticos e organizações comunitárias. Tais ligações como se reunir com os amigos durante o jantar e ir a bares e concertos desempenham um papel significativo na sustentação do capital social e ao senso de comunidade (PUTNAM, 2000).

A chamada ao Direito à cidade afirma-se como um apelo, como uma exigência. A reivindicação da natureza, o desejo de aproveitar dela são desvios do direito à cidade. Uma

tentativa de fugir à cidade deteriorada, à uma vida alienada. Lefebvre popularizou em 1968 este termo, mas não deixou claro o que o Direito à cidade significa. Primeiro ele argumenta que o "...o direito à cidade é como um grito e uma demanda. Este direito serpenteia lentamente através dos desvios surpreendentes de nostalgia e turismo, o retorno para o coração da cidade tradicional, e a chamada de centralidades existentes ou recentemente desenvolvidas." (LEFEBVRE, 2001, p. 158, tradução nossa). Um pouco mais tarde, o autor tenta ser mais específico e afirma que o Direito à Cidade é "o direito à informação, os direitos de utilização de múltiplos serviços, o direito dos usuários de dar a conhecer as suas ideias sobre o espaço e o tempo de suas atividades em áreas urbanas; também cobriria o direito de utilização do centro". (LEFEBVRE, 1991, p. 34, tradução nossa).

No entanto, Lefebvre deixa claro que o Direito à Cidade não pode ser percebido como um simples direito de visita ou de retorno às cidades tradicionais, mas deve ser entendido como direito à vida urbana transformada (LEFEBVRE, 2001, p. 117-118). Marcuse (2009) defende que o Direito à Cidade está se tornando, na teoria e na prática, uma formulação ampla, eficaz de um conjunto de exigências a ser pensado e perseguido de forma ativa. Mas discute a amplitude do termo que, muitas vezes, pode parecer generalizado, vazio. Questiona que direito é este e em que cidade ele pode ser aplicado. Ele sugere que uma teoria urbana crítica pode contribuir para a aplicação do direito à cidade na prática. Isto porque uma teoria crítica depende de uma prática crítica e vice-versa. "A teoria urbana crítica é tomada como a análise que flui a partir da experiência da prática no desenvolvimento das potencialidades da sociedade urbana existente (MARCUSE, 2009, p. 2). Uma teoria urbana crítica procura expor as raízes da insatisfação com o modelo urbano, põe luz sobre a situação e tenta fornecer uma explicação não óbvia aos problemas da cidade.

E em relação ao direito? Harvey (2009) afirma não saber quem são os agentes da mudança na sociedade atual. Para Marcuse (2009), o grito ou a aspiração para o Direito à Cidade vem do alienado (intelectuais, jovens), a demanda vem do excluído. A chamada ao Direito à Cidade não é a todos. Alguns já têm este direito: são os poderes financeiros, políticos, técnicos. É o direito à cidade daqueles que não tem isto hoje que nos preocupa. Marcuse demonstra bem a dimensão do direito nessa relação com a cidade:

O Direito à Cidade é uma reivindicação e uma bandeira sob a qual se mobiliza um lado no conflito sobre quem deve ter o benefício da cidade e que tipo de cidade deveria ser. É uma reivindicação moral, fundada em princípios fundamentais da justiça, da ética, da moralidade, da virtude, do bem. 'Direito' hoje, não pretende ser uma reivindicação exequível legal através de um processo judicial (embora isso possa ser parte da reivindicação como um passo no sentido de realizar o Direito à Cidade). Pelo contrário, são vários direitos que

são incorporados aqui: não apenas um, não apenas o direito ao espaço público, ou o direito à informação e transparência no governo, ou o direito de acesso ao centro, ou o direito a este serviço ou aquele, mas o direito de uma totalidade, uma complexidade, em que cada uma das partes é parte de um todo único para o qual o direito é exigido (MARCUSE, 2009, p. 192, tradução nossa).

Para Harvey (2001), o Direito à Cidade significa o direito de todos nós criarmos cidades que satisfaçam as necessidades humanas, as nossas necessidades. Para o autor, todos devemos ter os mesmos direitos de construir os diferentes tipos de cidades que nós queremos que existam. Para isso, precisamos abraçar a diversidade de anseios urbanos e dos movimentos sociais. Em busca, não por um direito ao que já existe, mas por um direito para reconstruir e reinterpretar a cidade como um corpo político diferente do que temos hoje.

Cabe fazer uma distinção entre os direitos nas cidades (no plural) e o Direito à Cidade (no singular). No sentido radical que lhe foi conferido por Henri Lefebvre quando, em 1968, o conceito nasceu nas ruas de Paris, é um grito, uma demanda, uma reivindicação. Trata-se de um slogan político, com o objetivo de ampliar o âmbito das demandas de mudança social para englobar a visão de uma sociedade diferente. Outra consideração importante que deve ser feita é que o Direito à Cidade não pode ser concebido simplesmente como um direito individual. Ele demanda esforço coletivo e a formação de direitos políticos coletivos ao redor de solidariedades sociais.

No Brasil, as primeiras lutas urbanas tendo como demanda o Direito à Cidade ganharam importância em meados dos anos 80 do século XX, em torno de uma plataforma da reforma urbana, para mudar a realidade de segregação e discriminação e desigualdade nas cidades brasileiras. O marco dessa luta deu-se numa coalizão de organizações populares e da sociedade civil denominada Fórum Nacional de Reforma Urbana que resultou numa emenda popular de reforma urbana na Constituição Brasileira de 1988. A plataforma por reforma urbana tinha como principais objetivos:

- Reconhecimento do Direito à Cidade: reconhecimento dos direitos das pessoas que vivem na cidade, como um direito fundamental.
- Aplicação dos Princípios das funções sociais da cidade e da propriedade: condicionar as atividades econômicas e de desenvolvimento e o direito à propriedade urbana, a uma política urbana que promova as funções sociais da cidade e da propriedade.
- Implementação da Gestão Democrática da Cidade: fortalecer o papel dos municípios para a promoção de políticas públicas que assegurem os direitos dos habitantes das cidades mediante uma gestão democrática das cidades, de modo a assegurar a participação popular dos segmentos em situação de desigualdade econômica e social.

Esses princípios deram origem a lei nacional Estatuto da Cidade e ao Ministério das Cidades. A experiência brasileira de buscar o reconhecimento institucional do Direito à Cidade a partir de uma ação política da defesa da implantação da plataforma da reforma urbana contribuiu para que fosse introduzido, gradativamente, nos Fóruns Internacionais Urbanos, o Direito à Cidade, na pauta dos processos globais voltados a tratar dos assentamentos humanos.

Outro processo global importante, no qual foi introduzido um diálogo sobre o Direito à Cidade e a reforma urbana, foi a Conferência Global sobre os Assentamentos Humanos das Nações Unidas, Habitat II, realizada na cidade de Istambul, em 1996.

Em 2000, o Fórum Social Mundial tornou-se palco privilegiado para a internacionalização do Direito à Cidade. A estratégia estabelecida por um conjunto de organizações da sociedade atuantes com as questões urbanas, foi elaborar uma Carta Mundial do Direito à Cidade. A primeira versão da Carta teve como subsídios a Carta Europeia dos Direitos Humanos na Cidade, elaborada pelo Fórum de Autoridades Locais, em Saint Dennis, em maio de 2000, e o Tratado "Por Cidades, Vilas e Povoados, Justos, Democráticos e Sustentáveis", plataforma brasileira do Direito à Cidade e a reforma urbana.

O processo desencadeado no Fórum Social Mundial, de construção da Carta Mundial do Direito à Cidade, teve como objetivo disseminar a concepção do Direito à Cidade como um novo direito humano, com base numa plataforma de reforma urbana para ser implementada pelos países, visando a modificar a realidade urbana mundial mediante a construção de cidades justas, humanas, democráticas e sustentáveis. Tem também o objetivo do reconhecimento institucional do Direito à Cidade como um novo direito humano, nos organismos das Nações Unidas (como a Agência Habitat, PNUD, Comissão de Direitos Humanos), bem como nos organismos regionais (como a Organização dos Estados Americanos).

A Carta Mundial do Direito à Cidade contém inicialmente a compreensão do Direito à Cidade; define o que é entendido como cidade e cidadãos da cidade. Em seguida, estabelece os princípios do Direito à Cidade. A Carta contém tópicos que tratam dos direitos relativos à gestão da cidade, dos direitos civis e políticas da cidade e dos direitos econômicos, sociais e culturais. Em 2006 a carta foi revisada no Fórum Social Mundial Policêntrico e estabelece os seguintes princípios do Direito à Cidade:

1. Gestão democrática da cidade
2. Função social da cidade
3. Função social da propriedade
4. Exercício pleno da cidadania
5. Igualdade, não discriminação
6. Proteção especial de grupos e pessoas vulneráveis

## 7. Compromisso social do setor privado

## 8. Impulso à economia solidária e a políticas impositivas e progressivas

A Carta também estabelece as medidas para a implementação do Direito à Cidade, tais como: utilizar o máximo de seus recursos disponíveis para cumprir as obrigações jurídicas estabelecidas nesta carta, proporcionar capacitação e educação em direitos humanos a todos os agentes públicos relacionados com a implementação do Direito à Cidade, estabelecimento de mecanismos de avaliação e monitoramento das políticas de desenvolvimento urbano e inclusão social.

Mas como um movimento por Direito à cidade pode ser incorporado de maneira efetiva ao planejamento urbano de estados e prefeituras em países como o Brasil e em realidades tão complexas quanto a nossa? A questão central é absorver uma pluralidade de pessoas com ideologias distintas nos processos decisórios, mas que possuem um desejo em comum: uma reforma urbana. Esforços de planejadores, arquitetos, urbanistas, gestores públicos somados aos cidadãos em torno de uma ideia que privilegie uma cidade feita pelas pessoas e para as pessoas. As tentativas de reforma urbana em nosso país não são novas. Já na década de 1980, no período de redemocratização do país pós ditadura militar, o debate sobre a reforma urbana ressurgiu intensamente atrelado aos processos de industrialização e urbanização que produziram desigualdades e segregação espacial, degradação ambiental e desigualdade social. Como sabemos, este quadro se mantém, na medida que é resultado de um modelo urbano fundado na produção de desigualdades. Algumas lutas também permaneceram as mesmas, o direito à moradia digna, ao transporte, à mobilidade, ao trabalho, ao lazer e à cultura e novas bandeiras surgiram: o Direito à Cidade, democratização do sistema político, o retorno da função social da cidade e da propriedade, a desaceleração das cidades. Essas lutas, muitas vezes, são lideradas por movimentos sociais que se formam em torno dessas demandas.

No caso do Brasil, por exemplo, o Direito à Cidade não se resume a espaços públicos de qualidade e às demandas mais comuns do norte global. No contexto brasileiro estamos falando de qualidade em estruturas mais básicas como saneamento básico, direito à moradia, redução da violência. São pautas do século XIX que ainda não foram resolvidas. Essas demandas juntam-se a demandas mais atuais como o direito a mobilidade, a comunicação, ao bem público e produz um modo de vida caótico e complexo.

A Constituição brasileira prever uma Política Urbana no Brasil, conforme os artigos 182 e 183, e objetiva a ordenação do espaço urbano e desenvolvimento das funções sociais da cidade com a garantia do bem-estar da população (BRASIL, 1988). No texto que versa sobre este assunto está inserido a obrigatoriedade do instrumento do Plano Diretor, para cidades com

população igual ou superior a vinte mil habitantes (BRASIL, 1988, art. 182, § 1º), a função social da propriedade urbana (BRASIL, 1988, art. 182, § 2º), bem como o usucapião urbano (BRASIL, 1988, art. 183). O texto constitucional também define alguns pontos que compõem o Direito à Cidade (BRASIL, 2001, art. 2º, inciso D):

1. Direito à terra urbana;
2. Direito à moradia;
3. Direito aos serviços públicos;
4. Direito à infraestrutura urbana;
5. Direito ao transporte público;
6. Direito ao saneamento ambiental;
7. Direito ao trabalho;
8. Direito ao lazer.

Tais direitos possuem a dimensão intergeracional, ou seja, é um direito que comporta as presentes e futuras gerações. Em linhas gerais, o Estatuto da Cidade fixa o caráter público e social que deverá gerir a propriedade urbana, em prol do equilíbrio do ambiente (do bem coletivo) e do bem-estar e segurança da população (BRASIL, 1988, art. 1º, parágrafo único).

Mesmo com esses direitos explícitos na constituição, na prática esses direitos estão longe de ser realidade na maioria das cidades brasileiras. Todos esses direitos elencados na constituição já bastariam para constituir uma cidade mais humana e democrática? A configuração da cidade não deveria ser discutida com seus habitantes? O direito a participação não deveria estar incluído nessa gama de direitos?

O que seria, então, uma cidade mais humana possível através desse significante que é o Direito à Cidade? Que conceitos devem basear a construção desta cidade? Estes são questionamentos presentes na análise da teoria urbana crítica. Dela surgem diversas possíveis soluções utópicas. Para ser humana esta cidade teria, necessariamente, que ser sustentável, justa, criativa, compacta, democrática, inteligente, habitável, etc.? São muitos os adjetivos empenhados ao longo dos últimos 100 anos na tentativa de estabelecer a cidade ideal para se viver. Baseados no forte humanismo, paradigmas se proliferam e diversos modelos urbanos vem sendo criados como, por exemplo: *Sustainable cities*, *Creative Cities*, *Compact Cities* *Educating Cities*, *Healthy cities*, *Democratic Cities*, *Green Cities*, *Just Cities*, *Livable cities*, *Resilient cities*.

No entanto, vale ressaltar que os debates sobre o futuro das cidades têm a tendência de exagero. Muitas vezes, para falar de cidade pós-moderna, a cidade pós-industrial ou a cidade digital mitifica uma transformação que, na realidade, é muito menos completa ou aparente. Cada

cidade tem uma realidade, contexto e vocação, mesmo sendo influenciadas pelos processos das tecnologias da velocidade, de globalização da economia e da cultura. Delinear modelos universais de cidades do futuro é reducionista. É mais útil, e uma aproximação muito mais associada a realidade, pensar nas diversas trajetórias que diferentes cidades estão tomando e perceber que mesmo dentro das cidades essas trajetórias de urbanização terão impactos distintos em diferentes lugares (TELLI, 2004).

A tentativa de implantar modelos universais já se mostrou fracassada. É necessário centrar-se na pluralidade e na multiplicidade de espaços, realidades e contextos para, de fato, alcançar cidades mais humanas, habitáveis e que priorize as pessoas. Pensar a cidade através dos bairros como unidade de escala. “O bairro é o ponto de contato mais fortuito entre o espaço geométrico e o espaço social, o ponto de passagem de um ao outro” (LEFEBVRE, 1967). Assim, poderíamos criar “outros” espaços alternativos à condição urbana que observamos na maioria das cidades.

Foucault, em uma aula (1967) sobre outros espaços, ensina que espaço é uma entidade que "nos leva para fora de nós mesmos", onde "ocorre erosão," onde há locais irredutíveis que resistem as operações da consciência e, na verdade, pode subvertê-la. Estes espaços, Foucault chama de heterotopias. Estas são construídas em todas as sociedades, mas assumem formas muito variadas e mudam ao longo do tempo.

Heterotopia também pode ser entendida por espaço marginal, ou terceiro espaço, ou paradoxal espaço. Telli (2004) apresenta seis maneiras de heterotopias espaciais utilizadas em análises recentes: são vistos como lugares incongruentes, ou paradoxais, por meio de práticas socialmente transgressoras (ROSE, 1993); como os locais que são ambivalentes e incertos por causa da multiplicidade de significados sociais que estão ligados a eles; como os locais que têm alguma aura de mistério, perigo ou transgressão sobre eles, colocados na margem (SHIELDS, 1991); espaços que são definidos por sua perfeição absoluta, rodeado por espaços que não são tão claramente definidos como tal (DELANEY, 1992); lugares que são marginalizados com dominante espacialização social (LEFEBVRE, 1991); formas incongruentes de escrita e de texto que desafiam e fazem declarações discursivas impossíveis, como o conceito de “Espaços de Esperança” de Harvey (2004).

As utopias das cidades modernas, com muita frequência, demonstraram ser distopias a não serem seguidas. As utopias atuais, que procuram incluir a escala humana no processo de produção da cidade, muitas vezes, pecam quando impõem modelos prontos para realidades específicas e epistemologias hegemônicas do norte global que não refletem a complexidade de contextos do sul global e de países emergentes. Neste sentido, Soja (1999) acredita que nossas

utopias atuais precisam ser entendidas como heterotopias: lugares imaginados e reais que permitam uma liberdade de movimento, fantasia e reflexão.

Ao invés de buscar lugares distantes como soluções para o agora, por que tentar uma vida absolutamente diferente em algum outro lugar, no além da negatividade e do nada, por que não tentar viver, agir e desejar soluções aqui e agora, não de forma absoluta, mas relativa? (WALLENSTEIN, 2003). Cidades mais humanas, democráticas, habitáveis e justas são realidade quando cidadãos tentam torna-las possíveis e conseguem. Marcuse (2009) argumenta que a contribuição principal que o conceito de Direito à Cidade oferece é a chamada, o pedido, a reivindicação de uma totalidade, de algo totalmente diferente da cidade existente. Estas Cidades Possíveis, feitas pelas pessoas e para as pessoas, são os cenários construídos que advogamos como teoria e estratégia de ação para pensar a cidade contemporânea.

## 6 Caminhos Metodológicos

---

Após expor os conceitos que sustentam este estudo, cabe-nos explicitar os pressupostos ontológicos, epistemológicos e axiológicos que guiam nossa pesquisa, de modo a facilitar a leitura dos capítulos que seguem. Conforme ensina Lincoln e Guba (2006), a ontologia diz respeito às questões sobre a natureza da realidade, preocupando-se em entender o que pode ser conhecido e a natureza do ser humano no mundo. Já a epistemologia corresponde a uma postura ético-moral frente ao mundo e ao eu do pesquisador. A axiologia, por sua vez, questiona como as pessoas são enquanto pessoas morais no mundo.

Nossa ontologia é a do discurso, entende que a realidade é socialmente construída por uma articulação de discursos. Utilizaremos o pensamento complexo como orientação epistemológica, como resposta e paradigma para entender a realidade social analisada e a negação da possibilidade de neutralidade como pressuposto axiológico principal. O quadro teórico que dá sustentação a esse estudo fundamenta-se, principalmente, na Teoria do Discurso, na Teoria dos Movimentos sociais e na Teoria do urbanismo crítico.

É lugar comum dizer que o mundo social é território complicado para a investigação científica, precisamente porque é complexo, enquanto que os métodos e formas de compreensão geralmente empregadas em 'ciência' são absolutamente dependentes das coisas que estão sendo classificados em termos simples (BYRNE, 2007).

As Ciências Sociais e Culturais têm experimentado toda uma série de incursões ao longo das últimas décadas, incluindo o marxismo na década de 1970, a virada linguística e o pós-modernismo na década de 1980, buscando seguir paradigmas e métodos de análise que lidam com a complexidade dos fenômenos estudados. Assim, para as ciências sociais e culturais, a análise da complexidade explica como há ordem e desordem dentro dos vários sistemas. Em particular, podemos ver como a ordem global é um mundo complexo, imprevisível e irreversível, desordenado, mas não anárquico (URRY, 2003).

Por isso, utilizaremos o pensamento complexo<sup>3</sup> como orientação epistemológica, como resposta e paradigma para entender a realidade social analisada e como forma de ultrapassar os

---

<sup>3</sup> A Teoria da Complexidade, hoje chamada de Nova Ciência, engloba várias teorias recentes – Teoria do Caos, Teoria dos Fractais, Teoria das Catástrofes, Lógica Fuzzy (difusa) entre outras. Estão sendo usadas para entender as estruturas e os processos organizacionais complexos que transcendem as teorias clássicas sobre a sociedade. É um novo modo de investigação das mudanças. Dentre tantas teorias, utilizaremos a teoria da complexidade desenvolvida por David Byrne em *Complexity Theory and the Social Sciences*. O autor define complexidade como “o domínio entre uma ordem linearmente determinada e o caos indeterminado” (2007, p. 1), na mesma obra salienta a importância da teoria da complexidade para os cientistas sociais dizendo que qualquer doutorando pesquisador em

limites da tradição positivista de ciência, assumindo um caráter multidisciplinar. A partir do suporte teórico construir um campo de interações e retroações em torno das dimensões espaciais e políticas com potencialidades para oferecer uma coesão capaz de integrar e dar sentido a distintas áreas de intervenção. Esta estratégia de investigação leva consigo algumas dificuldades que nos obriga a considerar uma bibliografia rica advinda de várias áreas do conhecimento como sociologia e geografia urbana, arquitetura e urbanismo e filosofia política.

A sociedade contemporânea vive um momento de transição onde sucedem múltiplos paradoxos que possibilitam a convivência de diversas culturas e épocas com a nova cultura da pós-modernidade. Esta nova realidade é movida por processos e interações no tempo e no espaço e criam uma dinâmica social bastante complexa e distinta de épocas anteriores. Este trabalho de investigação abordará alguns paradoxos considerados típicos e recorrentes dessa nova realidade: o velho e o novo, o micro e o macro, o global e o local, o real e o virtual, o técnico e o humano, o individual e o coletivo. Abordará, em particular, a conexão entre os movimentos sociais e o planejamento urbano, buscando entender o funcionamento desta conexão por diferentes campos e procedimentos analíticos e partindo do ponto de vista em torno da ideia de complexidade como fator inerente aos sistemas urbanos, ao processo político em geral e ao planejamento e atores sociopolíticos em particular.

Berger e Luckman (2007) sugerem que para a operacionalização investigativa eficiente é preciso pensar o aporte teórico concomitantemente com o objeto de análise. Se pensarmos o aporte teórico separado do objeto de pesquisa não conseguiremos atender aos postulados da TD e a dos estudos construtivistas. Outra característica importante para atender aos nossos pressupostos onto-epistemológicos, refere-se à negação da neutralidade científica. Nesta tese, ao adotarmos a escrita pessoal, evitamos a separação entre objetividade/subjetividade instituída pelo paradigma dominante da ciência moderna. A opção por escrever na primeira pessoa do plural foi feita por entendermos que a realidade interiorizada nos indivíduos é uma construção sócio histórica (BERGER; LUCKMANN, 2007). Latour (2000) esclarece bem este ponto ao afirmar que o texto científico é uma construção coletiva, repleta de atores que atuam como porta vozes das concepções pessoais. Assumindo nossa presença no texto, negamos a isenção axiológica diante dos fatos observados, já que não acreditamos na construção neutra e desinteressada do conhecimento pregada pelo ideal positivista.

---

qualquer campo deve estar apto a compreender a questão da complexidade porque ela expressa a forma como o mundo funciona e precisamos entender isso.

Este trabalho está alinhado com uma perspectiva construcionista e interpretativista do conhecimento, que é produto, entre outros motivos, da desconstrução da retórica da verdade e da importância da linguagem como constituição do mundo social. O reconhecimento da linguagem permitiu o desenvolvimento de um campo de estudo que objetiva compreender as relações entre os processos sociais e a linguagem (ORLANDI, 2001; DENZIN; LINCOLN, 2005).

Além disso, a virada linguística exerceu um papel fundamental no processo de construção do conhecimento para nos mostrar que o homem é muito mais um criador do que um explicador da realidade (NIETZCHE, 2000; LYOTARD, 2004). Embora a ciência ainda possa ser considerada fundamental para distingui-la de outros tipos de conhecimento, não existe apenas um procedimento metodológico e, muito menos, nas ciências sociais. Como as ontologias e epistemologias positivistas foram questionadas e a escolha do método de pesquisa encontra-se inevitavelmente entrelaçada a esses pressupostos houve uma abertura para metodologias alternativas (LINCOLN; GUBA, 2006).

Como dito antes, a teoria precisa caminhar concomitantemente com o objeto de pesquisa. A escolha da metodologia também segue a mesma estratégia: os objetivos da pesquisa também servem de norte sobre a metodologia a ser empregada no estudo. Isso significa que a escolha do método deve ser realizada dentro dos limites impostos pelo nosso problema de pesquisa. Dessa forma, retornamos a nossa questão central antes de expor os procedimentos metodológicos adotados para o desenvolvimento da tese:

Como se dá a lógica de construção social do discurso sobre a cidade desenvolvida pelo movimento Direitos Urbanos e de que forma esse movimento se articula, dá significado as suas lutas e desafia os discursos hegemônicos?

Este trabalho é predominantemente qualitativo, porém com algumas diferenças em relação à pesquisa qualitativa tradicional, na medida em que, com suas influências pós-estruturalistas, se opõem aos pressupostos da ciência moderna no que se refere à produção do conhecimento e suas relações com a verdade, pressupostos que, inclusive, busca desconstruir (MERRIAM, 2002).

Por utilizarmos a TD precisamos ser coerentes com os pressupostos dessa teoria. Por isso, nosso método de investigação e explanação precisa ser crítico aos modelos positivistas das abordagens das ciências tradicionais. Os teóricos do discurso articulam os conceitos em contextos concretos de pesquisa e de forma particularizada. Estes métodos são guiados por trabalhos de alguns teóricos, como o conceito de desconstrução de Derrida, as abordagens arqueológica e genealógica de Foucault para análise do discurso, a teoria Saussuriana de signo e as lógicas da equivalência e diferença de Laclau e Mouffe. As lógicas que movem esta concepção de pesquisa

possibilitam que as formas e métodos sejam abertos para serem adaptados e transformados no seu processo de aplicação (HOWARTH; NORVAL; STAVRAKAKIS, 2000).

Sabe-se que a TD é utilizada para compreender os significados socialmente construídos exigindo uma perspectiva mais abrangente do fenômeno. Dessa forma, na TD os processos metodológicos podem, em parte, serem considerados menos importantes. O que não quer dizer que essa abordagem pretende o anarquismo metodológico, ou seja, que não têm determinadas regras ou caminhos que precisam ser seguidos. O objetivo da TD, na verdade, é produzir novas interpretações de fenômenos antes não identificados por outras teorias ou propor uma problematização alternativa para descrições existentes possibilitando novas interpretações (HOWARTH, 2005).

A TD oferece as ferramentas ou conceitos chaves que possibilitarão a análise do movimento social entendendo-o como fruto de discursos formados por sistemas relacionais de significação e prática que constrói identidades e posições de sujeito (HOWARTH & STAVRAKAKIS, 2000). Neste ponto, o conceito de articulação assume papel central na medida em que trata da articulação entre técnicas e métodos que permitem a análise crítica de determinado fenômeno.

A abordagem crítica que utilizamos aqui nega os procedimentos metodológicos clássicos e as formas de racionalidade dedutiva (por não acreditar que um evento concreto pode ser derivado de teorias universais) e indutiva (por não acreditar que casos particulares possam necessariamente gerar explicações universais), e acabam por desenvolver sua própria estrutura metodológica de maneira livre, sem formato específico a ser seguido. Possibilitando a cada pesquisador desenvolver seu método próprio de pesquisa que atenda às suas necessidades.

Dessa forma, optamos por utilizar a abdução (hipótese temporária passível de verificação experimental ao longo da pesquisa) desenvolvida por Aristóteles. A abdução também é chamada de retrodução, termo que passaremos a usar a partir daqui, e é entendida como uma lógica de investigação composta por três momentos relacionados: a problematização do fenômeno, a explicação retrodutiva desse fenômeno (justificação); e a persuasão (construção de uma nova teoria). Segundo Glynos e Howarth (2007), a retrodução permite ao investigador rever suas hipóteses de pesquisa quando necessário, deixando claro que o resultado de um estudo pode ser e pode não ser aquele desejado.

A retrodução sustenta-se como uma abordagem antipositivista por argumentar que os discursos são fluídos e dinâmicos e este é o principal ponto de partida para os investigadores que usam tal perspectiva. De modo geral, a retrodução defende uma posição mais crítica da análise do discurso na tentativa de suprir uma carência metodológica da TD. Segundo Batista, Silva e

Mello (2014, p. 112), “a TD é claramente uma teoria pós-estruturalista e pós-marxista, baseada em uma racionalidade retrodutiva que tem a retrodução como método”.

Explorado por Glynos e Howarth (2007), o modelo retroutivo utilizado em nossa pesquisa tem como forma de apropriação estudos de natureza política e social e mostra-se o mais adequado para a pesquisa social. Os autores aprimoraram o método para utilizar a TD, buscando preencher o déficit metodológico da teoria. A explanação crítica do discurso é dividida em cinco passos conectados: Problematização, Retrodução, Lógicas, Articulação e Crítica/Persuasão.

## 6.1 Estrutura da Lógica da Explanação Crítica

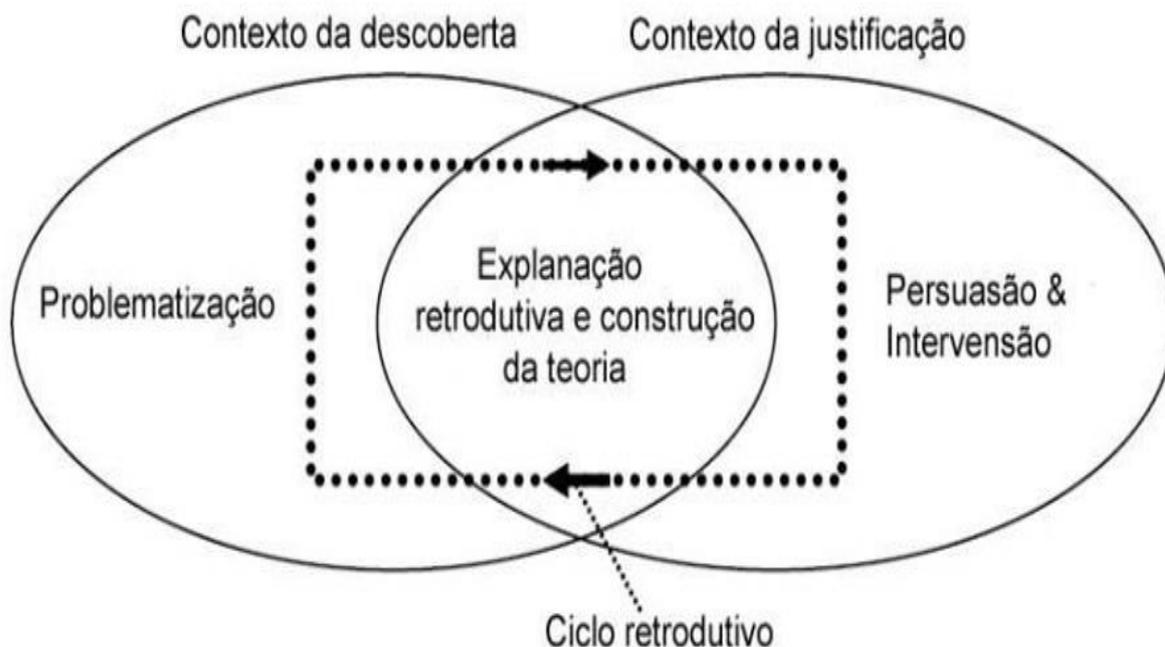
O que Glynos e Howarth (2007) chamaram de "lógicas da explicação crítica" consiste nessas cinco etapas conectadas. Segundo os autores, analiticamente, cada passo pode ser separado e considerado independentemente uns dos outros, mas na condução da pesquisa eles estão intimamente interligados.

Howarth et al. (2016) apontam que a Lógica da Explanação Crítica (LEC) foi desenvolvida como uma forma de resposta as críticas sobre a Teoria do Discurso Pós-estruturalista. Desse modo, os autores argumentam que a Teoria do Discurso é tanto explanatória quanto crítica, sendo constituída por três bases principais: explanação, crítica e justificação.

Como poder ser visto na figura 2 (6), a primeira fase da pesquisa nesse método é a problematização. Nesta etapa busca-se a explanação crítica dos discursos, na tentativa de historicizar as práticas discursivas e os contextos que constituem os fenômenos em diferentes épocas; busca-se interpretar os fatores que possibilitam a construção do fenômeno. Através da explicação retrodutiva do fenômeno, o que pretendemos é questionar e expandir o campo discursivo para possíveis interpretações alternativas. A partir da problematização são geradas as primeiras hipóteses que podem, ou não, tornarem-se explicativas do fenômeno ao longo da sua explicação. Na etapa da retrodução, como poder ser visualizado no centro da imagem, iniciam-se os ciclos retroditivos de interpretações e reinterpretações das hipóteses geradas na problematização e as explicações são fornecidas. É a partir desse momento que se buscam as regras que regem regimes ou práticas, bem como as condições e objetos que tornam tais regras possíveis através das lógicas sociais, políticas e fantasmáticas. Depois de possíveis idas e vindas da explicação do fenômeno é realizada uma tentativa de articulação das diversas lógicas para dar conta do fenômeno problematizado. São articulados os vários tipos de lógicas de modo a explicar um *explanandum* construído. Processo de conectar uma pluralidade de lógicas de modo a considerar um fenômeno problematizado, modificando cada elemento no processo. No fim do

processo, argumentamos perante a abertura do campo discursivo no intuito de persuadir o leitor na construção de uma TD do fenômeno observado.

**Figura 2 (6) – Lógica de Explicação Retrodutiva**



Fonte: Adaptado de Glynos e Howarth (2007, p. 33)

Neste sentido, Howarth et al. (2016) afirmam que a LEC pode ser subdividida em cinco passos: problematização, retrodução, lógicas, articulação e crítica. Segundo os autores, analiticamente, cada passo pode ser separado e considerado independentemente uns dos outros, mas na condução da pesquisa eles estão intimamente interligados.

O primeiro passo para entender um discurso é a problematização, ou seja, construir o objeto de estudo como um problema, no nível exigido de abstração e complexidade. Como dito anteriormente, nesta etapa, busca-se explicar o discurso. Mas que estratégia metodológica usar para acessar esse discurso?

A partir de Foucault, iniciamos com a ideia de uma abordagem direcionada ao problema para a análise política e social. Este primeiro momento envolve a construção teórica e empírica dos objetos de investigação, ou seja, construção do objeto como um problema, em certo nível de abstração e complexidade. A problematização pode ser entendida como a articulação da arqueologia com a genealogia foucaultiana.

Segundo Foucault (2010b, p.242),

[...] a problematização não quer dizer representação de um objeto preexistente, nem tampouco a criação pelo discurso de um objeto que não existe. É o conjunto das práticas discursivas ou não discursivas que faz alguma coisa entrar no jogo do verdadeiro e do falso e o constitui como objeto para o pensamento (seja sob a forma da reflexão moral, do conhecimento científico, da análise política etc.).

Foucault desenvolve um todo metodológico composto por dois procedimentos analíticos históricos, críticos e intercambiáveis para problematizar o discurso: a genealogia e a arqueologia. Adotamos esses procedimentos para problematizar o discurso.

No primeiro ciclo o autor desenvolveu a arqueologia que busca trazer à superfície a ordem interna do discurso. O segundo ciclo é o genealógico, momento em que busca a relação entre os discursos e as condições econômicas, políticas e histórico-culturais de sua formação, fazendo emergir as discontinuidades históricas que atravessam o social. Na metodologia foucaultiana, a arqueologia e a genealogia se constituem como dois conjuntos complementares, diferenciando-se em perspectiva e delimitação.

A principal tese de Foucault está na ideia de que todo saber (seja científico ou não) só é possível em determinado momento histórico, porque há um espaço de ordem que o possibilita. Nesta perspectiva, o saber é algo como uma visão de mundo compartilhada por todos de uma época, o que Foucault chama de *episteme*. Mas especificamente, entende-se por *episteme* “o conjunto das relações que podem unir, em uma dada época, as práticas discursivas que dão lugar a figuras epistemológicas, a ciências, eventualmente a sistemas formalizados” (FOUCAULT, 2008, p. 214).

Em *A Arqueologia do Saber* (1969), Foucault caracteriza método arqueológico como caminho para descobrir e descrever as regras que dirigem os discursos e, entender, a construção dos objetos desse discurso, ou seja, arqueologia é uma estratégia de análise do discurso. Isto significa segundo Foucault:

[...] que consiste em não mais tratar os discursos como conjuntos de signos (elementos significantes que remetem a conteúdos ou a representações), mas como práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam. Certamente os discursos são feitos de signos; mas o que fazem é mais que utilizar esses signos para designar coisas. É esse mais que os torna irredutível à língua e ao ato de fala. É esse “mais” que é preciso fazer aparecer e que é preciso descrever (FOUCAULT, 2008, p. 55).

Foucault, através da investigação arqueológica, constata que em cada época há uma *episteme* diferente, que torna possível o surgimento de novos saberes (FOUCAULT, 2008). Podemos entender *episteme* como o paradigma que guia o *discurso*. Este, conceito fundamental no trabalho de Foucault, revela um conhecimento posto e relativo ao tempo ou espaço. Para

Foucault (2008, p. 133), *discurso* é “um conjunto de enunciados, na medida em que se apoiem na mesma formação discursiva”.

Outro conceito fica em aberto na definição acima: o *enunciado*. Podemos inferir que um *enunciado* é qualquer frase ou proposição. No entanto, não se resume a isto. Enunciados são a unidade mínima de significado do discurso. São unidades do saber que compõem as práticas discursivas (FOUCAULT, 2008). Mais precisamente, os enunciados são:

Uma função que cruza um domínio de estruturas e de unidades possíveis e que faz com que apareçam, com conteúdos concretos, no tempo e no espaço. [...] O referencial do enunciado forma o lugar, a condição, o campo de emergência, a instância de diferenciação dos indivíduos ou dos objetos, dos estados de coisas e das relações que são postas em jogo pelo próprio enunciado; define as possibilidades de aparecimento e de delimitação do que dá à frase seu sentido, à proposição seu valor de verdade (FOUCAULT, 2008, p. 98-103).

Na primeira etapa de análise, além de revelar os enunciados, buscamos evidenciar a função que cada enunciado desempenha no discurso. A *Função enunciativa* “é uma ação que se revelou na prática enunciativa pela existência de um domínio de saberes a ela associados” (COSTA; LEÃO, 2011, p. 307). Dessa forma, assim como especifica Foucault (2008), a função enunciativa faz aparecer o enunciado como um objeto específico capaz de agir, de diversas formas, no discurso.

O Segundo nível de análise exigiu maior reflexão, pois nesta etapa saímos do nível empírico para um esforço mais conceitual: a categorização das *regras* do discurso. Para Foucault, a *regra* é uma prática social que gera sentido aos signos. O mesmo apresenta quatro categorias de regras que podemos identificar no discurso: objetos, conceitos, modalidade de enunciação e estratégias. Os primeiros derivam do discurso e são definidos por relações entre conceitos. Os segundos são elementos discursivos decorrentes que estão presentes nos enunciados. O terceiro é a forma como o discurso é praticado; procura identificar quem fala, onde se fala e qual a posição que ele se coloca; tenta encontrar o sujeito falante, o local onde está inserido e a posição dele. A quarta e última categoria é a estratégia, pode ser entendida como uma certa razão de ser do discurso, as estratégias mostram que existe uma intencionalidade na prática discursiva (FOUCAULT, 2008).

São estes elementos que permitem compreender a regularidade do discurso. Essas categorias são reguladas em seu aparecimento e transformação por regras que os constituem. Na proposta de Foucault, os quatro níveis de análise que constituem as regras não são elementos dados, mas condições de possibilidade que tornam possível seu aparecimento e transformação. São estas regras que caracterizam o discurso como regularidade e delimitam as chamadas *Formações Discursivas* (FOUCAULT, 2008).

Assim, ter o discurso como objeto de estudo é estabelecer sua regularidade. “São as relações entre objetos, entre tipos enunciativos, entre conceitos e entre estratégias que possibilitam a passagem da dispersão à regularidade” (MACHADO, 1981, p. 165). Segundo Giacomoni e Vargas (2010, p.5), o que Foucault faz na *Arqueologia do Saber*, ao descrever a *formação discursiva*, nada mais é do que definir “aquilo que é essencial para compreender a constituição de um saber”.

Neste ponto, chegamos ao último nível de análise: o de demonstração das *Formações discursivas* caracterizadas no discurso. A *formação discursiva* é uma unidade macro que guarda em si possibilidade de verdade. Foucault (2008, p. 43) s define como:

No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma formação discursiva – [...].

A proposta de Foucault vai na direção de buscar as regularidades que existem por trás da dispersão de elementos do discurso. O autor deixa claro que uma *formação discursiva* é identificada quando se pode definir o sistema de estratégias que nela se desenrola, ou seja, demonstrar como ela deriva do jogo de relações inerentes ao discurso (FOUCAULT, 2008).

Por outro lado, a genealogia põe em prática outros princípios que se formaram através, apesar ou com o apoio da arqueologia. Isto deixa claro que a genealogia do objeto só é possível com o procedimento arqueológico. Estas duas tarefas são não somente complementares, mas também inseparáveis. Segundo o autor, a genealogia:

[...] concerne à formação efetiva dos discursos, quer no interior dos limites do controle, quer no exterior, quer, a maior parte das vezes, de um lado e de outro da delimitação. A crítica analisa os processos de rarefação, mas também de agrupamento e de unificação dos discursos; a genealogia estuda sua formação ao mesmo tempo dispersa, descontínua e regular (FOUCAULT, 1996, p. 65-66).

Foucault entende a genealogia como uma atividade de investigação bastante trabalhosa. Busca indícios nos fatos desconsiderados, ocultos, desvalorizados pela história tradicional, para confirmar suas hipóteses. A genealogia busca a singularidade dos acontecimentos, sobretudo naquilo que não participa da história, como “(...) os sentimentos, o amor, a consciência, os instintos” (FOUCAULT, 2000 b, p. 260). Busca na história suas discontinuidades, o que está oculto ou escondido a partir de situações específicas, contextualizadas histórica e socialmente. Assim, a genealogia seria o estudo das formas de poder: “(...) na sua multiplicidade, nas suas diferenças, na sua especificidade, na sua reversibilidade: estudá-las, portanto, como relações de

força que se entrecruzam, que remetem umas às outras, convergem ou, ao contrário se opõem (...)” (FOUCAULT, 1997, p. 71).

Vale salientar que a parte arqueológica da análise propõe adentrar no discurso. Porém, a parte genealógica se detém na análise da formação efetiva do discurso busca entender o “como” e o “Porquê” do discurso em seu poder de constituir domínios de objetos através dos quais se poderiam afirmar ou negar proposições verdadeiras ou falsas; enfim, é a tática que, partindo da discursividade local, ativa os vários saberes através da crítica à sujeição que ali emerge (Foucault, 2000c).

O processo analítico arqueológico que utilizamos foi inspirado nos procedimentos elaborados por Costa e Leão (2011), Costa (2009) e Camargo e Leão (2013). A análise se deu em três etapas: primeiro buscamos identificar os enunciados e suas relações com as funções enunciativas, posteriormente, identificamos as regras e suas categorias para, enfim, desvelar as formações discursivas.

Buscamos encontrar os enunciados como lugares de sujeitos, fragmentos de um saber, parte de um campo discursivo associado e regularidades em termos de repetições de sentido e forma, e de rupturas em que claramente demarcam diferenças e descontinuidades, também em termos de sentido e forma (CAMARGO; LEÃO, 2013).

Após a identificação dos enunciados procedemos à identificação das possíveis relações entre os mesmos. O segundo nível analítico buscou revelar as regras de formação e as formações discursivas. Como sinalizamos, para Foucault (2009a) a regra deve ser formada a partir de quatro critérios: objeto, modalidade, conceito e estratégia. Essa etapa reflexiva se aproximou não apenas do campo empírico, mas do teórico. Nesta fase buscamos aproximar a teoria do campo empírico. No último nível dessa etapa, buscamos elucidar as formações discursivas individualmente, demonstrando suas lógicas. Neste momento da análise inicia-se a retrodução para rever as hipóteses.

Na retrodução, como dito antes, Glynos e Howarth (2007) argumentam que no desenvolvimento da retrodução é necessário levar em consideração as lógicas sociais, políticas e fantasmáticas presentes na TD.

A abordagem das lógicas permite ir além das relações entre causa e efeito e das formas estáticas, como as leis. O processo de desenvolvimento de pesquisa com a perspectiva da retrodução entende que o contexto empírico de uma hipótese e as interpretações dos sujeitos influenciam os pressupostos e a racionalidade que vão permitir a aceitação ou não da hipótese proposta.

Assim, por se tratar de uma análise político-empírica, foi adotado aqui a técnica de estudos de caso como etapa vital para a problematização e explanação crítica do fenômeno. Glynos e Howarth (2007) afirmam que os estudos de caso em profundidade possibilitam explicar fenômenos criticamente trabalhando em conjunto com uma gama de informações referentes a cada caso. O estudo de caso torna-se importante quando relacionado com as práticas da retrodução que fornecem uma completude do contexto e das condições para a construção, condução e contribuição do conhecimento (JORGENSEN; PHILIPS, 2002).

Partindo então das hipóteses geradas no momento de problematização da tese, o discurso de uma Cidade Possível se constitui na intersecção de posições antagônicas e na dissolução de fronteiras que envolvem o Direito à cidade, a democracia participativa e o planejamento urbano que permeiam os discursos dos movimentos sociais, dos planejadores e dos gestores públicos e que constituem o cenário da cidade contemporânea. Diante disso, partimos em busca de construir o *corpus* de dados que facilitarão a reconstrução do discurso do Direitos Urbanos.

## 6.2 Constituição do *Corpus* de Pesquisa

Não há formato específicos para as pesquisas que envolvem a TD, nem no que diz respeito à construção e análise do *corpus* em questão. Então cada pesquisador desenvolve um desenho metodológico próprio e o defende. No entanto, conforme mencionam Jorgensen e Phillips (2002) há dois critérios básicos a serem combinados e respeitados: coerência, que se dá por meio de elementos relacionados de maneira lógica e harmônica, e a fecundidade, que é a capacidade de criar conhecimento novo, desenvolvendo novas explicações. Para cumprir esses critérios básicos foi necessário a construção de um *corpus* que forneça elementos apropriados para a análise (MINAYO, 2000).

A definição de *corpus* busca manter uma coerência epistemológica, ontológica e metodológica com pesquisas qualitativas. Para Barthes (1967), *corpus* é uma coleção finita de materiais (textos, imagens, músicas, sons, etc.) determinada pelo analista.

Sendo a constituição do corpus realizada a partir da organização de documentos, essa deve cumprir normas de validade quanto à representatividade, exaustividade, homogeneidade e pertinência (MINAYO, 2000). A representatividade diz respeito a relevância do material coletado que precisa estar de acordo com o universo do estudo e aos objetivos propostos no trabalho; a exaustividade ou saturação refere-se ao cuidado em contemplar todos os aspectos levantados previamente; a homogeneidade, em obedecer a critérios claros e precisos na escolha do tema, técnica e interlocutores; e a pertinência do material coletado, ou seja, a busca por

material mais adequado para responder as perguntas lançadas a partir da problematização do campo de estudo.

Para uma análise do discurso na perspectiva da TD é de extrema importância a construção de um *corpus* de pesquisa relevante. De modo a construir o *corpus* adequado aos nossos propósitos, objetivamos produzir uma série de documentos, de gêneros discursivos diversos, pois em suas características próprias, possuem diferentes capacidades de retratar os discursos analisados.

Nosso *corpus* buscou maximizar a variedade de sentidos acerca da cidade nos diferentes momentos do discurso, por isso, se está incluindo materiais do tipo textual, oral e audiovisual, coletados por diversas técnicas (levantamentos documentais, entrevistas individuais, observações assistemáticas). O levantamento documental se faz necessário para se compreender o contexto econômico, social e político no qual se situa nosso objeto de pesquisa. Para construção do *corpus* documental, estamos levando em conta a possibilidade de acesso e disponibilidade das informações pelos agentes do discurso, além dos critérios de relevância e sincronicidade dos dados. Os documentos são considerados relevantes quando apresentam dados econômicos, políticos e técnicos dos elementos que constituem ou contrapõem o discurso da cidade pela perspectiva do DU e suas críticas ao planejamento urbano aplicado na cidade do Recife. Neste momento, apresentaremos as questões norteadoras para a construção do *corpus*. Este precisa ser objetivo e foi construído com finalidades específicas. Os seguintes questionamentos norteadores contribuíram tanto para a construção do *corpus* como para as nossas análises:

- (1) Quais são os sujeitos políticos e eventos criados por eles que estiveram efetivamente envolvidos na constituição dos discursos que significam a cidade do Recife?
- (2) Quais foram os momentos políticos mais importantes na constituição do discurso da Cidade desenvolvido pelo DU?
- (3) Quais são as condições de produção das mensagens (condutas e ideologias presentes nas fontes de enunciação)?
- (4) Que sentidos foram produzidos com relação a cidade do Recife?
- (5) Que significados são dados a essa nova cidade proposta pelo DU?

Existem, segundo Creswell (2010), quatro tipos básicos de procedimentos de coleta de dados que são fundamentais na pesquisa qualitativa, a saber: (1) observação; (2) entrevistas; (3) documentos; (4) materiais audiovisuais. Na composição do nosso *corpus*, utilizamos todos esses procedimentos de forma a utilizar o melhor de cada método para atingir os objetivos de pesquisa, procurando preservar ao máximo a análise empírica do reducionismo linguístico, conforme recomenda Howarth (2005).

As observações, segundo Creswell (2010), são notas de campo do pesquisador sobre o comportamento e atividades das pessoas no local da pesquisa. Nessas notas, o pesquisador registra as atividades e também se envolve em papéis que variam de observação não-participante até integralmente participante. Para Ludke e André (1986), a observação é um método de análise visual que consiste em se aproximar do local em que um determinado fenômeno ocorre, visando chegar mais perto da perspectiva dos sujeitos investigados.

Durante o período de coleta de dados participamos de reuniões, eventos, atos públicos e audiências públicas nas quais o movimento Direitos Urbanos participava ou havia convocado/organizado. Aproveitamos esses momentos para registrar em um bloco de notas apontamentos sobre o que foi visto e presenciado de relevância para o esforço analítico do pesquisador, incluindo conversas informais em eventos e informações a respeito do modo de operação das pessoas envolvidas em tais situações.

Cada nota de observação realizada foi agrupada em, apenas, um documento denominado “apontamentos”.

Além dos dados da observação foram utilizados na construção do *corpus* entrevistas individuais. Essa técnica de coleta de dados nos permite obter “informações acerca do que as pessoas sabem, creem, esperam, sentem ou desejam, pretendem fazer, fazem ou fizeram, bem como acerca das suas explicações ou razões a respeito das coisas precedentes” (SELLTIZ et al., 1975, p. 273). A escolha dos primeiros entrevistados foi realizada considerando-se a frequência de citações de agentes ou instituições nos documentos levantados (vídeos, documentos e audiências).

A condução das entrevistas ocorreu com o auxílio de um roteiro elaborado para investigar os discursos do movimento (Apêndice 1). Considera-se a opção por perguntas abertas mais apropriada por proporcionar maior liberdade para os entrevistados expressarem suas opiniões, crenças e sentimentos em relação ao movimento. Todavia, a natureza flexível desse instrumento de coleta de dados foi preservada, conforme as orientações de Gaskell (2002), de modo a permitir a inclusão ou supressão de perguntas de acordo com os temas emergentes no relato dos entrevistados.

Para efeitos de nossa pesquisa, privilegiamos a coleta de entrevistas com integrantes que fizeram parte da formação do movimento e que permaneceram no grupo até o fim da coleta de dados, além de outros agentes que se revelaram importantes no campo de discursividade e que fazem parte da cadeia articulatória. Foram realizadas seis entrevistas com componentes do grupo. Este grupo formado por três mulheres e três homens, com formações diversificadas (cientista social, sociólogo, filósofo, arquiteto, cineasta). Nas entrevistas com os atores do DU o

nosso objetivo foi tentar perceber/desvelar quais significados atribuem a sua luta e a uma nova cidade em suas articulações discursivas, e procurar entender a sua percepção a respeito da atuação da Prefeitura do Recife na gestão urbana da cidade. Questionamos a eles a respeito das suas ações (articulações) políticas, considerando a possível divisão de funções e atividades no grupo e as mudanças que essas articulações podem ocasionar. As entrevistas auxiliaram-nos na captação dos significados atribuídos ao “Recife Possível” pelo DU nas suas articulações.

Quanto aos documentos coletados, Creswell (2010) ensina que podem ser documentos públicos (jornais, revistas, etc.) ou documentos privados (diários, anotações, etc.). Creswell (2010) esclarece que os documentos, além de representarem dados relevantes para a pesquisa, podem ser acessados em momentos da conveniência do pesquisador. Decidimos utilizar este procedimento coletando documentos de formas e fontes distintas. Para tanto, realizamos uma criteriosa e consistente seleção de documentos oficiais, artigos, depoimentos e relatórios técnicos e oficiais, conforme discriminado no quadro 2 (6) abaixo.

**Quadro 1 (6) Documentos utilizados na constituição do *corpus* de pesquisa**

<b>Documentos</b>	<b>Sujeito Político</b>	<b>Ano</b>
Relatório da decisão em favor da construção do Novo Recife	TRF5	2014
Apresentação de AUDIÊNCIA PÚBLICA - Levantamento de indicações de diretrizes urbanísticas espacializadas a serem observadas no redesenho do Projeto Novo Recife, considerando o território do Cais José Estelita e seu entorno	Prefeitura do Recife	2014
Audiência Pública Cais José Estelita - Diretrizes urbanísticas espacializadas a serem observadas no redesenho do Projeto Novo Recife e entorno	Prefeitura do Recife	2014
Memorial Novo Recife	Consórcio Novo Recife	2011
Apresentação do OcupeEstelita em Audiência Pública	DU	2014
Memorial de Redesenho do Novo Recife	Consórcio Novo Recife	2014
Relatório de Redesenho do Novo Recife	Consórcio Novo Recife	2014
RECURSO ESPECIAL Nº 15299/2013 pedido de anulação de Suspensão de Liminar (SL) feita pela Prefeitura do Recife	Ministério Público	2013
Cais José Estelita ganhará parque, ciclovia e biblioteca pública	Diário Oficial - Prefeitura do Recife	2013
Mensagem à Câmara destaca resultados para um novo Recife	Diário Oficial - Prefeitura do Recife	2014
Ação Popular contra a Prefeitura do Recife pedindo deferimento de medida cautelar de suspensão de quaisquer atos deliberativos da reunião convocada pelo CDU	Ministério Público	2012
Relatório Cais José Estelita – Ações Mitigadoras	Prefeitura do Recife	2012
Novo Recife - O Projeto	Consórcio Novo Recife	2014

Fonte: Elaborado pela autora

Quanto aos artigos do Blog Direitos Urbanos utilizados na constituição do *corpus* de pesquisa, foram coletados todos os artigos publicados na página *Web* do grupo. Um total de 234 artigos. Dos quais 119 são de 2012, 76 artigos de 2013 e 39 de 2014.

Quanto ao último procedimento de coleta de dados, documentos audiovisuais, propostos por Creswell (2010), eles podem ter a forma de fotografias, objetos de arte, vídeos e qualquer forma de som. Os materiais audiovisuais proporcionam oportunidade para compreendermos aspectos dinâmicos e espontâneos dos atores participantes da pesquisa compartilhados pelos mesmos nesses materiais (CRESWELL, 2010). Por isso, selecionamos de um total de 40 vídeos, produzidos entre 2012 – 2014, 8 vídeos considerados de maior relevância e que representasse momentos significativos do discurso.

**Quadro 2 (6) Material audiovisual utilizado na constituição do corpus de pesquisa**

<b>Título</b>	<b>Formato</b>	<b>Ano</b>	<b>Autor/Produtor</b>
Direitos urbanos, a cidade é nossa! Leonardo Cisneiros at TEDxRecife	Conferência	2014	Comunidade Internacional TEDx
Recife, cidade roubada	Curta-metragem	2014	Movimento #OcupeEstelita
Ocupe Estelita – Visita de David Harvey	Amador	2014	Movimento Direitos Urbanos
Ocupe Estelita – Lutar pelo Recife é lutar por qualquer Cidade	Curta-metragem		Movimento #OcupeEstelita
Novo Recife - O Redesenho de uma Mentira	Curta-metragem	2014	Movimento #OcupeEstelita
Vida Estelita - Falas Públicas	Amador	2014	Movimento #OcupeEstelita
Audiência Pública sobre o Projeto Novo Recife	Amador	2012	Movimento Direitos Urbanos

Fonte: Elaborado pela autora (2016)

A elaboração de um estudo qualitativo no campo dos estudos urbanísticos, mais especificamente acerca das articulações discursivas do movimento social Direitos Urbanos, gera uma considerável quantidade de dados/informações. Decidimos organizar a grande quantidade de dados coletados fazendo uso do *software* NVIVO, um programa de computador para análise de dados qualitativos. O NVIVO é um gerenciador de texto utilizado na codificação de documentos.

O nosso *corpus* é formado por uma grande quantidade e diversidade de dados, a utilização do NVIVO foi fundamental para alojar todos os dados em um único lugar, facilitando o acesso e o manuseio dos dados, o que seria impossível manualmente.

Após a construção do *corpus* inicia-se a análise dos dados selecionados e nessa fase ocorre a sua desconstrução (BATISTA, SILVA, MELLO, 2014). Os textos foram separados e selecionados os mais significativos para a pesquisa. Dessa forma, constroem-se as unidades de

análise com categorizações e codificações para facilitar o processo de desconstrução na tentativa de identificar os sentidos presentes nesse *corpus*.

O caminho teórico, que Laclau e Mouffe oferecem, coloca como característica central a natureza polissêmica dos agentes sociais e de suas lutas. Essa direção argumentativa nos parece relevante para analisar os significados, a formação de cadeias de equivalência e os antagonismos em um discurso que ecoa na sociedade em torno da possibilidade de uma cidade mais habitável para todos.

Para a análise dos significados dominantes do discurso do DU procedemos em duas fases: Na fase da problematização (arqueologia/genealogia), após leitura exaustiva dos textos, utilizamos o NVIVO para organizar os dados e facilitar a busca dos enunciados e relações entre os mesmos, suas funções e regras. O NVIVO foi fundamental para construção de imagens e gráficos que demonstrassem as discontinuidades e dispersões do discurso. Na segunda fase (retrodução), utilizamos o software NVIVO para analisarmos a recorrência de determinados termos sendo articulados na cadeia de significação do DU e como forma de analisar a lógica social de determinada prática, a partir da extração/visualização de temas, termos, significações ou padrões discursivos articulados num determinado período de tempo, considerando-se um *corpus* analítico muito extenso.

Nas duas fases, o NVIVO auxiliou na extração de padrões discursivos. Extraímos enxertos e selecionamos em “nós” denominados enunciados, “sentidos para Recife”, “Antagonismo”, “momentos”, “equivalências”, “diferenças”. Esta seleção facilitou a organização do *corpus*. O NVIVO facilita emergir os termos, mas não faz nenhum tipo de análise. Neste processo de interpretação e produção de inferências a subjetividade e a intuição do pesquisador teve papel fundamental, além, do referencial teórico que sustenta o estudo. Portanto, esse procedimento analítico permitiu-nos descrever e caracterizar melhor o discurso e responder aos questionamentos localizados no seu eixo sincrônico, ou seja, questões relacionadas com “o quê” dessa prática.

## 7 Explicação Crítica do Fenômeno: Problematizando a Cidade

---

Recordamos no capítulo 6 que a problematização constitui o primeiro de três momentos na lógica global da explicação crítica. Vale recordar que a contribuição de Foucault a explicação retrodutiva limita-se, apenas, a primeira etapa da LEC. É na problematização que faremos a analítica arqueológica e geneológica do *corpus*. O segundo momento configura-se da explicação retrodutiva do fenômeno através das lógicas sociais, políticas e fantasmáticas propostas por Glynos e Howarth (2007). No terceiro momento intervimos explicando a hipótese final e persuadimos a respeito de práticas e paradigmas que acreditamos relevantes para o entendimento do fenômeno.

Ao fornecer esta explicação retrodutiva, devemos começar por caracterizar as práticas investigadas. Utilizando termos foucaultianos, começamos com um processo de colchete arqueológico que busca identificar um domínio de objetos e práticas em necessidade de análise e crítica, antes de então fornecer uma contabilidade geneológica que explique sua emergência política e ideológica.

Dessa forma, este capítulo contém a descrição das categorias de análise reveladas pela analítica arqueológica e geneológica (apresentadas na seção de metodologias). O primeiro nível analítico descreve enunciados, funções e regras, que embasaram as formações discursivas. Nessa etapa é feita a discussão dessas categorias, partindo dessas formações discursivas e trazendo-as como um conjunto. Promovemos a discussão de cada feixe de relações junto ao contexto das práticas e aos conceitos teóricos.

### 7.1 Conhecendo o campo discursivo: Recife, uma cidade em crise?

Durante todo este trabalho deixamos claro que as cidades modernas, principalmente as do sul global (SANTOS, 2010), vivem uma crise estrutural e de significado. Os planos e planejamentos desenvolvidos sob o paradigma da modernidade criaram uma urbanidade que não encontra no homem o padrão para sua escala de construção. A urbanização nessas cidades, muitas vezes, é descontrolada, acelerada, sem planejamento e tem como consequências problemas de ordem ambiental e social. O inchaço das cidades, provocado pelo acúmulo de pessoas e a falta de uma infraestrutura adequada, gera transtornos para a população. A globalização, a cultura da velocidade, a reestruturação econômica e as políticas neoliberais implementadas por instituições

nacionais e supranacionais mudaram a matriz institucional-territorial da governança urbana e mudaram, principalmente, a escala na qual a cidade é projetada.

É nessa conjuntura de crise de modelo urbano que demonstrou não funcionar que surgem demandas sociais e contra discursos questionando a maneira como a cidade vem sendo projetada. Por isso, os processos e as práticas que envolvem o planejamento e construção de grandes projetos de infraestrutura urbana, sejam eles conjuntos habitacionais, shoppings ou aeroportos, são locais de intensa contestação política (GRIGGS E HAWARTH, 2008).

Segundo Griggs e Howarth (2008), exigências de órgãos responsáveis pelo planejamento urbano, grupos que defendem o patrimônio histórico, os que protegem interesses da economia local, os interesses ambientais ou a segregação dos espaços podem ser os desencadeadores de confrontos políticos. Estes desencadeiam uma série de contradições mais amplas da sociedade, juntam reivindicações mais globais para proteção e desafios do crescimento urbano desordenado aos problemas locais enfrentados pela comunidade.

Recife, lócus desta tese, é exemplo de cidade que apresenta essas contradições sociais, ambientais e econômicas que geram insatisfações e reivindicações por mudanças no modelo de gestão dessas questões urbanas e exigem o enfrentamento dos problemas enfrentados pelos cidadãos.

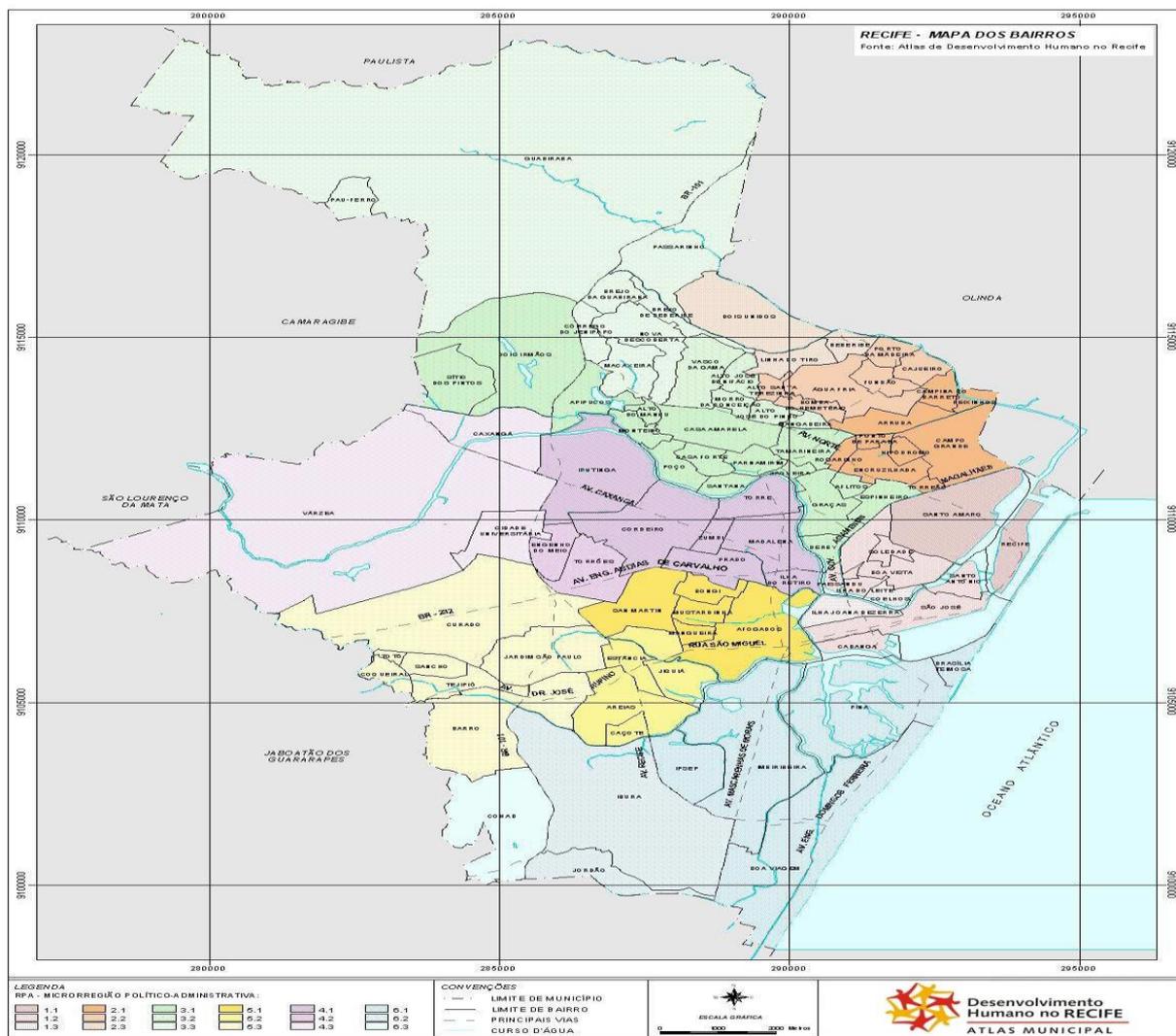
Com o objetivo de analisar esta conjuntura descrita por Grigs e Howarth (2008), a respeito de um caso específico, anunciamos que a pesquisa foi operacionalizada a partir da análise dos discursos do movimento social Direitos Urbanos (DU) e dos grupos envolvidos no período de crise supracitado localizados no Recife. Como já explicito, a referida análise foi suportada teórico e metodologicamente pela teoria do discurso de Laclau e Mouffe, Urbanismo Crítico e Novos Movimentos Sociais.

A escolha de trabalhar com análise de discursos nos levou constituir um *corpus* discursivo que deve estar relacionado ao tema e ao recorte temporal da pesquisa. Por isso, ao eleger o material deixamos de lado outros que não serão analisados por não serem suficientemente representativos para a análise. Assim, a escolha do *corpus* levou em consideração um elemento essencial diretamente relacionado com a abrangência da pesquisa. O *corpus* constituído do período entre 2012 – 2014 (este período foi escolhido por ser o momento de maior atuação do grupo na cidade) levou em consideração os aspectos institucionais do movimento DU, como também os aspectos referentes aos grupos políticos – apoiadores e não apoiadores das agendas do DU - envolvidos na ação e que atuaram ativamente nos episódios durante o período relatado. Esta constituição do *corpus* está detalhada na seção de método deste trabalho.



O maior bairro da cidade é Boa Viagem com 122.922 habitantes; em segundo lugar Várzea com 70.453 habitantes; em terceiro lugar está o bairro Cohab com 67.283 habitantes; em quarto está Iputinga com 52.200 habitantes e em quinto Ibura com 50.617 habitantes.

**Figura 4 (7): Mapa dos Bairros do Recife**



Fonte: Prefeitura Municipal do Recife (2016)

A cidade do Recife registra um produto interno bruto de 30 bilhões de reais, e sua região metropolitana, de 61,4 bilhões de reais. Do total do produto gerado no Estado de Pernambuco, a cidade do Recife tem uma participação de cerca de 43%, e sua Região Metropolitana, 63%. (PREFEITURA MUNICIPAL DO RECIFE, 2016).

O PIB da cidade é formado pela sua função econômica mais importante que se apoia no setor terciário, principalmente, atividades de comércio e de prestação de serviços somados à construção civil e aos serviços públicos. Dentre os serviços oferecidos pela cidade, grande parte

se encontra vinculado às atividades informais e têm importante papel na economia da cidade, sobretudo, como absorvedoras de mão-de-obra (IBGE, 2013).

A população pobre está concentrada na prestação de serviços de baixo poder remunerativo, a exemplo do serviço doméstico, dos comerciantes informais, da pesca, da coleta e revenda do lixo, da venda de produtos alimentares e de bebidas para banhistas e turistas que circulam no extenso litoral da cidade, entre outros. A classe média, por sua vez, está presente, principalmente, nos serviços públicos especializados e nos serviços privados de alta especialização (IBGE, 2013).

O Recife é dividido em 61 zonas especiais de interesse social (ZEIS) (que são áreas demarcadas no território de uma cidade para assentamentos habitacionais de população de baixa renda). Frente à existência de perto de 490 favelas, representando 15% da área total do município e 25% da área ocupada, as ZEIS agregam cerca de 80% dessas favelas (PREFEITURA MUNICIPAL DO RECIFE, 2016).

Para facilitar a gestão da cidade, a mesma é dividida em 06 regiões político administrativas (RPAs). Estas regiões congregam os 94 bairros da cidade, agrupados de acordo com a sua localização (PREFEITURA MUNICIPAL DO RECIFE, 2016):

**RPA1** - A Região Político Administrativa I é composta pelos bairros: Recife; Santo Amaro; Boa Vista; Cabanga; Ilha do Leite; Paissandu; Santo Antônio; São José; Coelhos; Soledade; Ilha Joana Bezerra.

**RPA2** - A Região Político Administrativa II é composta pelos bairros: Arruda; Campina do Barreto; Encruzilhada; Hipódromo; Peixinhos; Ponto de Parada; Rosarinho; Torreão; Água Fria; Alto Santa Terezinha; Bomba do Hemetério; Cajueiro; Fundão; Porto da Madeira; Beberibe; Dois Unidos; Linha do Tiro.

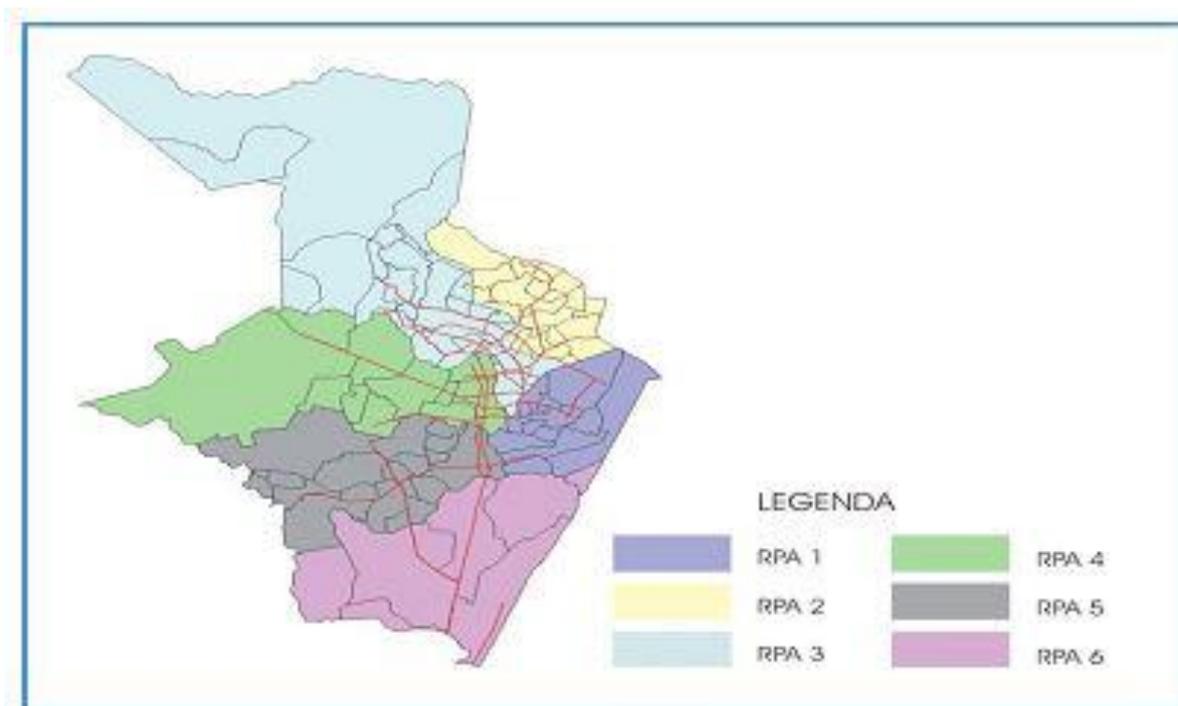
**RPA3** - A Região Político Administrativa III é composta pelos bairros: Aflitos; Alto do Mandu; Alto José Bonifácio; Alto José do Pinho; Apipucos; Brejo da Guabiraba; Brejo de Beberibe; Casa Amarela; Casa Forte; Córrego do Jenipapo; Derby; Dois Irmãos; Espinheiro; Graças; Guabiraba; Jaqueira; Macaxeira; Monteiro; Nova Descoberta; Parnamirim; Passarinho; Pau-Ferro; Poço da Panela, Santana; Sítio dos Pintos; Tamarineira; Mangabeira; Morro da Conceição; Vasco da Gama.

**RPA4** - A Região Político Administrativa IV é composta pelos bairros: Cordeiro; Ilha do Retiro; Iputinga; Madalena; Prado; Torre; Zumbi; Engenho do Meio; Torrões; Caxangá; Cidade Universitária; Várzea.

**RPA5** - A Região Político Administrativa V é composta pelos bairros: Afogados; Areias; Barro; Bongü; Caçote; Coqueiral; Curado; Estância; Jardim São Paulo; Jiquiá; Mangueira; Mustardinha; San Martín; Sancho; Tejipló; Totó.

**RPA6** - A Região Político Administrativa VI é composta pelos bairros: Boa Viagem; Brasília Teimosa; Imbiribeira; Ipsep; Pina; Ibura; Jordão; Cohab.

**Figura 5 (7) - Regiões Político-Administrativas (RPA) do Recife**



Fonte: Prefeitura Municipal do Recife (2016)

A cidade do Recife nasceu no Porto do Recife, constituído originalmente por um conjunto de estreitas ilhas formadas dos depósitos trazidos pelos rios, pelas correntes marítimas e do aterro de manguezais. Sua população era composta por marinheiros, carregadores e pescadores que trabalhavam na região do porto. A constituição desse povoamento denominado de Vila é registrada no ano de 1537.

Até a chegada dos holandeses, em 1630, Recife dependia de Olinda, que na época concentrava as oligarquias do império. Depois da invasão holandesa, a cidade começou a se desenvolver, tomando três direcionamentos de urbanização que foram centrais para o desenvolvimento do Recife: o norte do Recife em direção a Olinda, onde atualmente se encontra a fábrica de biscoitos Pilar; o segundo eixo atravessa o rio Capibaribe e formam o que são hoje os bairros de Santo Antônio e São José; e o terceiro configurou-se em meados do século XVIII a partir da implantação do aterro da Boa Vista, na margem esquerda do Capibaribe onde, atualmente, encontra-se o bairro da Boa Vista. Posteriormente foram sendo feitos diversos outros

aterros e ampliando a área construída das dos arredores do Cabanga, Boa Vista, Coelho e Ilha do Leite.

No fim do século XVIII e início do século XIX iniciou-se o processo de intervenções públicas que modificaram significativamente as paisagens da cidade. Uma intervenção planejada importante foi a partir do plano *Pieter Post* realizado por Maurício de Nassau e executado parcialmente na Ilha de Antônio Vaz, área que chamamos hoje de bairro de São José. No fim do século XIX, foram realizadas algumas reformas pelo Conde da Boa Vista e no início do século XX, outras intervenções foram feitas no bairro do Recife por encomenda de Sigismundo Gonçalves. Nas décadas de 40-50 foram realizadas no centro da cidade a abertura das avenidas Guararapes e Conde da Boa Vista e na década de 70 o prolongamento da avenida Dantas Barreto nos bairros de São José e Santo Antônio.

O Bairro do Recife foi desenvolvendo sua vocação de centro comercial a partir dos holandeses, sendo intermediador de mercadorias que chegavam pelo porto. Assim, passam a surgir sobrados com comércio no térreo e moradia no andar de cima. Com a decadência da atividade portuária, o bairro começa a se especializar ainda mais em serviços e a população deixa o centro como lugar de moradia. O bairro de São José, antes habitado pela classe média nos anos 30-40, passa pela deterioração das habitações e o surgimento de cortiços e pensões. Depois de muitas intervenções públicas fracassadas na tentativa de “higienizar” essa área, o bairro ainda parece ser uma área abandonada. Nos outros bairros do centro continuou a predominância da função residencial para classe média e pobre, os mocambos se faziam presentes em toda a cidade. A mudança da função residencial para a de comércio e serviços iniciada no século XX no bairro do Recife, em São José e Santo Antônio, apenas se intensifica na década 60 em outros bairros como Boa Vista e em Santo Amaro e mais recentemente na Ilha do Leite (MELLO, 2010).

A cidade do Recife expressa na sua configuração territorial as suas profundas diferenças sociais provocadas pelo quadro socioeconômico que se consolidou ao longo da sua história. Seus habitantes convivem próximos territorialmente, mas separados profundamente pelas enormes diferenças sociais.

A configuração físico-territorial da cidade do Recife foi formada pela concentração fundiária urbana, ou seja, uma grande quantidade de terra nas mãos de grandes latifundiários que impediu o acesso da população pobre às áreas de maior valor imobiliário. Nos anos 60 e 70 o Estado realizou intervenções na infraestrutura da cidade para o aumento da segregação espacial por meio da valorização de áreas e zonas de interesse do capital.

Segundo Leal (2012, p. 75), “uma das frações de maior influência na organização territorial da cidade é aquela formada pelos setores do capital imobiliário”. Este setor assume um

papel fundamental na apropriação do solo e na sua mercantilização. Nessa dinâmica, os locais privilegiados da cidade foram destinados as elites políticas e econômicas, os pobres, por sua vez, foram levados historicamente a buscar onde viver nos espaços periféricos e precários do território da cidade, locais esses quase sempre desprovidos das condições essenciais para sua subsistência.

A dinâmica resultante da influência do capital imobiliário na cidade do Recife pode ser avaliada em duas consequências importantes para a cidade: Por um lado, a necessidade do capital se expandir e gerar alternativas num território já densamente ocupado, utilizando para isso a verticalização excessiva e o marketing imobiliário. Por outro lado, o incentivo a programas de revitalização de espaços tradicionais degradados que causam sérias alterações na área central da cidade e reconfiguram seu patrimônio histórico (LEAL, 2012).

Para Leal (2012), esta valorização de áreas de interesse do capital empurrou os pobres para áreas inadequadas para habitação. Nos espaços alagados da planície e nos morros da região central e nas regiões norte, noroeste e sudoeste da cidade, localiza-se os assentamentos populares. Sem alternativas, a população pobre consolidou-se nessas áreas, sendo a maioria desses aglomerados construídos à margem do quadro jurídico, mas com longa história de posse (o Recife possui, segundo o IBGE (2013), 102.271 domicílios irregulares). As áreas dos morros, de mangues, áreas alagadas, de baixo valor econômico e de pouca atração para os construtores imobiliários, foram paulatinamente sendo ocupadas através de invasões.

Esses assentamentos populares, foram formados por dois movimentos distintos: aqueles que se originaram nas ocupações e intervenções impulsionadas pelo governo e aqueles provenientes da ocupação desordenada mais recente, em face à ausência de uma política habitacional e à crise econômica que levaram a população pobre a ocupar as áreas de risco e de proteção ambiental (PREFEITURA DO RECIFE/PPA, 2001)

Na atualidade, esses assentamentos somam 109 aglomerados e ocupam, aproximadamente, 33km, o que representa 15% da área do território municipal e 25% de sua área urbanizada, extraídas as áreas de reservas e de proteção de mananciais (PREFEITURA DO RECIFE/PPA, 2001).

O Recife se destaca historicamente pelas suas lutas, envolvendo grande parte da população carente de infraestruturas e serviços urbanos. Uma outra forte característica do Recife, e que está associada à tradição referenciada, é o seu poder de organização, de reivindicação e de negociação. O Recife possui grande número de organizações e movimentos populares que se fazem presentes nas várias instâncias de poder, procurando influenciar na concepção, formulação, implementação, monitoração e controle das políticas públicas (LEAL, 2012).

A cidade sempre foi palco de grandes episódios da história nacional, do período colonial, na ditadura e no processo de democratização do país; sempre protagonizou embates entre a presença de uma elite nacional, setores de esquerda e movimentos sociais e populares. A polarização política entre os setores marca historicamente a cidade e tem resultado numa instabilidade nas formas de governanças. As formas de governança local são resultantes de engenharias políticas heterogêneas, com princípios quase sempre antagônicos, que no correr dos processos eleitorais, causam crises de legitimação eleitoral e descontinuidade das ações do setor público municipal. Neste sentido podemos questionar até que ponto a sociedade civil tem participado das decisões relacionadas aos investimentos públicos. Dessa precariedade de participação cidadã na gestão pública e dos problemas, cada vez mais agravantes, dos espaços e equipamentos públicos, nascem mobilizações como o movimento Direitos Urbanos, objeto de nossa análise (LEAL, 2012; MELLO, 2010).

A principal luta deste movimento social é contra a construção do Projeto Novo Recife”, fruto do consórcio estabelecido entre a Prefeitura Municipal de Recife-PE e as construtoras Moura Dubeux, Queiroz Galvão, Ara Empreendimentos e GL empreendimentos. O projeto pretende revitalizar a região central, considerada isolada das demais regiões da cidade.

Por ser um cartão postal da cidade, de frente à bacia do Pina, tornou-se uma região cobiçada por várias construtoras. O terreno pertencia à antiga Rede Ferroviária Federal (RFFSA), segunda mais antiga do país, quando foi leiloadado, em 2008, com uma única proposta de compra, o Consórcio Novo Recife, pelo valor mínimo de 55 milhões de reais, aproximadamente 540 reais por metro quadrado (TRUFFI, 2014).

De acordo com o Conselho de Desenvolvimento Urbano (CDU), o projeto pretende construir 12 prédios que poderão ter até o tamanho máximo de 40 andares. Serão duas torres comerciais, sete torres residenciais de luxo, dois flats e um hotel. Inclui ainda estacionamentos para 5000 veículos. Como ações para reduzir os impactos negativos, o consórcio também deverá gastar 62 milhões de reais com quadras poliesportivas, biblioteca pública, mercado popular, ciclovias e parques (CDU, 2011).

Atualmente há seis ações na justiça questionando o projeto: uma do Ministério Público Federal (MPF), uma do Ministério Público estadual de Pernambuco (MPPE) e quatro ações populares. Estas ações, de modo geral, argumentam que os prédios irão bloquear a paisagem da cidade. Somado a uma série de outros problemas, este projeto revoltou alguns moradores da cidade do Recife que se reuniram em torno do grupo Direitos Urbanos (DU), fazendo denúncias e participando de audiências públicas, dentre várias outras ações contra o projeto Novo Recife (TRUFFI, 2014).

No dia 23 de maio de 2012 ocorreu a primeira audiência pública sobre o projeto Novo Recife, lá parcela da população demonstrou insatisfação com o projeto. Neste mesmo dia foi criado o grupo DU (Direitos Urbanos), que desde então exigiu estudos de impacto ambiental e estudos de impacto da vizinhança que apontariam os pontos positivos e negativos do projeto.

De fato, entendemos que o grupo Direitos Urbanos se tornou uma coalisão entre vários grupos como associações de bairro, organizações ambientais, professores universitários, etc. para campanhas potencialmente contra-hegemônicas de ressignificação do discurso de cidade. Esta coalisão se dá em um espaço de disputa onde concorrem várias formações discursivas que buscam dominar o significado de algo. Este espaço, Laclau e Mouffe (2015) denominam de Campo Discursivo. O discurso de cidade implementado pelo DU está em construção e busca aliados dentro desse campo de discursividade.

## 7.2 Significando e Resignificando a cidade (urbano): enunciados, funções e regras

Na seção de estratégias metodológicas apresentamos a análise do discurso de matriz foucaultiana para problematizar o fenômeno social estudado. Aqui desenvolvemos essa análise no intuito de alcançar problematizar o fenômeno. As unidades discursivas do arquivo (*corpus*) são os enunciados. Eles constroem o discurso, portanto, desvelam saberes. Cada enunciado provém de uma multiplicidade, mas como cada um faz emergir um saber (verdade) específico, foram transcritos como proposições afirmativas. Sessenta e seis enunciados se revelaram nesse campo discursivo (Quadro 3 (7)).

**Quadro 3 (7) – Lista de Enunciados**

<b>Enunciados</b>	
1.	O Novo Recife melhora a mobilidade do Recife
2.	O Novo Recife está de acordo com o modelo de urbanização mundial
3.	O Novo Recife está alinhado ao planejamento urbano da cidade
4.	O Novo Recife é importante para a melhora da qualidade de vida da população
5.	O Novo recife destina-se a moradores com maior poder aquisitivo
6.	O Novo Recife dialoga com os movimentos sociais
7.	O Novo Recife é ilegal
8.	O Novo Recife destrói a cidade
9.	O Novo Recife está baseado em um modelo urbanístico segregador e injusto
10.	O Novo Recife não tem sintonia com o modelo de cidade sustentável
11.	O movimento OcupeEstelita dá voz aos excluídos
12.	O OcupeEstelita é um protesto cultural
13.	O Ocupe Estelita é um símbolo da luta por uma nova cidade
14.	Ocupar o Estelita significa devolver a cidade ao povo
15.	O OcupeEstelita é importante para o desenvolvimento do senso crítico das crianças
16.	O Cais José Estelita é um problema urbano que precisa ser resolvido

Quadro 4 (7) – Lista de Enunciados (Continuação)

Enunciados
17. O Cais José Estelita é um patrimônio histórico do Recife
18. O DU é um movimento orgânico e espontâneo
19. O DU é democrático e plural
20. O DU é um movimento de pessoas com padrões culturais, políticos e econômicos semelhantes
21. O DU está sincronizado com movimentos sociais ao redor do mundo
22. O DU não é capaz de resolver todos os problemas do Recife
23. O DU é boicotado pela mídia local
24. O DU utiliza as redes sociais para informar e articular pessoas ao movimento
25. O DU defende a cidade do capital imobiliário
26. O DU luta por uma gestão urbanística mais participativa e transparente
27. O DU pressiona o poder público a interagir com a sociedade civil
28. O DU parte da premissa de que a cidade deve ser um misturador de gente
29. O DU luta por mobilidade sustentável no Recife
30. O DU luta pela preservação do patrimônio histórico material e imaterial
31. O DU luta por um progresso responsável e integrador
32. O DU luta por uma cidade mais justa
33. O DU luta por uma cidade mais humana
34. O DU luta por uma cidade mais sustentável
35. A Prefeitura do Recife é eficiente em sua gestão urbanística
36. A prefeitura do Recife está aliada ao capital e produz uma crise urbanística sem precedentes
37. A Prefeitura do Recife não dialoga e reprime violentamente os movimentos de resistência
38. O planejamento urbano do Recife privilegia a lógica do automóvel
39. O planejamento urbano de Recife privilegia os mais ricos
40. A cultura do coronelismo ainda é presente na gestão urbana do Recife
41. A crise urbanística é resultado de falhas institucionais diversas
42. A gestão ambiental é negligenciada pela Prefeitura do Recife
43. Gestão urbanística do Recife não pensa a cidade de maneira integrada
44. A prefeitura do Recife não prioriza o patrimônio histórico da cidade
45. A prefeitura do Recife não cumpre as determinações legais para o planejamento urbano
46. As construtoras influenciam as decisões urbanísticas da Prefeitura do Recife
47. O CDU serve a interesses privados
48. A câmara de vereadores do Recife atua para preservar o modelo de urbanização atual
49. O progresso produz uma cidade desigual
50. O progresso é inimigo do patrimônio histórico das cidades
51. O Capitalismo é responsável pela crise
52. A classe dominante é responsável pela crise
53. Recife vive uma crise urbanística
54. A verticalização excessiva de condomínios fechados segrega a cidade
55. Os megaeventos geram drásticas intervenções urbanas e afetam negativamente comunidades carentes do Recife
56. A Lei do uso do solo de Recife estimula a crise urbana
57. Os problemas da cidade do Recife também estão presentes no restante do país
58. Luta por habitação é um problema histórico no Recife
59. As soluções urbanísticas futuristas não contestam o paradigma vigente
60. O modelo de participação popular desenvolvido pelo poder público está falido
61. A crise das cidades é uma crise da democracia
62. Um planejamento integrado é fundamental para a transformação da cidade
63. O desenvolvimento econômico deve sempre ser um meio para melhor qualidade de vida
64. A ciclomobilidade é um caminho para construção de uma cidade mais humana
65. A cidade não deve ser uma mercadoria
66. Recife já foi uma cidade para as pessoas

Fonte: Elaborado pela autora (2016)

Os enunciados foram divididos em “blocos temáticos” destacados por cores para evidenciar essas relações iniciais e facilitar seu entendimento. Foram divididos por cores enunciados que falam positivamente do consórcio Novo Recife, enunciados que veem o Novo Recife de forma negativa, enunciados que caracterizam o Direitos Urbanos, outro grupo que aborda os enunciados do Ocupe Estelita, outro bloco que aglomera enunciados sobre a Prefeitura do Recife e a gestão pública local, e blocos temáticos de grupos de enunciados sobre progresso e capitalismo e significando a cidade do Recife. Como dito antes, os enunciados são frases afirmativas construídas durante a leitura extensiva dos textos, tendo como base os ensinamentos de Foucault e a proposta metodológica de análise arqueológica de Costa e Leão (2011).

Além disso, outras relações são evidenciadas, bem como as dispersões dessas relações. Os discursos são constituídos na regularidade de enunciados, funções e regras. No entanto, no processo de articulação desses discursos no campo discursivo há descontinuidades, interrupções e dispersões ao longo do desenvolvimento desse discurso. Ou seja, ao longo da constituição do discurso enunciados não geram regras e se perdem na historicidade. Por isso, as relações de formações discursivas que se seguirão demonstrarão, apenas, os enunciados que as geraram. Apesar de o campo discursivo ser formado de relações de regularidade, dispersão e descontinuidade dos enunciados, neste trabalho demonstraremos apenas as que geraram regularidade.

As funções enunciativas demarcam o desempenho dos enunciados na instância do campo discursivo, ou ainda, no jogo de relações da formação ao qual fazem parte. Por serem ações dos enunciados, as descrevemos como orações que iniciam sempre com um verbo no infinitivo. Foram reveladas cinco funções dos Sujeitos Políticos Prefeitura do Recife e Consórcio Novo Recife, descritas no Quadro 5 (7), e quarenta e seis funções enunciativas do sujeito político Direitos urbanos descritas no Quadro 6 (7).

**Quadro 5 (7) – Funções Enunciativas dos Sujeitos Políticos Prefeitura do Recife e Consórcio Novo Recife**

<b>Funções Enunciativas</b>	<b>Descrição</b>
Convencer que o Novo Recife é necessário para melhorar a cidade	Desempenha a função de persuadir a população para perceber o Novo Recife como a melhor opção ambiental e socioeconômica para o Centro do Recife.
Convencer que o Novo Recife dialoga com os movimentos sociais	Busca convencer que o projeto reflete a vontade e o desejo dos cidadãos, na medida em que foi discutido e aceito pelos representantes de várias instâncias sociais.

Promover o Novo Recife como referência de urbanismo contemporâneo	Desempenha a função de promover o Novo Recife como referência de planejamento urbano moderno e planejado, desenvolvido nas grandes cidades mundiais, para que a Cidade do Recife seja considerada desenvolvida
Promover o Novo Recife como ideal para a população abastada	Desempenha a função de promover o Novo Recife como empreendimento imobiliário ideal para os ricos da cidade.
Evidenciar eficiência da Prefeitura	Exerce a função de convencer sobre a eficiência da prefeitura em gerir a cidade, priorizando a população carente.

Fonte: Elaborado pela autora (2016)

### Quadro 6 (7) – Funções Enunciativas do Sujeito Político Direitos Urbanos

Funções Enunciativas	Descrição
Denunciar a ilegalidade do empreendimento	Exerce a função de evidenciar a desonestidade do Consórcio Novo Recife quanto a aprovação do projeto. Isso fica evidente por meio de enunciados que denunciam a falta de prestações públicas e privilégios por parte do poder público.
Denunciar as consequências negativas do projeto	Cumprir a função de apontar as consequências negativas do projeto no Recife. Em nossos achados, a função se apresenta em relação a enunciados que demonstram os problemas que o projeto pode trazer para a piora da qualidade de vida da população, da segregação social, na mobilidade e a desatenção com relação às prioridades da população da cidade e o beneficiamento dos interesses privados que o projeto demonstrou ter.
Desqualificar o Cais José Estelita	Desempenha a ação de demonstrar que o Cais José Estelita é um problema para a região do centro da cidade, desqualificando-o.
Evidenciar que o Cais José Estelita é patrimônio histórico da cidade	Desempenha a função de evidenciar a importância histórica da região do Cais José Estelita para a cidade do Recife. Os enunciados evidenciam que o Cais José Estelita é uma área histórica, do centro da cidade, do bairro de São José, que tem um <i>skyline</i> das igrejas históricas da cidade e que articula o centro da cidade.
Convencer que o OcupeEstelita aproxima a população das questões urbanas	Desempenha a função de convencer que o movimento permite a aproximação e participação da população às questões urbanas de interesse público e é capaz de transformar o atual modelo de urbanização do Recife.
Evidenciar que o OcupeEstelita é um movimento cultural	Desempenha a função de demonstrar que o Ocupe é um protesto lúdico, que não utiliza estratégias clássicas dos movimentos sociais e utiliza as manifestações culturais para chamar atenção para a causa.
Demonstrar que o DU é espontâneo e orgânico	Procura demonstrar que o engajamento do grupo é espontâneo, formado, exclusivamente, por voluntários e cuja pauta e ações do grupo dependem da espontaneidade do engajamento.
Evidenciar que o movimento é plural e democrático	Exerce a função de evidenciar a formação eclética do grupo. Os enunciados buscam evidenciar que o grupo é formado por diversos tipos de pessoas, com formações variadas e possuem autonomia para atuar no grupo.
Demonstrar que o DU considera o capital como responsável pela crise da cidade	Desempenha a função de demonstrar que o DU defende a cidade das ações do grande capital imobiliário, das empreiteiras, e dos grandes grupos econômicos.

Fonte: Elaborado pela autora (2016)

**Quadro 7 (7) – Funções Enunciativas do Sujeito Político Direitos Urbanos (Continuação)**

<b>Funções Enunciativas</b>	<b>Descrição</b>
Convencer que o DU não é responsável por solucionar todos os problemas da cidade	Desempenha a função de convencer que alguns problemas urbanos são muito complexos, o que impossibilita um movimento social sozinho resolver.
Denunciar que a mídia local boicota o movimento	Encarrega-se da função de denunciar o papel da mídia local em boicotar, difamar e caluniar o movimento e suas ações.
Demonstrar o papel das redes sociais na articulação em torno do movimento	Exerce a função de demonstrar a importância das redes sociais na divulgação e compartilhamento de ideias, saberes e estratégias entre todos os integrantes do grupo e a sociedade civil.
Evidenciar que transformação da cidade só é possível com a presença direta dos cidadãos	Desempenha a função de demonstrar a importância fundamental da participação dos cidadãos pensando a cidade. Tal função está nos enunciados que mostram a necessidade das pessoas em serem ouvidas e participarem das decisões sobre a cidade.
Evidenciar que o DU luta pela preservação do patrimônio histórico	Cumprir a função de evidenciar que o movimento tem como pauta a preservação do patrimônio histórico da cidade.
Evidenciar preocupação com a mobilidade	Cumprir a função de demonstrar que o movimento tem como pauta a mobilidade urbana da cidade. É um tema recorrente no discurso do DU.
Evidenciar que o DU é composto por pessoas com padrões culturais, políticos e econômicos semelhantes	Desempenha a função de esclarecer que o movimento DU é composto, majoritariamente, por indivíduos com características culturais, políticas e econômicas semelhantes, mesmo que suas pautas englobem problemas urbanos enfrentados por diversos outros núcleos sociais e culturais da cidade.
Demonstrar necessidade de mudar a forma de progresso	Cumprir a função de demonstrar a necessidade urgente de ressignificar o que entendemos por progresso. Considerado limitado a questões econômicas, não levando em consideração outros indicadores.
Evidenciar preocupação com a sustentabilidade da cidade	Cumprir a função de evidenciar que o DU tem como pauta a sustentabilidade da cidade. Assunto recorrente no discurso do movimento.
Demonstrar que as pautas do DU também são globais	Cumprir a função de demonstrar que o movimento está sintonizado com as pautas urbanísticas globais. Evidenciando que o movimento não é apenas local, mas também global.
Evidenciar luta do DU por uma cidade mais justa	Desempenha a função de demonstrar que o DU tem como pauta construção de uma cidade mais justa. Justiça social é uma pauta recorrente no discurso do DU.
Demonstrar luta por uma cidade mais humana	Desempenha a função de demonstrar que o DU tem como pauta construção de uma cidade mais humana o Termo cidade humana é recorrente no discurso do DU.
Denunciar que Prefeitura do Recife está alinhada a interesses privados do capital	Tem a função de denunciar a má gestão urbanística da Prefeitura do Recife. Os enunciados denunciam a relação leviana da gestão pública com o capital imobiliário, a falta de prestações públicas, os privilégios à iniciativa privada e a elite econômica local, bem como a falta de clareza nos projetos e iniciativas.
Denunciar a ação truculenta da Prefeitura com os movimentos sociais	Tem a função de denunciar a postura autoritária da prefeitura com os movimentos sociais. Os enunciados denunciam que a prefeitura elimina o debate, ignora o movimento, não dá voz a população e reprime violentamente a ação dos movimentos

Fonte: Elaboração da autora (2016)

**Quadro 8 (7) – Funções Enunciativas do Sujeito Político Direitos Urbanos (Continuação)**

<b>Funções Enunciativas</b>	<b>Descrição</b>
Evidenciar a supremacia do modelo urbano baseado no automóvel	Cumprir a função de evidenciar que todo o planejamento urbano da cidade é desenvolvido baseado no uso do automóvel como centro para a mobilidade.
Denunciar que Prefeitura do Recife privilegia as classes mais abastadas	Desempenha a função de denunciar o privilégio pela prefeitura do Recife às classes dominantes. Alguns exemplos são isenções fiscais para construção de edifícios, venda inapropriada de área, etc.
Evidenciar o coronelismo presente na cultura política local	Desempenha a função de evidenciar práticas autoritárias e violentas, acordos ocultos comandados por políticos que querem se manter no poder.
Evidenciar a ineficiência do governo	Cumprir a função de evidenciar a ineficiência do governo com os problemas urbanos.
Denunciar negligência da prefeitura com os temas urbanos	Exerce a função de denunciar que as questões ambientais da cidade, como poluição, saneamento básico, destruição de fauna e flora são negligenciadas pelo governo local. Exerce a função de denunciar a negligência da prefeitura com o patrimônio histórico da cidade, seja destruindo-o em nome do progresso ou abandonando-o.
Denunciar que a prefeitura não cumpre as leis	Desempenha a função de denunciar as irregularidades e descumprimentos de leis urbanísticas constitucionais e municipais por parte da prefeitura do Recife.
Denunciar que o conselho não serve aos interesses públicos	Desempenha a função de denunciar que o conselho de desenvolvimento urbano da cidade do Recife serve a interesses privados e não cumpre o papel de representar o povo e os interesses públicos.
Evidenciar que a câmara de vereadores busca conservar o modelo de urbanização vigente	Exerce a função de evidenciar as ações da câmara de vereadores para conservar modelos e paradigmas urbanísticos vigentes. Este enunciado fica claro quando se observa a resistência da câmara em mudar a lei do uso do solo, por exemplo.
Convencer que o progresso produz uma cidade desigual	Desempenha a função de convencer que o progresso econômico constrói uma cidade desigual e segregada. Privilegia aqueles de maior poder aquisitivo e expulsa a população menos abastada dos lugares onde sempre viveram levando-as às periferias sem estrutura urbana alguma. Exerce a função de convencer a respeito da destruição do patrimônio histórico da cidade em nome do progresso econômico, sem respeitar a historicidade do local, da paisagem, do edifício.
Convencer que a classe dominante é responsável pela crise	Desempenha a função de convencer que as classes dominantes (política e econômica) são responsáveis pela crise urbana do Recife.
Evidenciar a crise urbanística que vive o Recife	Desempenha a função de evidenciar o caos urbanístico da cidade do Recife. Problemas como o excesso de condomínios fechados, isolados da rua, pessoas presas dentro dos seus apartamentos e de suas áreas de lazer privadas, congestionamentos, habitações precárias, segregação, etc.

Fonte: Elaboração da autora (2016)

**Quadro 9 (7) – Funções Enunciativas do Sujeito Político Direitos Urbanos (Continuação)**

<b>Funções Enunciativas</b>	<b>Descrição</b>
Convencer que a verticalização excessiva de condomínios fechados segrega a cidade	Exerce a função de convencer que a verticalização demasiada é prejudicial para a qualidade de vida dos cidadãos urbanos. Cria cidades ilhadas, ruas vazias, poluição, ilhas de calor, etc. Tem a função de convencer que o modelo de construção de habitações e estrutura pública desempenhado em Recife através de condomínios fechados por guaritas e sem nenhuma conexão com a rua é excludente, elitista, desconectado com a cidade e separa as pessoas de classes diferentes e afasta as pessoas do sentido de comunidade.
Demonstrar que os problemas de Recife também estão em outras cidades brasileiras	Exerce a função de demonstrar que os problemas como segregação, habitação, falta saneamento básico, equipamentos de lazer, política urbana excludente, uma política urbana pra poucos, são problemas encontrados em muitas cidades do país.
Demonstrar a consequências negativas dos megaeventos	Desempenha a função de demonstrar as consequências negativas dos megaeventos para determinadas populações que são obrigadas a abandonar suas casas e se adaptar a uma nova realidade. Além disso, os megaeventos podem causar danos ao meio ambiente e construir grandes obras que podem se tornar “elefantes brancos”.
Evidenciar que as leis urbanísticas estimulam a crise urbana	Exerce a função de evidenciar que as leis urbanísticas da cidade do Recife estimulam a situação de crise que vive a cidade. As leis são permissivas e, muitas vezes, incentivadoras de procedimentos e construções como grandes edifícios em áreas proibidas ou não, vias que priorizam o automóvel, piorando ainda mais a mobilidade e estabelecendo um sistema caótico nas cidades.
Demonstrar que as soluções futurísticas não contestam o paradigma vigente	Desempenha a função de demonstrar que soluções futurísticas para os problemas urbanos, muitas vezes, não são adequadas para resolver esses problemas por estarem baseados na mesma premissa do urbanismo que causou a situação caótica atual.
Demonstrar que as lutas por habitação são antigas no Recife	Exerce a função de demonstrar que movimento por questões urbanas e melhores condições de vida na cidade são antigas no Recife. A luta por habitação é histórica como, por exemplo, as manifestações contra a derrubada dos mocambos no centro do Recife, e a luta do bairro de Brasília Teimosa
Denunciar o modelo ineficiente de participação popular da prefeitura	Desempenha a função de denunciar a resistência da prefeitura em permitir a participação popular nas decisões urbanísticas. A gestão não oferece mecanismos de participação eficientes, excluindo os cidadãos das decisões sobre a cidade.
Evidenciar que a crise urbana é uma crise de democracia	Desempenha a função de evidenciar que a crise urbana também é uma crise de democracia. Falta de participação popular nas decisões urbanísticas afasta o cidadão da cidade, ele perde a conexão com a cidade. Deixa de se importar.
Evidenciar a importância do planejamento integrado	Exerce a função de evidenciar a importância de planejar pensando de maneira holística e integrada toda a cidade.
Evidenciar a cidade como não mercadoria	Desempenha a função de criticar o sistema econômico que transforma os espaços urbanos em mercadoria que pode ser vendida ou comprada sem levar em consideração o bem-estar da população.
Promover o desenvolvimento como meio para melhor qualidade de vida	Desempenha a função de promover a ressignificação do conceito de desenvolvimento. O desenvolvimento precisa ser visto, não apenas como econômico, mas como meio para melhorar a vida da população.
Evidenciar que Recife já foi uma cidade para as pessoas	Desempenha a função de demonstrar que a atual Recife caótica e em crise já foi uma cidade boa para as pessoas viverem.

Fonte: Elaboração da autora (2016)

Os enunciados e suas funções nos levam às regras de formação e seus critérios de regras que nos ajudaram a revelar as formações discursivas. Nessa etapa o campo revelou dezesseis regras, a seguir descritas no Quadro 10 (7):

**Quadro 10 (7) – Regras de Formação**

Regras	Conceitos			
	Objeto	Conceito	Modalidade	Estratégia
Grandes empreendimentos como solução dos problemas urbanos	Empreendimentos Imobiliários	Solução Problemas Urbanos	Informativa Persuasiva Promocional	Demonstrar os grandes empreendimentos como soluções urbanísticas Informar as qualidades do Novo Recife Justificar a pertinência do projeto
Grandes empreendimentos como responsáveis pelos problemas urbanos	Empreendimentos Imobiliários	Crise Urbana Ineficiência	Informativa Denunciativa Evidenciativa	Demonstrar que os grandes empreendimentos geram problemas urbanos como a formação de padrões adensados de ocupação de população, produção e consumo excessivos, aumento de viagens (sobrecarga do sistema viário), esvaziamento do espaço público pela construção de grandes condomínios fechados que simulam a cidade.
Direitos Urbanos é um movimento Revolucionário e Transformador	Movimentos Sociais Urbanos	Revolução Transformação	Informativa Persuasiva	Demonstrar que os movimentos sociais urbanos são sempre revolucionários e transformadores da ordem e do <i>status quo</i> . Persuadir o DU como revolucionário e transformador
As mídias tradicionais locais buscam conservar o modelo urbanístico	Mídias tradicionais	Informação Mídia Movimento Social	Informativa Denunciativa Evidenciativa	Denunciar que o movimento social DU não tem apoio dos canais de comunicação local (jornais, rádio, TV). Evidenciar o papel conservador da mídia local com respeito as ações dos movimentos sociais Evidenciar o apoio da mídia local as grandes empreiteiras.
As novas mídias sociais são instrumentos para a transformação da cidade	Mídias sociais Internet	Informação Mídias sociais Movimento Social	Informativa Evidenciativa	Evidenciar o papel das novas mídias (facebook, twitter, WhatsApp) em informar e articular pessoas ao movimento social.
A preservação do Patrimônio Histórico contribui para uma cidade mais humana	Patrimônio Histórico Edifícios históricos Cidade	Patrimônio Histórico Urbano Preservação Humana	Persuasiva Evidenciativa	Evidenciar a importância em preservar o patrimônio histórico da cidade. Persuadir que a preservação do patrimônio de uma cidade ajuda na construção de uma cidade mais humana.
A mobilidade urbana de qualidade contribui para uma cidade mais humana	Mobilidade Cidade	Mobilidade Cidade Humana	Persuasiva Evidenciativa	Evidenciar a mobilidade como ponto central de uma cidade. Persuadir que a mobilidade urbana exerce um papel fundamental na construção de uma cidade mais humana.
Expertise administrativa	Prefeitura do Recife	Eficiência Eficácia Gestão	Informativa Persuasiva Justificativa	Informar a eficiência e eficácia da gestão. Inspirada na ideia de um modelo planejamento urbano global, destaca a qualidade e capacidade da Prefeitura do Recife em gerir a cidade

Fonte: Elaboração da autora (2016)

Quadro 11 (7) – Regras de Formação (Continuação)

Regras	Conceitos			
	Objeto	Conceito	Modalidade	Estratégia
Uso do poder público em benefício de interesses privados	Gestão Pública Prefeitura do Recife	Público Privado Gestão	Expositiva Denunciativa	Revela o sentimento de indignação presente nas críticas acerca do modo como a Prefeitura do Recife privilegia os interesses privados de uma elite econômica em detrimento da vontade da maioria e do bem público/comum
Supremacia do automóvel gera crise urbana	Automóvel Cidade	Supremacia Cidade Crise Mobilidade	Expositiva Denunciativa	Denuncia as consequências negativas do modelo urbano baseado na supremacia do automóvel  Expõe que essa supremacia é responsável pela crise urbana da cidade, exemplificada pelos congestionamentos, aceleração da vida cotidiana, poluição do ar e sonora, espaços públicos vazios, etc.
Ineficiência do Estado favorece a crise urbana	Gestão Pública	Ineficiência Gestão Pública Crise Urbana	Persuasiva Expositiva Denunciativa	Expõe e denuncia a ineficiência da Gestão Pública em resolver os problemas urbanos.  Evidencia que essa ineficiência administrativa resulta na crise do modelo urbano atual.
O progresso é responsável pela crise urbana	Progresso Capital Cidade	Crescimento Econômico Progresso Crise urbana	Persuasiva Expositiva Denunciativa	Denuncia as consequências negativas que o progresso pode produzir na cidade.  Persuade que progresso é responsável pela crise urbana da cidade.
Participação Social contribui para uma cidade mais humana	Cidade Sociedade	Cidade Participação Social Humana Reforma	Persuasiva Expositiva	Evidenciar que o fortalecimento da democracia urbana e da democracia social aumenta a transparência e participação popular nas questões urbanísticas.  Persuadir que a participação popular exerce papel fundamental na construção de uma cidade mais humana.
Um novo modelo de cidade é urgente e necessário	Cidade Recife	Crise urbanística Reforma Urbana	Expositiva Denunciativa Persuasiva	Expõe a crise urbanística instalada na cidade. Denuncia os problemas de habitação, infraestrutura, saneamento, além do modelo de planejamento segregador que produz e piora a crise.  Persuade para a necessidade urgente de uma reforma urbana.

Fonte: Elaboração da autora (2016)

As regras determinaram as formações discursivas que surgiram como regularidades em meio as irregularidades e descontinuidades desse campo. A partir da relação entre enunciados e

funções descrevemos o conjunto de saberes apontando uma verdade particular. Assim as formações discursivas surgiram por meio da regularidade entre objetos, conceitos, modalidades de enunciação e estratégias.

### 7.3 Ciclos Retrodutivos: Da Hegemonia do Planejamento Estratégico ao discurso contra-hegemônico do Direito à Cidade

Nossa análise apontou a existência de cinco formações discursivas que serão discutidas nas seções que se seguem. Para efeito de compreensão do leitor, cada formação possui seu próprio gráfico representativo dos feixes de relações que lhes é inerente, facilitando a visualização das linhas e setas. Representamos as formações e seus elementos a partir das relações entre regras, funções enunciativas e enunciados, apoiados na teoria e trazendo ilustrações a partir dos dados.

Optamos por apresentar as formações em uma sequência coerente com a disposição teórica deste trabalho. Começando pelos discursos de urbanização de paradigma moderno, seguindo pela evidência de crise urbana e terminando com as alternativas críticas ao modelo urbanístico vigente. Todos aplicados à realidade específica analisada: a cidade do Recife.

Ainda nesta fase traçamos um panorama geral tanto do que seja cada formação propriamente, como das relações estabelecidas entre si pelos enunciados em cada formação. A partir disso, buscamos adentrar em cada formação, revelar quais as lógicas sociais, políticas e fantasmáticas que formam cada discurso, com o objetivo de formular uma explanação crítica do mesmo. Dentro de cada formação abordaremos a lógica social e as normatizações, representações e regras que as constituem. Em seguida, argumentaremos sobre a lógica política e as práticas articulatórias que geraram a cadeia de equivalência em torno dos significados e as diferenças que geraram antagonismo, e abordaremos a lógica fantasmática, as ideologias presentes no discurso que o operam no sentido de fixar sentidos ou de modificar sentidos hegemônicos.

A análise do discurso através das formações discursivas foi um modo, entre diversos outros (histórico, aleatório) de adentrar no *corpus* e organizá-lo. Este momento arqueológico serve para embasar os ciclos retrodutivos que se seguirão. Faremos inferências partindo de cada formação que nos permitirá a construção de uma melhor hipótese de estudo, após cada ciclo retroutivo.

No início deste trabalho demonstramos três premissas norteadoras que partem da ideia de que o modelo de urbanização atual é insustentável ambientalmente e injusto socialmente. Estes argumentos começam a ser evidentes com a extensiva articulação teórica que fizemos ao longo deste trabalho. A partir deste momento estas premissas iniciais serão somadas aos dados

empíricos que demonstram que esse modelo em crise é devido a uma hegemonia do Planejamento Urbano Estratégico como ferramenta para administrar a cidade. Desta junção nasce nossa hipótese inicial que será apresentada no fim da próxima seção e melhorada ao longo dos ciclos retrodutivos.

Argumentamos que a hegemonia do paradigma moderno de urbanidade tem como característica o Planejamento Urbano Estratégico que, utilizando-se de significantes do paradigma moderno como racionalização, técnica, progresso, empresarização das instituições, parcerias público-privadas, entre outros, estabelecem uma conjuntura que cria e estimula cidades injustas, desiguais e excludentes. No entanto, gestores públicos baseados nesse paradigma acreditam ser o Planejamento Urbano Estratégico a melhor forma de administrar a cidade.

A primeira fase retrodutiva desta análise inicia analisando os discursos da gestão pública e das empresas parceiras desta gestão para entender como o Planejamento Urbano Estratégico atua e torna-se modelo hegemônico no pensamento da gestão da Prefeitura do Recife, o que parece marca generalizada da gestão pública da maioria das cidades brasileiras.

### **1. Planejamento Estratégico é a solução para os problemas urbanos**

A formação discursiva desta seção: Planejamento Estratégico é a solução para os problemas urbanos apresentou-se ligada a duas regras de formação: Grandes empreendimentos como solução dos problemas urbanos e Expertise administrativa. A primeira regra originou-se entre três funções e nove enunciados, e a segunda entre duas funções e um enunciado (Figura 6(7)).

Esta primeira formação discursiva foi gerada de dois campos de saberes distintos, que acessamos pelos dados de dois sujeitos políticos relevantes desse discurso: A prefeitura do Recife e o Consórcio Novo Recife. Assim, todos os enunciados dessa formação foram gerados dos arquivos gerados por esses dois sujeitos e organizados em uma formação, apenas, por compartilharem significados semelhantes.

As relações estabelecidas pelos enunciados indicaram para essa formação a existência de dois grupos de significação: um grupo relativo aos grandes empreendimentos urbanísticos, em que os seis enunciados da formação se relacionaram, indicando a centralidade desse grupo. Esses seis enunciados indicam a promoção dos grandes empreendimentos como ferramenta para urbanização, utilizando o empreendimento Novo Recife como ideal para resolver um problema de espaço abandonado, habitação e mobilidade de uma região central da cidade do Recife. O segundo grupo refere-se à eficiência da prefeitura aliada ao capital privado para resolver os

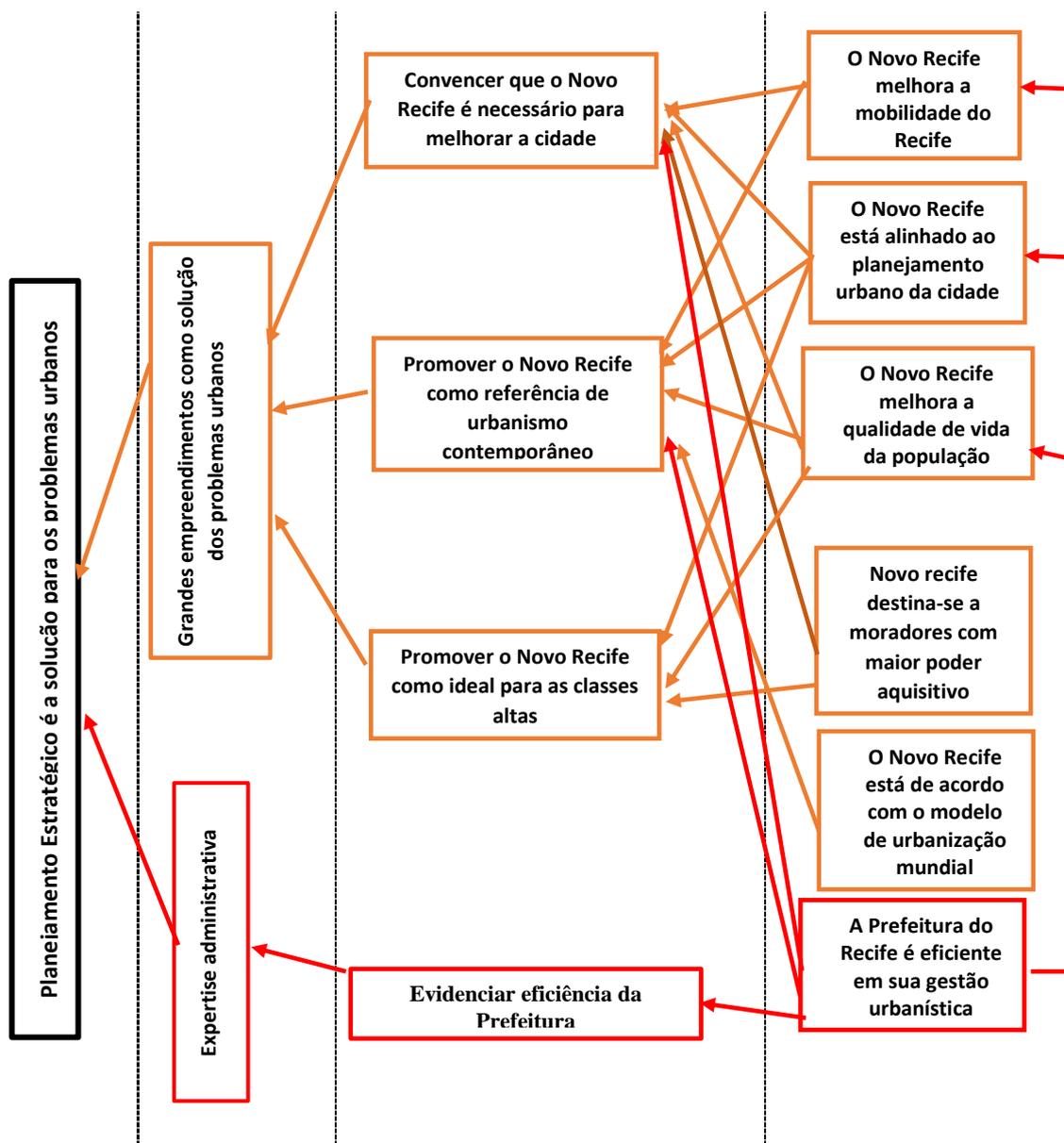
problemas urbanísticos. Nesse grupo surge a centralidade do enunciado Recife é eficiente em sua gestão urbanística que exerce a função de convencer sobre a expertise administrativa da prefeitura em gerenciar a cidade. Nesse caso surgiu também uma relação direta de influência desse enunciado com os três primeiros enunciados da formação, indicando que a Prefeitura do Recife utiliza como modelo urbanístico os grandes empreendimentos e parcerias público-privadas.

Tais relações direcionaram a elucidação dessa formação, pois as incidências apontam o Planejamento Estratégico como mote paradigmático da gestão urbanística do Recife. O que entendemos por Planejamento Estratégico foi introduzido no Brasil no final dos anos noventa e acredita que as cidades são instrumentos para sair da crise, tornando-as palco para a emergência de novas expressões de lideranças e de gerência administrativa (CASTELLS; BORJA, 1996).

A regra de formação Grandes empreendimentos como solução dos problemas urbanos foi desvelada a partir dos critérios de regra, obedecendo a seguinte condição: Objeto – Grandes Empreendimentos; Conceito – Solução, Problemas Urbanos; Modalidade – Informativa, Persuasiva, Promocional; Estratégia – Busca demonstrar os grandes empreendimentos como soluções urbanísticas. A Segunda regra, Expertise administrativa, foi desvelada a partir dos critérios: Objeto - Prefeitura do Recife; Conceito – Eficiência, Eficácia, Gestão; Modalidade – Informativa; Estratégia – Informar eficiência da Prefeitura do Recife. É possível visualizar os feixes de relações na figura a seguir:

**Figura 6 (7) - Mapa das relações da primeira formação discursiva**

⋮ **Regras** ⋮ **Funções** ⋮ **Enunciados**



A TD oferece as ferramentas ou conceitos chaves que possibilitarão a análise do discurso estudado. A lógica social, por sua vez, é o sistema de regras delineado pelo fenômeno para produção dos discursos que empreendem. A lógica social visa a descrever as normas, regras e

percepções individuais que norteiam uma prática (GLYNOS; HOWARTH, 2007). Ela responde a “o quê”. Para entender as regras e normas que norteiam a prática da formação discursiva em questão, analisaremos suas lógicas sociais.

A regra Grandes empreendimentos como solução dos problemas urbanos surge da articulação de três funções enunciativas responsáveis por promover o empreendimento “Novo Recife” como modelo de urbanismo contemporâneo e exemplo de estratégia adequada para resolver os problemas urbanos e sociais da área do Cais José Estelita e de todo centro da cidade e tornar o Recife mais competitivo dentro do “mercado das cidades”.

Os enunciados O Novo Recife melhora a mobilidade do Recife e O Novo Recife é melhora da qualidade de vida da população promovem as contribuições positivas do projeto para a cidade e refletem melhorias no sistema viário da área, considerado problemático, somados a contribuições no melhoramento da paisagem, habitação e lazer para alcançar melhoras na qualidade de vida da população que ali habita e irá habitar quando do projeto finalizado. Dessa forma, a construção de grandes projetos de habitação, lazer, de mobilidade, entre outros, são caminhos fundamentais para tornar a cidade a cidade melhor e, conseqüentemente, mais atrativa.

Dentro deste contexto, emerge a lógica social presente nesse urbanismo que podemos chamar de estratégico é a lógica da *competição entre as cidades*, ela capta a maneira como os atores se veem como rivais, mesmo que isso receba flexões ligeiramente diferentes, dependendo de olharmos para ela do ponto de vista dos representantes das cidades, prefeitos, secretários, empresários, etc. As cidades competem por visibilidade e crescimento de investimentos empresariais, bem como a busca por prêmios. Esta competição gera uma hierarquia. Recife, por exemplo, está em um nível hierárquico maior se comparado a outras capitais nordestinas como Fortaleza, Salvador, Maceió, João Pessoa, etc.

A hierarquia das cidades se estabelece em função de centralidades e especializações no espaço de fluxos. A centralidade é definida pela capacidade de controle e direção da produção, do capital e da tecnologia. Elas competem entre si através da extensão em termos econômicos de área de influência, bem como integram-se de forma cooperativa através dos diversos mercados que atuam.

A lógica de competição entre as cidades gera uma dinâmica de “reestruturação” e “embelezamento” de áreas degradadas que estejam em centros urbanos, principalmente turísticos. Práticas que vêm sendo realizadas ao longo dos anos baseadas nos grandes projetos urbanos.

Por exemplo, um ambiente mais competitivo entre cidades, que emergiu na década de 1990, levantou os debates sobre renovação ou requalificação de áreas degradadas das cidades.

Nas últimas décadas foram muitas as propostas de reestruturação do espaço (MOURA, 2011; CASTRO, 2006). Recife, como uma das capitais mais importantes do Nordeste, também seguiu esta onda de requalificação de áreas urbanas através de grandes projetos. A cidade vem experimentando as consequências desse tipo de investimento com a implementação de grandes projetos urbanos realizados no município e região metropolitana. Isto apresenta outra lógica social: a *lógica dos grandes projetos*.

Segundo o Consórcio Novo Recife, formado pelas empreiteiras Ara Empreendimentos, GL Empreendimentos, Moura Dubeux Engenharia e Queiroz Galvão Desenvolvimento Imobiliário, o projeto Novo Recife está de acordo com o PRO (Projeto Recife-Olinda, 2003) e abrange as áreas dos Bairros de São José, Cabanga e aos eixos viários Avenida Sul e Rua Imperial da Cidade do Recife, centralizada na margem onde se encontra o Cais José Estelita. O projeto gira em torno de dois principais temas: a mobilidade e a revitalização de áreas centrais. Algumas zonas são privilegiadas nestes processos de revitalização urbana: centros históricos, áreas centrais degradadas e vazios urbanos resultantes do processo de desindustrialização – antigas zonas portuárias, ferroviárias e industriais. Na área do Cais José Estelita estão os terrenos antes dedicados ao sistema ferroviário ocupados também por armazéns do Instituto do Açúcar e do Alcool.

**Figura 7 (7) – Simulação Gráfica do Projeto Novo Recife**



Fonte: Consórcio Novo Recife (2013)

Para o consórcio, o projeto é uma oportunidade de crescimento para região e faz parte de um planejamento de desenvolvimento para o progresso da cidade, pois está localizado em uma zona de extrema influência e importância para a Região Metropolitana do Recife (RMR).

**Figura 8 (7) – Localização do empreendimento Novo Recife**



Fonte: Consórcio Novo Recife (2013)

Conceitualmente, Grandes Projetos Urbanos (GPUs) são iniciativas de renovação urbana, concentradas em determinados setores da cidade, que envolvem agentes públicos e privados, e investimentos que seguem diretrizes de um plano urbanístico apoiado no redesenho do espaço urbano (SOMECK; CAMPOS NETO, 2005). Altshuler e Luberoff (2003) caracterizam GPUs como intervenções de considerável desembolso de recursos públicos, em parceria com o setor privado, alterando tecidos urbanos para atendimento de novas demandas por transporte individual, relacionado com a era do automóvel. O tema dos GPUs é recente, mas já podemos identificar duas correntes principais que discutem os GPUs.

A primeira, ressalta a inserção dos GPUs em um processo amplo de planejamento estratégico, supostamente participativo. Entende que através de um planejamento estratégico entre poder público (viabilizadores), poder privado (investidores) e comunidades (usuários) é possível maximizar e compatibilizar os esforços e investimentos, e implementar ações integradas de curto, médio e longo prazos. Por outro lado, a segunda corrente, contesta a própria possibilidade de um consenso democrático em torno de grandes projetos e adverte sobre os riscos envolvidos com a implementação de GPUs. Nessa linha de pensamento, Harvey (2000) aponta que, para a viabilização dos GPUs, o poder público assume os riscos, enquanto o setor privado assume os lucros resultantes dessas intervenções (esta perspectiva será tratada na próxima formação discursiva).

Os resultados positivos, por sua vez, fazem atrair novos investidores, novos moradores e novos consumidores, e gerando novos projetos (DEL RIO, 2000). Autores com Borja e Castells

(2000, p. 143), apresentam grandes esperanças quanto à cooperação entre os setores público e privado, buscando reconciliar as aspirações econômicas de grandes projetos com a participação democrática. O que se sabe de concreto é que a implantação de determinado GPU promove muitas alterações no espaço urbano, cujos impactos podem ser observados além dos limites da área para a qual foi projetado.

Alguns tipos de GPUs são mais evidentes no Brasil durante a década de 1970, como obras que demandaram elevados investimentos públicos, como hidrelétricas e sistemas de distribuição de água encanada e saneamento básico. Já a produção de marcos arquitetônicos e a revitalização de espaços provêm, muitas vezes, da necessidade de inserção da cidade em um cenário competitivo - marco da década de 90 - na tentativa de viabilizar sua imagem em um contexto urbano global. Atualmente, os casos dos megaeventos no Brasil como a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016 e casos que envolvem a competição entre cidades em seu desempenho turístico são alguns exemplos de GPUs. No caso da Região Metropolitana de Recife, são exemplos de grandes projetos da região o bairro planejado Reserva do Paiva, a Cidade da Copa, em São Lourenço da Mata e na região central, a Via Mangue e estão em implementação e tramitação legal os projetos Novo Recife e Parque Capibaribe.

A presença de consultores internacionais e arquitetos de renome influenciando nas decisões dos gestores municipais é um fato marcante da realidade contemporânea. Modelos urbanos bem-sucedidos e de origem principalmente catalã vem sendo apresentados como a solução dos problemas das cidades da América Latina desde a década de 1990 (SILVA, 2012).

É neste ponto que a valorização dos GPUs no planejamento urbano das cidades se articula com a segunda regra desta formação discursiva: a Expertise Administrativa. Esta regra anuncia a eficiência da Prefeitura do Recife em resolver problemas urbanos da cidade por estar alinhada a um modelo de planejamento urbano denominado Estratégico. Esses modelos são vendidos por agentes internacionais, às cidades da América Latina como a solução para todos os seus problemas, palavras como empreendedorismo, competitividade e planejamento estão presentes na maioria dos atuais projetos de requalificação urbana (MORAIS, 2015).

O enunciado O Novo Recife está de acordo com o modelo de urbanização mundial demonstra a articulação do consórcio, Prefeitura e influências internacionais nos grandes projetos urbanísticos, principalmente quando se trata da mobilidade, momento relevante na articulação desses discursos:

Uma das etapas mais complexas nos estudos de impactos de tráfego para empreendimentos de grande porte diz respeito à previsão das viagens, tanto produzidas como atraídas pelos diferentes equipamentos. Entre a bibliografia internacional disponível, destacam-se os relatórios do ITE – Institute of

Transportation Engineers, onde são propostos distintos modelos de geração de viagens ajustados aos diferentes usos, baseados em centenas de estudos de casos nos EUA [...] Considerando os múltiplos usos previstos no presente empreendimento, para a elaboração deste estudo de impacto foi necessário uma ampla pesquisa bibliográfica, concluindo-se por uma seleção de fontes que deram suporte geral ao estudo e, fontes específicas, utilizadas na análise de cada uso ou equipamento (MEMORIAL NOVO RECIFE, 2011).

As mudanças na gestão pública, que vem ocorrendo ao longo dos últimos trinta anos, visando adotar esse modelo de “empreendedorismo urbano” configuraram transformações profundas nas formas tradicionais de relacionamento entre a administração pública e o setor privado. Houve um deslocamento da forma clássica de governança, em que havia uma separação clara entre o papel do Estado e do mercado, no qual o primeiro aparecia como contratante e o segundo como contratado. Já no modelo novo de governança pública atual, a interpenetração entre o público e o privado se estabelece sem a presença reguladora do Estado, através dos benefícios das isenções fiscais, do marketing, e da apropriação de espaços das cidades. Segundo Leal (2012), essa configuração de governança tem implicado na presença dos interesses econômicos dentro do aparelho de Estado, na sua crescente privatização, e na diminuição dos espaços de interesse público em detrimento de sua função social.

O trecho a seguir demonstra que a Prefeitura do Recife está alinhada com esse novo modelo de planejamento: o estratégico.

[...] Foi a partir da decisão de implantar este novo modelo que a Prefeitura do Recife alcançou os resultados alcançados em 2013. Por meio de um trabalho com foco, planejamento, metas, prazos e acompanhamento sistemático foi possível garantir investimento recorde já no primeiro ano da gestão de Geraldo Julio. Em 2013, a Prefeitura chegou a marca de R\$ 530 milhões investidos em bens e serviços permanentes à população, superando o montante de R\$ 121 milhões dos primeiros anos nas três últimas gestões (valores corrigidos pelo IPCA). O documento entregue na tarde desta segunda (3) reúne, por eixos de atuação, os principais desafios da gestão, com maior detalhamento sobre os programas, projetos e atividades que, somados, resultam na visão estratégica e de futuro. É possível verificar, primeiro, ações consideradas urgentes a serem realizadas; o "dever de casa", com atuação permanente na manutenção e ordenamento da cidade. Num segundo momento, o relatório ratifica o compromisso assumido pelo prefeito com base no cumprimento do Programa de Governo. E, por fim, o desafio de construir um importante legado para estruturação de uma cidade melhor para se viver, com intervenções estruturadoras para o futuro, se propondo a ir além do "dever de casa". [...] Registramos nosso reconhecimento de que o ritmo e a abrangência de muitas ações realizadas foram viabilizados por instrumentos normativos discutidos e aprovados com agilidade e zelo." E encerrou falando das expectativas para os próximos anos decorrentes das conquistas de 2013. "Temos a convicção de que os resultados conquistados no ano de 2013 pavimentaram o caminho a ser percorrido e nos animam a perseverar em busca destes ideais (DIÁRIO OFICIAL/ PREEITURA DO RECIFE, 2014).

Este modelo de planejamento estratégico cria uma nova dimensão para a cidade e para a gestão pública: a cidade empresa. A cidade passou a ser vista como uma grande empresa que precisa ser bem gerida para que assim possa conseguir obter uma alta produtividade e, conseqüentemente, ser capaz de gerar uma constante e crescente mais valia. Os avanços dos meios de transportes e de comunicações facilitaram a intrínseca capacidade do capital à mobilidade, transformando as relações entre território e investimentos, e “decuplicando a capacidade do capital de investir e reinvestir, ou seja, sua propensão à mobilidade” (CHESNAIS, 1996, p. 28).

O planejamento urbano foi significado de forma a estabelecer a cidade como base para o crescimento econômico e lugar de fluxo de capital, material, informação e transporte. Aqui se faz presente outra lógica social: *a lógica econômica*. Esta lógica é caracterizada pelo incentivo a redução de custos e ao aumento do retorno econômico e financeiro das cidades. Faz com que prefeitos e planejadores urbanos entendam que cada intervenção urbana tenha que gerar retorno financeiro, mostrar-se lucrativa ou não onerosa aos cofres públicos.

Esta lógica representa o que a literatura acadêmica chama de Nova Administração Pública. Também conhecida pela expressão inglesa “value for money”,

[...] constituem um conjunto de medidas pragmáticas, levadas a efeito pela Administração Pública, que se fundamentam em uma lógica econômica a ser empregada nos valores dos serviços públicos. Caracterizam-se por interpretação valorativa, do ponto de vista econômico, do serviço que presta o Estado ao cidadão e tem como traço distintivo a gestão por objetivos, avaliados, pois, por medidas de realização; são utilizadas como parâmetro as regras de mercado com todos os seus mecanismos; dá-se primazia à competitividade como forma de dinamizar a relação custo-benefício dos serviços públicos [...] (MARQUES, 2003, p. 221).

Vainer (2000, p. 84) mostra que o objetivo de transformação da cidade em uma empresa não é apenas no que diz respeito à gestão administrativa, mas segundo ele, “(...) a analogia cidade-empresa constitui a condição mesma da possibilidade da transposição do Planejamento Estratégico de seu território natal (a corporação privada) para o território (público) urbano”. Como visto, o discurso da Prefeitura do Recife está alinhado ao modelo de planejamento estratégico e apresenta uma gestão urbana-empresarial voltada para melhorar a eficiência tanto econômica quanto social da cidade. Neste cenário, a cidade se envolve em uma verdadeira “Guerra fiscal” (SANTOS, SILVEIRA, 2006, p. 112), e os lugares tornam-se obrigados a oferecer todos os tipos de vantagens possíveis para se transformarem em sedes das empresas e de outros tipos de investimentos.

Não estamos pretendo dizer que o domínio econômico na governança pública é uma novidade na administração pública do Recife e começou nos anos noventa. Pelo contrário, a penetração dos interesses dos agentes econômicos e a representação de seus atores nos espaços públicos não se constituem como um fato novo na, já patrimonialista, cultura política da região. As elites tradicionais sempre exerceram influência nos assuntos administrativos e sempre exerceram cargos públicos (esta característica será abordada em outra formação). O que mudou a partir da abertura dos mercados nos anos 90, com os avanços tecnológicos e a reestruturação produtiva, foi a inclusão de outras formas de articulação entre Estado e mercado. Estas articulações políticas serão abordadas a seguir.

Na formação discursiva Planejamento Estratégico é a solução para os problemas urbanos identificamos três lógicas sociais latentes: Lógica da Competição entre as cidades, a Lógica dos grandes projetos urbanos e a Lógica Econômica. Essas lógicas se relacionam e se influenciam demonstrando o paradigma planejamento estratégico como hegemônico na gestão da cidade do Recife. Para que esse discurso se tornasse hegemônico, foram necessárias articulações políticas entre os sujeitos envolvidos.

A lógica política descreve o processo: como, quando e por que a lógica social, que, atualmente, está em vigor, foi implantada, a linha diacrônica. Conforme Glynos e Howarth (2007, p.106): “a forma em que uma prática social ou regime foi instituído ou contestado, contribuindo assim, para nossa descrição e análise”. Para entendermos como o planejamento estratégico foi instituído precisamos entender a articulação entre a política de grandes projetos e as relações da Prefeitura do Recife com o setor privado.

Os grandes projetos de valorização de áreas centrais, frequentemente apresentado um grande potencial de dinamização econômica, foram se aliando aos objetivos e anseios dos projetos de Reforma do Estado, que apostou na crescente articulação e cooperação entre poder público e setor privado para a implementação de GPUs, na tentativa de fazer com que a cidade assumira um papel bem mais proativo no campo econômico, além de recorrer à prática do Planejamento Estratégico na definição de suas prioridades de desenvolvimento. A “receita mágica” seria num novo tipo de parceria criativa. Competividade, empreendedorismo, planejamento estratégico por projetos, intervenções pontuais, entre outros significantes flutuantes (LACLAU, 1987) se articulam e passam a compor o rol das iniciativas a serem adotadas pela prefeitura.

Os GPUs são formas complexas de articulação entre o público e o privado, referentes ao território, acionadas a fim de superar a propalada “ineficiência” da ação do Estado. Usualmente, os GPUs vêm justificados com base em uma representação do mundo contemporâneo que

privilegia as articulações com a escala global e têm por estratégia “potencializar recursos para desencadear processos de desenvolvimento econômico e promover efeitos de reestruturação no espaço urbano” (OLIVEIRA; LIMA, 2009, p.6). Ou seja, para que esses projetos aconteçam uma cadeia de equivalência se forma, composta por Estado (podendo ser em seus três níveis), empreiteiras locais, financiadores locais e globais, instituições internacionais de apoio, mídias, empresas de publicidade, etc.

No caso de Recife, a Prefeitura do Recife se articula com o capital privado, através de empreiteiras, empresas do ramo de construção, mídia local, para realização de grandes projetos na cidade. Como pode ser visto a seguir:

Na manhã de ontem (27), os secretários municipais de Desenvolvimento e Planejamento Urbano, Antônio Alexandre, de Mobilidade e Controle Urbano, João Braga, e de Meio Ambiente e Sustentabilidade, Cida Pedrosa, apresentaram as novas ações mitigadoras exigidas pela Prefeitura junto ao Projeto Novo Recife. Entre as novidades está a construção de um parque linear na faixa de extensão da Bacia do Pina, no Cais José Estelita, com uma área total de 90 mil m<sup>2</sup>, 20 mil a mais que o Parque da Jaqueira. E uma biblioteca pública nas proximidades do viaduto Capitão Temudo, a primeira a ser construída na cidade depois de 50 anos. Foram observadas pela Prefeitura do Recife as ações do projeto que preveem intervenções nos espaços públicos. O termo de compromisso entre a Prefeitura e o consórcio do Projeto Novo Recife foi assinado ontem (27). Com as novas exigências, o valor da mitigação passa de R\$ 32 milhões para R\$ 62,7 milhões em ações que somam melhorias para a qualidade do planejamento urbano da cidade. As sugestões apontadas pelo Poder Executivo Municipal tiveram como principais pontos considerados a valorização do espaço público, a integração do território com as pessoas e a qualidade urbana e ambiental. O secretário de Mobilidade e Controle Urbano, João Braga, destacou que as ações exigidas pela prefeitura e que serão executadas pelos empresários terão prazos para que elas sejam realizadas antes dos empreendimentos privados. "A área pública do projeto foi repaginada, com mais equipamentos que serão utilizados pela população", explicou. Além do parque e da biblioteca, fazem parte das ações de mitigação a construção de seis quadras poliesportivas; construção de novo sistema viário, que substituirá o atual previsto no projeto, integrando o parque ao uso dos recifenses; além de R\$ 8 milhões para a construção do túnel Reginaldo Rossi, que substituirá o viaduto das proximidades do Forte das Cinco Pontas, valorizando um dos mais importantes patrimônios culturais do Recife e de uma área de estacionamento. Serão construídas, também, duas passarelas, sendo uma transpondo a Avenida Sul à linha férrea e a outra nas proximidades do Cabanga. Os empreendedores ainda irão custear um novo plano de circulação para a região, já levando em conta o Novo Recife, o Porto Novo, a chegada do BRT e VLT ao Centro, entre outras intervenções que já começaram a ser realizadas na área (DIÁRIO OFICIAL, 2013).

Mesmo com uma cadeia de equivalência formada, o campo discursivo do Planejamento Estratégico da prefeitura está sempre em disputa política. Entendemos que veiculado o compromisso político com um projeto ou plano estratégico, o poder público torna-se vulnerável e sujeito a maiores riscos, pois perde a possibilidade de retrocesso, se necessário, sob o temor de

comprometer a própria imagem e o projeto de poder. No caso do projeto Novo Recife, o controle da realização do projeto foi entregue à iniciativa privada. Outras políticas públicas também seguem o mesmo caminho, com a finalidade de produzir uma imagem forte e competitiva da cidade.

Segundo Borja (1995, p. 276), esse tipo de planejamento está associado ao fato de que “as cidades se conscientizam da mundialização da economia e da comunicação [...]” e, conseqüentemente, “se produz crescente competição entre territórios e especialmente entre seus pontos nodais ou centros, isto é, as cidades”. Nesse contexto, nos últimos anos, é possível observar que, no “mercado de cidades”, tornou-se necessário garantir um diferencial que destaque determinado centro urbano em relação aos demais.

É generalizado o olhar sempre otimista que acompanha o Planejamento Estratégico, centrado no aproveitamento das oportunidades do mundo globalizado e na inserção competitiva na economia global. Para reforçar essa mensagem, o uso do marketing urbano se coloca como a estratégia principal, exercendo continuamente uma ação direta sobre o imaginário urbano. Assim, percebe-se forte atribuição de significados positivos ao Planejamento Estratégico, com importante papel das referências a projetos que “deram certo” em lugares distantes. O trecho seguinte reflete o argumento:

O documento entregue na tarde desta segunda (3) reúne, por eixos de atuação, os principais desafios da gestão, com maior detalhamento sobre os programas, projetos e atividades que, somados, resultam na visão estratégica e de futuro. É possível verificar, primeiro, ações consideradas urgentes a serem realizadas; o "dever de casa", com atuação permanente na manutenção e ordenamento da cidade. Num segundo momento, o relatório ratifica o compromisso assumido pelo prefeito com base no cumprimento do Programa de Governo. E, por fim, o desafio de construir um importante legado para estruturação de uma cidade melhor para se viver, com intervenções estruturadoras para o futuro, se propondo a ir além do "dever de casa" (DIÁRIO OFICIAL/PREFEITURA DO RECIFE, 2014).

O processo de destruição-reconstrução da cidade afirma-se por meio do chamado Planejamento Urbano Estratégico, considerado por muitos atores da questão urbana como a principal (ou melhor, a única) possibilidade de superação do quadro de crise de acumulação materializado na paisagem urbana atual. Através dos Planos Diretores Municipais, obrigatórios para cidades com mais de vinte mil habitantes, têm, em geral, sido elaborados como instrumentos legitimadores da implementação desse modelo chamado estratégico na escala dos municípios.

Podemos concluir que a implementação de GPUs é um campo privilegiado de legitimação de projetos políticos ou de projetos de poder: peças do jogo político dos municípios e/ou estados onde são implementados, quase sempre associados à imagem de uma gestão específica ou de um

grupo político. A regra da agilidade e do aproveitamento de oportunidades tende a isentar os GPUs de formas efetivas de controle social. Esse modelo de Planejamento Urbano Estratégico, supostamente, é a melhor possibilidade de reestruturação da cidade em crise, porque tem como objetivo tentar inserir cada vez mais essa cidade em um novo momento e/ou conjuntura de ampliação da influência da lógica neoliberal nas várias dimensões da vida.

Na perspectiva da Teoria do Discurso, a ideologia funciona como uma fantasia que busca suprir o vazio que permeia as práticas sociais. Esta fantasia constitui “uma vã tentativa de impor um fechamento a um mundo social, cuja característica essencial é a articulação infinita das diferenças e da impossibilidade de qualquer fixação última de sentido” (BARRET, 1996, p.158).

A noção de sujeito em Laclau e Mouffe (2015) é uma inovação na teoria social. Eles retrabalharam a noção de sujeito ideológico estrutural em Althusser (1996). Para eles, o sujeito não é completamente determinado pela estrutura, tampouco apenas pela agência. Em uma estrutura, o indivíduo possui várias identidades discursivas precárias as quais suportam suas práticas rotineiras. Esse é o sujeito da identidade, identificado com a lógica social. Entretanto, em momentos de desarticulação da estrutura, da contingência radical, o sujeito é forçado a tomar uma decisão e, dessa forma, emerge a sua agência, o denominado sujeito da identificação, relacionado com a lógica política (ZIZEK, 1990).

Baseado em Lacan, Laclau and Mouffe (2015) argumentam que, dado ao fato que a estrutura nunca se fecha totalmente, o sujeito tem uma falta constitutiva que pode ser preenchida com as fantasias ideológicas. Assim nascem as lógicas fantasmáticas, que “fornecem os meios para entender porque práticas e regimes específicos ‘agarram’ sujeitos” (GLYNOS; HOWARTH, 2007). A lógica fantasmática está sustentada na impossibilidade de um sujeito acabado, tanto para que sejam sustentadas e perpetuadas práticas de fixação, como para engajar os agentes, em direção a novos discursos contra-hegemônicos. Por meio de uma narrativa, que promete plenitude e superação de obstáculos, a lógica fantasmática desempenha um papel relevante na construção das cadeias de equivalência por ser um princípio (imaginário) utilizado pelos indivíduos para forjar uma unidade oriunda de uma variedade de posições (GLYNOS; HOWARTH, 2007). A lógica fantasmática atua para dar sentido a causa/luta ou projeto, ou seja, serve para justificar as práticas sociais ou para incentivar as práticas políticas de determinado discurso.

Entendemos que há uma fantasia que move o discurso do planejamento estratégico, que por sua vez, é resultado de uma conjuntura neoliberal que impulsiona o crescimento do papel das empresas em vários setores sociais, inclusive a gestão pública. A lógica fantasmática que guia esse processo é a *empresarização*. Ou seja, a fantasia de que tudo deve ser

administrado/gerenciado como uma empresa. A aplicação de um planejamento estratégico na Prefeitura do Recife já indica como a cidade é vista pelos seus gestores: como uma empresa que deve ser gerenciada da forma a ter menores custos e crescimento constante.

A centralidade da empresa na organização das cidades não é uma novidade. Solé (2000) argumenta que a história da humanidade pode ser compreendida como uma sucessão de mundos que são caracterizados por uma força organizadora central. Segundo o autor, na sociedade ocidental moderna tal força organizadora, aquela que orienta seu conjunto de crenças, sua organização política e econômica, sua estética, suas relações com o tempo e com o espaço, é a empresa.

A fantasia da empresa é latente no discurso da prefeitura, está na linguagem na qual os gestores se comunicam e nos significados que empregam. A fantasia de que gerenciar a cidade como uma empresa irá gerar melhores condições de vida, emprego e renda para a população local está sempre presente. As articulações com o capital privado (seja ele financeiro ou simbólico) estabelece uma hegemonia na maneira como a cidade é administrada.

No entanto, consequências negativas desse modelo, já amplamente desenvolvidas ao longo deste trabalho, criam deslocamentos de significados que desencadeiam novos significados que guiam sujeitos à resistência e combate a essa hegemonia. Um dos objetivos desse trabalho é exatamente ver o que permitiu esse deslocamento que dá abertura ao contexto de crise urbana na cidade do Recife. É este processo que vamos ver no próximo ciclo retrodutivo.

Depois de problematizar essa conjuntura de planejamento e administração pública que permite a hegemonia do modelo estratégico na Prefeitura do Recife, suas lógicas sociais, políticas e fantasmáticas, podemos inferir:

X1: O modelo de urbanização atual é insustentável ambientalmente e injusto socialmente devido a uma hegemonia do Planejamento Estratégico como ferramenta para administrar a cidade.

Entendemos e argumentamos aqui que o planejamento estratégico é criação do paradigma moderno de urbanidade e, por isso, sua hegemonia. Por fazer parte da supremacia do paradigma moderno de urbanidade é um dos elementos geradores de crise urbana.

No ciclo retrodutivo a seguir, esta supremacia vai ser esclarecida, bem como o que leva esse modelo ser impulsionador de crises urbanas.

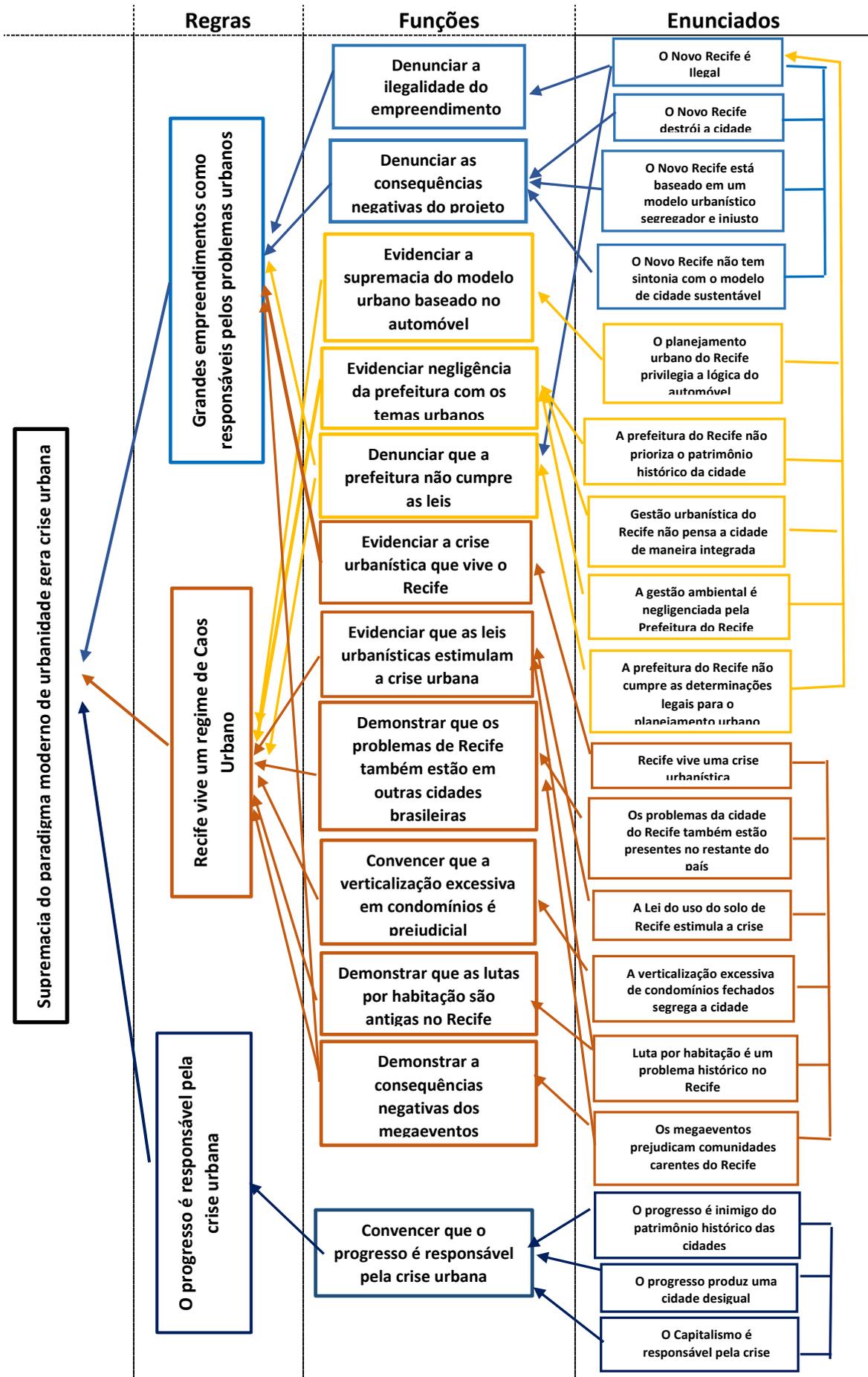
## 2. Supremacia do paradigma moderno de urbanidade gera crise urbana

A formação discursiva desta seção: Supremacia do paradigma moderno de urbanidade gera crise urbana apresentou-se ligada a três regras de formação: Grandes empreendimentos como responsáveis pelos problemas urbanos, Recife vive um regime de Caos Urbano e O progresso é responsável pela crise urbana. A primeira regra originou-se da relação entre doze enunciados e cinco funções, a segunda entre nove enunciados e oito funções, e a terceira entre três enunciados e uma função (Figura 9 (7)).

As relações entre enunciados, funções e regras indicaram para essa formação a existência de três grupos de significação: o grupo sobre as consequências negativas do empreendimento Novo Recife, em que os enunciados dessa formação se relacionam para demonstrar os aspectos ilegais e devastadores do projeto. Um segundo grupo evidencia, através das amarrações entre os enunciados, a crise na cidade, no planejamento urbano de modelo segregador e injusto, e um terceiro grupo que evidencia os resultados negativos do progresso para cidade.

As relações que direcionaram para a elucidação dessa formação apontam que o planejamento urbano do Recife está baseado na supremacia de princípios do paradigma moderno de urbanidade. Laclau (1990) nos dá um bom exemplo quando afirma o imaginário moderno como o discurso hegemônico no mundo atual. Pois, no imaginário da modernidade a técnica se constitui como vetor de deformação do modelo original, ou seja, os processos de “modernização” são sempre precários e distorcidos do modelo original. O planejamento urbano também é um discurso que no imaginário moderno foi significado de forma a estabelecer a cidade como base para o crescimento econômico e lugar de fluxo de capital, material, informação e transporte.

**Figura 9 (7) - Mapa das relações da segunda formação discursiva**



No capítulo três deste trabalho abordamos detalhadamente o paradigma de modernidade e suas consequências para a vida urbana, aqui vamos discutir a influência do discurso moderno na vida urbana e na estrutura do Recife. Estamos preocupados em entender de que forma os princípios da modernidade como, por exemplo, a racionalidade, o progresso, determinismo e a exaltação da ciência e da técnica permitiram e facilitaram o cenário de crise urbana que vive a cidade atualmente.

Um grupo de enunciados dessa formação discursiva converge para a crítica aos modelos de GPUs e planejamento estratégico. Demonstra que esses modelos estão baseados em uma supremacia do paradigma moderno de urbanidade. A maioria dos projetos urbanísticos são semelhantes ou idênticos, todos seguem o mesmo paradigma moderno de desenvolvimento urbano. A primeira regra dessa formação discursiva, Grandes empreendimentos como responsáveis pelos problemas urbanos, já anuncia esse antagonismo e essa crítica aos modelos de GPUs.

A lógica social compreende a perspectiva sincrônica do problema investigado (GLYNOS; HOWARTH, 2007). No contexto analisado, a lógica social descreve quais as práticas existentes que caracterizam essa supremacia do urbanismo moderno. Os enunciados que formam esta regra denunciam uma lógica social de *arbitrariedade* que relata a forma como empresários e administradores públicos agem, apenas, para favorecer vontades próprias ou caprichos. Abuso de poder ou de mando, a arbitrariedade ocorre quando há o desrespeito ao direito e às leis vigentes. Esse desrespeito se dá por ação ou omissão dos empresários e poder público. Os enunciados O Novo Recife é Ilegal e A prefeitura do Recife não cumpre as determinações legais para o planejamento urbano são significativos para explicar esta lógica social presente na gestão das políticas urbanísticas da cidade do Recife.

Assim, para satisfazer interesses particulares de empresários e/ou políticos, os projetos urbanísticos são desenvolvidos e aprovados sem seguir as leis urbanísticas e ritos de participação popular nessas decisões. Esta lógica está impregnada na forma de administrar a coisa pública na cidade. O trecho a seguir aborda as críticas feitas pelo Direitos Urbanos à forma como a Prefeitura age de maneira arbitrária:

[...] Enfim, o problema não é ser contra desenvolvimento, transformação ou modernização da cidade e também não se resume, como no despacho do MP, à preservação de meia dúzia de galpões na qualidade de patrimônio histórico. O problema é que modelo de desenvolvimento queremos, o que realmente é modernidade e novidade e não o que simplesmente aparenta ser novo e qual o papel que o poder público tem a obrigação constitucional de assumir. O caso do Projeto Novo Recife é apenas um caso dentro de uma tendência que já se instalou na cidade há anos e que deve continuar caso nada seja feito. O que é insidioso nesse modelo é que as transformações são feitas pouco a pouco,

projeto a projeto, e as discussões acabam reduzidas a questões como se esse galpão ou aquela casa tem valor histórico ou não. Nisso perde-se de vista o grande projeto, o grande paradigma, que, pelas razões acima, é o verdadeiro problema. Discutir o Projeto Novo Recife, portanto, é discutir o futuro da cidade como um todo (DU, 2012).

Esse pensamento moderno que guia o modelo de planejamento urbano vigente na cidade foi criado e reproduzido no meio urbano ao mesmo tempo em que determinou sua estrutura, sua estética, sua cultura e seus modelos de vida. Segundo Giddens (1991, p. 8), modernidade “refere-se a estilo, costume de vida ou organização social que emergiram na Europa a partir do século XVII e que ulteriormente se tornaram mais ou menos mundiais em sua influência”.

Entendemos, no entanto, que essa prática de administração das cidades vem sendo contestada por urbanistas críticos (Lefebvre, Harvey, Jacobs, Grahn, etc) e movimentos sociais por todo o mundo (HARVEY, 2013). O que esta formação discursiva demonstra é exatamente os efeitos negativos desse modelo influenciado pelo paradigma moderno. As críticas do Direitos Urbanos, que gerou essa formação discursiva, entendem que há uma lógica social *segregacionista* que oprime os cidadãos de Recife. Cria condições que esquecem os indivíduos, os marginalizam ou excluem de espaços públicos de lazer, de espaços seguros e de sistemas habitacionais dignos e criam brechas para um deslocamento.

Estas lógicas de ação estão profundamente relacionadas com o advento da ciência como paradigma de explicação do mundo e da técnica como caminho para o desenvolvimento. A busca pelo conhecimento científico como o mais sólido, confiável e verdadeiro está relacionada com uma firme tradição racionalista, com a ideia de progresso que, junto com a busca pela felicidade, formam a utopia final da Modernidade (MARUGÁN, 2002).

A ideia de progresso econômico como caminho para o desenvolvimento da cidade é baseada nesse paradigma moderno, no entanto, como visto, nessa formação aparece como responsável pelo estado de crise urbana atual. A regra O progresso é responsável pela crise urbana demonstra os resultados perversos do progresso para a cidade e a lógica social *segregacionista*:

[...] Eu vi que o progresso que se falava tanto era um progresso que não tava produzindo uma cidade tão boa de se viver. Era um progresso que, talvez não estava servindo a todas as pessoas da cidade também, a gente sabia que tinha algumas pessoas que não tavam se aproveitando desse progresso também da cidade e tava acabando com a memória da cidade e eu imagino e imaginava que não era também um incômodo só meu. Era um incômodo que era compartilhado por todos (CISNEIROS, 2014).

[...] Um grande problema é que nesse caso o mercado não se autorregula. Quando se tornar ainda mais insuportável viver nas áreas mais edificadas de Recife e as pessoas começarem a fugir desses bairros, o preço dos imóveis pode até cair, mas os imóveis não sumirão de lá. Uma falha importante do livre

mercado no caso da construção civil é essa relativa irreversibilidade dos efeitos das bolhas. O planejamento a curto prazo das construtoras, que precisam apresentar lucros periódicos a seus acionistas, não leva isso em conta, mas é dever do poder público pensar no horizonte temporal que o agente econômico não considera (BLOG DU, 2012).

A modernidade prometeu que o homem alcançaria a liberdade, a racionalidade absoluta, que usaria a tecnologia como facilitadora para atingir maior qualidade de vida, que o progresso técnico e científico possibilitaria o desenvolvimento social e humano. No entanto, as promessas não foram totalmente cumpridas e as insuficiências da modernidade logo se revelaram. O modo de vida da modernidade criou mecanismos que afastaram o indivíduo do campo político. Afastados e desinteressados do debate público e da participação política passam a viver suas vidas privadas e preocupar-se, cada vez menos, com o que passa ao seu redor. Quando o individualismo chega ao ápice, os problemas sociais deixam de ser relevantes. As crises passam a ser frequentes.

Essas crises urbanas conjunturais, segundo Santos Júnior (2015) são resultados da:

[...] subordinação da cidade ao desenvolvimento capitalista e a sua necessidade incessante de produção de capital excedente implica um processo constante de crescimento urbano, baseado na destruição-reconstrução das cidades, com graves impactos sociais, ambientais e políticos associados a essa dinâmica. Para isso, o capital se apropria dos espaços urbanos coletivos da cidade visando garantir as condições necessárias para a produção-reprodução das relações capitalistas. (2015, p. 193).

Nos países centrais, os sem-propriedade ocupam edifícios velhos e degradados. No sul-global, formam favelas em áreas novas da periferia. É, todavia, aqui, nas metrópoles da periferia do mundo ocidental como Recife, que essa crise adquire sua face mais perversa, submetendo a população à precariedade dos espaços e serviços públicos. Esta crise urbana aflora a herança da desigualdade social nas cidades brasileiras, com a concentração e irregularidade na estrutura fundiária, dificultando a distribuição justa de habitação, desprezo pelo meio ambiente, gentrificação, lei do uso do solo que privilegia as leis de mercado, etc. Como podem ser vistos nos enunciados que geraram essa formação.

Isto nos leva a última regra de formação: Recife vive um regime de Caos Urbano. Os enunciados que formam esta regra demonstram uma lógica social de *desordem*. Um misto de arbitrariedade, com segregação, desorganização, desordenamento, desarranjo, problemas estruturais que culminam em uma entropia que denominamos crise. A cidade do Recife tem um histórico de desigualdade e de problemas urbanos estruturais (MIRANDA; BITOUN, 2015), ao mesmo tempo em que apresenta uma trajetória de luta de seus cidadãos pelo direito ao solo

urbano e habitação (LEAL, 2012). O caos urbano do Recife é apresentado nos argumentos que seguem:

[...] isso reproduz a lógica numa escala ampla, a lógica que vem fazendo todas as nossas cidades cada vez menos humana, cada vez mais deserta, segregada, né (CISNEIROS, 2014)

Eu quando passo no ônibus a gente percebe, Recife é uma cidade, não é uma capital tão grande assim, mas a gente ver a cidade morta, a gente sente a cidade morta, a gente sente que a cidade é, dizer: ‘eu sou Recifense’ é dizer mais do que ‘Eu moro em Recife’ e é até difícil você explicar, se você se sente Recifense e que você se sente Pernambuco dessa maneira porque eu acho que é uma falta de sensibilidade muito grande você comprar um apartamento, por exemplo, numa torre de quarenta andares e olhar a cidade de cima e ver Brasília Teimosa de um lado e você do outro (DOCUMENTÁRIO VIDA ESTELITA, 2014)

Nessa perspectiva, as fronteiras da cidade são desenhadas pelo planejamento privado que fabrica construções sem nenhuma relação com os demais patrimônios da cidade. O seu interesse é criar grandes condomínios ou loteamentos que dissolvem a noção de cidade quando isola os diferentes segmentos da sociedade por muros só transpassados na forma da relação entre empregados e patrões. Por isso, o projeto o Novo Recife reedita o provincianismo de subordinar o desenvolvimento à segregação urbana e o progresso à degradação da dimensão pública do espaço urbano (ANDRADE, 2012).

As lógicas de arbitrariedade, segregacionista e de desordem se articulam e se influenciam demonstrando uma crise urbana pautada em pressupostos do paradigma moderno de urbanidade.

As lógicas políticas buscam descrever como as lógicas sociais são constituídas ou derrotadas. Desenvolvemos durante esse trabalho críticas ao paradigma moderno de urbanidade. Podemos entender que seus aspectos dominantes começaram a ser instituídos em Recife, como em outras cidades brasileiras, a partir dos anos 90, com a reforma gerencialista do Estado e a influência do neoliberalismo no Brasil a partir do governo Collor. Nessa dinâmica, a cidade caminhou para a urbanização baseada em grandes projetos, somados a reprodução de condomínios privados sujeitos à especulação imobiliária e a leis que parecem não serem capazes de evitar que espaços de segregação se reproduzam.

Os processos de revitalização, como qualquer outra intervenção urbana, podem gerar conflitos de interesse entre os atores envolvidos, como prefeitura, empresários, comunidades e cidadãos que, em geral, são os sujeitos que formam as cadeias de equivalências para essas intervenções urbanas existirem. Segundo os Direitos Urbanos, esses conflitos podem ser amenizados ou resolvidos no processo de diálogo e participação de todas as partes envolvidas. O problema, no caso do Recife, são as formas como esses grandes projetos são implementados na cidade. O projeto Novo Recife, um dos principais alvos de críticas do movimento Direitos

Urbanos, vem sendo atacado tanto pela sua formulação, quanto pelo caminho para a sua viabilização.

As críticas vão desde a aquisição da gleba pelos empreendedores - data do leilão, ausência de concorrência e o valor do lance inferior ao de mercado (por este motivo o leilão do terreno passa por processos de investigação pelo Ministério Público Federal e pela Polícia Federal) - à aprovação do projeto no Conselho de Desenvolvimento Urbano da Prefeitura da Cidade do Recife, sem os devidos estudos de impacto ambiental, passando por audiências públicas duvidosas e descontentamento para com a proposta revisada. Outra crítica refere-se a não obrigatoriedade de o redesenho do Projeto Novo Recife responder às diretrizes urbanísticas para o Cais José Estelita, fruto de mais de cinco audiências públicas e posicionamentos coletivos contrários. Esses problemas em torno do projeto impulsionaram uma cadeia de diferença que busca o cancelamento do projeto.

Por outro lado, o Consórcio Novo Recife busca defender-se das acusações:

[...] os usos propostos não indicam a possibilidade de atração de atividades geradoras de incomodidade e desta forma não causarão dano a comunidade residente no seu entorno nem a cidade.

O impacto sobre a ventilação sudeste será atenuado pelos afastamentos generosos entre as torres, posto que os pavimentos vazados permeiam os ventos fazendo-os atravessar de uma face à outra.

A implantação de conjunto arquitetônico na gleba não será geradora de ruídos externos nem internos prejudiciais ao ambiente, devido ao tratamento acústico utilizado na composição ambiental (interna), no mobiliário, forro etc. com também a criação da área verde pública, e nos afastamentos de edificações lindeiras – na parte frontal ao empreendimento a área verde, a Av. Engenheiro José Estelita e a bacia do Pina compõem o afastamento das edificações de Brasília Teimosa. Na sua parte posterior, a faixa da Linha Férrea e a Av. Sul separam o empreendimento das quadras edificadas da Rua Imperial/ Av. Sul.

Com efeito, o Empreendimento atende as exigências da legislação urbanística e sua regulamentação, ao mesmo tempo a tipologia vertical permite valorização dos espaços públicos e certamente irá promover a revitalização da região, em especial a os setores limítrofes da Avenida Sul, da Rua Imperial, do Cais de Santa Rita e do Recife Antigo, em decorrência da instalação de atividade e serviços de apoio a esta nova população (RELATÓRIO DE EMPREENDIMENTO DE IMPACTO- EMPREENDIMENTO NOVO RECIFE, 2011).

Há passagens no discurso do DU que esclarece o posicionamento antagônico do grupo ao projeto Novo Recife e ao modelo de planejamento urbano da prefeitura baseados nos princípios modernos já citados anteriormente. Demonstra que as práticas que ocorreram com as articulações para a construção do Novo Recife é uma prática constante da gestão pública da cidade:

O Projeto Novo Recife joga fora uma grande oportunidade de reestruturação do Centro da Cidade e agrava problemas sérios, como o da mobilidade (BLOG DU, 2012).

O caso do Projeto Novo Recife é apenas um caso dentro de uma tendência que já se instalou na cidade há anos e que deve continuar caso nada seja feito. O que é insidioso nesse modelo é que as transformações são feitas pouco a pouco, projeto a projeto, e as discussões acabam reduzidas a questões como se esse galpão ou aquela casa tem valor histórico ou não. Nisso perde-se de vista o grande projeto, o grande paradigma, que, pelas razões acima, é o verdadeiro problema. Discutir o Projeto Novo Recife, portanto, é discutir o futuro da cidade como um todo (CISNEIROS, 2012)

A ligação, como você já disse, é a intervenção violenta e míope sobre a cidade, sem planejamento e discussão com a população, pensando no curto prazo e partir de uma visão fragmentária da cidade. O Novo Recife é pensado como se aquele terreno fosse um lote qualquer, sem considerar a importância da área no contexto de toda a cidade e o impacto que um projeto mal pensado pode causar sobre toda a cidade (ENTREVISTADO 4, 2016).

A crítica do movimento não se resume aos processos de revitalização urbana implementados na cidade, pelo contrário, engloba toda a política urbana, critica um estilo de planejamento considerado cego as vontades e necessidades da população e sem respeitar a memória histórica da cidade. Na crítica ao Novo Recife está a preocupação com o futuro da cidade e, principalmente, com o modelo de gestão urbana desenvolvido. Como visto antes, muitas vezes, esses processos de revitalização urbana são acompanhados de uma forte valorização fundiária e imobiliária da área onde ocorrem (MARICATO, 2000). No caso do Novo Recife, o DU argumenta que esse projeto só é possível devido “*a concentração de poder de decisão nas mãos de políticos e corporações*” que impede uma urbanização sustentável e mais justas para todas as classes sociais da cidade.

Nesse sentido, entendemos que a lógica de equivalência entre setor público e setores privados (principalmente empreiteiras e empresas do ramo de construção) criou, nesse contexto específico, um estado de crise. Em resumo, a crise urbana da cidade faz sentido dentro de uma lógica neoliberal que procura reduzir a despesa pública através da introdução de ambientes de mercado simulado estruturados em torno de objetivos particulares e não públicos. Dentro desse contexto, os movimentos sociais buscam construir uma série de equivalências antagônicas para estabelecer fronteiras políticas que tornem possível a instalação de novas práticas (estas equivalências serão exploradas na formação quatro e cinco).

Habermas (1987) anuncia seis dos princípios que estão na base do que conhecemos por “Modernidade”: a racionalidade, a universalidade, o ideal iluminista de progresso, a diferenciação estrutural, a integração funcional e o determinismo. A partir desses princípios, “segue-se uma plêiade de instituições acessórias, de formas de interação social, um tipo de

conhecimento e um sistema epistemológico dominante para estudar o mundo material e social, experienciando-o e nele vivendo” (SHINN, 2008, p. 46).

A Teoria do Discurso estabelece que as ideologias funcionam como fantasias que buscam suprir o vazio que permeia as práticas sociais. Dado o contexto discursivo mais amplo que domina o paradigma da modernidade, não é fantasioso supor que significantes chaves que exibem um valor claramente positivo para os sujeitos representantes de instituições públicas e privadas inseridas nesse paradigma, sejam “técnica”, “racionalidade”, “progresso”, “crescimento”, “lucro”, são adequadamente articulados para ressoar com o *ethos* do mercado. No entanto, sabendo das consequências negativas desse paradigma moderno de urbanidade, já detalhadamente sinalizadas, há um deslocamento desses significantes e o desenho de uma fronteira política através de lógicas de equivalências que fazem com que esses termos adquiram status de “significantes flutuantes”. Significantes que, para os sujeitos relevantes, não estão mais fixados a um significado particular. Uma vez desprendidos, eles começam a “flutuar”, e sua identidade é apenas (parcialmente) estabilizada quando são hegemônicas com êxito por grupos que tentam naturalizar o significado de uma maneira e não de outra.

Não é de surpreender, então, que o Direitos Urbanos e demais sujeitos de sua cadeia de equivalência tenham, muitas vezes em seus discursos, criticado todos esses termos especialmente quando estão intimamente ligados aos ideais de capitalismo, neoliberalismo, etc e responsabilizando-os pela crise urbana. Esses termos ganham conotações negativas. É o caso do progresso, tema que gerou a terceira regra dessa formação, é entendido como um dos responsáveis pela crise que vive a cidade do Recife. São as fantasias de progresso, técnica, racionalidade, crescimento que impulsionam gestores públicos e empresários nas suas práticas que, diante da conjuntura discursiva, geram a crise urbana e, por isso, são antagonizados pelo discurso do movimento social aqui analisado.

Depois de demonstrar que o planejamento estratégico é um processo inerente à supremacia do paradigma moderno de urbanidade e problematizar essa conjuntura de supremacia como discurso hegemônico da gestão urbana do Recife, suas lógicas sociais, políticas e fantasmáticas, podemos inferir:

X2: O planejamento estratégico é baseado na supremacia do paradigma moderno de urbanidade e gera crise urbana

Demonstraremos no próximo ciclo retrodutivo que crise urbana vive o Recife e quais são os impulsionadores desse processo.

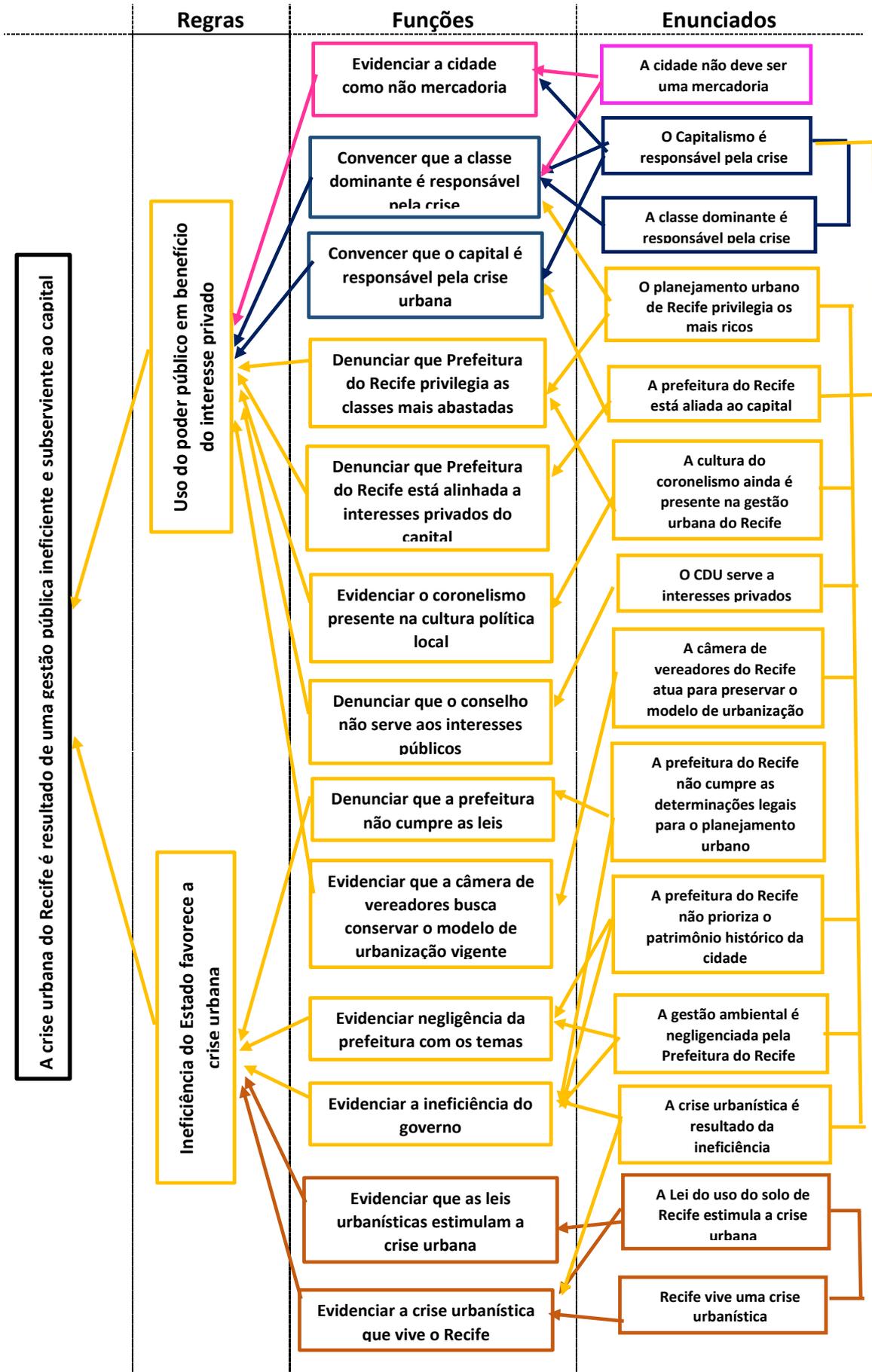
### 3. A Crise urbana de Recife é fruto de uma gestão pública ineficiente e subserviente ao capital

A formação discursiva desta seção: A Crise urbana de Recife é fruto de uma gestão pública ineficiente e subserviente ao capital apresentou-se ligada a duas regras de formação: Uso do poder público em benefício do interesse privado e Ineficiência do Estado favorece a crise urbana. A primeira regra originou-se da relação entre sete funções e oito enunciados, e a segunda entre cinco funções e seis enunciados.

As relações indicaram a existência de quatro grupos de significação: um grupo contendo apenas o enunciado A cidade não é uma mercadoria, um segundo grupo relativo ao papel das elites econômicas na crise urbana, um terceiro grupo a respeito da ineficiência da prefeitura em administrar a cidade e um último grupo evidenciando a crise urbana. Tais relações e influências entre os enunciados podem ser vistos na Figura 10 (7).

A elucidação dessa formação discursiva deu-se através das relações entre enunciados e suas funções e regras que apontaram como resultado da crise urbana de Recife uma gestão pública ineficiente e servente ao capital. Esta formação discursiva está ligada a formação anterior - Supremacia do paradigma moderno de urbanidade – já que essa ineficiência na gestão urbana é baseado num urbanismo moderno que segue o que Borja e Castells (1999) chamaram de *planificação normativa*, marcada por rigidez nos procedimentos e pela exclusão do conflito social na tomada de decisões; por um racionalismo extremo expresso nos modelos de cidades, muitas vezes, zonificados e segregados; por um processo burocrático lento em relação as transformações sociais; pela promoção de um crescimento econômico em busca de uma ocupação do espaço natural sem limites; por uma administração centralizada e hierarquizada em setores e a permissividade com o mercado e os agentes econômicos mais poderosos.

**Figura 10 (7) - Mapa das relações da terceira formação discursiva**



Uso do poder público em benefício do interesse privado é uma regra resultante de muitos enunciados frequentes sobre as práticas de gestão da prefeitura do Recife durante o período analisado e demonstra fortemente uma lógica social *privatista*. Esta lógica relata o exercício de interesses particulares com o bem público. Não é, necessariamente, fazer do público uma empresa, como visto na formação anterior, mas administrar o público em benefício próprio, de grupos ou de familiares; e ainda entender o público como propriedade privada. Demonstra o abuso de poder em benefício próprio de agentes políticos democraticamente eleitos e sua subserviência a interesses privados de empresários e sujeitos da classe dominante local.

Quando um indivíduo exerce um cargo público, em sentido mais geral, ele deve estar orientado para defender o bem comum e promover o interesse da coletividade. Este é um princípio republicano. A afirmação desse regime implica a delimitação clara dos espaços privado e público - e a necessária subordinação do interesse privado ao interesse público, sem o que a vida em sociedade se inviabiliza. Sempre que uma medida favorece um grupo ou uma família e prejudica toda a comunidade, é o próprio fundamento do regime republicano que é abalado e traído.

Os enunciados da formação discursiva em questão deixam muito claro a lógica social em ação. As críticas são à lógica impregnada na gestão urbanística da cidade que não muda ao longo dos anos analisados, como pode ser visto nos enxertos que seguem:

Causa-nos indignação profunda que o poder público local esteja fascinado com uma ideia de desenvolvimento e progresso há muito vencida, comprometido com um modelo de cidade que é excludente, predatório e violento, permanecendo ao lado dos grandes empreendimentos imobiliários de luxo; viabilizando com dinheiro público, empreendimentos viários extremamente caros e baseados numa lógica de mobilidade poluente e insustentável (como por exemplo, o projeto para construção de quatro viadutos que o Governo do Estado de Pernambuco não consegue justificar tecnicamente, ambientalmente e socialmente); financiando a expulsão da população pobre, através de valorização imobiliária sem contrapartida de desenvolvimento social (BLOG DU, 2012).

[...] Verticaliza alguns bairros até torná-los impraticáveis, pressiona a destruição de outros através da “remoção de comunidades” para conjuntos habitacionais na casa do chapéu, ignora o saneamento básico e a educação de milhares enquanto constrói vias para shopping centers e distribui apartamentos em torres para políticos de todo tipo, do que faz orgias ao bigodudo zen. Não existe direita ou esquerda quando a corrupção é base de governo. Prefeito compra casa em Apipucos por preço bem abaixo do de mercado a dono de construtora, governador recebe doação pra campanha e pra vida toda de empreiteira de viaduto onde o que se precisa é de ônibus, metrô, honestidade. E as consequências disso vão muito além da perda de um importantíssimo espaço que poderia ser coletivo, elas se refletem na construção de uma cidade onde o apartheid social vira política pública e o carro, o apartamento alto, a pista prime e o dinheiro guiam os objetivos de vida de milhares (ACIOLI, 2012).

A ideia de disputa desse período é demonstrada em várias passagens, tendo como foco principal a crítica ao projeto Novo Recife como símbolo do modelo urbano vigente:

Atualmente, o que está em curso, na cidade do Recife e no estado de Pernambuco, é uma política urbana que privilegia o privado sobre o público, o individual sobre o coletivo, alimentando uma dinâmica de segregação social e depredação ambiental. O Projeto Novo Recife é um reflexo desta lógica: não se harmoniza com o entorno do Bairro de São José; desconsidera soluções ambientais sustentáveis; e impossibilita um convívio social saudável (MOREIRA, 2012)

O projeto Novo Recife não contém em sua concepção, sintonia alguma com um modelo de cidade sustentável. A lógica urbanizadora vigente no Recife tem, ao contrário, todos os sintomas de um capitalismo tardio, onde as oportunidades são de curto prazo, apenas. A cegueira de governos e empresários nesse tema é tão somente a triste evidência de que a retórica obscurantista ainda encobre a farta evidência científica que pode nos guiar para um futuro mais esperançoso (BLOG DU, 2013).

Trata-se de uma luta contra o estado sequestrado por interesses privados – interesses das empreiteiras financiadoras das campanhas dos prefeitos do Recife – e que usam a polícia como forma de coibir manifestações não apenas pacíficas como necessárias para o fortalecimento de nossa jovem democracia (BLOG DU, 2014).

Esse antagonismo é contra outra lógica social importante neste discurso: a lógica social *econômica* que se materializa no enunciado A cidade não deve ser uma mercadoria. O trecho a seguir, exemplifica este enunciado:

Olha, bom com essas questões na ocupação. A cidade não está à venda né, a cidade não é uma mercadoria, eu acho que é muito fundamental pra mim cada vez que eu reflito mais nisso assim, os bens comuns tem a ideia de communis, ta falando muito disso, o meio ambiente é um communis, patrimônio histórico é um communis, a cidade é um communis, então assim os bens comuns não podem se tornar mercadorias, certo? Eles perdem a natureza deles quando se tornam mercadoria, eu já to meio filosofando em cima disso e na questão de economia se discute muito isso (ENTREVISTADO 5, 2016).

Como mercadoria a cidade tende a adotar um estilo de caracterização que evidencia seus ambientes comerciais, turísticos, geográficos, culturais e históricos. Afinal:

O governo local deve promover a cidade para o exterior, desenvolvendo uma imagem forte e positiva apoiada numa oferta de infraestruturas e de serviços (comunicações, serviços econômicos, oferta cultural, segurança etc.) que exerçam a atração de investidores, visitantes e usuários solventes à cidade e que facilitem suas "exportações" (de bens e serviços, de seus profissionais etc.). Esta oferta não tem por que ser financiada, executada ou gerida em sua totalidade pelo governo local. O papel de promotor é, precisamente, o de criar as condições que facilitem sua realização por agentes públicos ou privados (via planejamento, campanhas políticas, compensações econômicas etc.). (BORJA,

CASTELLS, 1996, p. 190)

Outro enunciado que evidencia a lógica social *econômica* é o enunciado O Capitalismo é responsável pela crise. Em algumas falas essa crítica é generalizada ao sistema capitalista como grande responsável por todos os males que a cidade vive: “*A verdadeira causa estrutural das múltiplas crises é o capitalismo*”. Em muitas outras falas, a crítica não está no capitalismo em si, mas no modo como funciona o mercado imobiliário local que relaciona esta lógica social com a lógica *privatista*:

Nessa perspectiva, as fronteiras da cidade são desenhadas pelo planejamento privado que fabrica construções sem nenhuma relação com os demais patrimônios da cidade. O seu interesse é criar grandes condomínios ou loteamentos que dissolvem a noção de cidade quando isola os diferentes segmentos da sociedade por muros só transpassados na forma da relação entre empregados e patrões. Por isso, o projeto o Novo Recife reedita o provincianismo de subordinar o desenvolvimento à segregação urbana e o progresso à degradação da dimensão pública do espaço urbano (ANDRADE, 2012).

O modelo de negócios da indústria da construção civil em Recife e o modelo de desenvolvimento da prefeitura e do governo do estado baseado nele são pouquíssimo sustentáveis e se assemelha à lógica do extrativismo mais bruto: obter o máximo de lucro de cada nova área edificável, sem planejamento a longo prazo. (BLOG DU, 2012).

Eu acho que, assim, a prefeitura é um lugar complexo, porque a quem a gente demanda? É a prefeitura, né, a prefeitura se torna um adversário por causa da maneira como ela se associa a interesses privatistas, porque na verdade ao meu ver, né, eu acho que dependendo de quem você entrevistou, dependendo de como você acompanha do grupo dá pra identificar o capital imobiliário, nem capital porque aqui não é capital imobiliário, aqui é mercado imobiliário, é uma coisa de comércio, não é mercado de capitais, não tem especulação no sentido que tem no Rio de Janeiro, tem em São Paulo que se troca dinheiro por promessa de mais dinheiro né? Não é isso, aqui se troca terreno por terreno se investe construção e se vende isso como. (ENTREVISTADO 5, 2016).

Existe um adversário que é o privativo. Que é uma associação muito promíscua, pouco clara dos interesses privados de pequenos grupos, como aquilo que o poder público julga que é interesse coletivo, né. Então na hora que se enfia goela abaixo da população, que o Novo Recife é necessário, porque aquele terreno tá vazio, e porque Recife precisa daquela porcaria, é privatizo. Se comprou a visão de um grupo muito pequeno, não se confrontou essa visão com outros grupos, é privativo. Então eu acho que essa promiscuidade entre público e privado, é o grande inimigo, [...] (ENTREVISTADO 5, 2016).

A segunda regra de formação, Ineficiência do Estado favorece a crise urbana, foi construída com enunciados que evidenciam a ineficiência da gestão pública como maior provocadora da crise urbana.

Chegamos até aí porque, é óbvio, esse modelo de cidade cada vez mais insustentável e excludente não é um resultado só da atitude predatória dos empresários da construção civil, mas muito mais de uma falha institucional catastrófica (BLOG DU 2013).

A Constituição dispõe, no artigo 37, que o serviço público deve ser eficiente. E no artigo 5º, inciso LXXVIII, afirma que os processos administrativos devam ter razoável duração. Mas, sabemos que, de maneira geral, a realidade dos municípios brasileiros não está de acordo com a constituição. Segundo estudo feito pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe), o Brasil não aplica recursos de forma eficiente nos setores que tradicionalmente gere - segurança, educação, saúde e previdência (FIPE, 2007). Referindo-se ao princípio da eficiência, os autores Berwig e Jali (2007, p.5) assim se posicionam:

A inclusão expressa do princípio da eficiência na Constituição da República faz com que o bom resultado nos serviços e um melhor aproveitamento do dinheiro, sejam condutas exigíveis do administrador pela sociedade. Poderíamos dizer que estabelecido como princípio constitucional, a eficiência passa a se constituir direito subjetivo público do cidadão. Esse princípio é uma poderosa arma da sociedade no combate a má administração. Ele dá legitimação para o controle do exercício da atividade do agente público, tanto pelo cidadão como pela própria Administração Pública. E este controle, abrange tanto a competência vinculada, como a discricionária dos agentes públicos. Isso porque o objetivo do princípio da eficiência é a própria satisfação do interesse público.

O filósofo Barnett (1976) mostra que o Estado não obedece suas próprias leis e códigos legais. Decorre que se o Estado é incapaz de obedecer às suas próprias leis, então ele é necessariamente ineficiente e autocontraditório como legislador. O autor mostrou também a inerente ineficácia do Estado como fornecedor de bens públicos. O Estado tendo o monopólio sobre a oferta de alguns produtos ou serviços, como por exemplo, proteção e segurança, tende sistematicamente a reduzir a qualidade do serviço ao mesmo tempo em que aumenta o seu preço. Livre da competição ou da possibilidade da entrada de novos concorrentes no mercado e obtendo sua renda via cobrança de impostos e não através do pagamento voluntário, o Estado mantém-se num ambiente sem os incentivos constantes para aprimorar seus serviços, buscar a eficiência e a qualidade.

Nessa formação percebemos antagonismos claros entre o poder público e os movimentos sociais, como o tipo de planejamento urbano considerado mais adequado, as políticas públicas de urbanização, entre outros. Há uma cadeia de diferença latente contra a gestão pública da cidade formada por movimentos sociais, Ministério Público Estadual, instituições de proteção ao meio ambiente urbano e comunidades locais:

O meio utilizado para contestar a realização dessa reunião foi a Ação Popular, direito fundamental previsto no artigo 5º, LXXIII da Constituição Federal, como instrumento para a defesa por parte dos cidadãos da moralidade administrativa, quando o próprio Poder Público a ameaça. Denunciamos o risco iminente que corria a coletividade da cidade do Recife diante do prenúncio de uma aprovação apressada, secreta e por um conselho ilegítimo de um projeto com tão grande impacto. Nossos argumentos convenceram dois juízes. Certamente convencerão desembargadores e, se preciso for, ministros, mesmo porque os argumentos das Ações Populares denunciavam somente os mais simples dos vícios que marcaram toda a história de análise do Projeto Novo Recife. Há muitos outros e muito mais graves. Por essa razão, as manchetes na mídia não deveriam anunciar o fim dessa discussão, e tampouco aqueles que entendem o dano que tal projeto pode causar à cidade devem achar que a força do dinheiro triunfou sobre a do Direito (BLOG DU, 2012).

As cadeias de equivalências que permitem a ineficiência na gestão pública é resultado das relações corrompidas entre prefeitura, demais órgãos públicos, empreiteiras, empresas do ramo, órgãos fiscalizadores, mídias locais e câmara de vereadores:

No início da reunião, foi denunciado que das quatro cadeiras destinadas a associações comunitárias no CDU, três estão vagas, de forma que o poder público e as entidades associadas às construtoras estão com maior representação do que a sociedade civil organizada, violando a paridade estabelecida no Plano Diretor. Em um gesto de autoritarismo, a presidência do CDU, ocupada pela Secretária Municipal de Planejamento, Maria De Biase, recusou a denúncia e prosseguiu a reunião, sem qualquer consulta aos conselheiros presentes. Devido a pedidos de vistas ao processo foi possível evitar a votação final. Mas, apesar das irregularidades denunciadas, uma nova reunião do CDU foi marcada para o dia 21 de dezembro de 2012. (BLOG DU, 2012).

Uma lógica fantasmática de contestação presente em diversos níveis dessa formação discursiva que critica o modelo de planejamento da cidade que gera o contexto de caos urbano é a *fantasia anticapitalista*. O corte antagônico presente em todo o discurso é a crítica ao “capital privado”, ao “capitalismo”, “grande capital” ao “mercado imobiliário”, a “privatização”, ao “neoliberalismo”. Mesmo em falas menos radicais a fantasia de que uma nova cidade se faz com a eliminação da lógica neoliberal presente na formação da cidade e que submete o poder público a mero espectador ou cúmplice.

O DU briga contra o grande capital, a gente tá brigando contra o grande capital imobiliário, contra as empreiteiras, contra os grandes grupos econômicos que tão querendo transformar a cidade, que tão leiloando a cidade, com seu interesse pessoal, certo? E a gente luta contra qualquer governante que se alinhe com esses grupos pra rapinar, tá entendendo? Pra roubar a cidade como eles fizeram nos últimos anos. O inimigo da gente é muito claro, qualquer grupo que esteja defendendo esses interesses, certo? E aí você tem as construtoras, principalmente as construtoras, né? Mas qualquer outro grupo que se alie a elas se torna nosso ponto de mira (ENTREVISTADO 3, 2016).

E MAIS UMA VEZ: VIVA AO CAPITALISMO...ESTE CAPITALISMO QUE VIOLENTA, MATA E DESTRÓI VIDAS E FAMÍLIAS... FAMÍLIAS DA VILA OLIVEIRA MAIS UMA NA EXCLUSÃO SOCIAL (BLOG DU, 2012).

Mesmo que, muitas vezes no discurso, se verifique uma tentativa de não “demonizar” o capitalismo em si, as falas dos agentes discursivos estão impregnadas pela negatividade ao capital, seja ele local ou internacional. Esta fantasia demonstra uma aproximação com a noção de articulação proposta por Laclau e Mouffe (2015), ao compreender a necessidade de se considerar as lutas anticapitalista e antipatriarcal como transversais na construção da mudança social. Assim, o *corpus* analisado aponta o horizonte da luta anticapitalista como um projeto político coletivo a esse movimento social.

Depois de problematizar essa conjuntura de crise urbana do Recife que é fruto de uma gestão pública ineficiente e subserviente ao capital inserida em um paradigma moderno de urbanidade, e demonstrar suas lógicas sociais, políticas e fantasmáticas, podemos inferir:

X3: O planejamento estratégico é baseado na supremacia do paradigma moderno de urbanidade que somadas a uma gestão pública ineficiente gera crise urbana

Demonstraremos no próximo ciclo retrodutivo o Direitos Urbanos como agente de transformação da realidade urbana

#### **4. Direitos Urbanos é agente de transformação da realidade urbana do Recife**

A formação discursiva desta seção: Direitos Urbanos é agente de transformação da realidade urbana do Recife apresentou-se ligada a duas regras de formação: Direitos Urbanos é um movimento Revolucionário e Transformador e a Participação Social contribui para uma cidade mais humana. A primeira regra originou-se da relação entre nove funções e doze enunciados, e a segunda entre três funções e três enunciados (Figura 10 (7)).

Foi a relação entre os enunciados que evidenciou as funções dos mesmos. Na primeira regra, as relações indicaram a existência de dois grupos de significação: Um primeiro grupo relativo ao Ocupe Estelita como luta específica contra a construção do empreendimento Novo Recife na região do Cais José Estelita, em que cinco enunciados dessa formação de algum modo se relacionaram, e um segundo grupo relativo ao Direitos Urbanos propriamente dito, em que seis enunciados se relacionaram para explicar a configuração do movimento Direitos Urbanos, suas características, estratégias e principais pautas. Os onze enunciados relacionados caminham para definir o Direitos Urbanos como movimento transformador da realidade urbana do Recife. Esta primeira regra é central na constituição dessa formação, mas, para que a formação discursiva

tenha sentido foi necessária uma articulação com a regra que demonstra a necessidade de participação social nas decisões urbanísticas.

Na segunda regra revelada, Participação Social contribui para uma cidade mais humana, as relações indicaram a centralidade de um grupo de enunciados que revelam a crise do sistema democrático que exclui a participação popular dos processos de decisão e afastam os cidadãos das questões sobre a cidade onde vivem. Demonstrem ainda a importância da participação popular na construção de uma cidade mais humana.

Tais relações direcionaram a elucidação dessa formação, pois as incidências de relações que levam às regras Direitos Urbanos é um movimento Revolucionário e Transformador e a Participação Social contribui para uma cidade mais humana apontam o DU como agente de mudança da realidade urbana do Recife.

A primeira regra foi desvelada a partir dos quatro critérios de regras, obedecendo a seguinte condição: Objeto – Movimentos Sociais Urbanos; Conceito – Revolução, Transformação; Modalidade – Persuadir, Informar; Estratégia - Persuadir o DU como revolucionário e transformador. A segunda regra foi desvelada pelos critérios: Objeto – Sociedade; Conceito - Participação Social; Modalidade – Persuasiva; Estratégia – Busca por Democracia Direta. Os Objetos dessas regras é o movimento social Direitos Urbanos e a participação social. Que movimento é esse e em que condições ele aparece no campo discursivo?

No fim de 2011, alguns amigos interessados em política e preocupados com os problemas da cidade do Recife identificaram um projeto de construção de viadutos na Avenida Agamenon Magalhães. Esta avenida é um dos principais corredores viários da cidade, que abriga em seu entorno uma infinidade de atividades sociais diversas, como igrejas, supermercado, escola, órgãos públicos e edifícios residenciais, entre outros. Esses amigos entraram com uma ação no Ministério Público do Estado reivindicando *estudos de impacto de vizinhança e um estudo técnico ambiental da área por entenderem que a construção de uma obra deste porte, neste espaço, iria provocar uma impressionante desagregação social, transformando a vida dos moradores e frequentadores daquela região*. Articulando-se com o Ministério Público, instituições e grupos de arquitetos o grupo conseguiu ser ouvido pela prefeitura.

Logo depois, esse mesmo grupo que se conheciam off-line, foi se expandindo através das redes sociais, principalmente por páginas no facebook, e começou a transformar suas preocupações em ação também com a reivindicação do tombamento do Edifício Caiçara, situado à Avenida Boa Viagem. Este edifício, demolido em 2016, era um dos últimos edifícios que representavam o período da ocupação inicial da praia de Boa Viagem, construído no final da

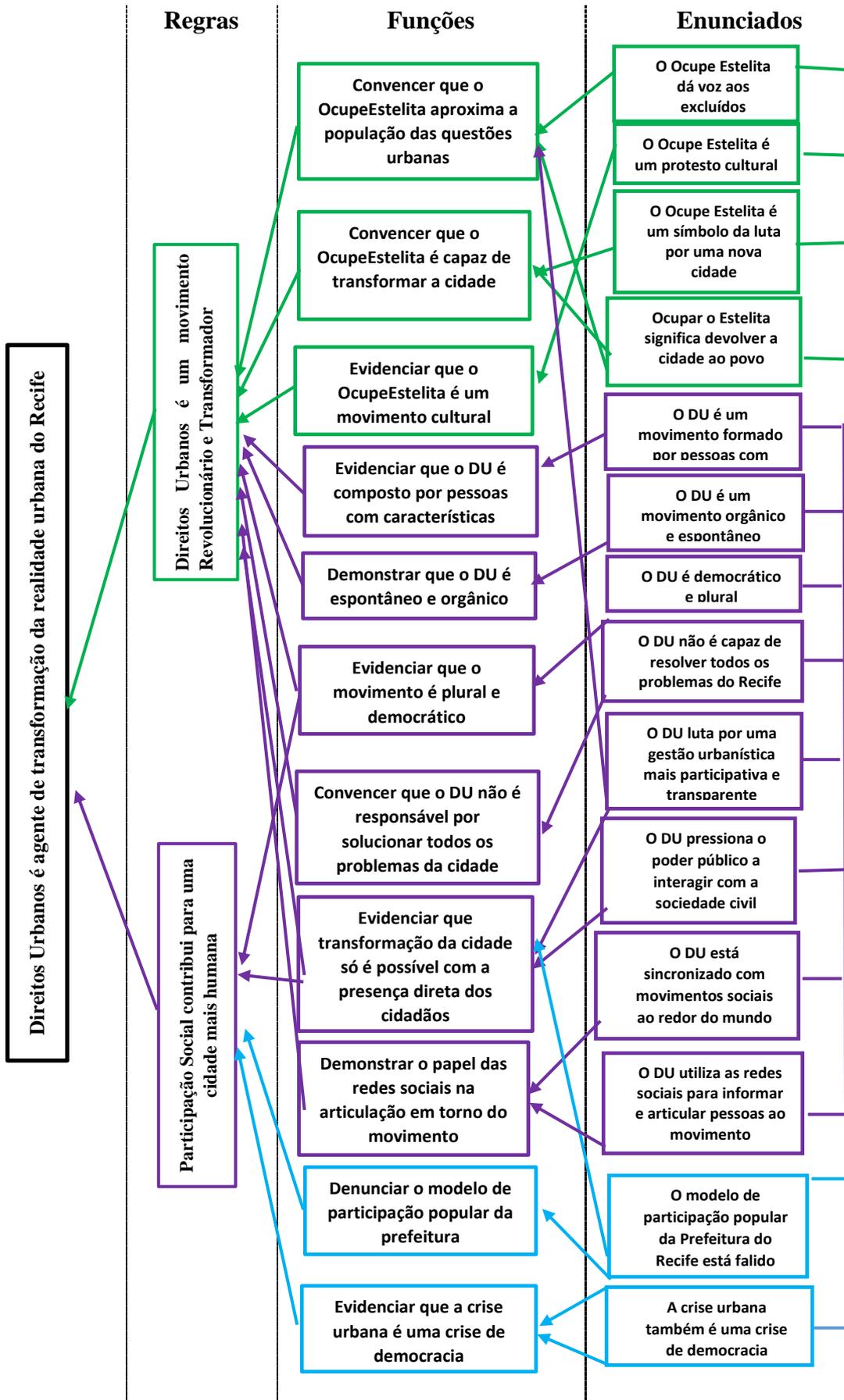
década de 30 do século passado, com seu estilo arquitetônico neocolonial tardio era considerado pelo grupo um símbolo cultural importante que não deveria ter sido arruinado.

Outra mobilização paralela foi contra um projeto de lei que visava proibir o consumo de álcool nas ruas e limitar o horário de funcionamento de bares como medida de combate à violência. Por entender que o projeto trazia um ônus à vivência da cidade, criava uma cidade enclausurada, proibida de frequentar um espaço social importante, reforçando, além disso, alguns hiatos entre classes sociais. Segundo o grupo: *“esta mobilização agregou pessoas em torno do desejo comum de participar mais ativamente das decisões políticas que regulam ou interferem na vida social da cidade do Recife, buscando alternativas de ação quando o interesse da cidade fica esquecido pela representação política formal”* (BLOG DU, 2012).

Mas foi no dia 22 de março de 2012 que o grupo ganhou o nome Direitos Urbanos. Neste dia aconteceu a primeira audiência pública, convocada pelo grupo, sobre o projeto “Novo Recife” que seria realizado na área do Cais José Estelita. *“ [...] foi a primeira vez que se viu publicamente em PowerPoint o projeto, porque até então se tinha saído 2, 3 fotos nos jornais, daqueles 3d’s que eles fazem. E aí nessa audiência pública tanto as pessoas tavam muito vivas ali, muito fortes, pessoas muito diferentes entre si [...]”* (BLOG DU, 2012).. Participam do grupo pessoas de diversas áreas, com diferentes graus de experiência no setor privado ou nos governos. Eles se dizem um grupo com intensa interdisciplinaridade, *“um lugar onde arquitetos e engenheiros conversam com sociólogos e filósofos e operadores do Direito interagem com artistas plásticos e cineastas; pessoas que aliam o conhecimento técnico com preocupação ética e social”* (BLOG DU, 2012).

A partir dessas configurações esse discurso surge no campo discursivo, na tentativa de hegemonizar-se. Os critérios da regra (conceito, modalidade e estratégia) demonstraram a tentativa de emplacar um caráter revolucionário e transformador ao movimento Direitos Urbanos. Na figura 11 (7) podemos visualizar os feixes de ligação entre enunciados, funções e regras.

### **Figura 11 (7) - Mapa das relações da quarta formação discursiva**



As lógicas sociais do discurso no qual emerge o Direitos Urbanos já foram exploradas nas três formações discursivas anteriores. Surgem de uma articulação entre lógicas sociais de opressão que desencadeiam um estado de crise urbana: *competição entre as cidades, lógica dos grandes projetos, lógica econômica, arbitrariedade, segregacionista, desordem, privatista*. Esse estado de crise aponta um deslocamento e um discurso hegemônico estável tornando-o deslocado quando é confrontado com novos eventos que não pode explicar, representar, ou em outros termos, domesticar.

Se entendermos o planejamento urbano como um discurso que no imaginário moderno foi significado de forma a estabelecer a cidade como base para o crescimento econômico e lugar de fluxo de capital, material, informação e transporte. Quando esse discurso cria condições em que os indivíduos que vivem nesta cidade, em sua maioria, são esquecidos, marginalizados ou excluídos de espaços públicos de lazer, de espaços seguros e de sistemas habitacionais dignos criam brechas para um deslocamento. Diante desta precariedade de um estado que promete as tais “políticas sociais” e não as executa, os movimentos surgem para denunciar as falhas e nessas brechas, constituem suas reivindicações.

Abordaremos aqui que circunstâncias históricas que contribuíram para a geração de condições de possibilidade ou na criação de uma Estrutura de Oportunidade Política – EOP (TARROW, 1994; 1996) que permitiu a emergência do discurso de cidade desempenhado pelo Movimento Direitos Urbanos no Recife e como ele se constitui como movimento capaz de transformar a realidade urbanística do Recife. Estas questões permitem-nos esclarecer como é definido e que papel exerce esse discurso no campo político da cidade.

Segundo Tarrow, estruturas de oportunidade política “são dimensões consistentes do contexto político que podem encorajar ou desencorajar pessoas de participarem em ações coletivas” (1996, p. 18). A Teoria do Discurso, por sua vez, argumenta que um discurso se estabelece dentro e a partir de condições de possibilidades oferecidas pelo sistema discursivo a qual pertence. A conjuntura política que permitiu a emergência no Recife de um novo discurso de cidade pode ser explicada, baseada no aporte teórico deste trabalho, por um momento histórico-global de explosão de manifestações, ocupações e movimentos de cidadãos em protestos contra os problemas urbanos presentes em distintas cidades ao redor do mundo (HARVEY, 2013; SOJA, 2010), influenciando assim a conjuntura local. As manifestações urbanas em torno de questões como Reforma Urbana e Direito à Cidade foram frequentes ao longo dessas duas últimas décadas em países desenvolvidos e em desenvolvimento. Nota-se no discurso do DU, pelo enunciado O DU está sincronizado com movimentos sociais ao redor do mundo, a influência da conjuntura global nas manifestações locais:

Há uma similaridade com Istambul, onde as manifestações se iniciam para preservar uma praça que se pretendia entregar a um grande shopping. Então a cidade passou a ser não apenas o palco das manifestações, mas também o objeto, aquilo que está em jogo (CISNEIROS, 2012).

Uma das ocupações feitas pelo movimento no Cais José Estelita em maio de 2012, o #OcupeEstelita12M, exemplificando o enunciado O OcupeEstelita é um protesto cultural, demonstra o caráter cultural e global do movimento:

[...] 12M é a sigla para “12 de Maio”. E significa mais: trata-se do primeiro de uma série de chamados globais que irão ocorrer durante este ano com objetivo de reunir pessoas que defendem novas formas de viver e conviver em sociedade. É uma mobilização social feita em conjunto pelos muitos movimentos Occupy ao redor do mundo contra a concentração de poder de decisão nas mãos de políticos e corporações. Em todo o planeta, cidades sincronizam suas agendas e propõem atividades conjuntas em espaços públicos. No Recife, o 12M será mais um dia de ocupação do Cais José Estelita, onde está prevista a implementação do Projeto Novo Recife – idealizado pelo consórcio formado pelas construtoras Moura Dubeux, Queiroz Galvão, GL Empreendimentos e ARA Empreendimentos e que prevê a construção de 13 torres empresariais e habitacionais de luxo no local (BLOG DU, 2012).

Admitem a similaridade com outros movimentos globais, como pode ser visto neste chamado para ocupações:

No Recife, um movimento de ocupação do espaço público, com inspiração no Occupy Wall Street, convoca todos os descontentes com o consórcio Novo Recife Empreendimentos, para tomar as calçadas dos armazéns do Cais José Estelita no próximo domingo (15), das 9h às 16h [...] Além de semelhanças com o Occupy Wall Street, como a falta de programa e a coordenação difusa, o OcupeEstelita aproxima-se de mobilizações como o movimento paulistano Baixo Centro, associando ações culturais ao discurso político [...] (BLOG DU, 2012).

As estratégias de um discurso são estabelecidas mais claramente através dos sentidos e significados que os sujeitos discursivos emplacam no campo de discursividade. O movimento DU se auto define como agente de mudança, como provocador de novos paradigmas e maneiras de pensar a cidade:

[...] pessoas que defendem novas formas de viver e conviver em sociedade (BLOG DU, 2012).

Nesse sentido o DU é um movimento que provoca nossa inteligência e sensibilidade. No DU à pergunta ‘que cidade queremos?’ se agrega a que indaga sobre “que cidade já temos?”. Espécie de realismo pragmático que surge em meio a culpas históricas de uma classe média ao mesmo tempo vítima e protagonista de seu próprio estilo de vida (JAMPA, 2012).

Estas são algumas das ações pensadas por pessoas da nossa cidade que, sem vínculos com partidos políticos e sem lideranças, vêm organizando e divulgando mobilizações como as que seguem. Ações estas que podem mudar a atitude e o comportamento de uma sociedade cada vez mais imobilizada e de governantes que deveriam pensar numa cidade para as pessoas e não para os carros (BLOG DU, 2012).

Nesses enxertos identificamos que há uma convergência no sentido de associar o DU aos NMS emergentes nas últimas décadas, especificamente aos Movimentos Sociais Urbanos (MSU). O movimento Direitos Urbanos alinha-se ao que estudiosos da área entendem como MSU: possui um discurso de afastamento de instituições formais; não possui estrutura hierárquica clara; quer entrar na rede, mas não vincular sua marca a organizações e institucionalidades como partidos políticos, por exemplo (cabe ressaltar que essas características são baseadas nos três anos analisados).

Os recortes do *corpus* a seguir são ilustrativos do enunciado O DU luta por uma gestão urbanística mais participativa e transparente e esclarece como o DU significa suas ações e estabelece seu discurso em Recife.

a) Se constituiu como um ponto de aglutinação importante para a complexa teia de preocupações de cidadãos e cidadãs sobre o cotidiano e o destino da cidade, independentemente de suas filiações partidárias, ideológicas, corporativas e políticas e de suas identidades sociopolíticas e base territorial. Ou seja, todo mundo pode caber no DU, inclusive quem não mora em Recife ou Pernambuco, mas que se preocupa com a construção humana, justa e sustentável das cidades;

b) É uma plataforma de reflexão e debates permanentes que produz ideias, críticas e alternativas concretas aos principais problemas enfrentados pela cidade. Nesse campo, está se constituindo como um arquivo e uma base documental com textos e materiais audiovisuais diversos sobre os temas debatidos no grupo;

c) Finalmente, é também uma plataforma de articulação e mobilização política, que se organiza de forma horizontal, aberta e flexível, para a realização de ações diretas de transformação da realidade, seja no plano jurídico-político, no plano das sociabilidades, da cultura política ou das mentalidades (BLOG DU, 2013).

Os termos mais utilizados pelo DU para significar suas ações no Recife foram projeto de cidade, gente, pessoas, urbano, público, direitos. São palavras que demonstram como o DU significa sua luta por reforma urbana. Como pode ser visto na figura a seguir:

**Figura 12 (7) - Termos mais utilizados pelo DU para significar suas lutas**



(produzindo textos, vídeos, cartazes, maquetes etc.), de forma individual e coletiva;

g) Diálogo e colaboração permanente entre diferentes saberes (urbanistas, advogados, cineastas, cientistas sociais, jornalistas etc.);

h) Transparência e ampla divulgação dos debates e ações, admitindo e valorizando a convivência de diferentes opiniões e posições – desde que coincidam no que se refere aos princípios do grupo.

Retomamos as questões realizadas no início desta seção para entender como o discurso de cidade desenvolvido pelo DU ganhou força no campo discursivo de planejamento urbano do Recife. Para isso, demonstraremos a linha do tempo dos principais eventos ocorridos desde a formação do grupo até o fim do ano de 2014. Esses eventos geraram confluência impulsionaram ações e demonstram as diversas estratégias do grupo para articular seu discurso.

### Quadro 13 (7): Linha do Tempo do DU

Mar 22nd, 2012	Audiência Pública sobre o Novo Recife
Mar 30th, 2012	Audiência pública a respeito dos viadutos planejados para a Agamenon Magalhães.
Apr 12th, 2012	Carta Aberta do #OcupeEstelita para a Reunião Preparatória da Rio/Clima (Rio+20)
Apr 13th, 2012	Audiência pública para discutir a mobilidade do Recife
Apr 15th, 2012	1ª Edição #OcupeEstelita
Apr 22nd, 2012	Reunião do DU com a UFPE
Apr 22nd, 2012	2ª Edição #OcupeEstelita
Apr 23rd, 2012	Entrega da carta do Direitos Urbanos aos órgãos de patrimônio em defesa do Cais José Estelita
May 12th, 2012	#OcupeEstelita12M
May 14th, 2012	MPPE suspende destruição gradual do Edifício Caiçara
May 18th, 2012	Audiência sobre o Cais José Estelita
May 21st, 2012	I Mostra Direitos Urbanos? No Cine São Luiz
Jun 20th, 2012	Audiência no MPPE sobre a Via Mangue
Nov 9th, 2012	Carta aberta ao povo do Recife em apoio e solidariedade às famílias da comunidade Vila Oliveira
Nov 30th, 2012	CENDHEC publica carta em apoio à mobilização sobre o Cais José Estelita, pedindo veto ao Projeto Novo Recife no CDU
Nov 30th, 2012	Reunião extraordinária do CDU para aprovação do Novo Recife
Dec 21st, 2012	Suspensão da segunda reunião do CDU que tentava aprovar o Projeto Novo Recife ainda em 2012
Dec 28th, 2012	Aprovação do Projeto Novo Recife pelo Conselho de Desenvolvimento Urbano
Dec 30th, 2012	Ação Popular contra as irregularidades na composição do CDU
Feb 22nd, 2013	MPPE consegue liminar referente a ação civil pública proposta pela promotoria de meio ambiente e patrimônio histórico da capital, suspendendo todo o trâmite do projeto Novo Recife na prefeitura.
Feb 24th, 2013	Consórcio Novo Recife publica caderno publicitário de 12 páginas em defesa do projeto

Feb 26th, 2013	MPPE consegue liminar da Terceira Vara da Fazenda Pública suspendendo obras do Edifício Jardim Casa Forte, da construtora Moura Dubeux.
Feb 26th, 2013	MPF consegue liminar que suspende obras do projeto Novo Recife
Feb 27th, 2013	Audiência pública na ALEPE sobre o projeto Novo Recife
Mar 1st, 2013	Dispensa da promotora Belize Câmara, responsável pelas ações contra Novo Recife e Moura Dubeux
Mar 6th, 2013	OcupeMPPE: solicitação à procuradoria geral para a revisão da decisão de afastamento de Belize.
Mar 11th, 2013	Ato na Faculdade de Direito da UFPE em desagravo à promotora Belize Câmara
Mar 12th, 2013	Segundo ocupeMPPE: negativa da procuradoria geral.
Mar 14th, 2013	Presidente do TRF5 suspende liminar do MPF contra Novo Recife
Mar 19th, 2013	Suspensa liminar que embargou prédio da Moura Dubeux em Casa Forte
Mar 20th, 2013	Ativistas do DU provocam o IPHAN a embargar obra do Tunel da Madalena
Mar 22nd, 2013	MPF recorre da decisão que suspendeu a liminar contra Novo Recife
Apr 4th, 2013	Governo do estado recua da intenção de construir os quatro viadutos da Agamenon
Apr 11th, 2013	MPF recorre da decisão que suspendeu a liminar contra Novo Recife
Apr 11th, 2013	Nova audiência pública na Câmara dos Vereadores sobre o Projeto Novo Recife
Apr 28th, 2013	#OcupeEstelita+1
May 8th, 2013	Julgamento no TRF5 do Agravo Regimental do MPF contra a Suspensão de Liminar da decisão da Justiça Federal. Recurso negado
May 24th, 2013	Início da V Conferência Municipal do Recife, com participação de seis delegados do Direitos Urbanos e que resultou na eleição do DU como membro da comissão para elaborar o projeto de lei do Conselho da Cidade.
Jun 20th, 2013	Mega-protesto nacional pelo passe livre e outras pautas
Jul 2nd, 2013	Pressão do DU consegue adiar votação do PLE 25/2013, que reformaria o Conselho de Desenvolvimento Urbano, em confronto com o decidido na Conferência da Cidade
Jul 5th, 2013	Portaria nº1867 da Prefeitura nomeando a comissão que cuidará da elaboração do projeto de lei que institui o Conselho da Cidade do Recife, incluindo o DU dentre os integrantes.
Jul 8th, 2013	Grupo Direitos Urbanos pede à FUNDARPE o tombamento do Cotonifício da Torre
Aug 4th, 2013	Circuito Coque (R)Existe – Dia da luta e resistência pelo direito à moradia no Coque
Aug 14th, 2013	Julgamento no TRF5 dos Embargos de Declaração interpostos pelo MPF. Recurso negado
Aug 15th, 2013	OcupeUFPE
Aug 24th, 2013	#OcuParque – movimento pela recuperação e reabertura do Teatro do Parque
Aug 28th, 2013	Após denúncia do DU, MPPE recomenda à Prefeitura congelamento de licenças na área histórica do bairro da Boa Vista
Aug 28th, 2013	Aprovação pela Câmara Municipal do PLE 25/2013 que tira o Conselho de desenvolvimento Urbano e a aprovação de empreendimentos de impacto da mão da secretaria de planejamento e os coloca na mão do secretário de controle urbano, João Braga.
Sep 9th, 2013	OAB anuncia desistência do projeto de construção de nova sede na área do Coque
Sep 10th, 2013	Por denúncia de membros do DU, MPPE abre inquérito civil para investigar obras do Terminal Integrado Joana Bezerra e do acesso viário, que levaria a diversas remoções
Sep 11th, 2013	Membros do DU protocolam denúncia por crime ambiental e improbidade administrativa na autorização para demolições na Madalena por causa da obra do túnel

Sep 12th, 2013	Governo do Estado recua da desapropriação de casas no Coque para implementação do acesso viário ao TI Joana Bezerra
Sep 15th, 2013	Integrantes do DU protocolam denúncia contra Secretário Estadual das Cidades e o Secretário municipal de Controle Urbano por demolição em área protegida sem autorização.
Sep 23rd, 2013	Representantes do DU e de vários outros movimentos entregam ao governo do Estado proposta de regulamentação da atuação policial nas manifestações
Sep 25th, 2013	MPF recorre ao STF e ao STJ contra a suspensão da liminar pelo TRF-5
Sep 27th, 2013	Início da demolição do edifício Caiçara e embargo das obras pela FUNDARPE e DIRCON
Sep 30th, 2013	MPPE obtém liminar impedindo a continuação da demolição do Caiçara
Oct 10th, 2013	Roda de diálogo no Parque 13 de Maio
Oct 21st, 2013	Publicado no Diário Oficial do Estado o Edital de Tombamento do Edifício da Torre.
Oct 25th, 2013	Primeira reunião do CDU sobre o projeto Jardins da Aurora
Nov 5th, 2013	Ação Popular nº 0091470-13.2013.8.17.0001 consegue liminar suspendendo demolição do Clube Líbano
Nov 6th, 2013	MPPE recomenda a suspensão da análise do projeto do Jardins da Aurora até a realização de audiência e estudos de impacto
Nov 14th, 2013	Aprovação no CDU do projeto Jardins da Aurora
Nov 29th, 2013	Debate sobre as desapropriações realizadas para obras da Copa do Mundo censurado na Câmara dos Vereadores. A relatora da ONU para o Direito à Moradia, Raquel Rolnik, participou do ato
Dec 1st, 2013	Seminário Legados e Relegados da Copa do Mundo: quando o direito à moradia é violado é encerrado com um saldo positivo de encontros das diversas comunidades que vêm sendo afetadas pelo Mundial de 2014
Dec 10th, 2013	DU e outras entidades assinam documento que pede interrupção das remoções sem prévias indenizações
Dec 19th, 2013	Queda do secretário Wilson Damázio após publicação de entrevista em que faz declarações homofóbicas e machistas e reação organizada de mais de vinte movimentos de defesa dos direitos humanos
Dec 20th, 2013	Aprovação da Arena do Sport no CDU
Dec 23rd, 2013	Integrantes do DU e do Comitê Popular da Copa promovem uma festa de natal na comunidade do Loteamento São Francisco, para denunciar as remoções e a perseguição às lideranças locais que enfrentam as remoções
Mar 12th, 2014	Carta aberta do Forum Socioambiental de Aldeia sobre o Arco Metropolitano
Mar 15th, 2014	Representação ao Ministério Público do Estado de Pernambuco contra obra de “restauração” da Fábrica da Pilar no bairro do Recife
Mar 15th, 2014	Liberação de espaço para a construção do projeto da avenida Beira-Rio nas Graças
Apr 4th, 2014	A votação no conselho de desenvolvimento urbano (CDU) pela preservação do Caiçara
May 21st, 2014	Ocupação do Estelita (acampamento)
May 21st, 2014	Consórcio Novo Recife ganha autorização da Prefeitura de Recife para demolir os armazéns
May 22nd, 2014	Iphan embarga obra no Cais José Estelita
May 23rd, 2014	Prefeitura do Recife vai vistoriar área demolida no Cais José Estelita
May 23rd, 2014	Acordo firmado entre Prefeitura e os integrantes do movimento Ocupe Estelita
Jun 1st, 2014	Protesto #ocupeestelita
Jun 8th, 2014	Protesto pós desocupação
Jun 14th, 2014	Anistia Internacional, MPF e UFPE repudiam reintegração no Estelita
Jun 16th, 2014	Documento que define as diretrizes de negociação do projeto Novo Recife é assinado
Jun 17th, 2014	MPPE recebe denúncias de violência policial em reintegração no Recife

Jun 17th, 2014	Ordem de desocupação do Cais Estelita
Jun 17th, 2014	Manifestantes fecham acesso viário no largo da Cabanga
Jun 18th, 2014	Justiça Federal alerta Novo Recife sobre proibição de obras no Estelita
Jun 22nd, 2014	Som na Rural na praça do Cabanga
Jun 30th, 2014	#OcupePrefeitura
Jul 1st, 2014	Manifestantes do Ocupe Estelita deixam prédio da Prefeitura do Recife
Jul 1st, 2014	Justiça concede liminar de reintegração do prédio da Prefeitura
Jul 2nd, 2014	Ocupe Estelita entrega lista de propostas à PCR sobre Novo Recife
Jul 4th, 2014	Reunião com a Prefeitura para discutir Diretrizes urbanísticas do Novo Recife
Jul 10th, 2014	Ativistas do Ocupe Estelita encerram acampamento no cais José Estelita
Aug 11th, 2014	Seminário na Fundaj usa movimento OcupeEstelita como motor do debate
Aug 27th, 2014	TRF derruba liminar que proibia construções no Cais José Estelita
Aug 29th, 2014	3ª reunião do Conselho da Cidade do Recife
Sep 10th, 2014	Prefeitura divulga diretrizes para redesenho do Projeto Novo Recife
Oct 13th, 2014	Manifesto de repúdio à tipificação do crime de terrorismo
Oct 29th, 2014	Nota de protesto sobre a homologação do regimento do conselho da cidade
Nov 3rd, 2014	Representação ao MPPE sobre a audiência sobre o Projeto Novo Recife
Nov 6th, 2014	Consórcio de construtoras apresenta alterações para o projeto Novo Recife
Nov 7th, 2014	Justiça suspende audiência para discutir redesenho do Novo Recife por irregularidade
Nov 14th, 2014	Visita de David Harvey ao #Ocupeestelita
Nov 20th, 2014	Audiência Pública sobre a Vila Naval
Nov 27th, 2014	Audiência pública do projeto Novo Recife
Dec 12th, 2014	Reunião do Conselho de Desenvolvimento Urbano, CDU

Elaboração da autora (2016)

A não construção do Novo Recife e preservação do patrimônio histórico do Cais José Estelita foi a pauta que gerou mais confluência entre os participantes do grupo. Para o movimento DU, o projeto Novo Recife é um complexo imobiliário empresarial e habitacional de alto luxo, que prevê a construção de uma dezena de torres, *“sem consideração ao desenvolvimento sustentável da cidade e alimenta a lógica de mobilidade centrada no uso do transporte individual privado, desconsiderando a história do lugar e o significado da paisagem para as pessoas”* (BLOG, 2012). O grupo afirma que o processo de aprovação do projeto chegou para a votação no Conselho de Desenvolvimento Urbano (CDU) sem cumprir com importantes requisitos formais, como a anuência da Condepe / Fidem (Agência Estadual de Planejamento e Pesquisa de Pernambuco) para o parcelamento do solo, os pareceres favoráveis da Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (FUNDARPE) e do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) sobre os impactos no patrimônio histórico e as definições da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) sobre a possibilidade de construção junto à linha férrea. Além disso, a Prefeitura não exigiu, como devia, Estudos de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) e de Vizinhança (EIV). E, como afirma o DU, não garantiu a ampla publicidade e participação popular, como exige a legislação federal e municipal para empreendimento desse porte.

Falta de participação popular nas decisões urbanísticas na cidade do Recife é denunciada repetidamente no discurso do DU:

Uma prefeitura que trata a participação popular como entrave, e não como instrumento, não merece respeito. É motivo de profunda vergonha (BLOG DU, 2013).

Três enunciados são reveladores desse processo: O modelo de participação popular da Prefeitura do Recife está falido, O DU luta por uma gestão urbanística mais participativa e transparente e A crise urbana também é uma crise de democracia. Este último enunciado demonstra o que discutimos no capítulo três: a crise do sistema democrático é resultado do modo de vida da modernidade que criou mecanismos que afastaram o indivíduo do campo político. Afastados e desinteressados do debate público e da participação política, passam a viver suas vidas privadas e os problemas sociais deixam de ser relevantes. Mouffe (1999, p.19) enfatiza ser necessária uma nova cultura política que incorpore cidadãos à gestão das políticas públicas e ao planejamento urbano.

Por isso, na audiência do dia 22 de março de 2012, convocada por integrantes do DU, estavam presentes em torno de 400 pessoas para ouvirem a posição do Ministério Público de Pernambuco com relação ao projeto. No fim da audiência, o grupo publicou uma nota esclarecendo sua posição:

Nós, Grupo Direitos Urbanos, presentes na audiência, e aqueles que a assistiram via transmissão ao vivo pela internet, sentimos-nos agredidos pelo projeto apresentado. Agride-nos e viola as características urbanas e históricas do Bairro de São José. Discordamos do projeto de cidade contido na proposta apresentada porque representa um corte contra a nossa paisagem urbana, esta, que conta a nossa história, na qual nos vemos refletidos, e é nosso patrimônio cultural e afetivo. E tudo isso para servir a um mercado imobiliário restrito ao qual apenas uma pequenina minoria tem acesso, no contexto do Recife (BLOG DU, 2012).

Esta audiência foi um marco que inicia uma crise de sentido no discurso de cidade. O DU introduz um antagonismo evidente ao discurso do consórcio Novo Recife e da Prefeitura do Recife, inaugurando uma disputa de sentidos que, desde 2012, vem modificando o discurso de cidade aqui hegemônico.

Em abril de 2012 ocorreu o primeiro #OcupeEstelita (como pode ser visto na figura a seguir), seguido por mais um realizado em maio do mesmo ano. Segundo o DU, a ocupação do Cais faz parte de um conjunto maior de ações que vêm sendo tomadas por grupos da sociedade civil como forma de pressionar e exigir a responsabilização do poder público para garantir os direitos dos cidadãos a uma cidade e vida dignas. Neste mesmo ano, o grupo também discutiu pautas da construção da Via Mangue, mobilidade urbana, apoio às famílias que foram

desapropriadas na comunidade da Vila Oliveira e protestos contra as irregularidades na composição do CDU.

**Figura 13 (7) – Primeira Ocupação no Cais José Estelita**



Fonte: Foto Ytallo Barreto (2012)

No início de 2013, a agenda do DU se concentrou, principalmente, no projeto Novo Recife. Realizou ocupações, como o #OcupeMPPE, em protesto pelo afastamento da promotora Belize Câmara, fundamental nas ações do Ministério Público contra o projeto. Convocou também algumas audiências públicas com a Câmara de Vereadores para discutir o projeto Novo Recife. Ainda no primeiro semestre de 2013, o MPPE acatou o pedido feito pelo DU de anulação da construção do Túnel da Madalena e o DU tornou-se membro da comissão para elaborar o projeto de lei do Conselho da Cidade. Neste ano, o país viveu as manifestações de junho que ocorreram em várias cidades e o DU articulou suas bandeiras às manifestações de junho. Neste momento, temas como homofobia, feminismo e direitos humanos foram articulados à agenda do DU. Como pode ser visto na fala do entrevistado 5:

Tavam dentro da pauta, mas tinham, assim podiam ser tratados dentro da porque era problema urbano, assim vamos dizer falar sobre gênero, né. Então o que é a segurança das mulheres pra andar na cidade, o que são as travestis na Avenida Boa Viagem, o que, que é o Estelita ser acusado de um lugar onde tem prostituta? Primeiro que não tem porque os clientes delas não tão lá, tão em outros lugares e segundo é como se prostituta fosse um... (pausa). Então assim, a discussão em torno da figura de Feliciano era uma discussão pertinente no DU [...]

Em 2014, a partir da noite do dia 21 de maio, aconteceu a ocupação do terreno do antigo Parque Ferroviário da extinta Rede Ferroviária Federal à beira do Cais José Estelita. Um ativista passava no local e constatou o início da demolição dos galpões ali existentes e, a partir daí, mobilizou outros manifestantes para impedir o ato. Nessa noite, centenas de pessoas se organizaram através das redes sociais para ocupar em massa o cais. No dia seguinte, em 22 de maio de 2014, o Juiz Federal Francisco Antônio de Barros e Silva Neto reconheceu a ilegalidade da demolição e, a pedido do MPF, suspendeu imediatamente qualquer demolição/construção no local, tendo o IPHAN, no mesmo dia, também embargado a obra. O acampamento foi montado no terreno por um período de 27 dias. Durante esta ocupação ocorreram três manifestações, sendo a mais importante realizada no dia 1º de junho de 2014 (como pode ser visto na figura a seguir), com a presença de mais de 10 mil pessoas (Blog do DU, 2014).

**Figura 14 (7) – Ato Público Salve o Estelita**



Fonte: Blog Direitos Urbanos (2014)

A área do Cais José Estelita tornou-se aparentemente sem uso pelas transformações ocorridas na economia e na ação do Estado. O que o DU argumenta é que a proposta de reforma daquela área é inadequada por ser marcada por ideias de *“neoliberalismo com a decisão de alienação de um espaço público para transformá-lo em um espaço privado exclusivo para a classe abastada da cidade”* (Blog DU, 2013). O grupo argumenta ainda que o projeto, não apenas apaga toda a carga histórica que impregnou tal espaço, mas também se ignora as possibilidades de sua utilização pública.

O conflito está colocado, basicamente, em termos de quem deve determinar o uso desse território: o capital privado em associação com o Estado ou que a área seja mantida, preferencialmente, como um espaço de uso público, mas sob uma nova forma. Na maior parte do tempo, as discussões do DU ficaram centradas no problema de como impedir que iniciativas, privadas ou do poder público, “*atentem contra o futuro do Recife como uma cidade mais justa e mais viva*” (BLOG DU, 2012).

O movimento deixa claro que não está preocupado apenas com o Cais José Estelita, como diz o enunciado O Ocupe Estelita é um símbolo da luta por uma nova cidade. A luta contra o Novo Recife é um “símbolo” para uma luta maior.

“Então era hora de mudar a lógica a partir de um caso emblemático, mudar a lógica de planejamento urbano, de ocupação de espaço aberto, de transação política privada com o espaço urbano. Então a gente se preocupava bastante com a questão do direito à moradia que tava ali, parecia não ta relacionado aquilo ali mais tava. A gente sempre fez um debate muito forte sobre gentrificação, né. Se você pegar locais abandonados, supostamente abandonados ou até realmente abandonados, mas que tenham uma proximidade com vizinhanças, comunidades de baixa renda e você se aproveita daquele abandono daquela desvalorização pra comprar barato e fazer um empreendimento de luxo, né, se aproveitando do potencial, por exemplo, paisagístico do Cais do José Estelita. Ta abandonado, mas é em frente d’água e lugares em frente d’água são locais mais valorizados” (ENTREVISTADO 1, 2016).

O movimento argumenta que o #OcupeEstelita centraliza um emaranhado de demandas urbanas urgentes que foram pouco discutidas amplamente no Recife. Questões como direito à moradia, gentrificação, planejamento participativo surgem como emergências no contexto político formado por estas ocupações.

Na sua página oficial na internet, o movimento apresenta suas pautas mais frequentes. Essas pautas foram distribuídas de distintas formas ao longo dos três anos analisados. Em determinados momentos algumas pautas ganhavam mais importância e confluência e dependiam de uma estrutura de oportunidade política que se definia contingencialmente. Segue as pautas mais frequentes (Blog DU, 2013):

#### **Transparência e Participação Popular**

- Implementação do Conselho da Cidade do Recife, com a extinção do CDU e de todos os demais conselhos setoriais da política urbana, com ampla participação da sociedade civil.
- Reformulação do papel das audiências públicas
- Implementação da Tribuna Popular e Conselho dos Cidadãos, previstos na LOMR
- Implementação dos mecanismos de participação previstos no Plano Diretor (art 147, VI)

#### **Revisão e regulação do Plano Diretor e reorganização da legislação urbanística**

A legislação urbana do Recife é um labirinto, principalmente por conta da falta de regulação do PD e por suas disposições transitórias. Há que se levar em conta a retomada do processo participativo e das conquistas da época da elaboração, solapadas pela versão de gabinete que substituiu o Plano construído coletivamente.

### **Planejamento Urbano e Metropolitano Integrado e de Longo Prazo**

- Entendimento da cidade como sistema.
- Condução da política pública para a melhoria da qualidade de vida e a justiça social.
- Revisão da ideia de que os investimentos privados por si são garantia de desenvolvimento. A justificativa das políticas de atração de investimentos só faz sentido quando combinadas com as ações que convertem esses investimentos em melhorias efetivas da qualidade de vida e da justiça social.

### **Valorização do Espaço Público**

Necessidade de controle urbano e cuidado com as áreas públicas em tensão com a ameaça de “faxina” socioeconômica em áreas eleitas e naturalização do abandono do espaço público

### **Revitalização sem Gentrificação**

Enfrentamento do problema do risco de gentrificação nos projetos de reabilitação de áreas degradadas. Isso sem desconsiderar o estímulo ao aproveitamento do estoque construído em áreas com infraestrutura desde que não jogue fora o que interessa das dinâmicas que neles tomam lugar até o momento da intervenção e que as transformações levem ao uso democrático do espaço, tanto nas áreas públicas quanto no destino dos imóveis. Para isso: valorização do espaço público, do uso coletivo de áreas privadas e de projetos de assistência ao direito à moradia.

### **Proteção das ZEIS e de comunidades ameaçadas de remoção**

Em primeiro lugar, garantir a fixação das comunidades de baixa renda protegidas pelo regime das Zonas Especiais de Interesse Social e fomentar a oferta de habitação de interesse social no Centro da cidade e nas áreas de maior dinamização econômica é uma questão de justiça social na medida em que garante a diferentes classes sociais igual acesso às oportunidades da cidade. Sem essa proteção a tendência é termos uma cidade cada vez mais segregada entre um Centro abastado e uma periferia pobre, quadro que tende naturalmente a se agravar, visto que torna cada vez mais difícil o acesso ao emprego e agrava o problema da mobilidade justamente para os mais necessitados.

### **Deslocamento não-motorizado e planejamento do uso do solo como centro do problema da mobilidade**

Ações integradas entre estímulo à bicicleta, planejamento e cuidado dos passeios públicos, qualidade do transporte de ônibus e metrô (com revisão séria dos itinerários e implementação de bilhetagem eletrônica integrada) e revisão do papel do carro no sistema, de protagonista a empecilho. Por exemplo: só faz sentido proporcionar vagas de estacionamento em edifícios garagem se isso deixar as ruas mais livres para os pedestres, ônibus e bicicletas. Além disso, é preciso que a própria regulação do uso do solo induza diversidade de usos e valorização dos espaços públicos, elementos mais importantes para estimular o deslocamento não motorizado do que a própria infraestrutura de calçadas ou ciclovias.

### **Subsídio e valorização do transporte coletivo como forma de distribuição de renda e de construção de um modelo de mobilidade mais eficiente**

As dificuldades, a falta de um mínimo de conforto aceitável e a baixa eficiência do transporte coletivo na Região Metropolitana do Recife evidentemente prejudicam diretamente as camadas mais carentes da população e prejudicam mais justamente os que moram mais distante das áreas onde há maior oferta de

emprego ou educação. Além de pagar uma tarifa que corresponde pelo menos a 15% de um salário mínimo, o trabalhador e o estudante dependente de transporte público no Recife e na RMR é penalizado por longos tempos de deslocamento, tempo este que se reverte em prejuízo na formação profissional e no convívio familiar.

- Implementação de **bilhete único**, isto é, integração por bilhete eletrônico que permita um certo número de viagens em um certo período de tempo a partir de um único pagamento. Uma das vantagens dessa proposta é eliminar a necessidade da construção dos terminais de integração e permite racionalizar bastante as linhas de ônibus.
- 
- Auditoria do sistema de transporte metropolitano e plena transparência sobre o sistema de transporte metropolitano da RMR: planilhas de custos, balanços, indicadores de qualidade etc.
- Implementação de faixas exclusivas para ônibus em todas as vias com três ou mais faixas de rolamento na cidade
- Congelamento das tarifas até a garantia de certos padrões de qualidade, eficiência e conforto para usuários e trabalhadores rodoviários
- Avaliar/discutir a possibilidade de oneração do transporte motorizado individual como fonte de recursos para subsídio da tarifa do transporte coletivo ou até mesmo implementação do modelo de tarifa zero

Apesar da tentativa de alguns integrantes de planejar essa agenda e agir mais intensamente em favor dessas pautas, o processo se demonstrou muito mais espontâneo e dinâmico. Este fato pode ser evidenciado pelo enunciado O DU é um movimento orgânico e espontâneo. Podemos considerar o movimento estudado com caráter espontâneo, orgânico e informal. Sua razão de existência remete não para um antagonismo inevitável e fixo, mas para uma oposição antagônica temporal e situacional formada por uma conjuntura socialmente complexa. É um grupo de pressão solto que desafia vários aspectos do governo local. Este movimento opera de uma forma bastante caótica. O grupo não é nem controlado centralmente nem todos buscam o mesmo objetivo. Isto dificulta identificar o que é discurso do grupo DU e o que é discurso individual, demonstrando que o DU é um movimento típico dos Novos Movimentos Sociais: fluido, sem hierarquia clara e demandas dinâmicas e contingenciais. Sem interesse de institucionalizar-se, possui resistência à estrutura política formal, atua de forma dinâmica, com formação voluntária e em rede, sem planejamentos a longo prazo.

O DU caracteriza-se como novo movimento social devido aos novos movimentos sociais se articularem através de redes constituindo pautas reivindicatórias coletivas, convergindo interesses, organizando ações conjuntas e buscando visibilidade social. Por isso tais pautas entram e saem livremente do foco de ação do movimento. Outra característica dos novos movimentos sociais na qual o DU se enquadra é que não visam “tomar o poder” pela conquista do Estado, mas geralmente constituem espaços políticos não-institucionais a partir dos quais procuram alterar hábitos e valores da sociedade de modo a interferir nas políticas estatais.

O que fez o grupo se movimentar mais em determinadas pautas que outras? Por que algumas pautas, naturalmente, geram mais confluência que outras? Uma das razões para isso é

que a organização do grupo não tem planejamento, divisão de função e nem hierarquia clara, tudo é feito de maneira espontânea e quase nenhum planejamento. A organização é “*super espontânea, super espontânea. A gente tentou até algumas vezes fazer recrutamento de talentos, como por exemplo, a gente teve uma experiência de tentar fazer um grupo de comunicação pra trabalhar material visual, web design, enfim e não rolava. Não sei, não rolava, a galera não se engajava*” (ENTREVISTADO 1, 2016).

Essas pautas foram consideradas relevantes a partir da resposta que o grupo dava a determinados eventos e fatos que ocorriam na cidade. Fazendo com que determinados problemas fossem considerados mais importantes e relevantes que outros. Quando perguntado por que alguns problemas urbanos ganhavam mais importância que outros como o saneamento básico, por exemplo, o entrevistado 1 respondeu:

O planejamento do DU ele envolve a consideração de uma série de fatores, de problemas urbanos, na ocupação do espaço urbano, então o que, que a gente tem de mais grave no Recife? Claro a gente tem uma questão de saneamento. Horrível. O DU não faz isso na pauta, se você perguntar por que, eu acho que porque a gente não tem perna, não saberia nem por onde começar quanto movimento social, pedi a melhoria do saneamento básico ou da limpeza dos canais. É uma tarefa tão monumental e difusa que acho que a gente não teria perna, a gente sempre foi acusado ah vocês estão reclamando do Estelita, mas tem esgoto aberto não sei aonde. Oxente, a gente é o Batman é? A gente não é poder público, a gente focava justamente na questão do Estelita porque achava que ela representava uma série de problemas (Entrevistado1, 2016)

Este trecho deixa claro o enunciado O DU não é capaz de resolver todos os problemas do Recife, demonstrando a não responsabilidade do DU em cumprir o papel que é o do Estado.

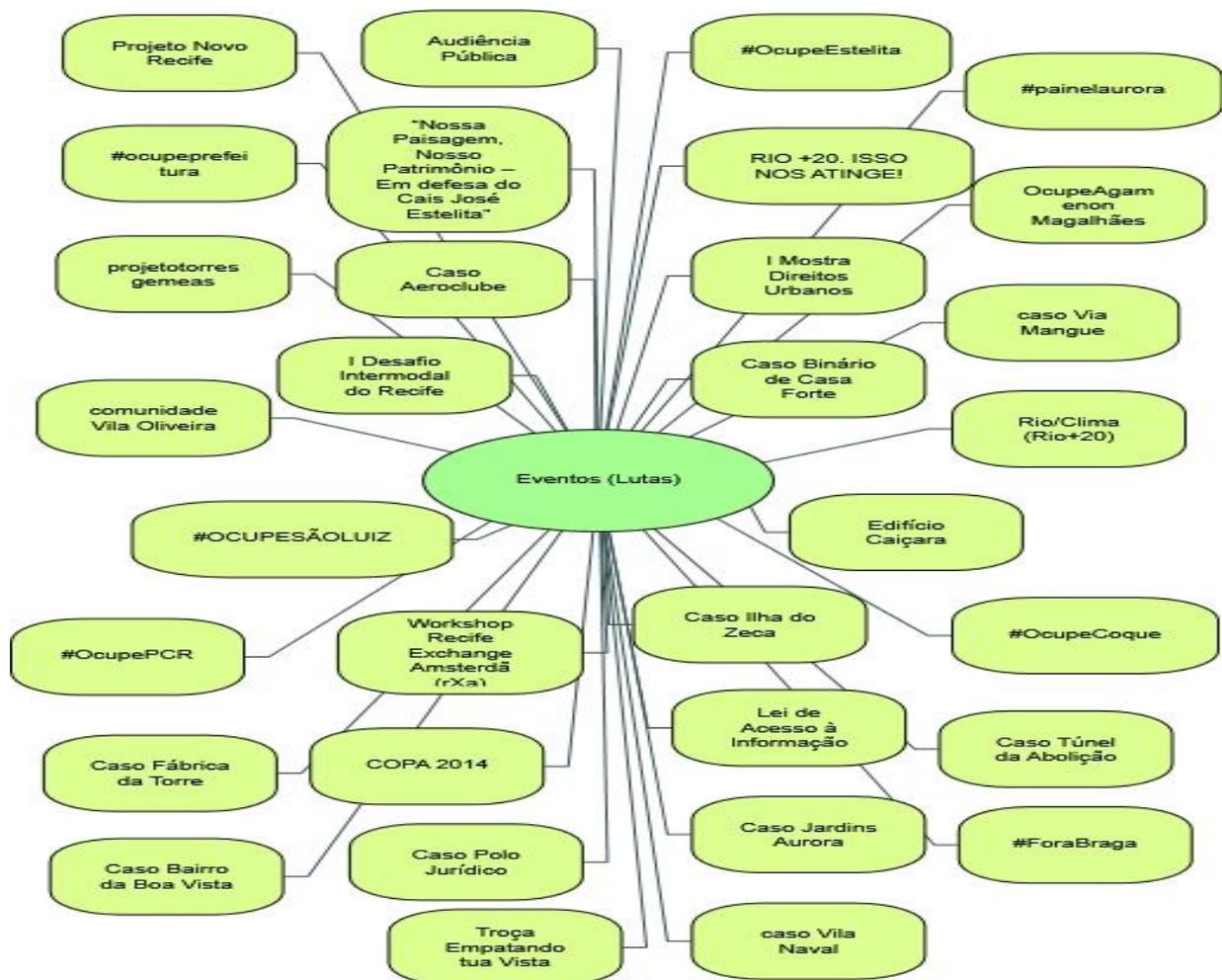
O entrevistado 5 (2016), esclarece que a estratégia do DU é a espontaneidade, o grupo tem que demonstrar interesse na pauta para que ela consiga êxito:

[...] Então corte de árvores, corte de árvores são coisas pontuais, mas que acontecem muito e que é fácil de mapear a distorção do poder público que faz com que aquilo ali aconteça. Eu não sei se é uma coisa, o saneamento não, porque é um problemão estrutural, mas o aparecimento pontual dele acontece, mas ele não consegue ser combatido do jeito que a gente sabe combater. Tem uma outra coisa que pode ser possível que é um recorte de classe, que a gente não conhece o recorte de classe do DU, não do DUzão grande, mas do grupo mais assíduo, do grupo que leva as ações a cabo, porque muita coisa é levantada [...] E o DU também aquilo que eu te dizia no começo, aprendeu a fazer uma coisa que é importante de ser feita que é essa justaposição entre a visão sistêmica da cidade, os problemas lidos de forma mais abstrata e a agenda completa do dia a dia. Então seria artificial pra esse grupo se a gente levar em conta essa espécie de metodologia natural, encampar esse tipo de proposta. Agora, não é impossível, basta assim (estralar de dedos), basta uma faísca. Acho que meio isso [...].

Outra questão demonstrada na fala do entrevistado é o corte de classe, representado pelo enunciado O DU é um movimento de pessoas com padrões culturais, políticos e econômicos semelhantes. O DU é formado por pessoas com características sócias, culturais e econômicas semelhantes (professores universitários, profissionais das áreas de arquitetura, audiovisual, meio ambiente, estudantes, entre outros) que, muitas vezes, determinados problemas urbanos, como esgoto a céu aberto ou falta de saneamento básico, não são problemas cotidianos dessas pessoas, por isso, não apresentam confluência no grupo. Por ser um processo dinâmico, as pautas que ganham mais ou menos importância no grupo são contingenciais.

Ao longo desses três anos foco de nossa análise, o movimento teve pautas que englobavam várias áreas e problemas urbanos distintos da cidade do Recife. Essas pautas eram escolhidas, como dito antes, de demandas espontâneas e aleatórias. Na imagem que segue estão concentrados todos os eventos que serviram como aglutinadores para discutir o que o DU considerava relevante ou não para o Recife e, dessa forma, desenvolver seu discurso.

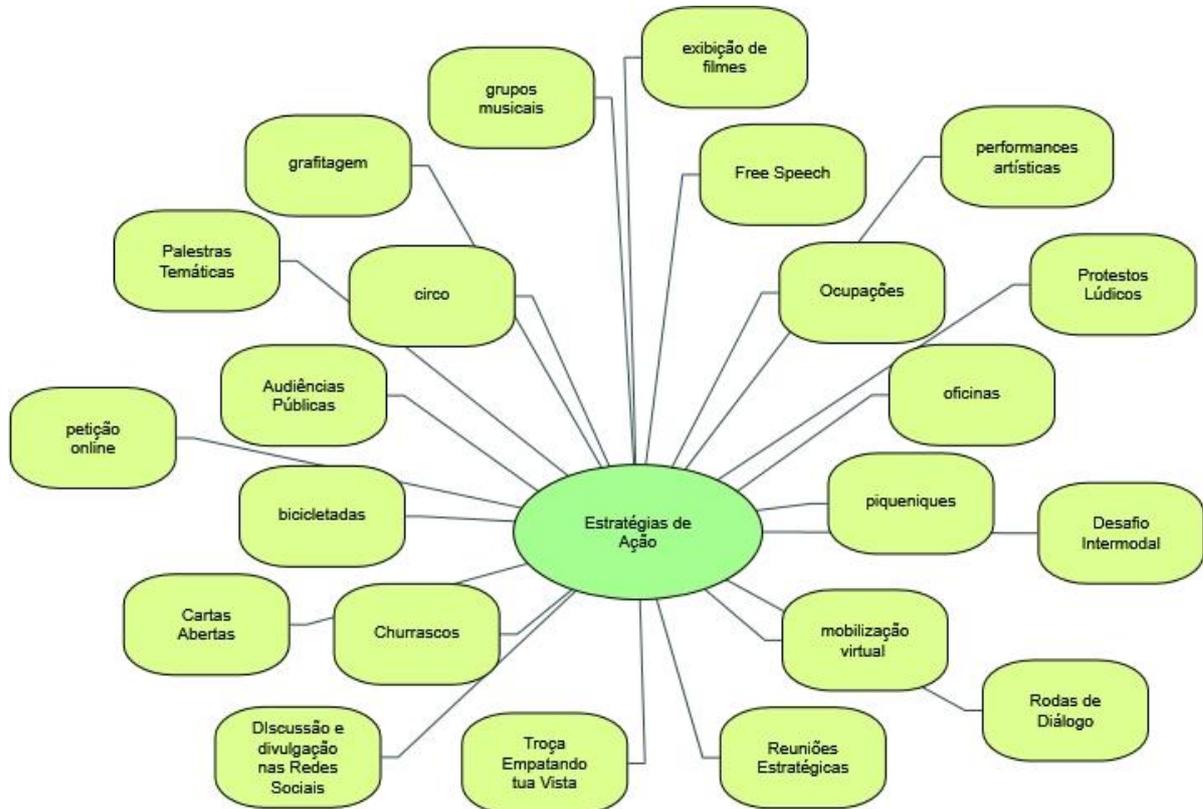
**Figura 15 (7) – Eventos mais importantes**



Elaboração da autora (2016)

Com relação as lógicas de ação do grupo podemos observar que, para atingir seus objetivos, o grupo utilizou diversas estratégias para atingir públicos diferentes. Das mais lúdicas, culturais e populares até as mais formais e oficiais. Como pode ser visto na imagem a seguir:

**Figura 16 (7) - Estratégias mais utilizadas pelo DU**



Elaboração da autora (2016)

As estratégias mais comumente utilizadas pelo grupo foram denúncias ao ministério público, rede de informação pela internet e as ocupações de áreas estratégicas. O entrevistado 4 (2016) esclarece:

[...] Sai jogando assim de você explorar as possibilidades que eles te dão de maneira tática, eu acho que tem um pragmatismo nisso aí que consome muita energia, claro, então assim é um problema quando você começa. Mas assim sempre se tentou dosar nesse sentido, sabia que, por exemplo, o Tribunal de Justiça é conservador e vai, né, maior parte das vezes né tentar reverter, vamos dizer assim. Mas existe um certo tipo de pragmatismo tático nisso aí. E eu acho que tem uma coisa que realmente o DU tem, que você ta falando aí é a constelação tática assim, que talvez o balanço disso foi se perdendo, mas você tinha um todo midiático comunicativo forte, o campo das ações de rua e o campos das ações jurídicas [...] Uma coisa que eu tenho confiança, a gente não teria esticado o jogo tanto se não tivesse plena confiança nisso, se eu não tivesse utilizado táticas, ou seja, o Novo Recife não teria chegado assim sem ser construído em 2016 se a gente não tivesse gasto uma por uma das possibilidades táticas legais possíveis [...].

Mas o que gerou mais confluência e fez com o que o grupo ganhasse uma repercussão na mídia local e nacional e chamasse a atenção da classe política foram as estratégias das ocupações. O #OcupeEstelita é, claramente, um chamado à sociedade, como fica claro no pronunciamento antes do primeiro ocupe: *“O ato constitui-se da ocupação, por um dia, da área do Cais, com atividades abertas e promovendo o encontro pacífico entre os milhares de pessoas que estão se posicionando em debate e a favor de uma nova política urbana na cidade”*. Os enunciados O Ocupe Estelita dá voz aos excluídos, Ocupar o Estelita significa devolver a cidade ao povo e O DU pressiona o poder público a interagir com a sociedade civil podem ser identificados nas falas que seguem:

Este grupo, expressão do encontro espontâneo de pessoas, realiza atividades, promove e participa de debates, propagando: ‘Viva o Cais José Estelita! Viva o Bairro de São José! Viva o Recife!’ (BLOG DU, 2012).

O #ocupeestelita teve justamente o mérito de mostrar que ali naquele espaço, por ser tão central e tão maravilhoso, podemos reunir gente da Zona Sul e da Zona Norte para andar de skate, passear de bicicleta, fazer arte ou fazer nada vendo aquela vista linda (BLOG DU, 2012).

Com apoio de diversos segmentos da sociedade, o OcupeEstelita não se opõe apenas à criação, na região central do Recife, de ao menos 12 torres, algumas com mais de 40 andares. O movimento busca manter vivo o debate sobre o modelo de ocupação verticalizado que a cidade adotou nas últimas décadas. No alvo, também está a controversa construção de quatro viadutos sobre a Avenida Agamenon Magalhães (BLOG DU, 2012).

Uma das principais bases de nossas formulações é o reconhecimento de que vivemos em uma cidade socialmente segregada, cuja elite opera com base na produção do medo, do ódio e do afastamento entre as pessoas. Superar esse estado de coisas é um dos nossos objetivos e, por isso, na nossa prática cotidiana procuramos propiciar o encontro – entre pessoas e grupos e entre as pessoas e a cidade e seus diferentes espaços e territórios. Além disso, em consonância com outros movimentos em muitas partes de mundo, nossa ação política procura incorporar a alegria, a beleza, a arte, o bom humor e o amor, entendido de forma ampla, generosa e solidária. O OcupeEstelita é a ação que melhor descreve esse modo de atuar, mas não é a única (BLOG DU, 2013).

Na perspectiva do discurso que utilizamos aqui, o movimento DU é entendido como práticas sociais que se articulam desde 2012 em torno da (re) significação dos sentidos da cidade com claro antagonismo ao discurso hegemônico da cidade moderna e neoliberal desenvolvido no Recife.

Para entendermos como se deu o processo de articulação de sujeitos e disputas nesse campo discursivo demonstraremos, inicialmente os antagonismos e, em seguida, a emergência das demandas do movimento, recuperando os conflitos e as contestações que foram o pano de

fundo de sua constituição. Identificaremos, então, as condições de possibilidade e os sujeitos políticos envolvidos no episódio na construção do discurso de cidade empregado pelo DU.

Os antagonismos aparecem a partir do momento que o Outro limita a minha existência e me transforma. Por meio do conceito de antagonismo, Laclau e Mouffe (2015) abordam o papel do conflito na formação dos discursos e na geração das condições de possibilidade de outros projetos que não o hegemônico. Tais conflitos ocorrem entre as forças antagônicas inerentes aos processos políticos, já que nos processos de articulação determinados interesses são deixados de fora. Isto constitui a lógica política do discurso. Nesse contexto, o discurso do Direitos Urbanos nasce da negação à política de desenvolvimento urbano do Recife. Esse planejamento antagonizado pelo DU é constituído pela articulação, principalmente, de dois grandes sujeitos políticos antagônicos: a Prefeitura do Recife e o mercado imobiliário/empresariado na figura do consórcio Novo Recife.

Com uma análise meticulosa do *corpus* identificamos os diversos sujeitos políticos que se contraporam ao discurso ou foram considerados inimigos/adversários do DU em algum momento de constituição de seu discurso. Nos vários eventos/lutas que ganharam confluência das pessoas e importância no grupo e ajudaram a constituir o discurso de uma cidade feita pelas pessoas, os sujeitos políticos se fizeram presentes, com maior ou menor intensidade, na tentativa de negar ou fortalecer esse discurso. A cadeia de sujeitos que segue representa todos os sujeitos políticos citados no discurso do DU que foram considerados inimigos do movimento, uns por dificultarem as ações do movimento, como Conselho de Desenvolvimento Urbano (CDU), ou aqueles considerados inimigos diretos, como as construtoras.

**Figura 17 (7) - Agentes relevantes da cadeia de diferenças**



Elaboração da autora (2017)

Podemos perceber que o inimigo comum ao grupo é o tipo de gestão/planejamento/modelo de desenvolvimento urbano do Recife e todos esses agentes convergem para esse corte antagônico. Por meio da articulação de diversas bandeiras, o movimento nega esse outro constitutivo. Na impossível busca por uma identidade plena, duas lógicas entram em jogo: A lógica da equivalência, que contribui para a articulação das igualdades entre os agentes ou entre uma série de diferentes “Outros”, a lógica da diferença, que contribui para a demarcação das fronteiras do discurso (nós e eles).

Além dos sujeitos antagônicos citados como os mais relevantes, os meios de comunicação local aparecem como sujeito político forte na cadeia de diferenças desse discurso. Na realidade sociológica estudada, há dois tipos de mídias relevantes que atuaram nesse campo discursivo, mas em caminhos opostos. As mídias tradicionais locais buscam conservar o modelo urbanístico. O DU acumula denúncias às ações das mídias locais, como TV, jornais e revistas do Estado de Pernambuco. O papel da mídia local neste discurso é de conservar o modelo urbanístico desempenhado na cidade. Quando perguntado sobre a cobertura midiática do Projeto Novo Recife e a repercussão do #OcupeEstelita na cidade, os entrevistados 4 e 6 se posicionam:

A cobertura da mídia tradicional segue os mesmos problemas da mídia no Brasil: vinculação com interesses políticos e econômicos que distorcem claramente a apresentação dos fatos. É claro que a maioria dos repórteres são bem-intencionados, querem fazer seu trabalho direito e muitas vezes se identificam com as demandas do grupo, mas as matérias são barradas na editoria. Já ouvi de um repórter, depois de eu ter dado uma entrevista explicando longamente cada detalhe das ações judiciais contra o Novo Recife, que tinha sido mandado para o protesto na prefeitura com a instrução expressa de trazer de volta uma matéria sobre a “bagunça dos manifestantes”. No início da briga contra o projeto, antes do primeiro #OcupeEstelita, houve uma cobertura mais ou menos uniforme dos três principais jornais, mas logo depois do protesto, eu soube que houve instruções claras nas redações de dois deles para que se suprimissem notícias sobre a oposição ao projeto Novo Recife. Um desses jornais que suprimiram a cobertura sobre os protestos contra o projeto pertence a um grupo empresarial que tem interesses diretos no mercado imobiliário. Construiu recentemente o maior shopping da cidade, exatamente do outro lado da ponte que liga a Zona Sul ao Cais José Estelita. Volta e meia, em graus variados de intensidade, há tentativas de desqualificação da oposição ao projeto como vindo de grupos que são contra o progresso ou como a manifestação de interesses partidários escondidos [...] (ENTREVISTADO 4, 2016).

A mídia local não, porque a mídia local na verdade ela é quase construtora, se você considerar que João Carlos Mendonça é sócio da Moura Dubeux, ta entendendo assim, e que entre os donos dos jornais não existem desacordos, ta entendendo, sabe, você não tem como dizer que essa mídia é parceira e ela não foi parceira da gente, nunca. A gente tinha amigos jornalistas que tavam interessados no assunto, que sabiam das dificuldades da gente, mas eles os barravam nas ordens superiores que eles recebiam dentro dos jornais, então a gente na verdade tinha uma cobertura favorável da mídia independente e da mídia de fora de Recife, ta entendendo? Que entendeu a luta do Estelita como

uma luta muito forte, muito importante pras questões do país, principalmente a mídia internacional, né, e que ajudou muito a gente nesse sentido. Mas a mídia local não (ENTREVISTADO 6, 2016).

Nota-se na fala dos entrevistados que parte da mídia local compõe empreendimentos de um grupo de empresários formado, em sua maioria, por famílias da região. Essas ligações com construtoras terminam por influenciar, como já visto ao longo desta análise, as ações urbanísticas na cidade. Esta concentração em poucas mãos dificulta a resistência ou o combate ao modelo urbanístico da cidade. Por interesses econômicos, a mídia tradicional local boicota qualquer tentativa que vá contra aos interesses privados desse grupo de interesse.

O exemplo do movimento Ocupe Estelita contra o empreendimento Novo Recife revela o posicionamento da mídia local de conservar o modelo hegemônico. O comportamento da maior parte da mídia local é o de ignorar a mobilização social contra o projeto Novo Recife ou de desqualificar o movimento:

[...] eles conseguiram disseminar a falácia que a gente queria que aquele lugar ficasse abandonado, tá entendendo? Eles usaram dessa estratégia de que primeiro, a gente era maconheiro e desocupado e que a gente não tinha interesse no desenvolvimento da cidade, e que a gente queria que aquele lugar ficasse daquele jeito, largado pra criminalidade e pra violência. E esse foi um discurso brocado, hegemônico na imprensa toda daqui, né, e claro que isso pega né, o canal da gente pra gente se comunicar é o facebook, é um canal não tem uma coisa, não sei o que. Então pra gente furar essa barreira foi muito complicado, eu acho que a gente é bem vitorioso nesse sentido, porque a gente conseguiu se manter apesar disso, assim a gente consegue adesão e tem conseguido cada vez mais adesão nos últimos anos né? Mas foi muito difícil, eles também produziram reação do outro lado (Entrevistado 4, 2016).

A postura da imprensa local pode ser exemplificada por uma matéria exibida no *NE TV 1ª Edição* do dia 24 de maio de 2014, com o título “Arquitetos do Novo Recife mostram vantagens do projeto para o Recife”. Nesta matéria, somente os arquitetos do consórcio falam sem que nenhuma opinião divergente tenha sido ouvida. Depois de três dias sem matérias sobre o fato, na tarde do dia 27 do mesmo ano, o *NE TV 1ª Edição* trouxe notícias das manifestações que ocorreram na véspera no acampamento do Ocupe Estelita. O foco da cobertura foi o engarrafamento causado pela mobilização na avenida em que fica o Cais José Estelita.

As mídias locais são sujeitos centrais na cadeia de equivalência a favor da construção do projeto Novo Recife. A imprensa tradicional do Recife é formada, majoritariamente, pela Rede Globo Nordeste, que é uma das cinco concessões da Rede Globo de Televisão no país, a única na região. São três os principais jornais locais: **Jornal do Comércio**, ligado ao grupo João Carlos Paes Mendonça (JCPM), um dos maiores grupos econômicos do Estado; **Diário de Pernambuco**, ligado aos Diários Associados; e a **Folha de Pernambuco**,

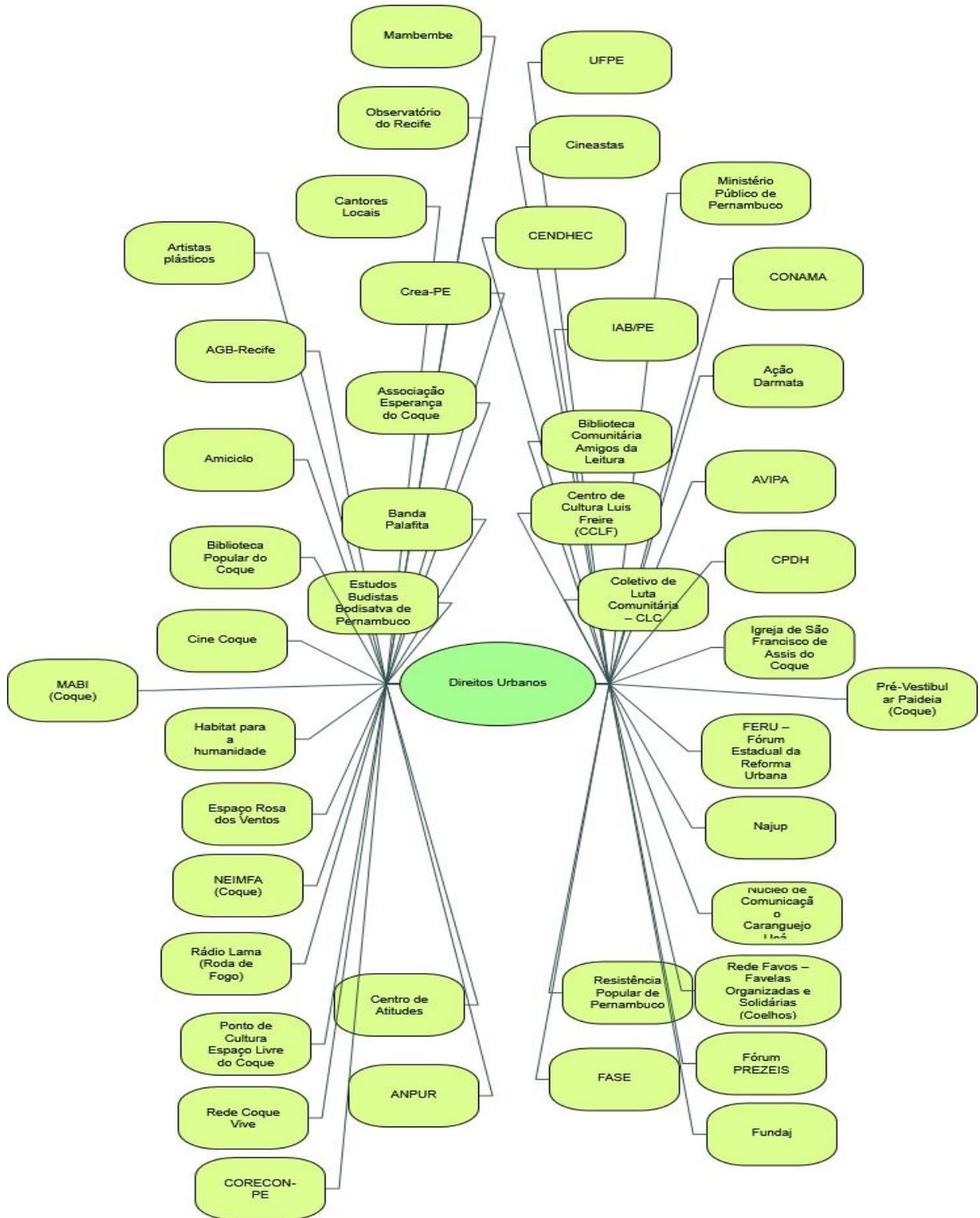
ligada ao grupo EQM, que tem suas bases no setor sucroalcooleiro. A lógica de mercado é predominante nessas relações, impõe valores e condicionamentos sobre modos de produção e distribuição, acarretando maiores consequências sobre conteúdos e natureza da informação. A mídia tradicional de Recife é caracterizada pela concentração dos meios de comunicação nas mãos de duas famílias, a uniformização e pobreza de conteúdo, falta de diversidade cultural e um consequente desequilíbrio dos fluxos de informação.

Até agora vimos os agentes que marcaram as fronteiras do discurso por meio da lógica da diferença; a lógica da equivalência, pelo contrário, nos mostra quem são os sujeitos que constituem o “nós” do discurso. A partir da análise dos dados que compõem o corpus de nosso estudo, identificamos os agentes mais relevantes na geração de condições de possibilidade para o DU como movimento social. Tais agentes têm estado envolvidos na construção e efetivação das práticas do movimento Direitos Urbanos.

Ao longo dos três anos analisados e dependendo do tema, luta ou problema, essa cadeia equivalencial diminuiu ou aumentou, tornou-se mais fixa ou fluída. O OcupeEstelita articulou uma grande quantidade de sujeitos políticos a sua causa, bem mais que as manifestações pela preservação do Edifício Caiçara ou as manifestações contra a construção dos viadutos na Agamenon Magalhães, citados no início desta seção.

A Figura 20 (7) marca todos os sujeitos políticos que se articularam às demandas que constituem o discurso analisado em algum evento histórico desse campo de discursividade. Alguns desses sujeitos estiveram mais presentes na cadeia equivalência do DU que outros, como também tiveram mais importância para constituição do discurso. São exemplos disso, o Ministério Público de Pernambuco, que ao mesmo tempo em que foi um sujeito ativo na construção do discurso, foi também uma das principais ferramentas/estratégias de ação utilizadas pelo movimento para atingir seus objetivos. Outro sujeito importante dessa cadeia de equivalência foi a UFPE, em especial os departamentos de arquitetura e urbanismo, geografia e artes que intensificaram debates e produções sobre os temas urbanos e a conjuntura urbana do Recife articulando acadêmicos e ativistas pela mesma “causa”: o Direito à Cidade do Recife. Músicos, cineastas, artistas plásticos e outros representantes de movimentos culturais também representaram sujeitos políticos relevantes nesta cadeia de equivalência. Muitas produções artísticas foram realizadas durante os três anos analisados nesta pesquisa e serviram como textos para a análise. Todos esses sujeitos com suas demandas particulares, por um objetivo maior, que chamamos aqui de ponto nodal, se articularam e formaram esta rede equivalencial.

Figura 18 (7) – Cadeia Equivalencial dos Sujeitos Políticos



Elaboração da autora (2016)

Lefebvre quando inicia a teoria sobre o Direito à Cidade alerta para a ideia de que a luta por Direito à Cidade não é uma simples tentativa de retorno às cidades tradicionais, não deve ser uma luta nostálgica, mas deve ser uma luta pela cidade transformada. Acreditamos que o DU e seus aliados, apesar de momentos de nostalgia, buscam transformar a cidade pensando nas necessidades contemporâneas para se viver nas cidades.

A cadeia de equivalência vista na figura 20(7) se formou a partir do agrupamento de sujeitos políticos e seus discursos ao ponto nodal do discurso do Direitos Urbanos: o Direito à Cidade. Este ponto nodal teve o poder de criar equivalências e produzir outros sentidos e, dessa forma, gerou possibilidades de identificação. O Direito à Cidade é um ponto nodal, segundo a TD, por ser de conteúdo genérico, gerando maior poder de identificação com a luta e, conseqüentemente, maior o número de mobilizações e sujeitos articulados.

Vale ressaltar o papel das novas mídias sociais como instrumentos para a transformação da cidade. O Movimento Direitos Urbanos utiliza as mídias alternativas como ferramenta para contestar o modelo urbanístico e político hegemônico e contestar a mídia local:

Em um dia de semana, a expectativa é de fazer um evento diferente dos #ocupeestelita, já que muitas pessoas não poderão deixar seus trabalhos, mas essa mobilização virtual é algo de que a maioria pode participar ativamente. Então, mãos à obra e vamos entrar em contato com políticos, jornalistas, representantes do Ministério Público, das gestões de João da Costa e Geraldo Julio, além dos integrantes do CDU que representam o poder público e a sociedade civil (BLOG DU, 2012).

[...] as pessoas usavam a rede para propor ideias para o protesto e para oferecer as suas capacidades e tudo mais para o protesto (TEDxRECIFE, 2014).

As mídias alternativas possibilitaram a articulação de sujeitos em uma cadeia de equivalência contra-hegemônica, na tentativa de contestar o modelo urbanístico vigente. Essa cadeia é formada por movimentos sociais, promotores de justiça, jornalistas, funcionários da prefeitura e governo do Estado a favor da causa, mídias alternativas nacionais e internacionais, grupos de audiovisual.

A eficiência da rede, da articulação de saberes que a gente vem usando a rede ficou claro, por exemplo, até pra pessoas que não eram do grupo, como promotores de justiça, como jornalistas, funcionários da prefeitura e do governo do Estado, para tentar também usar a rede e que o próprio Direitos Urbanos poder operar de uma maneira mais eficiente. E o grande exemplo disso, dessa maneira de usar a rede para tentar atuar na defesa da cidade foi recentemente agora em setembro de 2013 o caso do Edifício Caiçara, é um grande exemplo disso (TEDxRECIFE, 2014).

No dia em que escrevemos esse texto completou-se um mês desde a audiência pública na Câmara Municipal para a discussão do Projeto Novo Recife, convocada a pedido do grupo Direitos Urbanos. Só um mês! De lá pra cá, a mobilização cresceu explosivamente, com o grupo de discussão no Facebook ultrapassando a marca de 5 mil membros e com a realização do primeiro #OcupeEstelita, em 15 de abril. O debate surgiu e isso é o que faltava na cidade há muito tempo (BLOG DU, 2012).

A dificuldade que a gente tem é muito grande ter acesso a mídia no que diz respeito, colocar de maneira clara e transparente nossas posições. Então a gente recorre muitas vezes a uma ferramenta que são as mídias alternativas streaming, que por exemplo, divulgou as audiências públicas, ao vivo né? Então filmou e divulgou as audiências públicas, o pessoal de cinema é muito ligado a gente, sobretudo nos momentos mais críticos. Então o que a gente acredita é que a mídia ela depende, assim como a cidade ela devia passar também por um processo de democratização (ENTREVISTADO 6, 2016).

Entendemos que, no discurso analisado, as mídias alternativas são entendidas como facilitadoras da revolução, da mudança, da transformação, do câmbio. Esta fantasia impulsiona o entendimento dos meios de comunicação como possibilidade de uma maior apropriação de quem usa as mídias sociais, seja como indivíduo, como comunidade, grupo ou movimento. A chegada da internet teve papel relevante no fortalecimento dos processos sociais de comunicação interativa e intercâmbios em multimídia, abriu a possibilidade de espaço inédito de intercâmbio da informação, fora dos circuitos hegemônicos.

Os meios de comunicação alternativos como os blogs, sites de relacionamento e fóruns de discussão, entre outros, estão cumprindo um papel importante de informar a população e de provocar debates. Estes meios estão, cada vez mais, pautando as mídias tradicionais como a televisão, o jornalismo impresso e o rádio. Conforme Castells (2009), o advento das redes de comunicação alternativa permite a circulação de enunciados que produzem novos sentidos e efeitos para a ação social e cidadania.

Castells (2009) afirma ainda que toda dominação provocará um contrapoder. Os inumeráveis movimentos sociais urbanos que surgiram nas cidades de todo o mundo nos últimos anos podem ser considerados exemplos de resistência e contrapoder. Podemos afirmar que o meio ambiente urbano é um objeto de atenção cuja participação cidadã é a base do processo.

Demostramos o contexto político e social que contribuiu para a formação do DU como agente transformador e revolucionário e que gerou condições de possibilidade para introdução de um discurso alternativo de cidade que está em construção no Recife.

O processo de identificação dos sujeitos pelo discurso do DU é operacionalizado através das lógicas de ação e estratégias criadas pelo grupo Direitos Urbanos para articular seu discurso. As ocupações, eventos recreativos e culturais, convocação de audiências com a Câmara de Vereadores do Recife, com a Prefeitura do Recife e suas secretarias, denúncias ao Ministério

Público de Pernambuco, debates e conversas com especialistas foram práticas sociais e políticas que permitiram a identificação dos sujeitos ao discurso. Isso contribuiu para a formação das lógicas fantasmáticas: a interpelação do sujeito por uma fantasia ideológica.

Identificamos nessa formação discursiva uma lógica fantasmática que norteia o pensamento do grupo DU. O Direitos urbanos constrói-se como agente de transformação da realidade urbana e é impulsionado pelo que denominamos de *fantasia da Revolução*. Esta fantasia move discursos que contemplam projeções sobre um futuro melhor, a partir da criação de uma nova organização social, de uma nova cidade. Nada mais é que o entendimento de que é possível mudar a cidade através da luta política.

Nem todos os movimentos sociais são revolucionários e transformadores, muitos querem conservar ou preservar o existente. Os que querem um novo modelo, forma, ou paradigma, são movidos pela fantasia da revolução. As utopias políticas têm, historicamente, se transformado em projetos e justificativas para a ação reformadora ou revolucionária. Por exemplo, o movimento operário é revolucionário por causa das relações sociais nas quais está envolvido, no seu antagonismo inevitável com o capital burguês. Tem um projeto futurista por lutar por uma nova organização do trabalho. Os novos movimentos sociais, no entanto, possuem outra dinâmica, principalmente os urbanos, e sua razão de existência remete não para um antagonismo inevitável e fixo, mas para uma oposição antagônica temporal e situacional. Sem dúvida, as lutas por empoderamento feminino, pela preservação ambiental, direitos de minorias, entre outros exemplos, não podem se concretizar sem a superação de um paradigma hegemônico e sua transformação para um novo paradigma. Apesar da fluidez, os novos movimentos sociais conservam o espírito utópico de revolução. Os movimentos urbanos por Direito à Cidade e Reforma Urbana, são exemplos disso, imaginam mudar a cidade, a negação da velha sociedade em favor da nova.

Depois de problematizar o contexto em que o Direitos Urbanos emerge como possibilidade de transformação do significado de cidade e demonstrar suas lógicas sociais, políticas e fantasmáticas, podemos inferir:

X4: O Planejamento Urbano Estratégico é baseado na supremacia do paradigma moderno de urbanidade que gera crise urbana, causando um deslocamento de significados que possibilita a emergência de Novos Movimentos Sociais (NMS) como agentes de transformação dessa realidade.

Demonstraremos no último ciclo retrodutivo o caminho proposto pelo Direitos Urbanos como possível para construção de uma nova cidade.

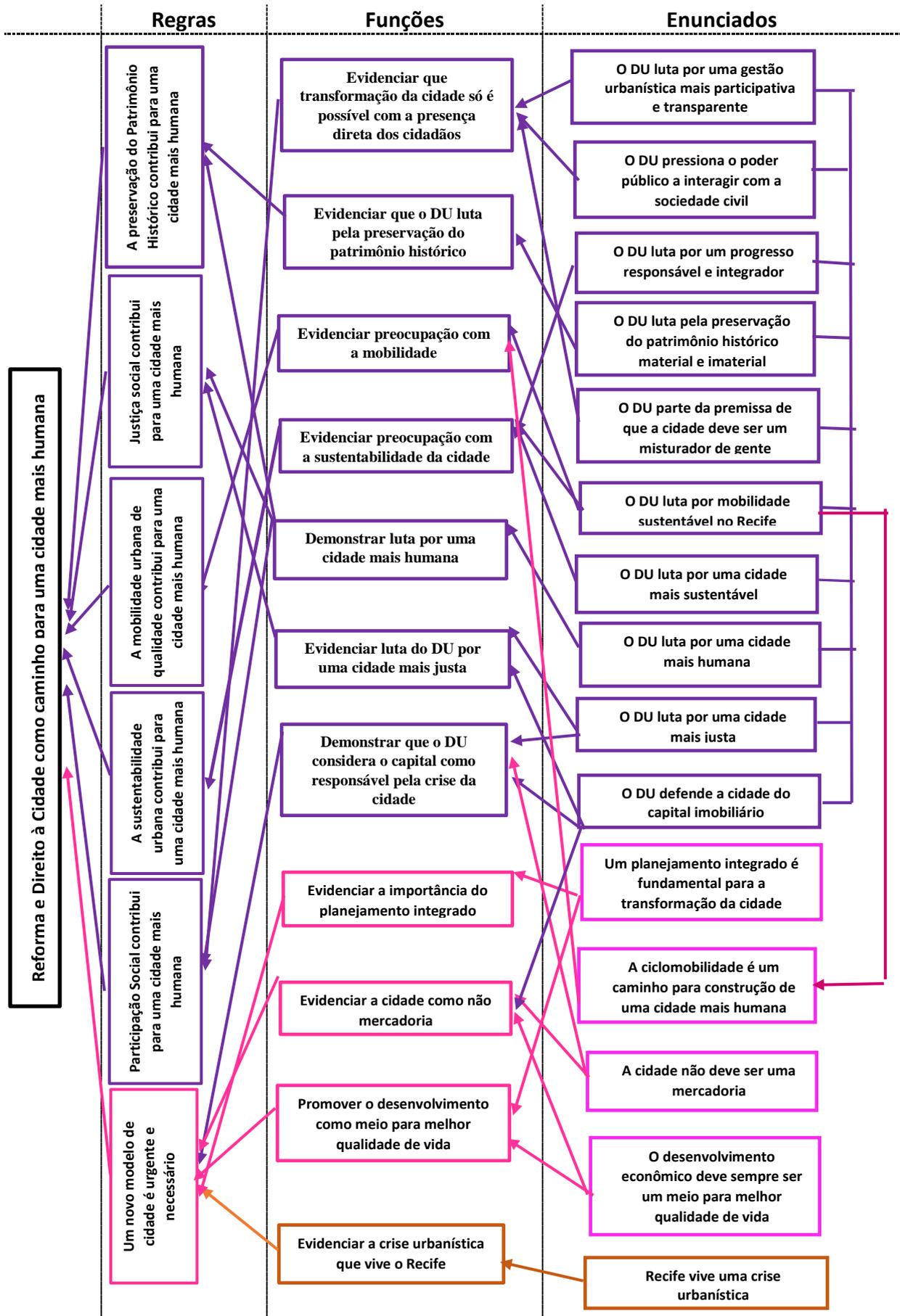
## **5. Reforma e Direito à Cidade como caminhos para uma cidade mais humana**

A formação discursiva desta seção: Reforma e Direito à Cidade como caminhos para uma cidade mais humana apresentou-se ligada a seis regras de formação: A preservação do Patrimônio Histórico contribui para uma cidade mais humana, Justiça social contribui para uma cidade mais humana, A mobilidade urbana de qualidade contribui para uma cidade mais humana, A sustentabilidade urbana contribui para uma cidade mais humana, Participação Social contribui para uma cidade mais humana, Um novo modelo de cidade é urgente e necessário. A primeira regra originou-se da relação entre duas funções e dois enunciados, a segunda entre duas funções e três enunciados, a terceira entre uma função e dois enunciados, a quarta entre uma função e dois enunciados, a quinta entre duas funções e três enunciados e sexta entre cinco funções e seis enunciados.

Foi a relação entre si estabelecida pelos enunciados que evidenciou as funções dos mesmos. Essa relação indicou para essa formação a existência de três grupos de significação: um grupo relativo às demandas ou pautas do movimento Direitos urbanos, em que dez enunciados dessa formação de algum modo se relacionam, um segundo grupo com argumentos e paradigmas de reforma, em que os enunciados demonstram a importância de um planejamento integrado, e um terceiro grupo formado por um enunciado: Recife vive uma crise urbanística.

Tais relações direcionam a elucidação dessa formação para a necessidade de Reforma Urbana como caminho para nova cidade considerada mais humana. As relações entre enunciados, funções e regras podem ser visualizadas na figura a seguir:

Figura 19 (7) - Mapa das relações da quinta formação discursiva



A lógica social possibilita a caracterização das práticas ou regimes de práticas em certo domínio social. As lógicas sociais dessa formação discursiva foram exploradas nas formações anteriores. Estas lógicas sociais de dominação criam um contexto social de crise. O discurso do DU como agente de transformação parte da possibilidade de uma Reforma Urbana como caminho para uma cidade mais humana e significa que o estado atual precisa ser modificado. As lógicas sociais dessa formação discursiva demonstram o estado de crise urbana que vive a cidade do Recife. Como dito antes, este tema já foi abordado nas formações anteriores que discutiam as características da crise vivida pelo Recife. Dessa forma, partiremos para a lógica política que permite a luta contra essas lógicas sociais predominantes.

A partir das regras de formação gerados pelos enunciados do discurso, identificamos as demandas do DU para uma Reforma Urbana. Os temas e demandas são muitas, com uma análise rigorosa do *corpus*, condensamos em cinco regras de formação baseadas nos cinco temas que seguem: Preservação do Patrimônio Histórico, Mobilidade Eficiente, Igualdade Social e de Direitos, Democracia Direta e Sustentabilidade Ambiental.

A Preservação do Patrimônio Histórico do Recife é um *momento* do discurso que articula diversos sujeitos em prol desta causa. Aparece em vários pontos de discussão do grupo Direitos Urbanos e é uma das justificativas ou motivo principal do grupo contra o Projeto Novo Recife. Considerado um inimigo do patrimônio histórico da cidade. Esse *momento* articulou diversos outros sujeitos preocupados com a questão do patrimônio histórico.

Ao analisar o impacto do projeto Novo Recife para a área do Cais José Estelita numa carta aberta em defesa da área, o movimento declara:

A área toda tem grande valor histórico por permitir, ainda hoje, uma percepção de qual foi o padrão de ocupação da cidade que se consolidou ao longo do tempo. O enfileiramento de espigões na frente d'água coloca todo o skyline tradicional como mero pano de fundo para os novos empreendimentos, ou seja, permitir essa ocupação é assumir que qualquer obra nova é mais importante do que o tecido antigo e preservado – abre-se com isso uma premissa muito arriscada para a própria razão de ser dos órgãos que deveriam ser responsáveis pela preservação do patrimônio histórico (Iphan e Fundarpe) [...]

REAFIRMAMOS nosso compromisso com o desenvolvimento urbano sustentável da cidade do Recife e com a defesa do patrimônio histórico e cultural – material e imaterial;

DEFENDEMOS a continuidade da paisagem no Cais José Estelita. Qualquer projeto para área deve obedecer à relação de reciprocidade com o patrimônio existente. Sua reabilitação deverá ser contemplada com um plano urbanístico estruturado a partir de traçado viário integrado à malha existente, da diversidade de usos, dos marcos da paisagem, dos espaços livres, coletivos e abertos, da imagem, metáforas e memória coletiva do lugar. Deve promover usos democráticos, com acesso irrestrito da população, recuperando o poder

econômico local sem criar impactos tão negativos, com uma ideia de falso progresso. Progresso de quem?

EXIGIMOS dos poderes públicos a conservação e defesa da paisagem do Cais José Estelita como nosso patrimônio. O Cais, assim como seu entorno representa um forte elemento da identidade local. Destacamos como marcos da paisagem o Forte das Cinco Pontas, os antigos galpões da Rede Ferroviária, a Igreja Matriz de São José e principalmente a Bacia do Pina, patrimônio natural da paisagem local. Entendemos que estes elementos devam ser preservados e valorizados, devendo ser estabelecida uma relação de conjunto. É forçoso ressaltar que o próprio Cais, como condição altamente representativa da ocupação urbana holandesa, tão cara aos recifenses, é uma faixa de terreno tão importante quanto, ou mais que os edifícios nela erguidos. (BLOG DU, 2012)

Em uma crítica ao papel do CDU da cidade, o grupo deixa claro a importância da preservação do patrimônio histórico:

O patrimônio ambiental, a qualidade urbana e o patrimônio histórico são bens que, uma vez perdidos, podem nunca mais ser recuperados. Quando isso acontece, a cidade que poderíamos ter construído fica no passado. Por isso, é preciso que o CDU abandone o papel de uma mera instância de validação de decisões do poder executivo, sem discussão prévia com a sociedade, e se coloque em condições de agir como protagonista do debate sobre a cidade que queremos (BLOG DU, 2012).

Em uma carta que pede o tombamento do Cotonifício da Torre, fábrica fundada em 1884 e fechada na década de 70 do século passado, a importância do patrimônio histórico da cidade volta a ser discutido:

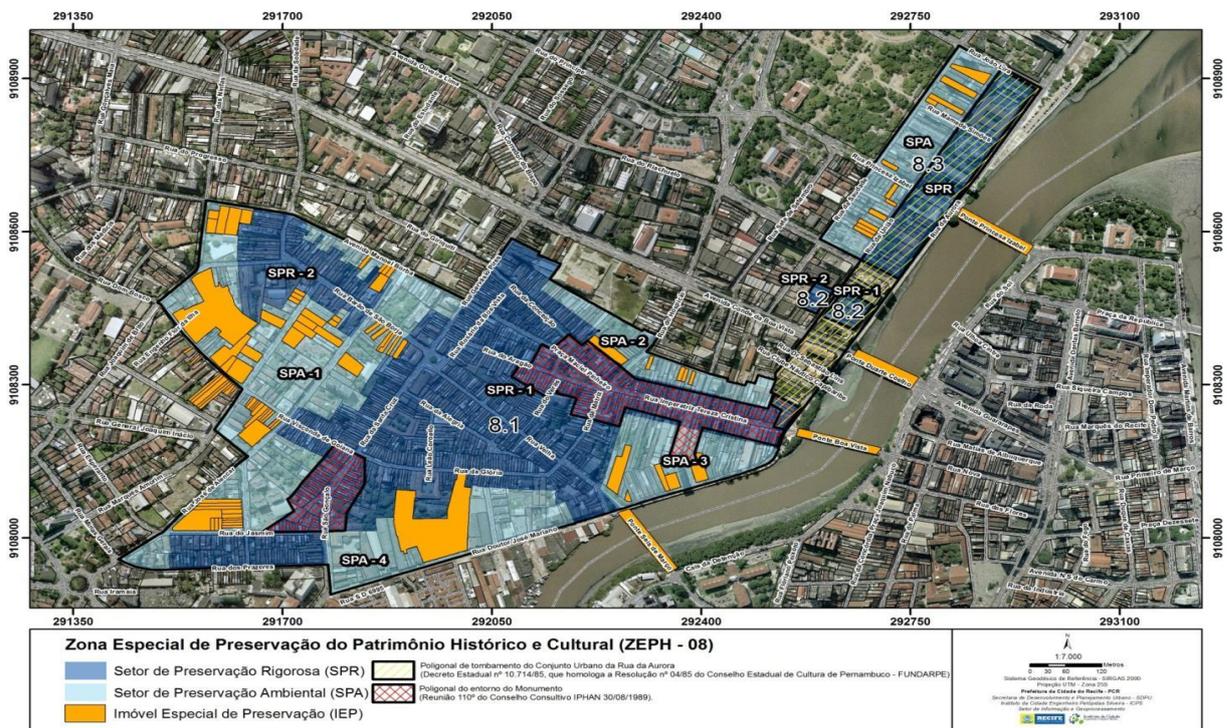
Algumas diretrizes para a sua transformação nesse sentido são de relativo consenso dentro do grupo: toda a área verde deve ser tornada pública e virar um parque; a vegetação de grande porte deve ser preservada; todo o patrimônio histórico deve ser recuperado, ter sua visibilidade restaurada e ser destinado a algum equipamento de livre acesso ao público, como um mercado público ou uma biblioteca pública, como a de Medellín, na Colômbia (CISNEIROS, 2013).

Essa crítica está presente em outras lutas na cidade como a preservação do Edifício Caiçara, Fábrica de Camaragibe e da Fábrica da Tacaruna, três edifícios históricos considerados importantes para o patrimônio arquitetônico da cidade. As movimentações em torno da preservação de alguns edifícios considerados patrimônios históricos relevantes para a memória da cidade é pautada, principalmente, pelo fato de Recife ter em seu plano diretor a obrigatoriedade da preservação de áreas históricas.

O Plano Diretor da Cidade do Recife (lei 17511/08) e a Lei de Uso e Ocupação do Solo (lei 16176/96) estabelecem, dentre as formas de zoneamento aplicáveis à cidade, Zonas de Proteção de Patrimônio Histórico e Cultural (ZEPH), definidas como “*áreas formadas por sítios, ruínas, conjuntos ou edifícios isolados de expressão artística, cultural, histórica, arqueológica*

ou paisagística, considerados representativos da memória arquitetônica, paisagística e urbanística da cidade” (art. 114 Plano Diretor). Os arts. 115 e 117 remetem a regulamentação do uso e ocupação do solo nas ZEPHs, a disciplinamento por lei específica, na forma de planos urbanísticos com detalhamento das regras de ocupação e parâmetros construtivos para a área. A imagem a seguir demonstra a ZEPH-8, área onde se encontra o Cais José Estelita e toda área da Bacia do Pina que é alvo do projeto de revitalização de áreas centrais o Novo Recife.

**Figura 20 (7) – Mapa da área do Plano Urbanístico da ZEPH-8**



Fonte: Prefeitura do Recife (2016)

No entanto, são muitos os sentidos dados ao patrimônio histórico nesse discurso. Na imagem a seguir podemos verificar os sentidos em torno da demanda de Preservação do Patrimônio Histórico na cidade do Recife.

Figura 21 (7) – Sentidos para a Preservação do Patrimônio Histórico



Elaboração da autora (2016)

Outra demanda que gerou confluência e que é fundamental na luta pelo Direito à Cidade desempenhado pelo DU no Recife é a questão da mobilidade urbana. Este tema gerou recorrentes enunciados que culminaram na regra de formação A mobilidade urbana de qualidade contribui para uma cidade mais humana.

O tema foi objeto de análise e protesto do grupo durante os três anos analisados, mas principalmente em 2012. No ano de 2012 foram discutidos os impactos de obras como a construção dos viadutos na Avenida Agamenon Magalhães no centro da cidade e do projeto Novo Recife, no Cais José Estelita na mobilidade da cidade. Alternativas para o sistema de mobilidade urbana baseado, predominantemente, no automóvel foram propostas e discutidas amplamente pelo grupo, *“como forma de mostrar para os recifenses que existem maneiras alternativas de enfrentar os problemas de mobilidade na nossa cidade”* (BLOG DU, 2012). Foram dessas discussões que nasceu, em 2012, a Ameciclo - Associação Metropolitana de Ciclistas do Grande Recife - com o objetivo de atuar politicamente por meio de atividades educacionais, desportivas e culturais com a prioridade para conscientização do caráter público do tecido urbano e a necessidade de humanizá-lo por meio da convivência pacífica entre as diferentes modalidades de transporte.

As falas analisadas deixam claro a crítica à mobilidade centrada no transporte individual e privado e as consequências negativas que essa prática acarreta para o cotidiano das

idades. As falas contra o projeto Novo Recife e outros implementados no Recife pontuam o pensamento de que a cidade vive um colapso quando o assunto é mobilidade:

Nosso encontro acontecerá no terreno emblemático do Cais José Estelita, em que se planeja a construção de um restrito complexo imobiliário empresarial e habitacional de alto luxo, que prevê a construção de uma dezena de torres, sem consideração ao desenvolvimento sustentável da cidade, alimentando a lógica de mobilidade centrada no uso do transporte individual privado, desconsiderando a história do lugar e o significado da paisagem para as pessoas [...] (BLOG DU, 2012)

Ainda que seja compreensível a relutância das pessoas para pelo menos diminuir o número de carros e que elas tenham direito de usá-los, permanece uma questão ainda mais grave, a saber: o custo social e ambiental do carro. Poucas pessoas discordariam que seria melhor deixar para os seus filhos um mundo menos poluído ou que gostaria de viver num ambiente urbano menos hostil. O uso do carro, contudo, tem um forte impacto ambiental porque promove a poluição visual, auditiva e respiratória. Ele também expressa a irracionalidade do individualismo: um transporte de duas toneladas para transportar, em vários casos, uma única pessoa de oitenta quilos. Além disso, o gasto energético e ambiental para a produção do carro é exorbitante. Os impostos não recuperam esses gastos, pois o manejo e a exploração de recursos para a produção do carro é impactante, talvez incontável e não dá para revertê-los num curto prazo. Ademais, existe uma forte emissão de CO<sub>2</sub> derivada do uso do carro. Resta saber se não é a hora de experimentar, pelo menos uma vez, outras formas de mobilidade que onerem menos nosso planeta e a nossa vida ou será que vamos permanecer naquilo que chamo falácia da esperança: um dia inventaremos uma técnica que irá solucionar todos os nossos problemas (ANDRADE, 2012).

Muito tem se falado da mobilidade das cidades, que é a capacidade das pessoas de se moverem, mas é comum encontrar na capital pernambucana exemplos de imobilidade. Por toda parte, em vários bairros, nobres ou da periferia. A impressão é de que o sistema viário vai sendo implantado e ampliado aos trancos, em pedaços, muitas vezes sem conexão entre uma obra e outra. São ruas que acabam no nada, ligações que terminam simplesmente porque há imóveis instalados irregularmente no caminho (BLOG DU, 2012)

Na medida em que tudo conspira contra o pedestre a cidade se desumaniza e faz da forma mais saudável de mobilidade e menos onerosa ao meio ambiente uma epopeia cujo desfecho quando não é completamente trágico é o sintoma agonizante da exclusão social (ANDRADE, 2013).

O que se tem é uma discussão de mobilidade toda presa no curto prazo, em ações pontuais, enxugamento de gelo, perdendo a oportunidade de adentrar na verdadeira relação entre mobilidade e controle urbano, que é o quanto a maneira como construímos nossa cidade influencia os deslocamentos nela. É a mesma lógica da decisão gambiarra de curto prazo vale para todas as outras questões sob controle da Secretaria de Mobilidade e Controle Urbano: desde o ordenamento do comércio informal até a aprovação de grandes empreendimentos de impacto (claro, com dois pesos e duas medidas para o camelô e para o shopping) (CISNEIROS, 2013).

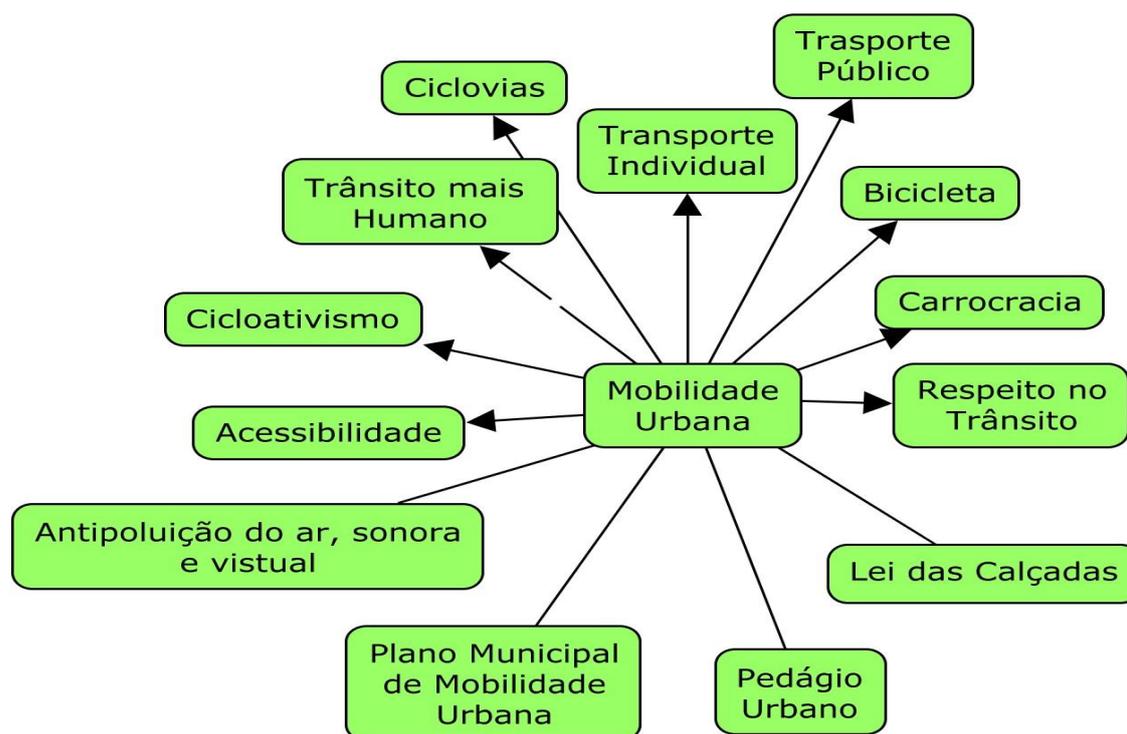
[...] Essa fragmentação, típica da condução da política urbana em Recife, é o que faz com que, por exemplo, se discuta mobilidade de forma divorciada do planejamento do uso do solo e da conveniência de grandes empreendimentos ou que se discuta habitação sem se falar de como a verticalização excessiva pressiona os preços e afasta a população mais pobre das áreas centrais da cidade [...] (BLOG DU, 2013).

Como visto, a auto mobilidade baseada no automóvel pode gerar uma divisão social, onde, de um lado, são as elites dromocráticas, que valorizam a mobilidade, acima de tudo, porque elas sabem que ocupar e controlar um território é ter uma posição dominante, e os excluídos impossibilitados de mobilidade justa e adequada.

Em resumo, não existe solução possível a favor do automóvel para o problema criado pelo automóvel, assim como não existe almoço grátis. Ou se enfrenta a carrocracia e se pensa na mobilidade como um todo, na mobilidade das pessoas, ou se lava as mãos e se espera o colapso. Esse projeto da Beira-Rio é somente uma gambiarra de R\$ 57,5 milhões, dinheiro que não está sendo gasto em outras prioridades, para adiar o colapso de um modelo de mobilidade baseado, dentre outras coisas, em um suposto direito de circular de graça com seu automóvel. O almoço grátis dos usuários de carro nessa via está sendo pago por todo mundo nessa cidade. 2. A mesma lógica errada de tratar o problema da mobilidade com o foco na mobilidade dos carros e pelo investimento de infraestrutura está no projeto que permitiu “abrir espaço” para a avenida: o edifício-garagem da Faculdade Maurício de Nassau. A lógica não difere muito do caso acima: infraestrutura gera demanda também no caso do estacionamento (BLOG DU, 2014).

Baseado no referencial teórico proposto nesta tese, podemos observar que o discurso do DU sobre a mobilidade demonstra a preocupação com os efeitos da ditadura das tecnologias da velocidade no corpo político social. A lógica da aceleração investe constantemente em vetores tecnológicos, promove um assalto real sobre a vida humana. Essa aceleração causou, no caso de Recife, uma divisão social entre uma minoria que circula de automóvel pela cidade e uma maioria paralisada sem o privilégio da mobilidade (VIRILIO, 1977, 1978). Na imagem que segue é possível visualizar os sentidos fixados ao termo mobilidade.

Figura 22 (7) – Sentidos para Mobilidade Urbana



Elaboração da autora (2017)

O discurso da sustentabilidade também se faz presente na construção dessa formação discursiva através da regra de formação A sustentabilidade urbana contribui para uma cidade mais humana. A preocupação com a sustentabilidade aparece na fala diversas vezes como fundamental para o futuro do Recife, na crítica a gestão da prefeitura do Recife e aos projetos implementados por ela, como o projeto Novo Recife:

O #ocupeEstelita será um grande ato da sociedade civil em defesa do direito às cidades sustentáveis, pelo meio ambiente e em protesto por um uso do solo responsável, ambientalmente equilibrado e socialmente justo na Região Metropolitana do Recife (BLOG DU, 2012).

O projeto é apresentado pelos proponentes como um motor da transformação do Recife. Mas, na prática, a cidade a que o projeto diz se integrar é somente aquela que lhe convém, aquela que confirma as formas de usar a cidade pelo público alvo das construtoras e que nega as dos demais grupos sociais. O Projeto repete em grande escala os erros do nosso processo de desenvolvimento urbano que vem, lote a lote, sistematicamente elegendo e exaurindo áreas, sem os devidos cuidados com os impactos sobre o meio ambiente natural e construído e, principalmente, sem servir como meio para a superação de injustiças (BLOG DU, 2012).

Parece-nos uma temeridade que se esteja querendo adensar o bairro de Santo Amaro nesse passo. Estimativas realizadas por um membro dos Direitos Urbanos apontam que caso utilizemos os coeficientes construtivos máximos, atualmente previstos na legislação para todo o bairro, teremos um acréscimo de

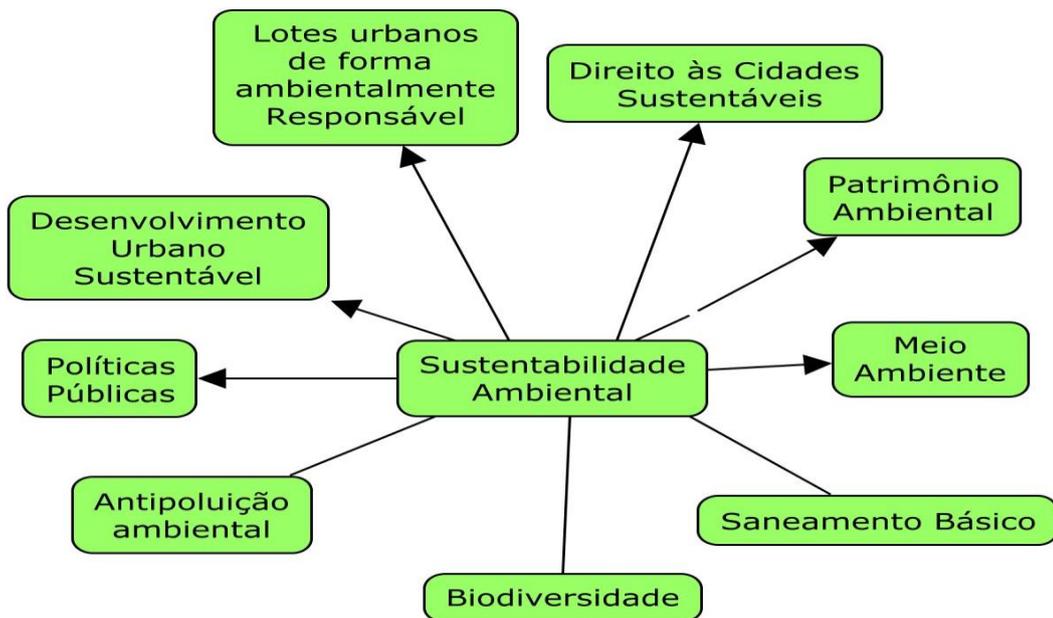
quase UM MILHÃO DE PESSOAS e 250.000 CARROS no bairro de Santo Amaro. Isso é legal? Parece que sim, pois assim está na legislação. É legítimo? E como vai ficar a vida da população que circula, trabalha e mora nesse bairro? É sustentável? Com certeza não, nem do ponto de vista urbano, aqui falando de todos os sistemas envolvidos: esgotamento sanitário, drenagem, abastecimento d’água, produção de lixo, mobilidade, paisagem, microclima, vegetação, espaços, públicos, em resumo bem-estar urbano, e menos ainda é sustentável ambientalmente e socialmente. Duvido também da sustentabilidade econômica (ALCANTARA, 2013)

Em 2014, numa carta Aberta no Fórum Socioambiental de Aldeia sobre o Arco Metropolitano, o movimento Direitos Urbanos faz críticas ao modelo de planejamento das políticas de mobilidade para a Região Metropolitana do Recife e demonstra preocupação com os impactos ao meio ambiente natural:

Desde o anúncio da vinda da FIAT para Pernambuco que se fala na construção de uma alternativa viária à BR101, saturada e em péssimas condições, para se fazer a ligação entre a região de Suape e a área industrial que vem se desenvolvendo no litoral norte do estado. O problema é que, como de costume, o Governo do Estado trata o meio ambiente preservado como mero estoque de área para projetos típicos do desenvolvimentismo clássico dos anos 70 e, dentro dessa lógica, aprovou um traçado para a rodovia que passa por unidades de conservação que guardam grandes partes contíguas de Mata Atlântica. Os grupos ambientalistas agora se mobilizam para tentar impedir essa opção de traçado mais destrutiva da natureza. Segue abaixo a carta-aberta do Fórum Socioambiental de Aldeia, endereçada ao governador (BLOG DU, 2014)

Na imagem a seguir estão os sentidos fixados em torno da demanda “Sustentabilidade Ambiental”.

**Figura 23 (7) – Sentidos Para Sustentabilidade Ambiental**



Elaboração da autora (2017)

Uma das grandes pautas da agenda do Movimento Direitos Urbanos foi a participação popular na gestão urbana. Vários sentidos foram articulados em torno da necessidade de uma “Democracia Direta” que permitisse o acesso, participação e controle da população no planejamento e nas políticas de urbanização da cidade do Recife. A regra de formação Participação Social contribui para uma cidade mais humana reflete a demanda por democracia direta, como pode ser visto nos enxertos retirados do *corpus*:

De fato, mundo a fora, são as cidades da periferia econômica global as que mais sofrem com o processo desregulado do uso de espaços por uma lógica muitas vezes cega a indivíduos e populações mais frágeis. Em países com democracia mais fortalecida e com menos desigualdades, o Estado tem mais sucesso em sua tarefa regulatória. Por outro lado, é comum ver em cidades como o Recife, alguma forma de cooptação de governantes, parlamentos, cortes e órgãos de regulação (onde os há) por interesses privados e alguma forma cruel de corrupção privatizante e particularista de interesses públicos (HOLMES, 2012).

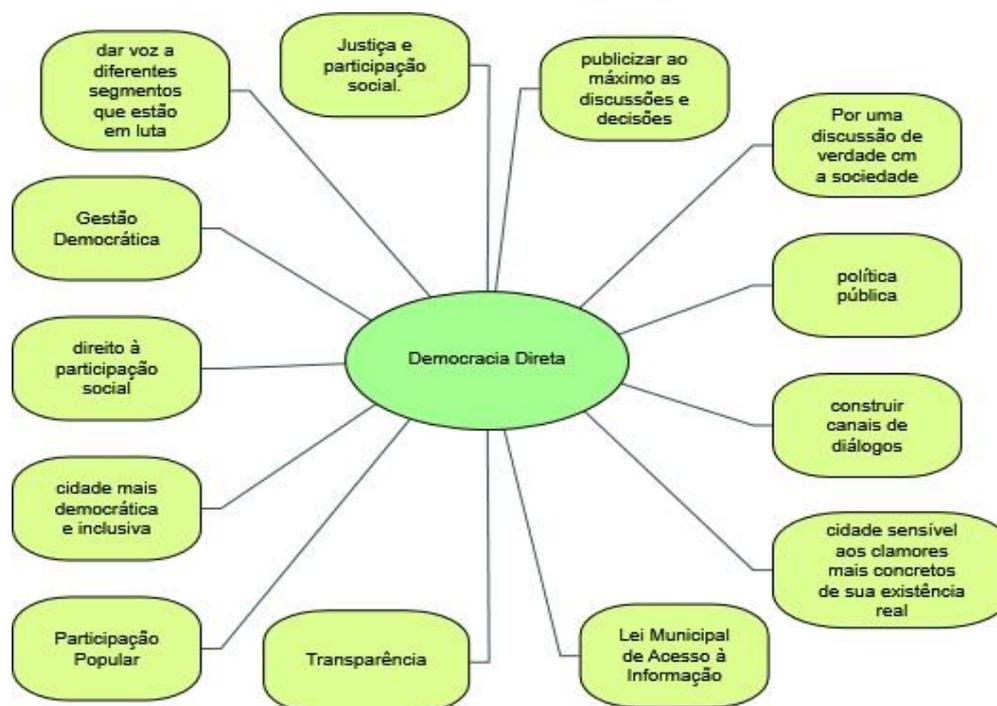
Por isso, democracia não quer dizer apenas uma forma de tomar decisões dominada pelo poderoso do momento (seja lá como ele tenha se tornado poderoso), senão uma que leve em conta procedimentos e respeite os limites mínimos de direitos que cabem a cada um e a todos os indivíduos (BLOG DU, 2012).

Modernizar tornou-se a palavra mágica que justifica um pouco mais do mesmo. A exclusão de setores importantes das decisões se dá sem nenhum tipo de cuidado ou vergonha. Tomam-se decisões unilaterais, sem ouvir possíveis implicados. Ignora-se o respeito a regras jurídicas sem as quais nenhuma democracia funciona. Tudo em nome da redenção desenvolvimentista (HOLMES, 2013).

Um primeiro round dessa briga vai ser travado a partir de fevereiro, com a discussão do Projeto de Lei que institui o Conselho da Cidade. Conselhos como este são instrumentos de democracia participativa, e a ideia da democracia participativa é tentar sanar aquela falha das instituições, dando ao cidadão o papel de fiscal da administração, fazendo da própria sociedade o “freio e contrapeso” mais importante à administração pública. A democracia participativa é, na teoria, uma partilha de poderes e responsabilidades entre administração e população, ou melhor, uma devolução para o povo do poder que dele emana. Mas essa ideia tem sido sistematicamente boicotada em Recife. A revisão da Lei Orgânica feita em 2007 retirou o caráter deliberativo dos conselhos e os conselhos têm sido tratados somente como validadores de decisões feitas a portas fechadas. O Conselho da Cidade, que vem como uma proposta das Conferências Nacionais da Cidade para refundar o modelo de democracia participativa, chega na Câmara com uma proposta já bastante esvaziada pela atual gestão municipal, que parece ter medo, como todas anteriores, da colaboração e da fiscalização da população. Mas, sendo ele a primeira arena onde muitas lutas sobre o futuro da nossa cidade acontecerão, é preciso garantir que esse espaço seja de fato democrático, transparente (BLOG DU, 2014).

Os sentidos fixados em torno dessa demanda são diversos e conglomeram lutas como justiça, participação popular, transparência e acesso à informação:

**Figura 24 (7) – Sentidos para Democracia Direta**



Elaboração da autora (2016)

Todas essas demandas que constituem a formação discursiva avaliada e que gira em torno do ponto nodal que denominados aqui de “Direito à Cidade”, representam as demandas por diversos direitos. O direito ao patrimônio histórico, à mobilidade de qualidade, à uma cidade que proporcione melhor qualidade de vida aos seus cidadãos, à participação efetiva do cidadão no planejamento da cidade são demandas que se articulam a uma demanda que não está diretamente ligada às questões urbanísticas que chamaremos aqui de “Igualdade Social e de Direitos”, representado pela regra de formação Justiça social contribui para uma cidade mais humana.

Em 2013, principalmente pela conjuntura de manifestações nacionais que ocorreram em todo o país, o DU articulou demandas como direitos de minorias de mulheres, negros e gays; reforço do Estado laico, igualdade social, entre outras.

Esta demanda expandiu o discurso empregado pelo DU articulando grupos e minorias sociais e suas diferenças à uma cadeia de equivalências em torno da necessidade de Direito à Cidade.

Figura 25 (7) - Sentidos para Igualdade Social e de Direitos



Elaboração da autora (2016)

A regra de formação Um novo modelo de cidade é urgente e necessário somada as demais regras de formação compõem um mote para a Reforma Urbana. No entendimento do DU a cidade do Recife necessita de

[...] Não nos colocamos contra o desenvolvimento, contra as transformações. Entendemos que a cidade é viva! Cada habitante dá vida a sua cidade, por isso exigimos que as transformações urbanas ocorram na perspectiva do desenvolvimento humano, voltadas para a qualidade de vida das cidadãs e dos cidadãos que habitam, vivem e constroem a cidade no seu dia a dia. A área em questão não só precisa ser preservada pela memória que representa, como precisa ser responsabilmente transformada e utilizada como ferramenta de ativação do Bairro de São José, a partir de suas próprias características históricas e culturais. Há um grande potencial sendo desperdiçado com a intervenção proposta. A cidade do Recife é de todos e todas, de toda população recifense. A cidade do Recife não é e nunca poderá ser do capital imobiliário; não é e nunca poderá ser destinada ao lucro de poucos (BLOG DU, 2012).

[...] um novo modelo de Conselho das Cidades ou Desenvolvimento Urbano, nos moldes das diretrizes da gestão democrática e participativa prevista no Estatuto da Cidade, onde a sua representação expresse o campo de discussão da

política urbana. Este modelo de gestão está previsto no Plano Diretor do Recife e nas deliberações das últimas conferências das Cidades, de forma a permitir que a política local seja objeto de escuta e com capacidade decisória junto a sociedade civil [...] (BLOG DU, 2012).

Três lógicas fantasmáticas contribuem para construir o discurso Reforma Urbana e Direito à Cidade como caminhos para uma cidade mais humana: fantasia da *cidade feita pelas pessoas*, fantasia da *democracia plena* e a fantasia por *Reforma Urbana*.

A ideologia presente no discurso que o movimento Direitos Urbanos tenta normatizar através do ponto nodal “Direito à Cidade” é a de que uma cidade mais justa, democrática e habitável para os cidadãos é aquela feita pelas pessoas. A marca principal do DU, presente em todo o seu discurso é “Direitos Urbanos – Recife/ Porque a cidade é feita pelas pessoas” o que demonstra a fantasia de que uma nova cidade se faz com a presença de todos, o planejamento urbano é feito ouvindo todos os cidadãos e a gestão pública é feita em conjunto com a população. Diante deste pensamento, esse discurso agrega uma quantidade grande de sujeitos em torno de si, encobrendo diferenças em suas identidades para que seja possível uma “cidade melhor”, uma “cidade que queremos”. Na fala de alguns entrevistados, esta fantasia salta nos argumentos de “a cidade ser uma comunidade”, “dar poder as pessoas para mudar a cidade”, o pressuposto de que todas as pessoas querem participar, querem fazer parte do processo, “a cidade que não é feita pelas pessoas é alienada”:

[...] Olha, bom, a cidade não está a venda né, a cidade não é uma mercadoria, eu acho que é muito fundamental pra mim cada vez que eu reflito mais nisso assim, os bens comuns tem a ideia de communis, ta falando muito disso, o meio ambiente é um communis, patrimônio histórico é um communis, a cidade é um communis, então assim os bens comuns não podem se tornar mercadorias, certo? Eles perdem a natureza deles quando se tornam mercadoria, eu já to meio filosofando em cima disso e na questão de economia se discute muito isso. Certas coisas que não são mercantilizadas que você não consegue incluir dentro da lógica do mercado pra resolver, vamos dizer assim, então eu acho assim eu tenho essa ideia que a cidade é um communis e como um communis ela tem que ser, ela é de todas as pessoas e tem que ser gerida pelas pessoas [...] (ENTREVISTADO 4, 2016).

[...] Então pra mim é assim qual o modelo de cidade que a gente propõe, é justamente inverter isso, uma cidade que as pessoas retém o máximo de poder fazer. Então horta comunitária em Casa Amarela, pra mim é um exemplo, porque ta lá um terreno abandonado, que pode ser um espaço público as pessoas foram lá e fizeram a praça, o máximo que a prefeitura podia fazer era não atrapalhar, entendeu assim, isso é muito bom porque as pessoas criaram o espaço público, então é um espaço público muito mais apropriado pro elas, elas tomam cuidado, negociam assim supercuidadoso, não tem pichação, não tem nada porque elas construíram. Então assim todas elas têm cuidado por aquilo, então pra mim isso é um modelo de cidade, sabe assim, que é, mas pra mim diz muito sobre a cidade toda, uma cidade feita, uma cidade para as pessoas tem

que ser feitas pelas pessoas, então não adianta ir contra isso [...] (ENTREVISTADO 4, 2016).

[...] dentro da cidade não é só o direito de acesso o que a cidade oferece e isso é massa, porque eu pensava muito no direito à cidade como uma coisa que Recife não tem, que é acesso à cidade, as pessoas não tem acesso à educação, saúde, mobilidade, habitação, já falta isso, Recife é uma cidade falha já nisso, mas isso é pouco porque diz que o direito à cidade é o direito a construir a cidade que você quer, e construir como um sonho coletivo que você se constrói junto com a cidade que você quer, e isso ta muito bem hoje. Então assim, quando você chega no Coque não tem, sabe assim, habitação, né, digna, vamos dizer assim, moradia digna em algumas partes, vamos dizer assim, não tem saneamento, as pessoas não tem acesso a emprego, não tem acesso... Tudo isso já é grave, mas faz parte de um sistema, aí eu acho que é fundamental, e que falta democracia, ou seja, a cidade cresce de forma alheia, alienada melhor dizendo, pronto eu usei esse termo uma vez, assim do tipo, a cidade cresce de forma alienada as pessoas, a cidade cresce e a gente não sabe porque, a cidade cresce e a gente não sabe da onde veio aquilo, sabe, as coisas acontecem sob você sem você saber porque aquilo aconteceu [...] (ENTREVISTADO 4, 2016).

Pela fantasia de uma *cidade feita pelas pessoas*, no Recife, agentes relevantes na articulação discursiva procuram atrelar a essa prática uma gama de possibilidade e novos desafios, em termos de conseguirem modificar ou reformar as práticas de gestão e participação popular na cidade.

Outra fantasia importante que movimenta e justifica o discurso do movimento é a fantasia da *democracia plena ou direta* que está ligada a fantasia anterior. Uma nova cidade se faz em um sistema democrático que permita o amplo acesso e ação dos cidadãos, ou seja, participação popular em todas as suas classes e diferenças. Este sentido está presente em todo o discurso e foi um momento importante e articulador de sujeitos junto ao Direitos Urbanos, como pode ser visto na fala dos entrevistados:

Quando você faz um shopping feito o RioMar e duplica o tempo de deslocamento de alguém que passa por ali, que passa de ônibus por ali, as pessoas todas foram afetadas sem serem consultadas, sem saber porque aquilo ali aconteceu, e sem serem convencidas que aquilo era necessário. A cidade cresce de forma alheia as pessoas vamos dizer assim, então pra mim o problema fundamental é um problema de democracia, então quando você quer regrab os espaço público [...] esse é o tipo de cidade em que, são duas coisas que são casadas, é a questão do espaço da imobiliária, da mobilidade individualizada que ta casado com o modelo de cidade no qual as pessoas não tem direito a voz sobre o que acontece com elas [...] (ENTREVISTADO 4, 2016).

É, precisaria democratizar o processo, [...] eu acho que o DU ele tem uma tal disposição pra o debate, um prazer mesmo no debate, acreditar que aquilo já é alguma coisa, que mostra que seria possível a gente olhar pra Recife com mais disponibilidade, e descobrir que coisas que a gente ta tentando mudar, na verdade podem ser soluções que a gente já tem, sabe? (ENTREVISTADO 5, 2016)

A fantasia de um sistema político que permita a efetiva participação popular está fortemente presente no discurso analisado e parte do pressuposto de que o sistema atual não é democrático. Democracia direta é critério primordial para construção do Direito à Cidade. Todos os envolvidos na luta por um novo Recife estão movidos pela ideia de que é impossível as pessoas fazerem parte da construção da cidade e usufruir dela se o sistema democrático não funciona.

O discurso do DU tem como demanda central a *Reforma Urbana*. Em todas as falas analisadas nota-se a crítica ao modelo de gestão urbana e a necessidade de uma reforma. No discurso não está claro que reforma é essa e onde é necessário reformar. Há posições diferentes em algumas falas, mas todas convergem para a necessidade de mudar.

Numa cidade onde o impacto do desenvolvimento urbano excludente tem sido vivido por todos e todas, é fato que uma parte da população tem sofrido há muito mais tempo. O impacto do incêndio dos Coelhos, como em outros momentos, será sentido apenas pelas famílias afetadas. Em breve, cairá no esquecimento da mídia e dos governantes (LEITE, 2013).

À contramão da necessidade de “reforma urbana já”, como dizia o lema da 5ª Conferência Municipal do Recife, há uma imensa pressão por aprovação de empreendimentos de impacto nessa cidade promovida por agentes econômicos poderosos, enquanto que essa mesma via de pressão ignora ou não se incomoda em ver “pegar fogo” as comunidades pobres do Recife (BLOG DU, 2013).

Os esforços dos gestores públicos precisam estar sintonizados com o discurso que fala em “cidade mais justa”. A prática tem que dar conta de uma inversão de prioridades urgente e necessária. Essa cidade não aguenta mais impacto, seja o que atinge a todos e todas como o caos no trânsito ou com os alagamentos frequentes, seja o impacto causado pela negação dos direitos à moradia adequada e à cidade, refletida em precárias condições de vida para famílias dos Coelhos e de outras áreas da cidade (LEITE, 2013).

Em um artigo sobre um incêndio ocorrido em 2013 no bairro dos Coelhos, área central do Recife, a fala de um participante resume bem o pensamento do grupo:

A reforma urbana é urgente e, para avançar, o Recife precisa reconhecer e respeitar as conquistas e direitos relacionados ao seu patrimônio histórico, ambiental e social. Os impactos de intervenções desarticuladas e do descaso podem ser devastadores como incêndios, e, diferente do que ocorreu nos Coelhos, serão lembrados por presentes e futuras gerações (LEITE, 2013).

Entre os anos 2013 e 2014, a “Reforma Urbana” foi uma demanda frequente na construção do discurso do movimento:

Este cenário, assim como as manifestações de junho e julho de 2013, aponta para pautas urgentes: uma Reforma urbana que reverta esses processos de gentrificação e mercantilização do espaço urbano e garanta mobilidade de qualidade, uma Reforma Política que combata o financiamento privado de campanhas capitaneado pelas grandes construtoras e que faz dos gestores

públicos gerentes da cidade como grande negócio imobiliário, uma Democratização da Mídia e uma ampliação da esfera pública, que possibilite uma Mediação de Conflitos Sociais sem criminalização dos movimentos e a repressão militarizada das manifestações ((BLOG DU, 2014).

Tendo como mote a luta por Reforma Urbana, a lógica política do discurso do DU permite que o grupo estabeleça seu sistema de significados que o constitui como sujeito político capaz de emplacar novos sentidos ao que se entende por cidade, especialmente, a cidade do Recife em um momento de crise de hegemonia do discurso. Neste momento, novos sentidos buscam se estabelecer no campo discursivo e é relevante questionar que significados são dominantes nesse discurso. Segue trechos que buscam significar o discurso que será aqui denominado de “Recife possível” por representar os anseios do movimento por um “Recife Novo”, por um “Recife um que queremos”, “por uma cidade feita pelas pessoas”:

#### Quadro 8 (7) - Sentidos para uma “Recife Possível”

Definição para Cidade (2012 -2014)	Sentidos associados ao termo
Sendo assim, o DU pode ser entendido como um modo novo de ação política, ainda em fase inicial, mas que já apresenta alguns resultados concretos importantes, que revelam o seu potencial para uma transformação mais ampla e profunda em direção a uma cidade mais justa, igualitária, humana e sustentável – uma cidade voltada para o interesse público e para as pessoas e gerida de forma radicalmente democrática (BLOG DU, 2012).	Justa, sustentável, pública, democrática, igualitária, humana
A ocupação do Cais faz parte de um conjunto maior de ações que vêm sendo tomadas por grupos da sociedade civil como forma de pressionar e exigir a responsabilização do poder público para garantir os direitos dos cidadãos a uma cidade e vida dignas (BLOG DU, 2012).	Dignidade
[...] vejo no Cais José Estelita uma grande possibilidade de se lutar para que seja criado um espaço para tornar Recife uma cidade mais habitável (BLOG DU, 2012)	Habitável
A única forma de evitar a geração desses círculos viciosos é o poder público atuar como representante do interesse comum, aberto para a participação, pensando a cidade como um todo e liderando a iniciativa de seu desenvolvimento sustentável e harmônico (BLOG DU, 2012).	Sustentável, harmônica
Entendemos que a cidade é viva! Cada habitante dá vida a sua cidade. (BLOG DU, 2012)	Viva
[...] a criação e implementação de um conselho municipal das cidades atuante e comprometido com a construção de uma nova cidade mais democrática e inclusiva. (BLOG DU, 2012)	Democrática, Inclusiva
Nessa dinâmica uma luta realmente política se dá pela construção de uma visão de cidade sensível aos clamores mais concretos de sua existência real. (BLOG DU, 2012)	Sensível
Ações estas que podem mudar a atitude e o comportamento de uma sociedade cada vez mais imobilizada e de governantes que deveriam pensar numa cidade para as pessoas e não para os carros (BLOG DU, 2012)	Para as pessoas
De todo jeito, algumas diretrizes apareceram nos vários discursos que correspondem ao que qualquer pessoa sensata e que leu pelo menos uma vez Jane Jacobs pede para uma cidade funcional: diversidade de usos, menos segregação social,	Funcional, Diversa

descentralização de comércio e serviços, mais transporte público e menos transporte motorizado individual, mais áreas verdes, respeito ao patrimônio histórico e à identidade da cidade etc. (BLOG DU, 2013)	
Esse posicionamento do Tribunal é uma resposta aos clamores da sociedade que vem gritando por uma cidade que respeite o seu patrimônio histórico e cultural, pedindo a coexistência do novo com o velho (BLOG DU, 2013).	Cultural
Uma cidade se torna rica, nos mais diversos sentidos, à medida em que ela pode atrair pessoas criativas, e fixar dinâmicas sociais diversas. Pois são essas dinâmicas que fazem de uma cidade um espaço relevante economicamente, social e culturalmente (BLOG DU, 2013)	Criativa, Dinâmica, Cultural
Então uma cidade mais diversa né, de gente na rua e principalmente sem gente morando tão mal em condições tão sub-humanas (Entrevistado 5 (2016)	Diversa

Elaboração da autora (2016)

A primeira observação a se fazer, tendo por base esses excertos, diz respeito à diversidade de conceitos utilizados para significar essa cidade proposta pelo DU. São significantes vazios sendo articulados para formar um novo discurso. Significantes como cidade Justa, sustentável, pública, democrática, igualitária, humana, entre outros expostos no quadro anterior, são significantes vazios que estão sendo articulados para formar um novo discurso de cidade proposto pelo Direitos Urbanos.

Outra observação importante está na influência direta e indireta, consciente e inconsciente do aporte teórico do urbanismo crítico. Vários trechos do discurso do DU ao longo dos três anos analisados demonstram a criticidade ao modelo de cidade moderna e a referências a conceitos e autores críticos. Um exame mais minucioso desse discurso revelou o seu embasamento em perspectivas que vão desde cidade habitável, sustentável até criatividade, interatividade (Harvey, Janes jacob, Grahan, Ermínia Maricato, entre outros) e demonstram o antagonismo ao modelo de cidade moderna demonstrada nas seções anteriores.

Esta característica pode ser explicada pelo grupo ser predominantemente formado por intelectuais, pesquisadores e profissionais. Além disso, alguns sujeitos políticos -universidades, fundações e associações – que fazem parte da cadeia de equivalência do DU por uma Reforma Urbana permitem a articulação de saberes diversos em torno do mesmo ponto nodal.

**Figura 26 (7) - Significados dominantes no discurso da “Recife possível”**



Elaboração da autora (2016)

Esses diversos significados atribuídos ao discurso revelam a impossibilidade de sua significação plena. Assim, baseado na noção lacaniana de grande Outro, diríamos que a “Recife possível” é “constitutivamente um não-tudo” (QUINET, 2012). Ou seja, é um conceito precário que se esforça para alcançar uma explicação universal, mas sempre fracassa quando confrontado com a experiência analítica. Da mesma forma, não existe experiência analítica que possa preenchê-lo de conteúdo na totalidade. O próprio dinamismo dessa prática social (“Recife possível”) faz com que sua significação ocorra em arranjos múltiplos, nos quais os significados vinculados ao termo se revelarão sempre instáveis, embora por vezes dominantes, isto é, hegemônicos.

As lógicas políticas proporcionaram-nos um vocabulário conceitual adequado para a explanação da forma como os limites do discurso “Recife possível” são constituídos, transformados e absorvidos. Como vimos nas formações discursivas 4 e 5, para que o discurso “Recife possível” existisse articulações políticas foram necessárias. O discurso de cidade impulsionado pelo DU não se constitui como discurso hegemônico, uma vez que representa justamente um momento em que o discurso de uma nova cidade – possível - disputa espaço com o discurso hegemônico da cidade moderna e neoliberal desenvolvido no Recife.

Neste sentido, o discurso desenvolvido pelo DU para significar a cidade do Recife representa um período marcado por uma crise de significados do que seria espaço urbano e cidade adequada para se viver, que gera incertezas aos grupos políticos e sociais envolvidos. O elemento de incerteza fundamental para o entendimento de disputa discursivo-hegemônica, é demonstrado por Norval quando assinala que:

Alguns têm descrito uma situação de crise como uma situação extraordinária ou anormal, caracterizada por uma tensão aguda, grandes incertezas, um elemento surpresa ou um sentimento do alcance de um divisor de águas. Contudo, quero sugerir que o elemento da incerteza tem uma importância específica para nossa discussão, pois marca um contexto que está definido pela “indecidibilidade”, um ponto de virada, no qual o resultado não está predeterminado (NORVAL, 1994, p. 117).

O contexto de indecidibilidade apontado por Norval (1994) marca um momento de crise hegemônica que começa quando um determinado *status quo*, no caso específico o discurso da cidade moderna, está sendo ameaçado por outras alternativas consideradas mais humanizadas, democráticas e sustentáveis. O período analisado nesta tese, 2012-2014, é de fato um campo de disputa hegemônica por excelência. Do ponto de vista da teoria do discurso, é um momento não hegemônico. Os sujeitos políticos aqui analisados, particularmente o DU, visava continuamente à subversão das regras e padrões previamente estabelecidos se isso impedisse de alguma maneira seus objetivos.

Por exemplo, a paralisação das obras do projeto Novo Recife só foi possível após a ocupação da área por militantes e pela pressão feita ao Ministério Público de Pernambuco para embargar a construção. Este processo ainda não foi concluído, não estando claro qual o futuro para a área do Cais José Estelita.

O que fica claro nesse conturbado momento político da cidade é que o DU e aliados estavam dispostos a questionar as regras democráticas impostas pela prefeitura do Recife para alcançarem seu objetivo político. Num momento de disputa hegemônica como esse, a democracia formal foi posta à prova junto com os paradigmas de cidade moderna, tamanha era a dificuldade do movimento em conseguir ser ouvido em assembleias e audiências formais promovidas pelos órgãos públicos envolvidos nos projetos e políticas públicas de urbanização da cidade.

Enquanto “a lógica da equivalência é uma lógica da simplificação do espaço político” (LACLAU; MOUFFE, 2015, p. 130, tradução nossa), possibilitando uma condensação entre demandas de diferentes sujeitos políticos; a lógica da diferença é a lógica de expansão e complexidade do espaço político, isto é, de proliferação de demandas isoladas que podem vir a se articular em uma cadeia discursiva de equivalência.

A construção do discurso contra-hegemônico de uma “Recife possível”, sempre em busca de estabelecer uma identidade plena, requer a articulação de demandas diferenciais para as transformar em equivalências. Ou seja, a implementação do “Recife possível” depende de articulações discursivas estabelecidas entre momentos diferenciais, organizados a partir da constituição de um ponto nodal.

Porém, como dito antes, a efetivação dessas ações está condicionada à organização de elementos que outrora representaram a lógica da diferença, transformando-os em elementos equivalentes, lógica da equivalência, a qual conduz à simplificação desses elementos. A transformação dos *elementos* do discurso em *momentos* nunca é completa, pois, se assim fosse estaríamos diante da simples igualdade e não da articulação de diferenças, como argumentam Laclau e Mouffe (2015).

Neste ponto, podemos afirmar que a identidade do “Recife possível” foi sendo formada a partir de ordens discursivas em disputa de sentidos, sendo que os elementos-momentos do discurso são plurais, sendo esta pluralidade de demandas, uma condição para a existência de discursos favoráveis ao desenvolvimento dessa “nova cidade”. De toda forma, a variabilidade de demandas não impediu a precária estabilidade das mesmas, conduzindo-as para que fossem mensuradas por parâmetros estabelecidos para toda a cadeia de equivalências. Na sua qualidade de prática social e dada à sua complexidade, o “Recife possível” impediu (e sempre impedirá) a completa universalização dessas demandas particulares, pois tentativas de completo fechamento de sentidos para si serão sempre empreitadas incompletas e contingentes.

Uma “Recife possível” deriva de negociações desencadeadas a partir da emergência de demandas dos agentes envolvidos nas articulações dessa prática, daí a importância de investigá-las.

Laclau e Mouffe (2015) argumentam que a lógica da diferença expande o discurso, enquanto a lógica da equivalência simplifica. Podemos considerar que a lógica da diferença expande o discurso com demandas ligadas aos direitos humanos e a lógica da equivalência articula essa demanda em torno do ponto nodal do discurso por uma “Recife Possível”: o Direito à Cidade.

Todos os eventos que surgem a partir da primeira ação do grupo na primeira audiência sobre o projeto “Novo Recife” em 2012, como as seguintes ocupações, as manifestações culturais, as determinações do ministério público contra o projeto e as assembleias para tratar do tema e as demais mobilizações ao longo dos três anos analisados, podem ser considerados articulações de identidades em torno do discurso de cidade que o DU tenta implementar aos demais sujeitos políticos antagonizados pelo movimento. Estas relações, Laclau e Mouffe (2015) chamam de disputas pela hegemonia do discurso. Ao adotar esse termo, Laclau inaugura uma nova lógica do social, que exigirá um movimento estratégico constituído pela negociação entre bases discursivas conflitantes (LACLAU, 1990).

Assim, Laclau nos faz entender que os discursos em torno do Direito à Cidade procuram hegemonizar-se nesse campo de disputas. Quando identidades estão em crise e precisam ser



Mas se o # Ocupeestelita tem uma dimensão cosmopolita, é importante lembrar que a luta pelo direito à cidade está longe de poder ser considerada um modismo europeu. O direito à cidade tem sua origem mais importante exatamente nas grandes cidades de economias emergentes, sobretudo graças aos conflitos causados pelas novas grandes ondas de êxodo rural que se deram com a industrialização de países como Brasil, Índia, Bangladesh, México etc, a partir dos anos 1960 e 1970.

A luta pelo direito à cidade teve passos importantes em Delhi na década de 1980 e 1990. E tem uma dimensão bastante importante também no Brasil, a partir da década de 1980. Recife, aliás, é um marco nesse processo. Pois foi nessa cidade que, pela primeira vez, forjou-se a noção de zonas de área de interesse social, que depois viria a ser introduzida no Estatuto da Cidade, de 10 de Julho de 2001, legislação que se transformou em um exemplo mundial para a regulação de conflitos pela ocupação de espaços urbanos

De fato, mundo a fora, são as cidades da periferia econômica global as que mais sofrem com o processo desregulado do uso de espaços por uma lógica muitas vezes cega a indivíduos e populações mais frágeis. Em países com democracia mais fortalecida e com menos desigualdades, o Estado tem mais sucesso em sua tarefa regulatória. Por outro lado, é comum ver em cidades como o Recife, alguma forma de cooptação de governantes, parlamentos, cortes e órgãos de regulação (onde os há) por interesses privados e alguma forma cruel de corrupção privatizante e particularista de interesses públicos.

Portanto, podemos dizer sem constrangimento, que, se existe uma luta genuinamente recifense, embora com repercussões globais importantes, essa é a luta pelo direito à cidade. E o movimento ocupeestelita é, no fundo, uma continuação importante de uma resistência que teve, desde suas origens, raízes importantes na capital pernambucana (BLOG DU, 2012).

Esta campanha, que tem como ponto nodal o significativo vazio o “Direito à Cidade”, teve o sucesso de articular múltiplos discursos e sujeitos políticos, sob as bandeiras “#OcupeEstelita” e “Porque a cidade é feita pelas pessoas”. Essas bandeiras tornam-se também espaços de enunciação de seus anseios particulares nos sentidos ligados as suas demandas.

A Carta Mundial do Direito à Cidade estabelece oito princípios a serem seguidos por aqueles que lutam por direito à cidade. Sabemos também a luta pelo Direito à Cidade, apesar de ser um termo genérico, é bastante particularizada. Seguindo as necessidades de cada local e as demandas dos sujeitos políticos envolvidos. Dos oito princípios propostos pelo Fórum Social Mundial em 2000, alguns foram mais destacados que outros na luta pelo Direito à Cidade liderada pelos Direitos Urbanos e seus aliados. A gestão democrática da cidade, sua função social, o direito à propriedade, o exercício pleno da cidadania, igualdade, proteção especial a pessoas vulneráveis e impulso à economia solidária foram princípios demandados pelo grupo DU. O único princípio não incluído na luta foi o sétimo: compromisso com o setor privado. Pelo contrário, o setor privado é considerado pelo grupo um setor antagônico, oposto à busca por melhorias das cidades.

Este “Direito à Cidade” articulado no campo discursivo da gestão urbana da cidade do Recife é um “Direito à Recife” com demandas particulares dos sujeitos políticos presentes nesse

discurso e com semelhanças e diferenças de lutas por “Direito à Cidade” ao redor do mundo. O discurso de um “Recife Possível” constituiu-se em um discurso privilegiado capaz de condensar múltiplas demandas dispersas entre si, em um movimento que elegeu como corte antagônico três inimigos comuns mais relevantes e presentes em todos os momentos articulados naquela vasta cadeia de equivalências: a Prefeitura do Recife, a Mídia Local e o Mercado Imobiliário.

É evidente que o antagonismo ao Novo Recife serve de articulação para uma causa mais abrangente. O grupo Direitos Urbanos, ao longo desses três anos analisados, foi questionado sobre a amplitude de sua luta. Se resumia-se a impedir a construção do Novo Recife no Cais José Estelita ou não. O trecho a seguir esclarece este ponto:

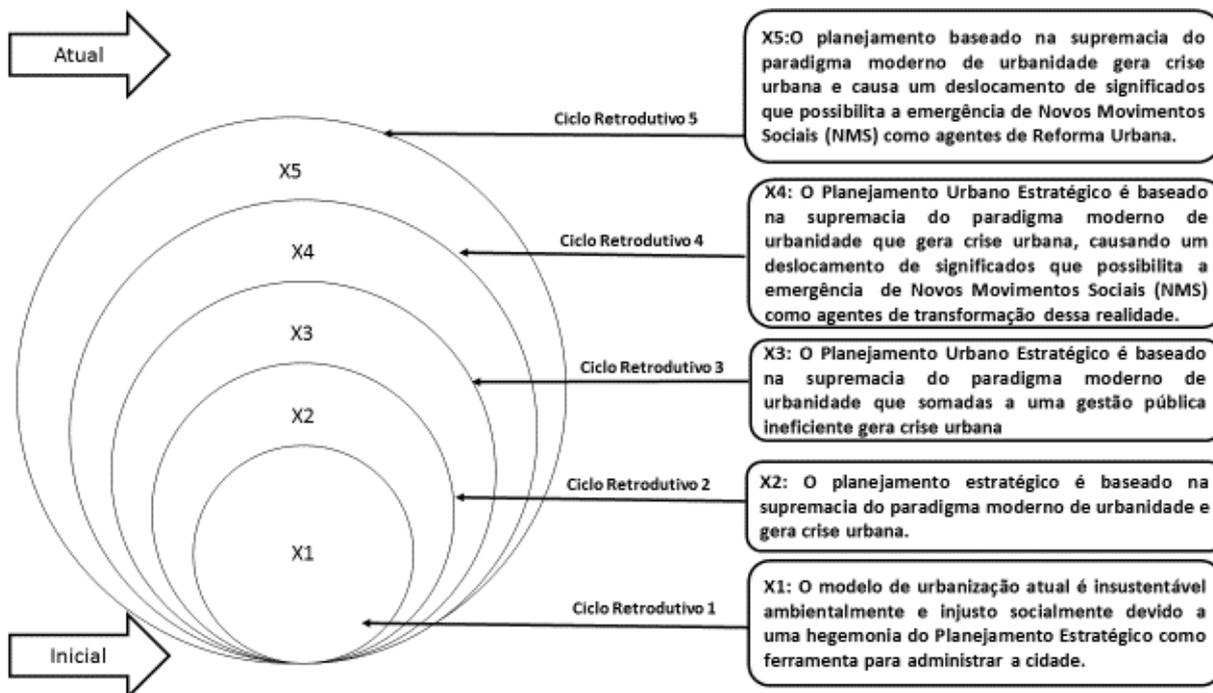
E com essa constatação é que, para concluir, podemos pensar em qual é o grande problema de fundo do Projeto Novo Recife. Não podemos correr o risco de ficar discutindo só um projeto ou outro. Ou, pior ainda, cair na armadilha de fechar a discussão em seus detalhes, como o melhor gabarito para os prédios ou se a ciclovia poderia ser um pouco mais comprida. O Novo Recife atraiu tanta atenção e levou ao #OcupeEstelita não por causa de um apego especial das pessoas ao Cais, mas sim porque é o símbolo máximo dos erros do desenvolvimento urbano da cidade do Recife. Todo crescimento da cidade tem sido induzido há anos somente a partir dessa concepção fragmentária, isolada, de arquitetura, justamente porque tem sido um desenvolvimento conduzido pela iniciativa e pelos interesses privados, tanto das empresas que ofertam os imóveis quanto das pessoas que o compram [...] (CISNEIROS; GOUVEA, 2012).

As demandas do movimento vão além de projetos específicos, que por sua vez, são símbolos de contestação para a transformação da cidade. Há uma demanda clara por Reforma Urbana liderada por um movimento social que emerge do estado de crise urbana que vive a cidade do Recife, na tentativa de construir uma cidade mais humana. Depois de problematizar este contexto e demonstrar suas lógicas sociais, políticas e fantasmáticas, podemos inferir:

X5: O planejamento urbano baseado na supremacia do paradigma moderno de urbanidade gera crise urbana e causa um deslocamento de significados que possibilita a emergência de Novos Movimentos Sociais (NMS) como agentes de Reforma Urbana.

A seguir, podemos visualizar um quadro da evolução da hipótese central do trabalho após os ciclos retrodutivos. Cabe ressaltar que a explicação de uma hipótese é *ad infinitum*. Ou seja, não tem fim ou limites. Se outros ciclos tivessem sido realizados a hipótese poderia ainda ter sido melhorada. O resultado “final” é, apenas, a hipótese aprofundada ao longo dos ciclos retrodutivos.

Figura 28 (7) – Ciclos Retrodutivos



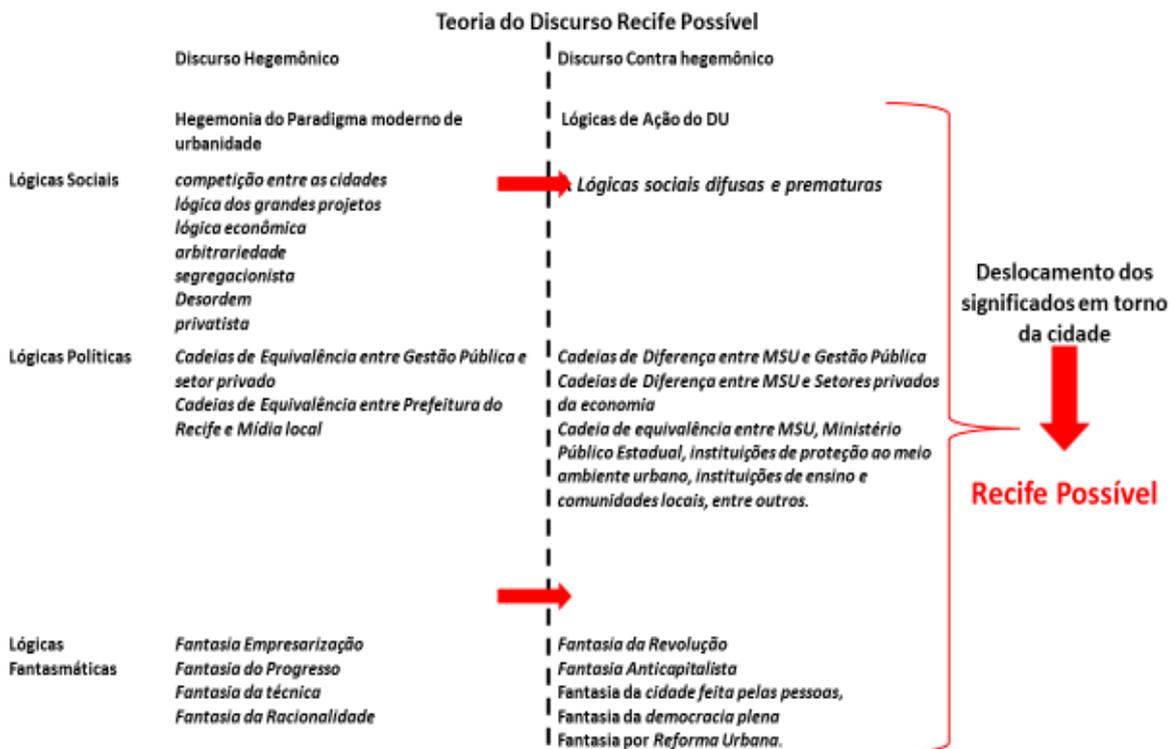
Elaboração da autora (2016)

## 8 Algumas Considerações Explicativas

Depois da articulação teórico-empírica aprofundada nos ciclos retrodutivos gerou-se uma hipótese que melhor explica o discurso analisado. Vale lembrar que nossa abordagem é orientada por problemas e não por métodos ou puramente teoria. Para nós, um objeto de estudo é construído. Isso significa que uma série de fenômenos empíricos diferentes devem ser constituídos como um problema e o problema deve estar localizado no nível apropriado de abstração e complexidade. Assim, nossa abordagem compartilha uma semelhança familiar com a prática de problematização de Foucault, que, sintetiza os métodos de análise arqueológicos e genealógicos, como visto na seção anterior. Por isso, a fase da problematização é valiosa para entender o objeto analisado. Agora, depois da análise, reativação e da desconstrução de achados, é preciso então empreender as tarefas adicionais de comensurar, articular e reuni-las em uma narrativa explicativa.

A imagem a seguir resume como se configura o discurso do Direitos Urbanos por Reforma Urbana na cidade do Recife. Discurso que denominamos neste trabalho de **Recife Possível**.

Figura 29 (8) – Teoria do Discurso Recife Possível



Elaboração da autora (2016)

A imagem demonstra todas as lógicas sociais, políticas e fantasmáticas do discurso hegemônico que domina a gestão urbana da cidade e que lógicas políticas e fantasmáticas foram determinantes para construção de discursos periféricos contra-hegemônicos desenvolvidos pelo DU que permitiram a emergência de novos significados alternativos ao modelo urbano vigente.

O objetivo desta tese foi realizar uma explanação crítica do discurso de um movimento social urbano, ou seja, produzir uma Teoria do Discurso da Cidade sob a perspectiva dos Novos Movimentos Sociais. Atingimos o nosso objetivo ao identificarmos, primeiramente, que o discurso do DU é contra-hegemônico, resistente e combativo ao modelo de gestão urbana desenvolvido na cidade do Recife. Posteriormente identificamos como se configura esse discurso hegemônico de urbanização no Recife, sua forma de gestão e planejamento através das lógicas sociais incorporadas em tal discurso: a lógica da competição entre as cidades, a lógica dos grandes projetos, a lógica de segregação, a lógica privatista, entre outras. Bem como as lógicas políticas de equivalência entre gestão pública e o setor privado que permitem a conservação desta conjuntura. Foi identificado ainda as fantasias que trabalham no consciente e inconsciente dos sujeitos políticos para preservar a hegemonia deste discurso: a fantasia da empresarização do público, a fantasia do progresso, a fantasia da técnica, etc.

Como também pode ser visto na imagem acima, a hegemonia do paradigma moderno de urbanidade está em crise, o que permitiu a emergência de discursos alternativos como do DU. O discurso contra-hegemônico do DU é movido por um antagonismo ao modelo de cidade moderna e todas as suas consequências para a vida urbana. Lógicas políticas de equivalência e de diferença movem os sujeitos políticos a se articularem em defesa de novas formas de gestão pública e novos modelos de urbanização. As ações e estratégias do DU têm como combustível lógicas fantasmáticas que dão sentido às lutas por participação social, reforma urbana e demais reivindicações do movimento. Além disso, como explicado durante a análise, algumas fantasias determinam suas formas de ação frente aos “outros” do discurso, como, por exemplo, a *fantasia da revolução* que ajuda a definir as ocupações e manifestações de ruas como estratégias de ação importantes que, para o grupo, podem “modificar o sistema” e transformar o que está posto.

Por ser um discurso emergente em busca de hegemonia, as lógicas sociais do DU são tão difusas e prematuras que é impossível identificá-las. Não é uma prática social estruturada, pelo contrário, ainda está em construção, por isso, suas lógicas sociais não estão evidentes no discurso.

Outra questão a ser destacada é a aproximação do discurso e estratégias de ação do DU com as teorias do Novo Urbanismo ou Urbanismo Crítico. Por ser um grupo formado por muitos intelectuais, especialistas e curiosos na área, os pensamentos de autores do Novo Urbanismo são frequentes no discurso do grupo. Autores como Lefebvre, Jane Jacobs, Jan Gehl são referências

neste discurso, bem como autores como David Harvey e Ermínia Maricato e tantos outros intelectuais e atuantes no tema do urbanismo crítico que chegaram a participar dos encontros e eventos realizados pelo grupo. Conceitos do Novo Urbanismo como Direito à Cidade, Cidade para Pessoas, Escala Humana são significantes que ajudam a formar o discurso do DU.

O DU configura-se como um Novo Movimento Social. Possui hierarquia fluida, estratégias dinâmicas e contingenciais, atua em rede, se aglomera para demandas específicas e não possui ideologia clara. Todas essas características o colocam como um sujeito político atuante na cidade, mas relativamente fora da estrutura política formal (partidos políticos, cargos institucionais, etc).

Críticos dos NMS argumentam que esses movimentos não alcançam nem um resultado e não conseguem realizar mudanças significativas no sistema urbano. Já teóricos como Castells (1998) e Laclau (1986) afirmam que os Novos Movimentos Sociais existem para ressignificar discursos hegemônicos, colocar em pauta assuntos que precisam ser problematizados, chamar a atenção da classe política para problemas antes ignorados. O papel dos Novos Movimentos Sociais é de fazer repensar práticas e paradigmas hegemônicos que já não funcionam ou causam danos à população. São “ações coletivas conscientes cujo impacto, tanto em caso de vitória como derrota, transforma os valores e as instituições da sociedade” (CASTELLS, 1998, p. 25, tradução nossa).

Como visto, nosso esboço de explicação envolveu a identificação de várias lógicas diferentes - sociais, políticas e fantasmáticas -, bem como um conjunto de observações empíricas (teoricamente mediadas), que foram combinadas para forjar a explicação hipotética mais adequada. É precisamente nesse sentido que o conceito de articulação fornece as condições de possibilidade de conceituar a "dupla operação" de unir simultaneamente diferentes elementos teóricos e, em seguida, conectá-los a fenômenos empíricos específicos.

Articulamos campos de saberes distintos (movimentos sociais, planejamento estratégico, paradigma da modernidade, urbanismo crítico, teoria do discurso) para dar conta do problema: O modelo de urbanização atual é insustentável ambientalmente e injusto socialmente o que possibilita a emergência de movimentos sociais urbanos que lutam pela reconstrução e ressignificação da cidade. Desta afirmação, apresentada no início deste trabalho e problematizada na última seção, chegamos a hipótese mais explicativa do fenômeno:

O planejamento urbano baseado na supremacia do paradigma moderno de urbanidade gera crise urbana e causa um deslocamento de significados que possibilita a emergência de Novos Movimentos Sociais (NMS) como agentes de Reforma Urbana.

A hipótese nos revela que o planejamento urbano presente no Recife é resultado de multifatores baseados em premissas do paradigma moderno de urbanidade, premissas essas que fundamentam e reforçam as práticas sociais presentes, somados às características específicas da gestão pública local que reflete práticas herdadas de uma cultura coronelista, típica de países com histórico escravocrata. Esta aglomeração de lógicas sociais articuladas por lógicas políticas de equivalências entre elite econômica, partidos políticos e setor privado permitem um contexto de desigualdade social, problemas urbanos estruturais e má gestão pública que configuram o estado de crise urbana que problematizamos nesse trabalho.

As lógicas sociais presentes no discurso hegemônico refletem exatamente as premissas e consequências da hegemonia do paradigma moderno no urbanismo. Autores como Scott (1997) e Shinn (2008), discutidos na seção quatro deste trabalho, demonstram as consequências da hegemonia da tecnologia na modernidade: impõe uma arregimentação do indivíduo por meio da disciplina e do trabalho especializado, busca incontrolável do progresso técnico em todas as áreas da sociedade e reduz a margem de liberdade dos indivíduos. Estas características afetam, como ensina Mouffe (1990), no afastamento do indivíduo da política, provocando uma crise no sistema de participação cidadã na gestão das cidades.

Autores como Virilio (2005) evidenciam as consequências negativas do aumento da velocidade e da hegemonia escala maquínica na vida dos cidadãos. Já Leal (2012) e Harvey (1996) evidenciam as consequências negativas das lógicas sociais econômica, privatista e do progresso típicas do paradigma moderno e que são também geradoras de crise urbana.

Este momento de crise possibilita aberturas para discursos emergentes e/ou periféricos novos ou antigos. A ação do movimento social estudado neste trabalho demonstra um momento de crise hegemônica do modelo urbano do Recife e sua emergência possibilita discursos alternativos e contra-hegemônicos. O Direitos Urbanos propõe uma reforma urbana pautada em demandas centralizadas, principalmente, em questões de mobilidade, igualdade de direitos, sustentabilidade, preservação do patrimônio histórico e democracia participativa.

Esse estado de crise urbana traçado ao longo desse trabalho demonstra-se resultado da dominação de lógicas sociais estabilizadas pela supremacia do paradigma moderno de sociedade. Se toda dominação provocará sempre um contrapoder, os inumeráveis movimentos sociais urbanos que surgiram nas cidades de todo o mundo nos últimos anos podem ser considerados exemplos de resistência e contrapoder. Podemos afirmar que o meio ambiente urbano é um objeto de atenção cuja participação cidadã é a base do processo.

Vimos em nosso aporte teórico sobre os movimentos sociais que o êxito dos Novos Movimentos Sociais de tipo urbano, os MSU, será medido por sua eficiência em transformar o

“significado urbano” e não todo o sistema urbano. Isso se conseguirá, precisamente, com uma forte autonomia com respeito aos partidos políticos, empresas, mídia local, gestores públicos, ainda que mantendo relações mútuas sempre que cada parte respeite o âmbito próprio de ação do lado oposto. Os MSU como DU buscam transformar o modo de pensar a cidade, o modelo de gestão e de construção da cidade trazendo novos significados e/ou novas perspectivas para o mesmo fenômeno. Através da emergência de significados não hegemônicos, demonstrados ao longo da análise possibilitar reforma nos espaços urbanos em busca de uma cidade mais humana.

Deste modo, aqui se observa a compreensão de uma unidade dos movimentos em torno de um projeto político não pela importância da conquista do #OcupeEstelita como uma bandeira específica - o que se configuraria somente como uma “estratégia de aliança”, mas pela referência de que o #OcupeEstelita é um centro contra-hegemônico em torno do qual as lutas devem ocorrer, no sentido em que a afirmação do projeto alternativo de cidade (Recife Possível), apresentado na última formação discursiva, implica na possibilidade de existência do mesmo no campo discursivo. Assim, o ponto nodal estabelecido é significado na negatividade do modelo de cidade moderna (compreendido como um modelo que, para se sustentar, depende da exclusão de parte da população, não sendo nele possível a construção de direitos iguais), e positivado na alternativa de um modelo que permita cidadãos urbanos viverem dignamente. Portanto, o Direito à Cidade é o ponto nodal para uma “Recife Possível”, um significante vazio central que permite articular diferentes sujeitos políticos e suas demandas, na medida em que possibilita a luta pela existência e pela conquista de direitos – moradia, mobilidade, participação popular, etc. – na cidade, pautando uma igualdade inexistente na conjuntura presente: o direito à cidade pelos cidadãos.

Como dito antes, é na negatividade ao paradigma moderno que o antagonismo se estabelece nas figuras do projeto Novo Recife e do mercado imobiliário. Seguindo as trilhas de Laclau e Mouffe (2004) entendemos que os antagonismos são particularistas, pois eles não se referem a um conflito central, entre capital e trabalho; embora este conflito faça parte de vários antagonismos, outros envolvem políticas de urbanidade, que põem em causa diferentes opressões e aspectos do real, não restritos à dimensão econômica. Na articulação de demandas em torno de um “Recife Possível” encontramos demandas baseadas no antagonismo ao modelo de planejamento urbano da cidade pautado pela articulação entre gestão pública e empresas privadas e na exclusão da sociedade civil nas decisões.

Os significados em torno de um ‘Recife Possível’ (como pode ser visto na figura 29 (8)) se caracterizam por políticas alternativas construídas e propostas pelo movimento social, que, em razão da precariedade de ação do Estado, busca responder a questões sociais que são dirigidas às comunidades. Esta mobilização de esforços se constitui simultaneamente num campo de

princípios e valores inspiradores e em soluções para a vida das pessoas, que não apenas orientam as políticas alternativas do movimento social, mas disputam significados no tecido social, nas práticas articulatórias e nos espaços de participação político-sociais e institucionais. Ou seja, entendemos que a proposta por um “Recife Possível” busca disputar espaço no campo discursivo do urbanismo na cidade do Recife. Sabemos também que esse momento contra-hegemônico articulado pelo DU é contingente e precário. Os significantes vazios articulados nessa cadeia de equivalência podem, por alguma contingência, se desarticularem, não permitindo a hegemonia.

O “Recife Possível” representa uma possibilidade alternativa à utopia falida do urbanismo moderno, construída pela apropriação das boas práticas das várias utopias propostas pelo urbanismo crítico. É a utopia de que as pessoas se comprometam em torno da coletividade na construção de uma cidade melhor para se viver. Em vez de dominada pelo mercado e pela racionalidade técnica, é dirigida pela política. Nela, o conflito, em vez de ser temido, é desejado, pois é visto como elemento fundamental da transformação da cidade. Diferentemente do que reza a cartilha dos realistas, fica claro que utopias podem e devem se realizar.

A hipótese de que o planejamento urbano baseado na supremacia do paradigma moderno de urbanidade impulsiona crises urbanas e causa um deslocamento de significados que possibilita a emergência de Novos Movimentos Sociais (NMS) como agentes de Reforma Urbana por uma nova cidade é confirmada explicada quando adentramos no fenômeno do Direitos Urbanos e sua tentativa de mudar as práticas de gestão urbana da cidade do Recife.

Esta hipótese não é restrita à cidade do Recife, vimos, na articulação teórico-empírica, que os processos de desencadeamento da crise urbana que vive o Recife também podem ser encontrados em outras metrópoles ao redor do mundo, especificamente as periféricas, marcadas por uma industrialização tardia e desigualdades latentes. Com isso, não queremos argumentar por uma generalização da explicação em busca do universal. Nossa abordagem pós-estruturalista recusa a escolha entre a aspiração universal de mecanismos e a tendência particularista e eclética de auto interpretações contextualizadas (GLYNOS; HOWARTH, 2007). Isto significa que a teoria do discurso do fenômeno estudado aqui é de médio alcance, abrigando, simultaneamente, aspectos de particularidade e generalidade. O que torna possível a singularidade e a generalidade simultâneas de cada caso são a estrutura teórica de fundo que informa a análise, juntamente com o próprio processo articulatório, o que significa que podemos formular questões e hipóteses mais gerais que convidam a pesquisa comparativa de outras realidades semelhantes.

A partir da problematização teórico-empírica e do entendimento da hipótese, este trabalho chega a afirmações possíveis sobre o campo discursivo estudado:

- A crise urbana que vive o Recife é gerada pelo modelo de urbanização baseado no paradigma moderno, marcado pela racionalidade técnica, lógica privatista e pela exclusão do conflito social na tomada de decisões.
- O DU é um sujeito político que se articula com outros sujeitos políticos em favor de uma reforma urbana que contemple ideias alternativas ao paradigma hegemônico do velho urbanismo.
- O DU se configura como um Novo Movimento Social do tipo urbano, caracterizado por possuir hierarquia fluida, flexibilidade e dinamicidade nas estratégias de ação, e por atuar em rede.
- Movimentos sociais urbanos, como o DU, trabalham em uma dupla lógica de ação: de um lado a reforma urbana, e por outro a democratização do sistema político.
- Instituir padrões que privilegiem uma cidade mais humana passa por desenvolver uma democratização do sistema político que permita o acesso, opinião e ação de um maior número de cidadãos às questões de planejamento urbano local.
- A relação da Gestão Pública com o setor privado é prejudicial à cidade quando o objetivo desta relação não seja melhorar a qualidade de vida da população que ali vive.

## 8.1 Críticas e julgamentos

Finalmente, nossa lógica completa de explicação crítica envolve um processo de crítica, avaliação e intervenção, que também deve ser integrado em nossa abordagem global do fenômeno para dar início a última etapa da explanação crítica: a persuasão. Uma prática articulatória reúne elementos teóricos e empíricos que não têm vínculos lógicos ou necessários em uma nova configuração que possibilita uma explicação crítica do fenômeno investigado. Isto significa que o processo de articulação de diferentes elementos em conjunto para construir uma explicação crítica sempre requer práticas de julgamento decretadas pelo sujeito investigador. O julgamento do investigador está em todo o processo, desde a nomeação das lógicas até as teorias para explicá-las (GLYNOS; HOWARTH, 2007).

Nessa história, é claro, lógicas políticas e fantasmáticas são invocadas e nomeadas, segundo o julgamento do pesquisador partindo de seu aporte ontológico, para destacar como várias práticas se tornaram operacionais no discurso da cidade moderna tanto no nível de gestão quanto no nível das práticas cotidianas dos cidadãos. Por exemplo, as lógicas políticas de equivalência e de diferença foram e têm sido utilizadas para traçar fronteiras entre o modelo de planejamento urbano desempenhado pela prefeitura e as alternativas de democratização e

humanização das políticas urbanas propostas pelo DU. Mas, fantasias de controle e vitimização também foram importantes para enriquecer nossa análise, oferecendo razões pelas quais pode ser difícil desestabilizar as lógicas sociais estabelecidas.

As nossas críticas emergem dos compromissos ontológicos que informam nossas práticas de problematização e caracterização, incluindo a natureza articulatória de nossos julgamentos. Mais precisamente, há dois aspectos importantes que são relevantes para a dimensão crítica de nossas explicações, cada uma das quais está enraizada na ideia de contingência radical: os aspectos normativos e éticos. Para Glynos e Howarth (2007), a crítica normativa centra-se nos motivos para contestar publicamente as normas e práticas de uma instituição ou modo de vida, enquanto a crítica ética está ligada à contingência radical, embora desta vez de forma mais direta, porque se refere à maneira como o sujeito o confronta em suas diversas manifestações.

Primeiramente cabe fazer uma crítica ética ao modo como os defensores e apoiadores do urbanismo moderno se identificam dogmaticamente com as relações capitalistas como a única solução para todas as anomalias e crises da cidade. Na verdade, as exigências por ter “técnica”, “racionalidade”, “progresso”, “crescimento”, “lucro” nas cidades tornaram-se uma panaceia ideológica - invocando a lógica da fantasia - para estruturar todos os tipos de relações e práticas sociais que condicionam a implantação de uma cidade cada vez mais injusta.

Os escândalos de corrupção envolvendo empreiteiras responsáveis por grandes projetos urbanísticos em Recife nos últimos anos manchou a imagem dessas empresas. Caiu por terra várias premissas modernas de que empresas possuem modelos de gestão mais eficientes que o público. Que são competentes para gerir a coisa pública. O público, sempre criticado por sua ineficiência em gerir a cidade, agora precisa rever suas relações com o setor privado.

As lógicas sociais que identificamos nesse discurso: a de competição entre as cidades, a lógica de construção por grandes projetos, a lógica econômica presente nos acordos entre instituição pública e setores privados, a lógica da arbitrariedade que governa as práticas da gestão pública, a lógica segregacionista que as políticas de urbanização da cidade insistem em implementar, a situação de desordem que comanda os espaços públicos, e a lógica privatista de administrar os recursos públicos e planejar a cidade pensado em benefício próprio ou de grupos de interesse são lógicas sociais de dominação e controle que, com a ação das lógicas políticas e fantasmáticas, possibilitam a implementação de um modelo de planejamento urbano que produz uma cidade injusta, caótica, inabitável. Elaboramos essa crítica ao longo deste trabalho e, demonstramos como emergiram os discursos antagônicos e resistentes a este discurso.

Partimos do achado de que o planejamento urbano baseado em princípios do paradigma moderno estabelece um projeto de cidade problemático. Suas práticas e teorias arquitetônicas

associadas apoiaram a "racionalização" das paisagens urbanas inteiras, baseadas por noções de racionalidade, ciência, tecnologia, a celebração de máquinas, e as ideias "modernas" de estética. A partir deste momento, grande parte da política urbana foi dominada por questões de investimento em infraestrutura e tecnologia. O projeto Novo Recife, principal alvo de críticas do DU, é exemplo dessa conjuntura.

Neste processo de "modernização" dos espaços, a cidade foi construída e destruída para dar lugar ao progresso. Ao longo desse processo, a metrópole Recife transformou-se em um caldeirão de frustrações dos habitantes e de demandas não realizadas pelo poder público. Transporte ineficiente, violência incontrolável, sistema de saúde deficitário, ausência de áreas de lazer e convivência, entre outros. Diante do caos urbanístico instalado, o poder público cede a outro princípio moderno: o capital. Desse modo, abre mão da responsabilidade pelo planejamento das cidades e repassa à iniciativa privada, que tem o lucro como prioridade. Esse tipo de Parceria Pública-Privada (PPP) demonstra ser extremamente perigosa, pois podem representar a privatização total do espaço urbano e, mais importante, não representar as vontades e necessidades dos cidadãos. A raiz desse problema não está no conceito de PPP. As parcerias público-privadas podem ser ferramentas eficientes para uma urbanização de qualidade. A raiz do problema está no modelo de política desempenhado por alguns políticos que utilizam os órgãos públicos como moeda de troca para se perpetuar no poder. Estabelecem alianças com empresas para financiamento de campanha e "pagam" facilitando aprovação de editais e projetos para essas empresas aliadas. É um projeto de poder. O que gera um mal maior: a corrupção. O político perde foco e não defende a cidade e seu cidadão.

Diante da hegemonia do paradigma moderno de urbanidade, o planejamento estratégico, como sua principal criação, empenha-se em estabelecer a separação dos usos interligados pelas redes das infraestruturas, constituindo-se, assim, novas escalas de interesse por funções que servirão ao mercado. Esta atitude, ignora a escala humana e descaracteriza os espaços locais. Aqui demonstraremos nomeadamente as premissas do paradigma moderno que incidiram no contexto analisado e que foram problematizadas na tentativa de alternativas consideradas mais justas, humanas e democráticas. Através da articulação teórico-empírica foi possível demonstrar que Recife, assim como muitas metrópoles de países periféricos baseadas no paradigma moderno de urbanidade, são caracterizadas:

a) Pela separação dos usos, criando espaços mono funcionais e, conseqüentemente, desagregadores das pessoas;

b) Pela nova escala de interesse – a máquina – que causa não só o problema de escala como, também, incentiva a que as pessoas percorram distâncias maiores entre as atividades;

c) Pela atitude simplista e racionalista em relação à complexidade das exigências e necessidades da população;

d) Pela cultura de valorização dos interesses privados em detrimento de interesses públicos na gestão dos municípios;

e) Pela desvalorização da historicidade local através da destruição de monumentos históricos em nome do progresso;

f) Pela gentrificação, em que áreas periféricas são remodeladas e transformadas em espaços nobres, expulsando a população mais pobre para regiões ainda mais precárias. A gentrificação nas cidades periféricas expulsa a população do centro para as margens;

g) E, finalmente, pela criação excessiva de espaços e/ou tempos individuais, que impulsiona o individualismo exacerbado.

Estabelecemos uma crítica fundamentada, principalmente no capítulo três, ao sistema político democrático que se demonstra falido. Este modelo não permite a construção de uma gestão urbanística participativa, que dê voz ao cidadão, que favoreça sua ação e participação nas decisões a respeito da cidade onde vive. Isto não necessariamente é assembleísmo, mas a abertura democrática a participação dos cidadãos como um dos setores a serem ouvidos na discussão de uma política urbanística.

Como já demonstrado, o movimento social estudado propõe uma reforma urbana também pautada por um paradigma urbano alternativo ao desempenhado pela cidade do Recife. Esse paradigma urbano, muitas vezes, demonstrou-se eurocêntrico, ou pautado em experiências de países desenvolvidos e ricos que possuem uma estrutura urbana historicamente mais eficiente com os problemas sociais. Não queremos dizer que essas referências não devam ser seguidas como modelo alternativo. Mas, não replicadas cegamente, simplesmente, por funcionar em outros contextos. Fazendo isso, cometeríamos os mesmos erros do paradigma moderno em copiar escalas e padrões urbanísticos inadequados e prejudiciais a nossa realidade urbana ou que já se demonstraram falidos em outras realidades. Nos questionamos até que ponto o movimento reflete as reais necessidades da cidade.

Outra consideração que vale ressaltar é que a utopia por um “Recife Possível” é baseada em demandas que o grupo Direitos Urbanos entende como relevantes e que geraram maior ação e discussão pelos integrantes do grupo ao longo dos três anos analisados. O núcleo de integrantes desse grupo é, majoritariamente, por especialistas e profissionais na área, professores, intelectuais e interessados pelas questões urbanas. Podemos considerar que esses indivíduos são possuidores de uma consciência “mais aguçada” aos problemas urbanos. Por isso, suas demandas são resultado do contexto social que vivem. Apesar disso, o grupo tenta absorver demandas que

acreditam representar a população menos favorecida da cidade, suas propostas revelam problemas vividos, majoritariamente, por essa população específica de uma metrópole urbana. Queremos destacar, as limitações de escopo baseadas em suas características sociais, políticas e econômicas.

Neste momento, cabe demonstrar possíveis caminhos alternativos.

## 8.2 Persuadindo: No que acreditamos?

A partir deste momento da tese demonstraremos as perspectivas que acreditamos ser caminhos para iniciar mudanças nas práticas e paradigmas criticados até este momento. Aqui demonstraremos propostas de mudanças que entendemos ser alternativas ao modelo de urbanização vigente. Propomos uma contralógica de uma comunidade plural e democrática como projeto para uma nova perspectiva para a vida urbana.

Por isso, como primeiro passo para desenvolver contralógicas de ação que possam reconfigurar as práticas sociais dominantes sugiro identificar práticas que foram marginalizadas ou que até mesmo resistem ativamente àquelas para as quais a hegemonia moderna é central, e depois tentar discernir não só as condições que as tornam possíveis, mas também as relações dos sujeitos com a fantasias que sustentam essas práticas.

Sabendo, então, que o modelo de urbanização atual é insustentável ambientalmente e injusto socialmente, é urgente e necessário a reconstrução da cidade através da recuperação da cultura de cidadania e do estabelecimento de uma gestão democrática das cidades. Neste momento, nos dirigimos ao cidadão comum: Vamos reestabelecer a cultura de comunidade nas cidades, entender que viver em coletividade exige pensar no “outro”, seja ele o vizinho ou o morador de rua que dorme na esquina da sua casa ou apartamento. É preciso se importar com o que está em sua volta.

Como cidadãos precisamos entender que cidadania é mais que votar a cada quatro anos, exige ação e controle das ações dos nossos representantes. É preciso entender que a melhoria da sua rua ou do seu bairro não depende, apenas, do prefeito da cidade. A rua também é sua, a rua é nossa. O público é nosso e precisa ser bem cuidado e valorizado.

Dito isso, o que apontamos neste trabalho foi a necessidade de novos paradigmas urbanísticos de enfrentamento da situação atual e discutimos a possibilidade de uma planificação urbana feita em escala humana e construída junto à população. Por isso, propomos que a mudança do paradigma urbano vigente só será possível quando os cidadãos fizerem parte dos processos de planejamento e gestão.

Este trabalho sinalizou um início de mudança nas práticas de gestão pública com as reivindicações do DU por uma nova forma de fazer planejamento urbano. O DU denuncia claramente as empreiteiras como atores responsáveis pelo caos urbano, maiores doadoras em campanhas eleitorais, são o grande “lobby” político na realidade atual brasileira. No planejamento urbano do Recife, a administração municipal e as empreiteiras não estavam acostumados sequer a serem contrariados e tiveram que disputar a opinião pública com uma população a respeito do que é ou deixa de ser construído na cidade. Este exemplo demonstra um passo a construção de uma cidade mais humana, justa e democrática.

Apesar da complexidade das variáveis que hoje condicionam o desenvolvimento das cidades, acreditamos que a intervenção em certos pontos-chave, pode, ao mesmo tempo, criar reações em cadeia e contribuir para a revitalização de outros lugares urbanos e, inclusive, da própria cidade. Salientando, apenas, os aspectos práticos e mudanças pontuais que consideramos mais relevantes, de acordo com o que se foi concluindo ao longo do trabalho é, então, necessário:

- a) Promover uma cidade de multiusos que funcione durante todo o dia, e que una essas diferentes atividades à escala da aglomeração;
- b) Promover uma administração pública mais atenta às demandas da população;
- c) Criar ferramentas de participação social mais eficientes que contemplem as demandas da população de maneira plural e radical, além de aproximar os cidadãos às questões urbanas;
- d) Promover um planejamento urbano integrado, mas que pense a cidade em escalas menores (bairros, ruas, pequenas regiões), aproximando o cidadão das questões urbanas que afetam diretamente na sua vida;
- e) Promover uma conservação integrada que possa, de maneira harmônica, unir o arcaico e o novo, valorizando o patrimônio histórico das cidades ao mesmo tempo em que dá abertura para a transformação e o desenvolvimento;
- f) Promover espaços de mobilidade que privilegiem a escala humana, criando percursos apelativos e com distâncias razoáveis de serem percorridas, garantindo que seja possível observar o que se passa à volta;
- g) Promover o transporte de massas para destruir a hegemonia da automobilidade;
- h) Conceber destinos e motivos de permanência no espaço urbano, ao invés de evidenciar os espaços de circulação;
- i) Desenvolver estratégias e soluções que unam progresso econômico com desenvolvimento social e sustentabilidade.

- j) E, por fim, assegurar a qualidade dos espaços públicos urbanos, num equilíbrio entre a espontaneidade e a regularidade capazes de acomodar as relações interpessoais e coletivas.

Percebemos que esta questão é um desafio grande e complexo que demanda uma mudança no sistema de valores que está por trás do nosso modelo de vida e torná-lo compatível com as exigências da dignidade humana e da sustentabilidade do planeta. Entendemos que a possibilidade de conciliar os padrões históricos com nosso contexto relativista de pós-modernidade passa pela possibilidade de um processo de desaceleração do cotidiano com uma mudança no *design* das cidades. Nesse sentido, o que sugerimos é pensar como as características urbanísticas de um centro urbano podem, a partir da criação de novas possibilidades, servir como estratégias de emancipação do sujeito e de resistência frente aos modos hegemônicos da modernidade.

O arquiteto e urbanista americano Adjaye (2006), advogando pelo *Everyday Urbanism* ou Urbanismo do Cotidiano, argumenta que a arquitetura precisa de pessoas de fora do meio, tais como usuários e do público em geral, para projetos mais inovadores e desenvolvidos de forma crítica. Ele afirma que o envolvimento com as pessoas é fundamental, afirma que pessoas não especialistas podem sonhar mais longe do que os arquitetos fazem (ADJAYE, 2006). De acordo com o autor, a ideia de deixar o público fora das conversas é uma injustiça social e cria uma arquitetura excessivamente técnica e isolada da realidade cotidiana das cidades.

A intenção desse urbanismo do cotidiano é ser um guarda-chuva sob o qual as pessoas são encorajadas a pensar de forma abrangente sobre os padrões de crescimento e aceleração e os impactos de longo prazo sobre a cultura, economia, ecologia e qualidade de vida. Um planejamento e design participativos baseados nos cidadãos é importante para restabelecer a relação entre a arte de construção e fabricação de comunidade.

Outra questão que precisamos ressaltar aqui é a busca por um pensamento urbano original/local, ou seja, advogamos por uma teoria urbana para as cidades periféricas. Cidades dos países emergentes, como o Brasil, têm desafios diferentes das cidades dos países desenvolvidos. Nestas últimas, a infraestrutura foi construída ao longo de dezenas ou mesmo centenas de anos e hoje precisa ser modernizada. Já nos países emergentes a infraestrutura muitas vezes precisa ser criada, até mesmo para coisas básicas, como saneamento. É importante considerar duas realidades alarmantes: o tamanho, cada vez maior, das metrópoles do sul global e suas desigualdades gritantes. Na mesma cidade é possível encontrar múltiplas cidades com realidades sociais incrivelmente distintas. Como resolver este problema? Como discutir um planejamento

urbano e políticas urbanas universais com diferenças sociais tão gritantes? Precisamos construir um saber a partir dessas cidades.

Como passo importante para construção deste pensamento sugiro promover uma aproximação entre os cidadãos, sociedade organizada, gestão pública e o setor privado. A proximidade entre esses setores demonstra-se o caminho mais adequado e eficiente na construção de uma cidade mais habitável para todos. Precisamos reconfigurar o sistema de participação social que possibilite a participação efetiva do cidadão. Não apenas sobre o modelo urbano da cidade como todo, mas, principalmente, sobre configurações menores, como bairros, ruas, regiões. Aproximar o cidadão a questões que afetam diretamente a sua vida.

Os desafios sempre exigem ações políticas novas e, infelizmente, estas respostas saem de instituições e partidos políticos formalizados, que tendem a conservar o sistema vigente. Mouffe (1999, p.19) enfatiza que, além da necessidade de novas ações políticas, a democracia só pode existir quando nenhum agente social está em condições de aparecer como dono do fundamento da sociedade e representante da totalidade, ou seja, é necessária uma nova cultura política que incorpore cidadãos à gestão das políticas públicas e ao planejamento urbano.

Isto posto, entendemos que a ação dos movimentos sociais nas questões de urbanização e as propostas e reivindicações por uma cidade mais justa e sustentável, onde a escala humana seja a referência como catalisadora de mudanças, só é possível com uma reconfiguração dos processos democráticos.

As ações dos movimentos sociais e manifestações urbanas partem da luta por mais participação nas decisões sobre a cidade que o sistema democrático atual não oferece. E quando o tema é democracia também é necessário a desconstrução do binário Democracia Representativa X Democracia Direta desenvolvido ao longo dos séculos. Este binário pode ser considerado simples e dicotômico, além de não fazer mais sentido na sociedade atual, em especial quando a questão incorpora conhecimento técnico que a maioria da população não acessa.

Assim, advogamos por um novo *Ethos* democrático como uma terceira via que combinaria a racionalização democrática dos códigos técnicos com o controle eleitoral em instituições técnicas e, o mais importante, permitiria que um número maior da população seja ouvido, questionado e ativo nas questões urbanas. Tal caminho altera a estrutura e a base do conhecimento gerencial e especialista, marca das gestões públicas do paradigma moderno.

Como uma interessante proposta para pensar novas formas de democracia, Aletta Norval, em seu livro *Democracia Aversiva* (2007), propõe, a partir de uma perspectiva pós-estruturalista, a construção de uma nova “gramática democrática”. A autora inspira-se em um engajamento

crítico com modelos deliberativos e pós-estruturalistas de democracia, ao mesmo tempo em que oferece uma leitura distintiva inspirada no trabalho contemporâneo do filósofo Wittgenstein II.

Seguindo esta perspectiva, pleiteamos a emergência de novas formas de democracia que prestem atenção ao jogo entre as tradições e as novidades da política democrática, que leve em consideração as complexidades globais e as especificidades locais da formação da subjetividade democrática, que atente para todas as formas de reivindicações políticas e também para as novas tecnologias que dominam o modo de vida urbano.

O grande vilão que impede tal caminho de se estabelecer é o tempo. Esta terceira via democrática demanda tempo do cidadão. A desaceleração da vida é fundamental para o estabelecimento de democracia efetiva. A desaceleração da própria decisão. Quem mais trabalha contra a democracia é a velocidade. É seu inimigo mortal: a velocidade da vida cotidiana.

Dessa forma, acreditamos e advogamos por utopias urbanísticas diversas. Utopias possíveis que englobe a participação social, vontade política, conhecimento técnico e valorização dos bens públicos para construir cidades cada vez mais justas, democráticas, sustentáveis e humanas, mas que seja livre de modelos estáticos e padronizados. A sociedade organizada tem papel fundamental nesse processo.

### 8.3 Limitações e futuras pesquisas

Os dados e análise dessa pesquisa suscitaram reflexões que aprofundam a compreensão do fenômeno estudado. No entanto, o estudo em questão apresentou algumas limitações que cabe salientar neste momento.

A primeira limitação diz respeito ao escopo do *corpus* que está limitado a quatro sujeitos políticos: Direitos Urbanos, Movimento #OcupeEstelita, Prefeitura do Recife e Consórcio Novo Recife. Entendemos que o campo discursivo desta pesquisa é composto por outros sujeitos relevantes que não foram considerados neste trabalho por demandar esforço analítico impraticável nesta pesquisa. Sujeitos como mídia local, outros movimentos sociais urbanos, comunidades locais afetadas pelos empreendimentos urbanos, sociedade civil não organizada, instituições públicas e fundações envolvidas nos discursos precisam ser consideradas em futuras pesquisas.

Outra limitação deste trabalho é de método. A proposta analítica da explanação crítica do discurso (GLYNOS; HOWARTH, 2007) estabelece como primeira etapa a problematização do discurso que compartilha uma semelhança familiar com a prática de problematização de Foucault, que, sintetiza os métodos de análise arqueológicos e genealógicos. Nesta pesquisa fizemos o processo arqueológico de maneira detalhada, mas a genealogia mostrou-se incompleta,

não desenvolvida como propõe Glynos e Howarth (2007). Esperamos em futuras pesquisas explorar esta estratégia de maneira mais eficiente.

O campo dos movimentos sociais, assim como do urbano, são universos de demandas que precisam sempre ser atendidas sejam politicamente como também teoricamente. Pretendemos em pesquisas futuras abordar como o engajamento digital - característica importante do movimento Direitos Urbanos que não foi explorada nesta pesquisa - muda o comportamento e a expectativa dos cidadãos. As mídias sociais foram as protagonistas das manifestações de junho aqui no Brasil e ao redor do mundo. Sem propor qualquer tipo de monitoramento ou controle individualizado, entendemos que os avanços da mobilidade digital como um instrumento valioso para o planejamento urbano. Por isso, é relevante entender como a tecnologia poderia ajudar a conectar a sociedade ao poder público.

Gostaríamos de, em uma nova pesquisa, analisar a questão das subjetividades dos sujeitos políticos (tanto dos movimentos quanto do poder público). Seria uma análise mais centrada nos indivíduos que deveria ser correlacionada com os discursos aqui analisados. Percebemos, nos relatos das lideranças do movimento, que o processo de decisão do indivíduo/agente em aderir ao discurso de um movimento representa um momento de conversão (subversão de uma identidade). Sabemos que a militância proporciona um deslocamento da identidade através dessas experiências.

## 8.4 Epílogo

Ao longo da construção desta tese, demonstramos que a cidade contemporânea é resultado de influências de premissas do paradigma moderno de urbanidade. Dada a necessidade de imaginar práticas que desafiem a ordem hegemônica dessa Cidade Moderna e fuja das utopias de modelos estáticos que não levam em consideração a dinâmica local, procuramos expor algumas condições e práticas sociais urbanas de iniciativa de intervenção direta, estratégias e meios de ação alternativas a esse modelo que permitam a construção de um ambiente de vida urbano mais sustentável, justo e democrático. Analisamos como a sociedade organizada, através do movimento social urbano Direitos Urbanos, atua nessa tentativa de reconfiguração e resignação urbana. O objetivo central deste trabalho foi identificar e descrever as lógicas de ação desse movimento e a forma como se articula para desafiar discursos hegemônicos da modernidade e promover discursos alternativos às questões urbanas.

A contribuição teórica que este trabalho aporta está na articulação de três campos de saberes distintos na tentativa de contribuir para uma teoria política da metrópole do Sul global: a Teoria do Discurso, a teoria dos movimentos sociais, especificamente, os Movimentos Sociais

Urbanos e as teorias urbanísticas do Urbanismo Moderno e o Urbanismo Crítico. Esta articulação mostrou-se fundamental para entender as lógicas de ação de um movimento social na conjuntura política por uma reforma urbana em cidades do Sul global.

Partimos, já no segundo capítulo, demonstrando a perspectiva da Teoria do Discurso de Laclau, apresentamos seus elementos teóricos e suas categorias que foram parte norteadora da análise realizada no capítulo sete. As noções de hegemonia, antagonismo social, discurso, cadeias de equivalência e diferença e articulação são centrais para o entendimento da disputa política que tratamos aqui. Outros dispositivos como ideologia, identidade, posição de sujeito, mito e imaginário também foram importantes para compreender melhor a teoria. Foram apresentados também as lógicas sociais, políticas e fantasmáticas presentes na TD centrais na nossa análise.

No capítulo três discutimos a crise do sistema democrático e o consequente esvaziamento político. Percebemos a emergência em redefinir a identidade democrática, em como estabelecer uma nova fronteira política (MOUFFE, 1999). Discutimos também o papel dos movimentos sociais diante dessa crise de democracia. Identificamos suas origens e características ao longo da história, fazendo um mapeamento das principais teorias sobre os movimentos sociais. Optamos por desenvolver o conceito de Movimentos Sociais Urbanos (MSU) por estarem mais próximos às demandas por Reforma Urbana.

No capítulo quatro nos debruçamos no objeto principal deste trabalho: a cidade. Discutimos a cidade moderna e seus processos desencadeadores de crise. Realizamos uma crítica ao urbanismo clássico através da retomada de princípios como valorização dos espaços públicos, justiça espacial, escala humana, esquecidos pelos planejadores urbanos e presentes na discussão da Teoria do Direito à Cidade.

O conceito de sociedade moderna foi problematizado de modo a entendê-la como, majoritariamente, tecnocrática e liberal, que estabelece um tipo de cidadania na qual cada pessoa forma e persegue sua definição de bem. Nesta perspectiva, os indivíduos usam seus direitos para promover seus interesses particulares dentro de determinados limites de respeito aos direitos dos outros. A estrutura urbana dessa sociedade está baseada na ausência total da dimensão humana. As escalas deixaram de ter como base as pessoas para utilizar a técnica como alicerce para todo planejamento e ação do ambiente urbano de maneira geral.

O capítulo cinco tratou de abordar as alternativas críticas ao modelo hegemônico da cidade moderna. Demonstramos que são muitos os modelos utópicos alternativos ao planejamento moderno, que procuram incluir a escala humana no processo de produção da cidade. Porém, muitas vezes, pecam quando impõem modelos prontos para realidades específicas e epistemologias hegemônicas do Norte global que não refletem a complexidade de contextos do

Sul global e de países emergentes. Uma teoria urbana crítica procura expor as raízes da insatisfação com o modelo urbano, põe luz sobre a situação e tenta fornecer uma explicação não óbvia aos problemas da cidade.

Demonstramos no sexto capítulo as estratégias metodológicas utilizadas neste trabalho. Optamos por utilizar a retrodução, entendida como uma lógica de investigação composta por três momentos relacionados: a problematização do fenômeno, a explicação retrodutiva desse fenômeno (justificação); e a persuasão (construção de uma nova teoria). Utilizamos a perspectiva de Glynos e Howarth (2007), as "lógicas da explicação crítica" para explanar criticamente o discurso objeto de nosso estudo.

O sétimo capítulo foi reservado às análises. Realizamos na primeira fase uma análise arqueológica para organizar o *corpus* e facilitar o processo de análise. Depois passamos a realizar os ciclos retrodutivos, baseados nas formações discursivas, com o objetivo de identificar as lógicas sociais, políticas e fantasmáticas e, dessa forma, construir uma hipótese que melhor explique o discurso analisado. Chegamos a hipótese de que o planejamento urbano é baseado na supremacia do paradigma moderno de urbanidade que impulsiona crises urbanas e causa um deslocamento de significados que possibilita a emergência de Novos Movimentos Sociais (NMS) como agentes de Reforma Urbana por uma nova cidade.

Identificamos que o planejamento urbano da cidade do Recife como um instrumento ineficaz, autoritário e privatista. Neste contexto, a cidade apresenta problemas urbanos que geram um estado de caos, tornando a cidade inabitável. Dessa conjuntura eclode o movimento social reivindicatório Direitos Urbanos, não apenas como disputa pela melhoria da qualidade de vida e reforma urbana, mas como tentativas esparsas, nem por isso menos significativas, de interferir no processo de tomada de decisão nas diversas esferas que compõem o poder político dominante. Ainda que o sistema de planejamento possa conter conteúdos democráticos, é limitado pelo sistema político restritivo (por ex.: o funcionamento do Conselho do Plano Diretor da cidade), o que dificulta ainda mais a participação dos cidadãos nas decisões urbanísticas.

Apontamos os modos de atuação da hegemonia dominante, que têm como fim o enfraquecimento das possibilidades de reativação do político, de modo a se manter como única alternativa de sociedade, limitando possibilidades de democratização social e discutimos possíveis estratégias de enfrentamento ao conjunto de lógicas hegemônicas presentes nas cidades contemporâneas, que acarretam em múltiplas condições de desigualdade e exclusão, reproduzindo diferentes formas de subcidadania. Apresentamos formas de ação apontadas pelo *corpus* como importantes à construção de "outro mundo possível", discutindo estas formas a partir da proposta de Reforma Urbana indicada pelo grupo Direitos Urbanos, que denominamos

de “Recife Possível”. Esta proposta esbarra num contexto de cidade demarcado pela segregação e espoliação, sem falar nas dificuldades de colocar em pauta sua agenda, sobretudo em governos considerados não aliados.

A problematização desenvolvida ao longo dos capítulos deste trabalho permite perceber que o primeiro grande papel a se exercer de contestação à ordem instituída corresponde a reforçar e amplificar formas de contestação da ideia difundida por esta gestão moderna da cidade de que o direito à cidade se faria presente a partir do acesso da população aos objetos, empreendimentos e símbolos do progresso apontados em projetos como o “Novo Recife” que só revelam velhas dinâmicas de comercialização dos espaços da cidade e desprezo pela opinião pública. Há que se reforçar que o direito à cidade advém de uma maior participação de todas as classes sociais, das dinâmicas, processos e escolhas de ações e planejamento da cidade. Além do mais, a crítica do movimento contra-hegemônico que analisamos neste trabalho parece nos direcionar até a necessidade urgente de retomar a cidade como uma construção coletiva da sociedade, reafirmando a sua função social, bem como fortalecendo os valores sociais que norteiam as ações individuais e o planejamento da cidade.

Cidades mais humanas, democráticas, habitáveis e justas tornam-se reais quando cidadãos tentam torna-las possíveis e conseguem. A contribuição que o conceito de Direito à Cidade oferece é a chamada, o pedido, a reivindicação de uma totalidade, de algo totalmente diferente da cidade existente. Estas Cidades Possíveis, feitas pelas pessoas e para as pessoas, são os cenários construídos que advogamos como teoria e estratégia de ação para pensar a cidade contemporânea. E, ainda que consciente do “quanto é duro” o enfrentamento às lógicas hegemônicas, não abandonamos a utopia pela construção de sociedades radicais e plurais.

Finalmente, vale ressaltar que as reflexões apresentadas ao longo do trabalho não se encerram por si mesmas, sendo não mais que um ponto de partida para futuras e (espera-se que) frutuosas discussões.

## Referências

---

ACIOLI, M. Os verdadeiros tubarões e a importância do Ocupa Estelita. 2012. Disponível em: <<https://direitosurbanos.wordpress.com/2012/04/16/os-verdadeiros-tubaroes-e-a-importancia-do-ocupe-estelita/>>. Acesso em: 13/04/2017.

ALCANTARA, E. Relato da reunião do CDU de 25.10.13 sobre o projeto Jardins da Aurora. 2013. Disponível em: <<https://direitosurbanos.wordpress.com/2013/10/28/relato-da-reuniao-do-cdu-de-25-10-13-sobre-o-projeto-jardins-da-aurora/>>. Acesso em: 13/04/2017.

ALGUACIL; J. Ciudad, ciudadanía y democracia urbana. Documentación Social 119. 2006.

ALGUACIL, J; DENCHE MORÓN, C. La sostenibilidad ambiental, eje de la participación vecinal en la intervención urbana. En: Memoria ciudadana y movimiento vecinal. Madrid 1968-2008 (Eds.: Pérez, V.; Sánchez, P.). pp. 314-335 / Catarata/ 2008. CLAVE: CL ISBN: 987-84-8319-407-2.

ALVES, A. R. C. O conceito de hegemonia: de Gramsci a Laclau e Mouffe. Lua Nova, São Paulo, 80: 71-96, 2010.

ALTHUSSER, L. L'avenir dure longtemps: suivi de, Les faits. Édition présentée par Olivier Corpet et Yann Moulier Boutang. Paris: Stock ; IMEC, 2007.

ALTSHULER, A.; LUBEROFF, D. The changing politics of Urban Mega Projects. Land Lines, Boston, v. 15, n. 4, p. 45-75, Oct. 2003.

ANDERSEN, N. A. Discursive Analytical Strategies: understanding Foucault, Koselleck, Laclau, Luhmann. Bristol: Policy Press, 2003.

ANDRADE, M. P. A contribuição metodológica de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe para a sociologia contemporânea. Crítica e Sociedade: revista de cultura política. v.3,n.1 Ago.2013. ISSN:2237-0579.

ANDRADE, E. Intransitáveis calçadas. 2013. Disponível em: <<https://direitosurbanos.wordpress.com/2013/11/06/intransitaveis-calçadas/>>. Acesso: 13/04/2017.

\_\_\_\_\_, E. O individualismo motorizado. 2012. Disponível em: <<https://direitosurbanos.wordpress.com/2012/09/17/o-individualismo-motorizado/>>. Acesso: 13/04/2017.

\_\_\_\_\_, E. O projeto Novo Recife: a urbanização da província. 2012. Disponível em: <<https://direitosurbanos.wordpress.com/2012/12/19/o-projeto-novo-recife-a-urbanizacao-da-provincia/>>, Acesso: 13/04/2017. ARMITAGE, J. In the cities of the beyond: an interview with Paul Virilio. Open: Cahier on Art and the Public Domain, 18. 2009.

AUGÉ, M. Por uma antropologia da mobilidade. Tradução de Bruno César Cavalcanti e Rachel Rocha de A. Barros. Maceió: EDUFAL; São Paulo: UNESP. 2010. 109 p.

BARAN, S; DAVIS, D. Mass Communication Theory: Foundations, Ferment and Future. Wadsworth Publishing. Stamford, CT.USA. 2000.

BARCELLOS, T. M; MAMMARELLA, R. Questões teóricas e metodológicas na pesquisa recente sobre as grandes cidades: notas para reflexão. 2001. Disponível em: <[http://www.observatoriodasmegropoles.ufrj.br/download/poa\\_que\\_teo.pdf](http://www.observatoriodasmegropoles.ufrj.br/download/poa_que_teo.pdf)>. Acesso em: 22/09/2014.

BARNETT, R. E. "Fuller, Law, and Anarchism." *The Libertarian Forum*, February 1976, pp. 5-7.

BARRET, M. Ideologia, política e hegemonia. In: ADORNO T. W. e outros. Um mapa da ideologia. Rio de Janeiro: Contraponto, 1994/1999. cap. 2, p. 235-264.

BARTHES, R. Elements of Semiology. New York: Hill and Wang, The Noonday Press [tradução do original francês], 1967.

BATISTA, M. M; SILVA, C. C. G; MELLO, S. C. B. A Teoria do Discurso de Laclau e Mouffe. In: Construção Social da Tecnologia e Teoria do Discurso. ORG: MELLO, S. C.B. RECIFE. UFPE. 2005.

BAUDRILLARD. The virtual illusion: or the automatic writing of the world. Theory, Culture and Society. 1995. 12: 97-107.

BAUM, H. Forgetting to plan, Journal of Planning Education and Research , 19(1), pp. 2–14. 1999.

BAUMAN, Z. Comunidade: a busca por segurança no mundo atual. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

\_\_\_\_\_, Z. Confiança e medo na cidade. Lisboa: Relógio d'Água, 2006.

\_\_\_\_\_, Z. Globalização: as consequências humanas. Tradução Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999b.

\_\_\_\_\_, Z. Medo líquido. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2008.

\_\_\_\_\_, Z. Modernidade e Ambivalência. 1ª ed. Rio de Janeiro: J. Zahar Ed., 1999a.

\_\_\_\_\_, Z. Modernidade Líquida. Tradução Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BELL, D. Marxism-Leninism. A Doctrine in Defense. The "End of Ideology" in the Soviet Union, Nova York, Columbia University Press, 1955.

BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. A Construção Social da Realidade. 27ª. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

BERWIG A; JALIL, L G. O princípio constitucional da eficiência na Administração Pública. In: Âmbito Jurídico, Rio Grande, X, n. 48, dez 2007. Disponível em: <[http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n\\_link=revista\\_artigos\\_%20leitura&artigo\\_id=4536](http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_%20leitura&artigo_id=4536)>. Acesso em jan 2017.

BERMAN, M. All That Is Solid Melts Into Air: The Experience of Modernity (1982). Em português: Tudo que é sólido desmancha no ar. Companhia das Letras, 1986.

BIERNACKI, P.; WALDFORD, D. Snowball sampling: problems and techniques of chain referral sampling. *Social methods res* 1981; 2:141-63.

BLAIKER, R. Discourse and human agency. *Contemporary Political Theory Journal*. Março, 2003. (25 – 47). ISSN: 1470-8914.

BRATTON, B.H. Introduction: Logistics of Habitable Circulation. In: *Speed and Politics*, new ed.: *A History of the Present*, P. Virilio, pp. 7-25. New York, NY: Semiotext(e). 2006.

BRITO, M. Pressupostos da reabilitação urbana de sítios históricos no contexto brasileiro. *Seminário Internacional de Reabilitação urbana de Sítios Históricos*, Brasil. 2002.

BOYER, C. *Cybercities: Visual Perception in the Age of Electronic Communication*, New York: Princeton University Press. 1996.

BYRNE, D. *Complexity Theory and the Social Sciences: An Introduction*. New York: Routledge. 2007.

CANETTI, E. *Massa e Poder*. Editora: Companhia das Letras. 1995.

CARVALHO, M. C. A.: «A Participação Social no Brasil Hoje» en *Pólis* Nº 2, San Pablo, 1998, p. 12.

CASTELLS, M. *A galáxia da Internet*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

\_\_\_\_\_, M. *A questão urbana*. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

\_\_\_\_\_, M. *End of Millennium, The Information Age: Economy, Society and Culture Vol. III*. Malden, MA; Oxford, UK: Blackwell. 1998. ISBN 978-0-631-22139-5.

\_\_\_\_\_, M. *La cuestión urbana*, México, Siglo XXL. (1988 [1972]).

\_\_\_\_\_, M. *The Power of Identity: The Information Age: Economy, Society, and Culture, Volume II*. Oxford: Blackwell Publishers. 1997.

CASTELLS, M; ET AL.. *Nuevas perspectivas críticas en educación*. Barcelona: Paidós, 1994, 206 p.

CASTELLS, M. BORJA, J. *As Cidades como atores Políticos*. *Novos Estudos CEBRAP*, n. 45, julho, pp. 152 a 166, 1996.

CASTRO, Luiz G. R. *Operações urbanas em São Paulo – interesse público ou construção especulativa do lugar*. Tese (Doutorado), FAU-USP. São Paulo, 2006.

CERNEY, P. G. *The Changing Architecture of Politics: Structure, Agency, and the Future of State*, London: Sage. 1990.

CISNEIROS, L. A moral e a bioética do Recife em questão (Entrevista de Leonardo Cisneiros no portal de Luis Nassif). 2013. Disponível em:<<https://direitosurbanos.wordpress.com/2013/04/03/a-moral-e-a-bioetica-do-recife-em-questao-entrevista-de-leonardo-cisneiros-no-portal-de-luis-nassif/>>. Acesso em: 13/04/2017.

\_\_\_\_\_, L. Desmistificando os impactos e as posições em relação à Copa. 2014. Disponível em:<<https://direitosurbanos.wordpress.com/2014/01/15/desmistificando-os-impactos-e-as-posicoes-em-relacao-a-copa/>>. Acesso em: 13/04/2017.

\_\_\_\_\_, L. Observações iniciais sobre o lançamento do Projeto Recife 500 Anos. 2013. Disponível em:<<https://direitosurbanos.wordpress.com/2013/07/28/observacoes-iniciais-sobre-o-lancamento-do-projeto-recife-500-anos/>>. Acesso em: 13/04/2017.

CISNEIROS, L. GOUVEIA, C. Ativistas do Direitos Urbanos explicam por que são contra o Novo Recife | #Painelaurora. 2012. Disponível em:<<https://direitosurbanos.wordpress.com/2012/04/24/ativistas-do-direitos-urbanos-explicam-por-que-sao-contra-o-novo-recife-painelaurora/>> . Acesso em: 13/04/2017.

CLIFF, E. The New Urbanism: Critiques and Rebuttals. *Journal of Urban Design*, Vol. 7, No. 3, 261–291, 2002.

DAVIDSON, C. Anywise. Anyone Corporation. ED. 1996.

DELANEY, J. “Ritual space in the Canadian museum of civilization: consuming Canadian identity” in R. Shields (ed.) *Lifestyle Shopping*, Routledge. London: 136-148. 1992.

DELEUZE, G; GUATTARI, F. *A Thousand Plateaus: Capitalism and Schizophrenia*. Minneapolis, MN: University of Minnesota Press. 1987.

DENZIN, N. K. & LINCOLN, Y. S. *Handbook of Qualitative Research*. Thousand Oaks: Sage, 2005.

DUFFY, E. *The Speed Handbook: Velocity, Pleasure, Modernism*. Durham, SC: Duke University Press. 2009.

EADE, J; MELE, C. *Understanding the city: contemporary and future perspectives*. Blackwell publishers. eds. 2002.

ÉDER, K. “La institucionalización de la acción colectiva. ¿Hacia una nueva problemática teórica en el análisis de los movimientos sociales? ” En: Ibarra, Pedro y Tejerina, Benjamín (eds.). *Los movimientos sociales. Transformaciones políticas y cambio cultural*. Trotta, Madrid, pp. 337-361. 1998.

FERREIRA, A. L.T.D. *Movimentos Sociais, Reivindicação Coletiva e Planejamento Urbano: o caso dos equipamentos sociais na poligonal 1 de Vitória*. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011.

FREITAG, B. *Teorias da Cidade*. Ed. Papirus. 2006.

FREZZA ET AL. Tempo e Espaço na Contemporaneidade: uma Análise a partir de uma Revista Popular de Negócios. RAC, Curitiba, v. 13, n. 3, art. 8, p. 487-503, Jul./Ago. 2009.

FONT, Antonio. Planeamiento urbanístico: de a controvérsia a la renovación. In: \_\_\_\_\_. Planeamiento urbanístico: de la controversia a la renovación. Barcelona: Diputació Barcelona, 2003.

FOUCAULT, Michel. A ordem do discurso, São Paulo, Editora Loyola, 2005.

\_\_\_\_\_, M. Of Other Spaces, Heterotopias. Architecture, Mouvement, Continuité 5 (1967): 46-49.

FRIEDMANN, J. (1992), Empowerment, The Politics of Alternative Development, Cambridge, Blackwell.

GASKELL, George. Entrevistas Individuais e Grupais, p. 64-89 In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George. Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som. Petrópolis, Ed. Vozes, 2002.

GEHL, J. Cidades Para Pessoas. São Paulo: Perspectiva. 2010.

GINER, S; LAMO DE ESPINOSA, E; TORRES, C. Dicionário de Sociologia. Editora: Alianza. España. Terceira Edição. 2004.

GIORDANI, R. Hegemonia e Discurso: O Sujeito que Resiste. Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Paraná. 2009. Disponível em: <[http://www.unioeste.br/prppg/mestrados/letras/revistas/travessias/ed\\_007/LANGUAGE M/Hegemonia.pdf](http://www.unioeste.br/prppg/mestrados/letras/revistas/travessias/ed_007/LANGUAGE%20M/Hegemonia.pdf)>. Acessado em: 24 de janeiro de 2012.

GIDDENS, A. As conseqüências da modernidade /Anthony Giddens; tradução de Raul Fiker. - São. Paulo: Editora UNESP, 1991

GLEDHILL, J. El poder y sus disfraces. Bellaterra, Barcelona. 1999.

GLYNOS, J; HOWARTH, D. Logics of critical explanation. Abingdon: Routledge, 2007.

GOHN, M. G. Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos, 5ª .ed. São Paulo: Loyola, Abril de 2006.

GOSS, K. P.; PRUDENCIO, K. O Conceito de movimentos sociais revisitado. Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC Vol. 2, nº 1 (2), janeiro-julho 2004, p. 75-91.

GRAHAM, S; MARVIN, S. Splintering Urbanism: Network Infrastructures, Technological Mobilities and the Urban Condition. London, UK: Routledge. 2001.

GRIGGS, S. HOWARTH, D. Populism, Localism and Environmental Politics: The Logic and Rhetoric of the Stop Stansted Expansion Campaign, *Planning Theory*, 7:2, 123-44. 2008.

HABERMAS, J. Teoria de la acción comunicativa. Madrid: Taurus, 1987

HARVEY, D. Condição Pós-Moderna. 18ª Ed. São Paulo: Edições Loyola, 2009.

\_\_\_\_\_, D. O Novo Imperialismo. São Paulo, Loyola. 2004.

\_\_\_\_\_, D. The right to the city, *New Left Review*, 53. 2008. p. 23–40.

HESPANHOL, A. N; HESPANHOL, R. A. M. Dinâmica do espaço rural e novas perspectivas de análise das relações campo-cidade no Brasil. p.133-148. *Terra Livre*. v.2, n.27, 2006.

HOLMES, P. O “Ocupeestelita” e o direito à cidade: Afinal, de que lado estamos. 2012. Disponível em:< <https://direitosurbanos.wordpress.com/2012/05/13/o-ocupeestelita-e-o-direito-a-cidade-afinal-de-que-lado-estamos/>>. Acesso em: 13/04/2017.

\_\_\_\_\_, P. Pequena contribuição a uma sociologia mequetrefe do Recife contemporâneo: Sobre playboys de “facu“, o desenvolvimento do fascismo e o fascismo do desenvolvimento. 2013. Disponível em:< <https://direitosurbanos.wordpress.com/2013/03/21/pequena-contribuicao-a-uma-sociologia-mequetrefe-do-recife-contemporaneo-sobre-playboys-de-facu-o-desenvolvimento-do-fascismo-e-o-fascismo-do-desenvolvimento/>>. Acesso em: 13/04/2107.

HOWARD, D. TORGING, J. Discourse Theory and European Politics: Identities, Policy and Governance e London: Palgrave. 2005.

HOWARTH, D. Discourse. Open University Press, 2000.

HOWARTH, D; NORVAL, A. J.; STAVRAKAKIS, Y. Discourse Theory and Political Analysis. Manchester: Manchester University Press. 2000.

HOWARTH, D; STAVRAKAKIS, Y. Introducing Discourse Theory and Political Analysis. In: HOWARTH, D; NORVAL, A. J.; STAVRAKAKIS, Y. Discourse Theory and Political Analysis. Manchester: Manchester University Press. 2000.

IBARRA, P., MARTÍ, S., & GOMÀ, R. *Creadores de democracia radical. Movimientos sociales y redes de políticas públicas*. Barcelona: Icaria. 2002.

IBARRA, P.; TEJERINA, B. Los movimientos sociales: Transformaciones políticas y cambio cultural. Madrid: Editorial Trotta. 1998.

JACOBY, R. *Imagem Imperfeita: Pensamento Utópico para uma Época Antiutópica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 31.

JACOBI, P. R. Movimentos sociais urbanos no Brasil. Resenha publicada no BIB n. 9. 1980.

JAMESON, F. Post modernity: or the cultural logic of late capitalism. London: New Left Review, 1984.

JAMPA. Depoimento pessoal: a didática prática do Direitos Urbanos. 2012. Disponível em:< <https://direitosurbanos.wordpress.com/2012/07/18/depoimento-pessoal-a-didatica-pratica-do-direitos-urbanos/>>. Acesso em: 13/04/2017.

JENCKS, C. *The New Moderns* (New York, Rizzoli). 1990.

JORGENSEN, M.; PHILIPS, L. *Discourse analysis as theory and method*. SAGE Publications Ltd. Bonhill Street. London. 2002.

KUNDERA, M. *Slowness: A Novel*. Perennial Press. 2002.

LACLAU, E. Foreword. In HOWARTH, D; NORVAL, A. J.; STAVRAKAKIS, Y. *Discourse theory and political analysis: identities, hegemonies and social change*. Manchester: Manchester University Press, 2000a.

\_\_\_\_\_, E. Hegemony and the future of democracy: Ernesto Laclau's political philosophy, interview. In: WORSHAM, L.; OLSON, G. A. (eds). *Race, rhetoric, and the postcolonial*. Albany: State University of New York Press, 1999.

\_\_\_\_\_, E. *Nuevas reflexiones sobre la revolucion de nuestro tiempo*. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1990.

\_\_\_\_\_, E. Os novos movimentos sociais e a pluralidade do social. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 2, vol. 1, out. ,1986.

\_\_\_\_\_, E. *On Populist Reason*. London: Verso, 2005.

LACLAU, E., MOUFFE, C. *Hegemonia e Estratégia Socialista: Por uma política democrática radical*. Ed: Intermeios. 2015.

LACLAU, E; MOUFFE, C. *Posmarxismo sin pedido de disculpas*. In: LACLAU, Ernesto. *Nuevas Reflexiones Sobre la Revolución de Nuestro Tiempo*. Buenos Aires: Nueva Visión, 2000.

LARAÑA. E. R. C. *La Construcción de los movimientos sociales*. Editora: Alianza. España. 1999. ISBN: 84-206-7949-6.

LATOUR, B. *Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora*. São Paulo: UNESP, 2000.

LEAL, S. M. R. Papel dos atores econômicos na governança das cidades brasileiras. *Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais*, Recife: UFPE/MSEU, v. 01, n. 1, 2012. 62-82.

LE BON, G. *Psicologia das multidões*. Rio de Janeiro: F. Briguet & Cia. 1954. (Original publicado em 1895).

LEITE, A. P. *Urbanização e conflitos urbanos: o caso de Recife*. *Cadernos do CEAS*, n. 49, maio-junho, 1977.

LEITE, S. Os impactos da exclusão: mais um incêndio nos Coelhos... 2013. Disponível em: <<https://direitosurbanos.wordpress.com/?s=Os+impactos+da+exclus%C3%A3o%3A+mais+um+inc%C3%AAndio+nos+Coelhos%E2%80%A6>>. Acesso em: 13/04/2017.

LEFEBVRE, H. *Quartier et vie de quartier*. In *Cahiers de l'IAURP*, vol.7, 1967.

\_\_\_\_\_, H. *The Production of Space*. Oxford: Blackwell. 1991.

\_\_\_\_\_, H. *O Direito à Cidade*. Tradução: Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.

LEVY, P. *Tecnologias da Inteligência*. Tradução: Carlos Irineu da Costa. Editora 34, 1993.

LINCOLN, Y. S.; GUBA, E.G. Controvérsias paradigmáticas, contradições e confluências emergentes. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. *O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens*. 2.ed. Porto Alegre: Artmed, 2006. p. 169-192.

LYOTARD, J. F. *A condição pós-moderna*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2008.

MARANHÃO, S. Os movimentos sociais urbanos recentes: o caso de Pernambuco. Trabalho apresentado na reunião do grupo de trabalho "Movimentos Sociais Urbanos" no III Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, Belo Horizonte, 1979.

MARCUSE, P. From critical urban theory to the right to the city. *City*, 13: 2, 185-197. 2009.

MARÇAL, M. C. C. *Discurso do sistema tecnológico Portomídia: um estudo no campo da Economia Criativa e artes digitais*. Recife: UFPE, 2014. 194 folhas: il. 30 cm. TESE (Doutorado em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração – PROPAD (UFPE). Recife. 2014.

MARQUES, J B. A gestão pública moderna e a credibilidade nas políticas públicas. Brasília a. 40 n. 158 abr./jun. 2003.

MARTÍNEZ, M. L. Los Movimientos Sociales Urbanos: Un análisis de la obra de Manuel Castells. *Revista Internacional de Sociología (RIS) Tercera Época*, xf 34, Enero-Abril, 2003, pp. 81-106.

MARTINEZ, M. A; GARCÍA, A. *Ocupar las plazas, liberar los edificios*. 2005.

MARICATO, E. As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias. Arantes, O, Vainer, C e Maricato, E., *A cidade do Pensamento Único: desmanchando consensos*, 2ª. Ed. Petrópolis: ed. Vozes. Rio de Janeiro, Brasil. Recife (1996) *Lei de Uso e Ocupação do Solo*. 2000.

MARUGÁN, P. R. Los movimientos sociales: conciencia y acción de una sociedad politizada / coord. Por Jaime Ferri Durá, Paloma Román Marugán, ISBN 84-921107-6-7, págs. 9-22. 2002.

MASSEY, D. Power Geometry and a Progressive Sense of Place. In *Mapping the Futures: Local Cultures, Global Change*, eds. J. Bird et al., pp. 59-69. London, UK: Routledge. 1993.

MELLO, S. C. B. *Soul of a New Machine: Towards a Democratic Politics of Speed in Advanced Technological Societies*. *The Information Society* ISSN 0197-2243. 2010.

MELUCCI, A. A Strange Kind of Nexness: What's "New" in New Social Movements? In E: Larana, H. Johnston, and J. Gusfield (eds), *New Social Movements: From Identology to Identity*. Philadelphia: Temple University Press, 101-30. 1994.

MENDONÇA, D. *A Teoria da Hegemonia de Ernesto Laclau e a Análise Política Brasileira*. Universidade do Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo, Brasil, 2007.

MEES, L. "¿Vino viejo en odres nuevos? Continuidades y discontinuidades en la historia de los movimientos sociales", en: P. Ibarra y B. Tejerina (eds.), *Los movimientos sociales: Transformaciones políticas y cambio cultural*, Madrid, Trotta. 1998.

MELLO, E. C. *O Brasil dos Holandeses*. Editora: Penguin Companhia: Brasil. Ed. 1. 2010.

MERRIAM, S. Introduction to qualitative research. In: MERRIAM, S. (Org.) *Qualitative Research in Practice – examples for discussion and analysis*. San Francisco: Jossey-Bass, 2002. cap. 1.

MINAYO C. *Pesquisa Social-teoria, método e criatividade*. 17ª ed. Rio de Janeiro: Vozes; 2000.  
MIRANDA, L. I.B; BITOUN, J. Região Metropolitana do Recife: Estratificação Social, estrutura e organização do território. In: Recife: Transformações na Ordem Urbana / Organização Maria Angela de Almeida Souza e Jan Bitoun; Coordenação Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro – 1 edição. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.

MOISÉS, J. A. Movimentos sociais urbanos: o caso de São Paulo. Trabalho apresentado na reunião do grupo de trabalho "Movimentos Sociais Urbanos", no III Encontro Anual da ANPCS. Belo Horizonte, 1979b.

MOUFFE, C. *O regresso do político*. Coimbra: Ed.Gradiva, 1996.

MOURA, Rosa. Grandes projetos urbanos e planejamento territorial. 1ª Conferência ministrada na abertura da VI Semana de Geografia da UNICAMP - Grandes projetos e planejamento territorial no Brasil contemporâneo (outubro de 2010). In: *Boletim Campineiro de Geografia*. v.1, n.1., 2011.

MUTZENBERG, R. *Ações coletivas, movimentos sociais: aderências, conflitos e antagonismo social*. Tese (Doutorado em Sociologia) – UFPE, Recife. 2002.

MUTZENBERG, R. Identidades e Movimentos Sociais numa Sociedade Indomável. *Revista de Ciências Sociais*. João Pessoa, 19: 39-58. 2003.

NEUFERT, P. *Arte de Projetar Em Arquitetura - 18ª Ed.* 2013.

NIETZSCHIE, Friedrich. *Obras Incompletas. Sobre verdade e mentira no sentido extramoral*. São Paulo: Nova Cultural, 2000. (Coleção Os pensadores). p. 51-60.

NORVAL, A. J. *Deconstructing apartheid discourse*. London & New York: Verso. 1996.

\_\_\_\_\_, A. J. Trajectories of Future Research in Discourse Theory. In: HOWARTH, D; NORVAL, A. J.; STAVRAKAKIS, Y. *Discourse Theory and Political Analysis – Identities, Hegemonies and Social Change*. 2000.

NOVY, J; MAYER, M. As “just” as it gets? The European City in the “Just City” discourse. In: Connolly, J., Mercuse, P., Novy, J. Olivo, I. Potter, C.; J Steil. *Seaching for the Just City*. New York/London: Routledge. 2009.

OLIVEIRA, O. F; BARREIRA, C. C. M. A. Cidades contemporâneas: “lôcus” do capitalismo pós-moderno. *Caminhos de Geografia Uberlândia* v. 12, n. 38 jun/2011 p. 75 – 83.

ORLANDI, E. P. *Análise do discurso: Princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 2001.

OSTWALD, M. 'Virtual Urban Futures' in David Holmes (ed) *Virtual Politics: Identity and Community in Cyberspace*, Sage Publications, London. 1997.

PAOLI, M. C. Memória, história e cidadania: o direito ao passado. In. *O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania*. São Paulo: DPH, 1992, p. 25-28.

PICKVANCE, CH. "Concepts, contexts and comparison in the study of urban movements: a reply to M. Cstells", *Environment and Planning D: Society and Space*, vol.4. 1986.

PINTO, C, R, J. Notas a propósito de Ernesto Laclau. *Revista de Ciências Sociales*, Montevideu, v.15, p.36-48, 1999.

PUTNAM, R. *Bowling Alone: The Collapse and Revival of American Community*. New York: Simon & Schuster, 2000.

QUINET, A. *Os outros em Lacan*. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

ROSE, G. *Feminism and Geography*. Oxford. Polity Press. 1993.

ROSENAU, P. *Post-Modernism and the Social Sciences: Insights, Inroads, and Intrusion*. Princeton, NJ: Princeton University Press. 1992.

ROTHBARD, M. N. *For a New Liberty: The Libertarian Manifesto*. Macmillan Publishing Co., Inc. Online Edition Ludwig von Mises Institute, 2002.

\_\_\_\_\_, M. N. *Man, Economy and State with Power and Market*. Mises Institute. Scholar Edition, 2004.

\_\_\_\_\_, M. N. *The Ethics of Liberty*. New York University Press, 2002b.

SADER, E. *Cuando Novos Personages entraron em Escena, Paz e Terra*, Río de Janeiro, 1998, pp. 3435.

SANTAMARINA, C. B. “Movimientos sociales: una revisión teórica y nuevas aproximaciones”. *En Boletín de Antropología Universidad de Antioquia*, Vol. 22, N.º 39, pp. 112-131. 2008.

SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos. *Espaços Urbanos Coletivos, Heterotopia e o Direito à Cidade: Reflexões a partir do Pensamento de Henri Lefebvre e David Harvey*. In: COSTA, Geraldo Magela; COSTA, Heloisa Soares de Moura. *MONTE-MÓR*, Roberto Luís de Melo (Orgs.). *Teorias e Práticas Urbanas: Condições para a Sociedade Urbana*. Belo Horizonte: C/Arte, 2015 p. 193-213.

SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. (Org.). *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010. 637 p.

SKINNER, Q. *The Idea of Negative Liberty: Philosophical and Historical Perspectives*, en R. Rorty, J. B. Schneewind y Q. Skinner (comps.). *Philosophy in History*, Cambridge, 1984.

SASSEN, S. *Elementos teóricos y metodológicos para el estudio de la ciudad global*. 2005. Disponível em.: <http://www.flacso.org.ec/docs/sfcssassen.pdf> em 28/12.

SAUNDERS, P. "Community Power, Urban Managerialism and the Local State" en M. Harioe (ed.), *New Perspectives in Urban Change and Conflict* London, Heinemann. 1981.

SCHERER-WARREN, I. *Redes de movimentos sociais*. São Paulo, Loyola, 1993.

SCOTT, A. *Modernity's machine metaphor*. *British Journal of Sociology*, 48, 4, p. 561-75, 1997.

SELLTIZ, C. et al. *Métodos de pesquisa nas relações sociais*. São Paulo: EPU, 1975.

SILVA, A. A. «Reforma Urbana e o Direito á Cidade» en *Pólis* N° 1, San Pablo, 1991, p. 9.

SILVA, C. C. G.; BATISTA, M. M.; MELLO, S. C. B. *A Teoria do Discurso de Laclau e Mouffe*. In: *Construção Social da Tecnologia e Teoria do Discurso*. ORG: MELLO, S. C.B. RECIFE. UFPE. 2005.

SHIELDS, R. *Places on the Margin*. London, Routledge. 1991.

SHINN, T. *Desencantamento da modernidade e da pós-modernidade: diferenciação, fragmentação e a matriz de entrelaçamento*. *Scientlestudia*, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 43-81, 2008.

SOLÉ, Andreu. L. "entreprisation" du monde. In: *Créateurs de mondes: nos possibles, nos impossibles*. Monaco: Éditions du Rocher, 2000, p. 182-189.

SOJA, E. "Heterotologies: a remembrance of other spaces in Citadel-LA" in *Strategies*, 3: 6-39. 1990.

\_\_\_\_\_, E. W. *Postmetropolis : critical studies of cities and regions*. Oxford; Malden, Mass.: Blackwell Publishers. 2000.

\_\_\_\_\_, E. W. *Six discourses on the Postmetropolis*. In GARY, B; WATSON, S. *The Blackwell City Reader*. 2002.

\_\_\_\_\_, E. W. *Seeking Spatial Justice*. Minneapolis: University Of Minnesota Press. 2010.

\_\_\_\_\_, E. W. *Thirdspace: journeys to Los Angeles and other real-and-imagined places*. Cambridge, Mass.: Blackwell. 1996.

SORKIN, M. *See you in Disneyland*, in Sorkin, M. (ed.) *Variations on a Theme Park: The American City and the End of Public Space*. New York: Hill and Wang. 1992b.

SOMECK, N.; CAMPOS NETO, C. M. Desenvolvimento local e projetos urbanos. *Arquitextos* 059, Texto Especial 059, abr. 2005. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/05.059/470>> . Acesso em: 28 out. 2010.

SOUZA, M. L.; RODRIGUES, G. B. Planejamento urbano e ativismos sociais. São Paulo: UNESP, 2004.

SMITH, Neil; *The New Urban Frontier; Gentrification and the Revanchist City*; Nova Iorque: Routledge, 1996.

STODDART, M. C. J. Ideology, Hegemony, Discourse: a critical review of theories of knowledge and power. *Social Thought and Research*, v. 28, p. 191-226, 2007.

Designing Mixed-Income Communities: Comparing Everyday Urbanism and New Urbanism to Narratives and Lessons Learned from Three Design Teams of Three HOPE VI Projects

TAYBRON, A. Co-Chairs of the Supervisory Committee: Comparing Everyday Urbanism and New Urbanism to Narratives and Lessons Learned from Three Design Teams of Three HOPE VI Projects. Department of Architecture. University of Washington. 2012

TARROW, S. El poder em movimento. *Movimientos sociales, acción colectiva y política*. Madrid. Editora Alianza. 2004. ISBN 9788420641911.

TELLES, V. L. Movimentos sociais: reflexões sobre a experiência dos anos 70. In: SCHERER-WARREN, Ilse, KRISCHKE, Paulo J. (orgs.). *Uma revolução no cotidiano? Os novos movimentos sociais na América Latina*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

\_\_\_\_\_, V. L. Em: palestra *Cidades Rebeldes*. São Paulo. 2015.

TELLI, A. A. Politics of Speed in Metaphorical Space: Envisioning the City of the Future. Dissertacion Division of Media and Communications of The European Graduate School. Juny, 2004.

“The Chronicle Interview - 'Trying to Look at Architecture Differently' - David Adjaye speaks to the UN Chronicle about making public buildings within a changing urban environment”. 2006. *UN Chronicle*. 43 (2), 44.

TORFING, J. Discourse Theory: Achievements, Arguments, and Challenges. In: Howarth, D. and Torfing, J. (Eds) *Discourse Theory in Euroean Politics: Identity, Policy and Governance*. 2005.

\_\_\_\_\_, J. *New theories of discourse: Laclau Mouffe, and Zizek*. Oxford: Blackwell. 1999.

TOURAINÉ, A. *Crítica da modernidade*. Petrópolis: Vozes, 1998.

\_\_\_\_\_, A. *Poderemos viver juntos? Iguais e diferentes*. Petrópolis: Vozes, 2003.

TRUFFI, R. A batalha pelo Cais José Estelita. *Carta Capital*. 2014. Disponível em:<<http://www.cartacapital.com.br/sociedade/a-batalha-pelo-cais-jose-estelita-8652.html>>. Acesso: 10/07/2014

URRY, J. Des Inégalités Sociales au Capital en Réseau. *Swiss Journal of Sociology*, 2007b. 33(1): 9-26.

\_\_\_\_\_, J. *Global Complexity*. Cambridge: Polity. 2003.

\_\_\_\_\_, J. *Sociology Beyond Societies: Mobilities for the Twenty-First Century*. London, UK: Routledge. 2000.

VAINER, C. B. Pátria, Empresa e Mercadoria: Notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. In: Carlos Vainer; Otilia Arantes; Ermínia Maricato (Org.). *A Cidade do Pensamento Único: Desmanchando Consensos*. 1ª edição. Petrópolis: Vozes, 2000, v., p. 75-104.

\_\_\_\_\_, C. B. Utopias Urbanas e o Desafio Democrático. *REVISTA PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO*, Curitiba, n. 105, p. 25-31, jul./dez. 2003.

VILLASANTE, T.R. *Las democracias participativas. De la participación ciudadana a las alternativas de sociedad*, Madrid, HOAC. 1995.

VIRILIO, P. *Défense Populaire et Lutes Écologiques*. Paris, France: Ed. Galilée. 1978.

\_\_\_\_\_, P. *Guerra Pura. A militarização do cotidiano*. São Paulo, Brasiliense, 1984.

\_\_\_\_\_, P. *O Espaço Crítico e as Perspectivas do Tempo Real*. Rio de Janeiro, Editora 34, 1993.

\_\_\_\_\_, P. *Negative Horizons*. London, UK: Continuum. 2005a.

\_\_\_\_\_, P. *Polar Inertia*. Thousand Oaks, CA: Sage Publications Ltd. 2000.

\_\_\_\_\_, P. *Speed and Politics, new ed.: A History of the Present*. New York, NY: Semiotext(e). 2006.

\_\_\_\_\_, P. *The Information Bomb, new ed.: Radical Thinkers*. London, UK: Verso Books. 2005b.

\_\_\_\_\_, P. *The University of Disaster*. Cambridge, UK: Polity Press. 2010a.

\_\_\_\_\_, P. *The Futurism of the Instant*. Cambridge, UK: Polity Press. . 2010b.

\_\_\_\_\_, P. *Velocidade e Política*. Tradução de Celso Mauro Paciornik e prefácio de Laymert Garcia dos Santos. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.

\_\_\_\_\_, P. *Vitesse et Politique*. Paris, France: Ed. Galilée. 1977.

WALLENSTEIN. The utopian perspectives. 2003. Disponível em: <<http://www.soc.nu/utopian03/uwc2001/wallenstein.html>>, acessado em 16/04/2016.

WIRTH, Louis. O urbanismo como modo de vida. In: VELHO, Otávio G. (Org.). *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Guanabara, 4a. ed., 1987.

ZIZEK, S. *Beyond Discourse Analysis*. In E. Laclau (Ed.), *New Reflections on the Revolution of Our Time*. London: Verso. 1990.

## APENDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA

Você se considera um dos fundadores do movimento?

Qual sua função no DU?

Há quanto tempo você faz parte do movimento?

O que motivou sua entrada no grupo?

Quais as principais motivações para a formação do grupo?

O grupo possui ou possuiu um líder? Quem seria?

Como se deu o início dos encontros do grupo?

Quem foram os primeiros participantes?

O que motivou a formação do grupo?

Quais são as principais causas do DU?

O DU luta contra quem ou o que?

Como é distribuído/dividido o grupo DU? Funções/obrigações de cada participante?

Quais foram os principais momentos de luta do DU? Elabore uma linha do tempo para descrever os principais momentos.

Quem são seus aliados (instituições/pessoas)?

Quem são seus principais inimigos/adversários (instituições/pessoas)?

Quais as vitórias /resultados adquiridos pelo DU que devem ser destacados?

Que problemas urbanos são mais relevantes para o grupo?

O que dificulta a resolução dos problemas urbanos na cidade do Recife?

Quais as estratégias do grupo para conseguir apoio para suas causas?

Quais as dificuldades de apresentar suas demandas ao Estado/ prefeitura? De que forma acontecem as negociações?

Vocês consideram que possuem uma opinião pública favorável às suas causas?

Vocês consideram que o DU como movimento social consegue realizar mudanças efetivas no planejamento urbano da cidade do Recife?

Que modelo de cidade ideal o DU propõe?

Como vocês significam a cidade do Recife hoje?

Que Recife vocês gostariam de ver?